

MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA

NO LIMIAR DA MEMÓRIA:

**ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE MULHERES E VIOLÊNCIAS
NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA**

Florianópolis
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA

NO LIMIAR DA MEMÓRIA:

ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE MULHERES E VIOLÊNCIAS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social; área de concentração: Antropologia Urbana.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Luiza Carvalho da Rocha

Florianópolis
2009

Ficha Bibliográfica

OLIVEIRA, Micheline Ramos de. NO LIMIAR DA MEMÓRIA: ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE MULHERES E VIOLÊNCIAS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA. 2009. 293 p. Tese (Doutorado em Antropologia Urbana) – Curso de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. Este trabalho segue as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 14724).

UFSC/CFH/PPGAS

MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA

**NO LIMIAR DA MEMÓRIA:
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE MULHERES E VIOLÊNCIAS
NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA**

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela comissão formada por:

Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Carvalho da Rocha
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Dr. Gilberto Velho
Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Cornélia Eckert
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Alicia Norma González de Castells
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Sônia Weidner Maluf
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Theophilos Rifiotis
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Vânia Zikán Cardoso
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, novembro de 2009.

A todas as brasileiras,
representadas aqui por minha avó Bernadete,
minha mãe Marlene, minha orientadora Ana Luíza e
minhas interlocutoras.

Ao Oscar.

Ao Pedro Emanuel.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos e a todas aqui não nominados (e foram muitos !!!) que contribuíram direta ou indiretamente para a confecção dessa tese. Além deles, meu eterno agradecimento a Ana Luíza Carvalho da Rocha, a bússola que me acompanha desde que me atrevi a embarcar na difícil, mas fascinante, aventura antropológica (mestra sempre disposta a me resgatar das trilhas perigosas por quais trilhei). Meu marido, Oscar, que nunca mediu esforços para que eu pudesse chegar até aqui. Meu pai, Beto, que me ensinou a sonhar. Minha mãe, Marlene, mediadora fundamental da Micheline como ela é. Minha irmã, Juliani, por sempre me lembrar de quem eu sou. Minha irmã, Melissa, por ter sido a primeira a me mostrar os infindáveis horizontes antropológicos. Meu sobrinho, Pedrinho, que colocou uma nova luz em meu caminho. Minha avó, Bernadete, incentivadora incondicional do caminho que escolhi seguir. Meu avô, Pedro, pelo acolhimento nos momentos certos. Meus tios, tias, primos e primas, figuras importantes em minha trajetória. Minhas amigas-irmãs, Rose e Regina, fundamentais em minha vida e nesse processo. Minha amiga, Mônica, companheira de todas as horas. Minha professora, Sônia Maluf, exemplo profissional a ser seguido. Professora Cornélia Eckert, inspiração, sempre incentivadora de minhas pesquisas. Professora Alicia Castells, pelo apoio desde a época do mestrado. Minhas interlocutoras, imprescindíveis para minha formação, meus alunos e alunas dos cursos de psicologia da UNIDAVI, UDESC e Estácio de Sá, fundamentais nesse processo. E, finalmente às agências financiadoras CAPES e, principalmente, CNPq sem as quais não teria sido possível a realização dessa pesquisa.

*Temos de conviver com o parcial, o precário, o relativo,
as diversas perspectivas. Somos continuamente chamados
a conviver e a lidar com o Outro, que nos traz seu
mundo de referências, sua linguagem,
muitas vezes completamente diferentes
das nossas, seus desejos e expectativas.
É necessário que assumamos posições próprias,
para que as posições dos outros possam ser compreendidas.
Não falamos todos do mesmo lugar: eis um dado fundamental da
contemporaneidade.*

*Ricardo Timm de Souza
2004*

RESUMO

O tema da reverberação das formações discursivas na experiência de campo do antropólogo e seus efeitos na produção de uma escrita etnográfica sobre o fenômeno das violências na sociedade brasileira contemporânea são problematizados, nessa tese, sob a ótica de uma etnografia da duração. Trata-se de um estudo antropológico sobre narrativas biográficas e trajetórias sociais de violências de mulheres de camadas populares, ou advindas delas, sob o ponto de vista da própria trajetória acadêmica da antropóloga pesquisando mulheres e violências no mundo urbano contemporâneo. Aqui, uma hermenêutica do outro é acionada, por meio da escrita etnográfica, objetivando a equação dos excedentes de uma memória coletiva da qual somos também tributários, no sentido de reparação dos “ultrajes do tempo” em relação ao fenômeno das violências para que esse não seja esquecido quando tratamos da fundação, da reprodução, da manutenção e da *duração* de nossa sociedade.

Palavras-chave: Violências; Metrópole contemporânea; Etnografia da duração, Mulheres.

ABSTRACT

The subject of reverberation of speech formations in anthropologist field experience and its effects in ethnographical writing production about violence phenomenon in contemporary Brazilian society are problematized in this thesis, by the optical of an ethnography of duration. It consists in an anthropological study about biographic narratives and social violence trajectories of women from popular layer, or who came from that, by the point of view of the anthropologist own academic trajectory researching women and violence in contemporary urban world. The hermeneutic of other is set in motion through the ethnographical writing with purpose of obtaining an equation of excesses of a collective memory, of which we are also tributaries, in sense of repairing the “time outrages” related with violence phenomenon, with intention of not forgetting it when we treat about foundation, reproduction, maintenance and duration of our society.

Key-words: Violence, Contemporary metropolis, Ethnography of duration, Women.

LISTA DE IMAGENS

1 - Foto da família de Roberta	61
2 - Fotos de Priscila	133
3 - Foto Favela Matadouro	152
4 - Foto Favela Matadouro	152
5 - Foto Favela Matadouro	153
6 - Foto Favela Matadouro	153
7 - Foto Favela Matadouro	153
8 - Foto Favela Matadouro	154
9 - Foto de uma moradora da Favela Matadouro.....	155
10 - Foto de um morador da Favela Matadouro.....	155
11 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas.....	163
12 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas	163
13 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas	164
14 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas	164
15 - Tatuagem no cárcere	166
16 - Tatuagem no cárcere	167
17 - O espaço no cárcere 'a'	170
18 - O espaço no cárcere 'b e c'.....	171
19 - O espaço no cárcere 'd, e, f'	172
20 - O espaço no cárcere 'g, h, i'	173
21 - O espaço no cárcere 'j, k'	174
22 - O espaço no cárcere 'l, m'	175
23 - O espaço no cárcere 'n, o'	176
24 - O espaço no cárcere 'p'	177
25 - O espaço no cárcere 'q'	178
26 - O espaço no cárcere 'r'.....	179
27 - Cama no cárcere: o mundinho de Priscila 's, t, u'	180
28 - Cama no cárcere: o mundinho de Priscila 'v, w, x'	181
29 - Cama no cárcere: o mundinho de Priscila 'y, z, a1'	182
30 - Cama no cárcere: o mundinho de Priscila 'a2, a3, a4'.....	183
31 - Cama no cárcere: o mundinho de Priscila 'a5, a6, a7'	184
32 - Cama no cárcere: o mundinho de Priscila 'a8, a9'.....	185
33 Corpos no cárcere 'a10, a11, a12'.....	186
34 - Corpos no cárcere 'a13, a14, a15'	187
35 - Corpos no cárcere 'a16, a17, a18'	188
36 - Corpos no cárcere 'a19, a20'	189
37 - Corpos no cárcere 'a21'	190
38 - Saberes e fazeres: artes no cárcere 'a22, a23, a24, a25, a26'	191
39 - Saberes e fazeres: artes no cárcere 'a27'	192
40 - Saberes e fazeres: artes no cárcere 'a28'	193
41- O cotidiano no cárcere 'a29, a30, a31'	194
42 - O cotidiano no cárcere 'a32, a33'	195
43 -O cotidiano no cárcere 'a34, a35'	196
44 - O cotidiano no cárcere 'a36'	197

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE IMAGENS	10
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: UMA ANTROPÓLOGA NO FIO DA NAVALHA	20
1.1 - Preliminares.....	20
1.2 - De volta ao campo/ Uma tese em construção.....	33
CAPÍTULO II: TEMPOS DE VIOLÊNCIA, PROJETOS E OS JOGOS DE MEMÓRIA.....	49
2.1 - Preâmbulo.....	49
2.2. Os jogos de memória para a compreensão de experiências de violências	56
2.3 Remontando temporalidade nas experiências de violências.....	60
2.4 - Violências e Duração, mas afinal, duração do que e de quem?.....	63
2.5 Das lembranças do passado a tessitura do tempo presente	68
CAPÍTULO III: MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIAS E ITINERARIOS FEMININOS NA METRÓPOLE	72
3.1 - Priscila.....	72
3.2 – Domitila	76
3.3 - Fênix.....	86
3.4 – Rebeca e Roberta.....	104
3.4.1 - Rebeca	104
3.4.2 - Roberta	110
CAPÍTULO IV: ADESÕES METODOLÓGICAS OU POR UMA ETNOGRAFIA DA DURAÇÃO NOS ESTUDOS DE VIOLÊNCIAS.....	115
4.1 – Focalizando algumas técnicas e alguns procedimentos de etnografia das violências	115

4.2 - Por uma etnografia da duração para os estudos de gênero e violência.....	119
4.3 - A construção de uma tese e os meandros de uma duração.....	122
4.4 - Tecendo os fios para não perder a meada.....	124
4.5 - As hierarquias dos instantes da pesquisa de campo: contribuições do Método Etnográfico.....	127
4.6 - Nos bastidores da pesquisa: encontro etnográfico entre mulheres.....	128
 <i>CAPITULO V: UMA PERSCRUTAÇÃO DAS FEIÇÕES FABULATÓRIAS DOS JOGOS DE MEMÓRIA NO ATO DE ETNO-GRAFAR/ETNO-FOTOGRAFAR</i>	
5.1 - Notas iniciais ou etno-grafando etno-grafias	139
5.1.2 - A antropóloga e o Matadouro.....	143
5.1.3 - A antropóloga e o cárcere	156
5.2 - Uma experiência Etnofotográfica num presídio feminino	161
 <i>CAPITULO VI: FOTOETNOGRAFIA: MULHERES ENCARCERADAS OU UMA SÍNTESE NARRATIVA DE UMA ETNOFOTOGRAFIA</i>	
6.1. O espaço no cárcere.....	170
6.2 Cama no cárcere: o <i>mundinho</i> de Priscila.....	180
6.3 Corpos no cárcere.....	186
6.4 Saberes e fazeres: <i>artes</i> no cárcere.....	191
6.5 O cotidiano no cárcere	194
 <i>CAPITULO VII: O CONFLITO COMO UMA CATEGORIA CRÍTICA DE ANÁLISE FUNDAMENTAL PARA OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS DE VIOLÊNCIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</i>	
7.1 - O conflito como uma categoria útil de análise nos estudos de violências.....	198
7.2 – Conflitos-violentos ou violências, terror e sociabilidades	206
 <i>CAPÍTULO VIII: METRÓPOLE, VIOLÊNCIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO LIMAR DA MEMÓRIA.....</i>	
8.1. Os dilemas do retorno ao universo das violências	228
8.2 Do conflito-violento às questões de poder, cidadania e democracia.....	238
8.3. Dos <i>vícios conceituais</i> sobre os estudos de violências no Brasil.....	245
8.4 - Do “in-audito” ao “escrito”: antropologia das violências e “meso-ética”	253
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	262
<i>REFERÊNCIAS</i>	267

INTRODUÇÃO

Essa tese aponta, sob a ótica de uma etnografia da duração, para o tema da reverberação das formações discursivas na experiência de campo do antropólogo e seus efeitos na produção de uma escrita etnográfica sobre o fenômeno violência na sociedade brasileira contemporânea. Sob o ponto de vista de minha trajetória acadêmica pesquisando mulheres e violências no mundo contemporâneo, trata-se de um estudo antropológico sobre narrativas biográficas e trajetórias de violências de mulheres de camadas populares, ou advindas delas. Mulheres estas, moradoras dos municípios de Itajaí e de Rio do Sul¹, sendo algumas em situação de cárcere nesta última cidade.

Meu universo de pesquisa se constitui, por um lado, de cinco mulheres que tem em comum narrativas biográficas demarcadas por vivências de violências, as quais serão apresentadas ao longo do desenvolvimento da tese, prioritariamente, conforme o leitor poderá constatar, nos capítulos II e III. Sendo que, uma delas está detida no presídio Feminino de Rio do Sul/SC e, as outras quatro, com as quais tive acesso, direta ou indiretamente, a partir de minha experiência de campo nessa mesma instituição entre os idos de 2006-2007. No decorrer da tese, outras mulheres encarceradas, nesse mesmo presídio, com as quais mantive contato esporádico em campo, também foram minhas interlocutoras².

Além disso, esse universo abarcou parte de meu acervo de documentos etnográficos acerca de minha pesquisa realizada entre os anos de 2000-2001 na Favela Matadouro, em Itajaí, que remonta minha trajetória de dissertação de Mestrado³. Naquela ocasião, realizando uma pesquisa sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea. Este material me permitiu mergulhar em meu próprio ato de etnografar minhas experiências de campo de mestrado e doutorado.

Faz-se necessário dizer que, nessa pesquisa, fiz uso de técnicas e procedimentos de pesquisa antropológica específicos para o tema de interesse da tese,

¹ Uma parte delas, apresentando itinerários urbanos demarcados por vivências em metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, etc.

² Todos os nomes das interlocutoras e interlocutores que aparecem na tese são fictícios.

³ Oliveira, M.R. SE CORRER O BICHO PEGA, SE FICAR O BICHO COME - Estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras da Favela “Matadouro”, Itajaí, SC. (*Dissertação de mestrado*, 2002, PPGAS/Florianópolis/SC).

tais como o uso de narrativas biográficas (ECKERT; ROCHA, 2005) e de trajetórias sociais (VELHO, 1981, 1994) além da realização, com minhas interlocutoras, de entrevistas não-diretivas (THIOLLENT, 1983) prioritariamente tendo como foco os itinerários urbanos de cada uma delas a partir de suas próprias falas sobre suas experiências de violências na metrópole. Neste processo de trabalho de campo, realizei inúmeras visitas à penitenciária anteriormente referida onde algumas de minhas interlocutoras encontravam-se encarceradas. Esta opção se deu com o intuito de experimentar o cotidiano de suas vidas no cárcere através da observação participante de momentos específicos de suas rotinas delimitadas pelo espaço restrito, e por vezes angustiante, do encarceramento.

Concomitantemente aos estudos das narrativas biográficas e trajetórias sociais das mulheres em foco, como já mencionado, fiz, ao longo da tese, uma etnografia da etnografia, pautada pelo estudo fenomenológico da memória coletiva e da duração (BACHELARD, 1994; ECKERT; ROCHA, 2005) exercitando, simultaneamente, a indagação e a resposta da tríade: o estudo antropológico das violências (o que é pensado - na antropologia?); pelo etnógrafo em campo (quem pensa o que?) e por seus informantes (quem pensa o que?).

Busco essa resposta a partir do estudo das trajetórias sociais e dos itinerários urbanos acionados pelas experiências vividas e rememoradas dessas violências pelas interlocutoras em suas narrativas biográficas, assim como o estudo da trajetória acadêmica da pesquisadora em sua formação como antropóloga pesquisando as violências na metrópole⁴ contemporânea. A intenção metodológica que orienta esta tese é atingir, na interpretação das experiências de minhas interlocutoras, um plano compreensivo do ato etnográfico como uma urdidura entre a lógica das “nativas” e de suas lembranças de experiências traumáticas ligadas ao campo das violências urbanas; e a própria formação das categorias de entendimento que conformam a matriz disciplinar da Antropologia urbana no Brasil, em particular, dos estudos de violência.

Nessa “etnografia da etnografia”, o acervo de documentos etnográficos compôs-se de material escrito e audiovisual (fotografia e registros sonoros). Tal material foi obtido ao longo de meu trabalho de campo de mestrado e de doutorado, fruto do emprego de múltiplas técnicas de descrição etnográfica e de representação do outro desenvolvidas durante minha estada em campo na Favela Matadouro ou no Presídio

⁴ Aqui, a adesão a categoria metrópole é inspirada em Simmel (1967) e Velho (2008) num cruzamento com a categoria cidade utilizada por Eckert e Rocha (2005) e Caldeira (2000).

Feminino de Rio do Sul. Entre eles: caderno de notas; descrições de observações participantes (MALINOWSKI, 1986); diários de campo (MALINOWSKI, 1989; LEIRIS, 2007; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002; RIBEIRO, 1996); descrições de situações de entrevistas, transcrições das próprias entrevistas; fotografias de cenas e de situações cotidianas vividas por minhas interlocutoras, assim como dos seus espaços de existência na linha dos procedimentos de pesquisa advogados pela Antropologia Visual (SAMAIN, 1995; ACHUTI, 2004).

Face ao exposto, esta tese de doutorado, seguindo a intriga da etnografia da etnografia obedece a seguinte ordenação. No capítulo I, denominado de “UMA ANTROPÓLOGA NO FIO DA NAVALHA”, procuro problematizar as distintas modalidades simbólicas do controle do tempo (DURAND, 1984) que emergem na produção desta tese e que compuseram o trabalho de escrita. Refiro-me aqui à produção escrita do antropólogo em campo (“o estar lá”, denominado por Geertz na sua obra *Vidas e obras*) em referência às suas diversas memórias de campo, e reunidas no interior das temporalidades diferentes: meus diários de campo, minhas observações participantes e alguns fragmentos de entrevistas não diretivas, realizadas em diferentes momentos de pesquisa no percurso que vai do Mestrado ao Doutorado.

Em meio a esta trama, ainda nesse capítulo, procuro ressaltar as temporalidades diferenciadas que encerram o processo reflexivo que esta tese busca confeccionar, um pensar antropológico que precisa se deslocar constantemente do *tempo do mundo* (tempo da antropóloga na sua formação do doutorado, no interior da academia) para o *tempo subjetivo* (tempo das interlocutoras e suas vivências de violências, no cárcere), e vice-versa; do *tempo subjetivo* (tempo da antropóloga em campo, antropóloga proveniente de camadas médias urbanas letradas e intelectualizadas) em direção ao *tempo subjetivo* (tempo de mulheres de camadas populares, ou advindas de camadas populares, pobres e semi-alfabetizadas), e vice-versa.

Refiro-me aqui, por um lado, às expressões de *tempo do mundo* e *tempo subjetivo*, conforme os estudos bachelardianos da dialética da duração (BACHELARD, 1994), empregados por Eckert e Rocha (2001) para pensar as dimensões da temporalidade que funda a interioridade da experiência etnográfica do antropólogo em campo.

Neste sentido, valho-me destas conceituações para pensar o capítulo I de minha tese. O faço como um gesto de reflexão sobre as acomodações objetivas e subjetivas as quais está sujeito o pensamento do antropólogo no seu trajeto de

conhecimento do “outro”, do estranho, do qual resulta o processo de produção textual da tese como parte de um esforço de consolidação destas distintas modalidades simbólicas de controle do tempo no interior de uma narrativa – a da experiência do antropólogo em campo.

Vale lembrar que este *tempo do mundo* (BACHELARD, 1994; ECKERT; ROCHA, 2005), o tempo dos relógios que acompanha a escrita da tese de doutorado convoca o desenlace dos múltiplos tempos vividos pela antropóloga em sua formação e durante o trabalho de campo. Ou seja, temos o *tempo do mundo* condensado em sua experiência de mestrado na Favela Matadouro/Itajaí, e o *tempo do mundo* da construção da tese de doutorado, relacionado à experiência no Presídio/Rio do Sul e das vivências de entrevistas com as demais interlocutoras.

Da mesma forma, o *tempo subjetivo/intransitivo* (BACHELARD, 1994; ECKERT; ROCHA, 2005) que acompanha a experiência de imersão da antropóloga em campo pela via dos conceitos antropológicos no mundo de suas interlocutoras, dialogando com o *tempo do mundo*, o tempo da formação da matriz disciplinar – a Antropologia- e suas tradições e linhagens.

No capítulo II, denominado de “TEMPOS DE VIOLÊNCIA, PROJETOS E OS JOGOS DE MEMÓRIA”, o objetivo é fazer uma reflexão prévia sobre as narrativas biográficas das cinco mulheres (RICOEUR, 2007) que serão apresentadas no capítulo III. Trata-se de mulheres que vivem em uma metrópole e que trazem em suas trajetórias sociais e em seus itinerários urbanos demarcadores de vivências de violências. A discussão terá como ponto de partida uma reflexão acerca de uma *durée social* que lhes cede um lugar na forma como suas decisões se dão, e que acontece num determinado espaço (ROCHA; ECKERT, 2005). Aqui, suas experiências temporais relacionadas às situações de violência no âmbito de suas trajetórias sociais e seus itinerários urbanos na metrópole são tratados nos termos de uma memória da “*cotidianidade*”, seguindo os trilhos dos estudos de De Certeau (1994).

No capítulo III, “MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIAS E ITINERÁRIOS FEMININOS NA METRÓPOLE”, na tentativa de ausentar-me da autoridade etnográfica que os conceitos antropológicos me auferem, procuro trazer para o primeiro plano as narrativas biográficas de minhas interlocutoras e os respectivos relatos das violências sofridas ao longo de suas trajetórias sociais e de seus itinerários urbanos, reunindo, em um mesmo universo, tanto uma mulher encarcerada no Presídio de Rio do Sul/SC, quanto outras mulheres, cuja condição de existência poderia tê-las conduzido,

tragicamente, para este mesmo destino. Assim, no jogo de memórias que pauta esta etnografia, procuro articular o *tempo do mundo* e o *tempo subjetivo*, mas, agora, na proposição de uma relação dialógica do leitor com as narrativas das próprias mulheres, e de seus relatos acerca de suas experiências de violências. Neste momento, portanto, a antropóloga narradora deixa a cena convidando o leitor a se colocar na sua posição em campo por meio da leitura/escuta daquilo que lhe foi narrado.

O capítulo IV, “ADESÕES METODOLÓGICAS OU POR UMA ETNOGRAFIA DA DURAÇÃO NOS ESTUDOS DE VIOLÊNCIAS”, apresento o tópico da escolha das técnicas e dos procedimentos de pesquisa. Portanto, as decisões metodológicas que guiaram minha pesquisa de campo darão o tom da discussão, demarcando, como bem faz o título, a importância da realização de uma “etnografia da duração” (ECKERT; ROCHA, 2005) nos estudos citadinos sob o enfoque das violências. Concomitantemente, faço, nesta parte da tese, uma reflexão que está, indubitavelmente, relacionada à temática proposta para o capítulo. Ou seja, dos “jogos de memória” e da interioridade da experiência da antropóloga pesquisando mulheres e violências, e dela na figura de narradora.

No capítulo V, intitulado de “UMA PERSCRUTAÇÃO DAS FEIÇÕES FABULATÓRIAS DOS JOGOS DE MEMÓRIA NO ATO DE ETNO-GRAFAR/ETNO-FOTOGRAFAR”, mais uma vez, emerge o confronto entre o tempo subjetivo da antropóloga, mulher letrada, oriunda de camadas médias, intelectualizada, e o tempo subjetivo das mulheres, foco deste estudo. Mulheres de camadas populares, semi-alfabetizadas e pobres. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é problematizar o sentido daquilo que é narrado pelo etnógrafo como “dado etnográfico” e o caráter interpretativo que está por trás das situações sociais e culturais de violências urbanas. Ainda neste capítulo, com os recursos da máquina fotográfica em campo, objetivando angariar mais elementos para a perscrutação das feições fabulatórias dos jogos de memória do ato etnográfico, exercito o que denomino de uma *etno-fotografia*, em que o processo de confecção de imagens revela aspectos sobre a própria etnografia.

No capítulo VI, “FOTOETNOGRAFIA: MULHERES ENCARCERADAS OU UMA SÍNTESE NARRATIVA DE UMA ETNOFOTOGRAFIA”, trago ao leitor imagens de cenas da vida no cárcere e convido-o a aderir, não mais a uma posição de escuta, mas a um olhar sobre o cotidiano de minhas interlocutoras no interior do Presídio feminino de Rio do Sul. O “estar lá” do antropólogo em campo, por intermédio de algumas seqüências de imagens fotográficas obtidas em campo, com a cumplicidade das

minhas interlocutoras, as situa no “estar aqui” do texto etnográfico, no momento de sua leitura. Neste tópico não há escrita posto que a proposta é que o leitor leia o que as imagens lhe comunicam, lhe dizem, visualmente. Lhe narram.

No capítulo VII, adentrando em uma parte mais analítica da tese “O CONFLITO COMO UMA CATEGORIA CRÍTICA DE ANÁLISE FUNDAMENTAL PARA OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS DE VIOLÊNCIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”, por meio da análise de passagens de meus diários de mestrado e doutorado, problematizo como o conflito, apreendido como forma de sociabilidade (SIMMEL, 1964; MAFESOLI, 1987), deve ter o mesmo peso dos conflitos ditos violentos nos estudos de violências na metrópole contemporânea. Isso porque, além de retirar os estudos de violências de uma esfera moral (RIFIOTIS, 1999a) pode ceder elementos importantes para a compreensão da forma do processo migratório de um conflito socializador para um conflito-violento em que existe a dissolução dos laços sociais (VELHO, 2008).

Por último, no capítulo VIII, “METRÓPOLE, VIOLÊNCIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO LIMAR DA MEMÓRIA”, procuro precisar, com mais detalhe a filiação do tema e objeto desta tese. Ou seja, a uma Antropologia das sociedades complexas e dos estudos sobre memória coletiva (HALBWACHS, 1968) no mundo urbano contemporâneo, reunindo as perspectivas arqueológicas e genealógicas dos fenômenos das violências para se pensar a sociedade brasileira na contemporaneidade. Demarco, assim, uma problematização das origens patriarcais dessa sociedade e a idéia construída de “homem cordial” para se refletir a cultura nacional a partir de uma visão singular dos arranjos da vida social, com reverberações para os estudos de violências nas camadas populares. Ainda, neste capítulo, a reflexão sobre as violências das antropologias, o tema da escrita, da autoridade e da representação etnográfica estará em evidência, reflexão que, indubitavelmente, suscita um estudo do “poder” que detém o pensamento antropológico na *tradução* da palavra do outro pela mediação de seus conceitos e suas teorias.

Atrelado a isso, a partir de uma releitura (etnografia da etnografia) de fragmentos de meu diário de campo de doutorado, a temática da *meso-ética* desenvolvida por Roberto Cardoso de Oliveira (1996) subsidia uma reflexão acerca de uma antropologia das violências, que é perpassada pelos conflitos da ética e da moral, para a delimitação do trabalho do antropólogo no mundo contemporâneo, no que tange a representação etnográfica do outro e na restituição de sua fala/palavra para outros

segmentos da sociedade (antropologia extra-muros) (DINIZ, 2001; LINS RIBEIRO, 2003).

Enfim, não negando o paradigma que apreende violência como a “anulação ou cisão do outro” (ADORNO, 1991, 1995; CARDOSO, 1987; MUNIZ, 1996; OLIVEIRA, 1995; PAIXÃO, 1991; TAVARES DOS SANTOS, 1998; ZALUAR, 1988, 1989, 1993, 1994), e tendo como inspiração Foucault, Guattari e Deleuze, minha tese adere a uma desconstrução da idéia de conflito como alienígena do social, ao considerar a idéia da violência como constituinte de social (DIÓGENES, 1998; RIFIOTIS, 1997; RAFAEL, 1998; SOARES, 1996) como ponto de partida para a compreensão de tal fenômeno, desvinculando-o, assim, de um objeto moral (RIFIOTIS, 1999a).

Sem sucumbir a uma estetização das violências, ao mesmo tempo, como já mencionado, há uma preocupação quando esse fenômeno ultrapassa a fronteira da sociabilidade e parte para a dissolução dos laços sociais (VELHO, 2008), em que o diálogo é praticamente nulo (ZALUAR, 1994; SOARES, 1996; TAVARES DOS SANTOS, 1998) e a violência pode torna-se terror (TAUSSIG, 1993).

Nesse sentido, sem me estender, já que o que proponho será problematizado no corpo da tese, especificamente no capítulo VII, devo dizer que as categorias conflito e conflito-violento tornam-se fundamentais para uma compreensão pela via da complexidade do fenômeno das violências no sentido da não negação de tal fenômeno, mas da apreensão da forma como se instaura na sociedade (CAPPELER, 1995; COSTA, 1998; OLIVEIRA, 1994; SOARES, 1993; SOARES, D`ARAÚJO & CASTRO, 1995; ZAVERUCHA, 1994).

A não negação das violências. Ou seja, a sua apreensão como sendo originária dentro da vida social (DIÓGENES, 1998), faz par com a “consciência da gravidade” da situação em que, nesse caso, as ditas classes populares brasileiras se encontram, Ali, “a desigualdade e a ausência da cidadania são sempre confirmadas” (VELHO, 2000, p. 23). Tal consciência poderia servir como ponto de partida para uma mobilização no sentido de reversão dos aspectos mais cruéis e dramáticos suscitados por esses fenômenos na metrópole contemporânea (Ibid., p. 23), como alguns que trago a seguir para o debate por meio das falas de minhas interlocutoras.

CAPÍTULO I

UMA ANTROPÓLOGA NO FIO DA NAVALHA

Eu vivo com medo [...] muito medo [...] cada vez que eu saio na rua fico olhando pros lados pra ver se ninguém tá me seguindo [...] eu cubro com as minhas mãos a cabecinha do Júnior porque eu tenho medo que ele faça alguma coisa contra o menino, de um tiro na cabeça dele pra se vingar de mim.

(Elisa, Favela Matadouro, 20 de julho de 2000).

1.1 - Preliminares

Embora eu já tenha escutado muitas histórias desde que cheguei aqui no Matadouro, hoje quase não me contive diante das lágrimas de Elisa ao me narrar essas palavras falando de seu ex-marido procurado pela polícia por roubo e tráfico de drogas [...]. E não consigo me conter agora na hora de transcrever suas palavras [...]. Preciso chorar senão vou explodir (merda!!!) [...]. Embora eu tenha consciência das minhas limitações [...]. De meu papel como uma antropóloga que estuda violências na cidade contemporânea (belas palavras) [...]. Nesse momento sinto-me um nada diante dessa realidade [...]. (Favela Matadouro, 20 de julho de 2000).⁵

Elejo esta passagem retirada de meu diário de campo escrito em 2000, do período de meu trabalho de campo de mestrado, como ponto de partida para esse capítulo, por considerá-la como emblemática para reflexão que tenho a intenção de desenvolver aqui em torno da temática dos jogos de memória (ECKERT; ROCHA,

⁵Morei durante o mês de julho de 2000 na casa de uma família, localizada na Favela Matadouro em Itajaí-SC, com o objetivo de fazer o meu campo de mestrado, o qual será referenciado nas próximas páginas deste mesmo capítulo. Minha dissertação teve como tema central a compreensão dos arranjos sociais e negociações que conformam a cultura do medo no mundo urbano contemporâneo, a partir do estudo das trajetórias sociais e itinerários urbanos de um grupo de mulheres-mães moradoras do bairro-favela Matadouro, Itajaí-SC.

2005) que se manifestam no processo de produção da escrita etnográfica, integrando uma reflexão sobre o tema das violências no contexto das metrópoles do Brasil.

Estou me referindo aqui ao trabalho escrito do antropólogo em campo “o estar lá” traduzido para o “estar aqui,” no diálogo com minha comunidade intelectual, a dos antropólogos, e ao longo e complexo processo de registro de minhas memórias de campo no interior das temporalidades diferentes (mestrado e doutorado). Da mesma forma me refiro a esta escrita segundo seus espaços diversos (meus diários de campo; observações participantes; fragmentos de entrevistas não-diretivas), os quais amarram meu trajeto que vai do mestrado ao doutorado.

Escolho essa discussão como inaugural para a reflexão que trago com minha tese por entender que leva a uma temática que a perpassará como um todo, haja vista, que traz em seu cerne uma problemática relacionada à etnografia em relação à problemática da “identidade narrativa do antropólogo”, especialmente, a questão de sua “identidade pessoal” no que se refere a se conquistar, em antropologia, “uma ética da ação”(ECKERT; ROCHA, 2005, p.122).

De mais a mais, tema esse, muito caro, a uma antropologia das violências na contemporaneidade, como pondera Soares (2000, p. 23) ao dizer que o pesquisador que estuda os “fenômenos associados à violência”, se tiver tido uma formação ancorada no pensamento crítico, “vive um drama de consciência, de natureza simultaneamente teórica, política e ética”.

É importante ressaltar que uma reflexão dessa natureza que “tangencia uma hermenêutica do si” de onde não é possível “afastar a produção-construção do conhecimento antropológico”, só pode ser realizada, por estar situada numa matriz disciplinar antropológica contemporânea, onde a “experiência temporal” do pesquisador faz parte do cerne das questões que o preocupa (ECKERT; ROCHA, 2005, p.121).

Neste capítulo enfatizo que essa temática deva ser apreendida por uma antropologia pautada pelo prisma dos estudos de memória (Ibid), que aqui se tornam prioritários, à medida que constatei, ao longo da retomada de meu campo de mestrado, que é a memória que veicula boa parte da reflexão acerca das acomodações objetivas e subjetivas as quais o pensamento do antropólogo precisa se submeter no seu percurso de conhecimento do “outro”.

Em referência à epistemologia bachelardiana⁶, refiro-me aqui aos obstáculos

⁶ Ver Bachelard (1996), *O espírito científico*.

que precisam ser superados para que o processo reflexivo-crítico da qual se origina a produção textual de um trabalho científico no campo das ciências sociais se consolide. Ou seja, a um processo criterioso de compreensão das diferentes modalidades simbólicas de controle do tempo que dá origem a uma produção de narrativa etnográfica, e onde se situa a vivência/experiência do antropólogo em campo.

Relidos pelo viés dos estudos de memória, acabo me referindo aqui ao tema da vigilância epistemológica, entoado por Bourdieu no ofício do antropólogo, relacionada às questões do etnocentrismo e do relativismo na história da antropologia.

Nesse sentido, ao levar em conta que “a riqueza do método etnográfico reside nessa tensão entre diversas modalidades simbólicas do controle do tempo as quais configuram a mediação narrativa: a vivência e a escritura que se desdobram na distensão temporal do si” (Ibid., p.133), esta tese pretende contribuir para a compreensão das diferentes dimensões pelas quais o pensamento antropológico perpassa na construção da representação etnográfica sobre o tema da violência no mundo urbano contemporâneo. Ou seja, um fenômeno que abarca a compreensão e a análise das situações pelas quais passa o pesquisador em campo em suas relações com seus interlocutores. Transcrevo mais uma parte de meu diário de campo de mestrado:

Hoje Mônica parecia querer me contar toda sua vida numa tarde, mesmo sabendo e concordando comigo que será necessário eu voltar outras vezes para continuarmos nossas entrevistas [...]. O ir e vir de sua trajetória muitas vezes me deixou um pouco confusa e até irritada [...]. fico preocupada quando tiver que colocar tudo aquilo no papel [...] não sei se vou conseguir [...] e além do mais [...] será difícil narrar toda a dramaticidade daqueles momentos cruciais da entrevista [...] tenho que tentar pelo menos dar o peso e o tom necessário que aquelas partes da narrativa merecem [...]. Quando eu estava morando no bairro e estava mais próxima, ao menos geograficamente daquelas pessoas, parecia que poderia ser um pouco menos difícil a tarefa do escrever [...]. (Itajaí, 10 de julho de 2001)⁷.

A “busca da coerência interna” de minha etnografia vem à tona nesse fragmento de meu diário e revela a problemática de cunho “ético-moral” que está imersa no “esforço da ação reflexiva” em que mergulha meu “sujeito cognoscente” frente ao desafio de compreender como a descontinuidade de um tempo vivido em campo e

⁷ Finda minha estada em campo; retornei ao Matadouro nos finais de semana subseqüentes, durante o período de julho de 2000 a julho de 2001, com a finalidade de estudar mais intensa e especificamente as trajetórias, os itinerários e a cotidianidade das mulheres em foco.

aquele rememorado, no esforço de descrever as situações compartilhadas com minhas interlocutoras durante minha estada entre elas, na Favela Matadouro, afetava minha representação do fenômeno da violência.

Este esforço, obviamente, envolvia minha experiência da escrita da dissertação de Mestrado e meu compromisso com a manutenção de um “si-mesmo” para passagem da minha condição de etnógrafa de campo para a de etnógrafa-narradora (Ibid.).

O sentimento que carregava na ocasião foi responsável pelo título deste capítulo. Sentia-me ética e moralmente “no fio da navalha” à medida que as próprias ações discursivas que eu, antropóloga, construía sobre minhas interlocutoras e suas vidas na Favela Matadouro, inúmeras vezes “enraízam-se no espaço dos mitos e das crenças da sociedade [...]” (Ibid., p.116) a qual pertencço⁸.

Aqui, estou tratando de um dilema de duas vias. Um primeiro dilema que abriga uma perturbação, um desconforto e uma inquietação, advindos do embate existente entre a fala e o vivido das violências por mulheres de camadas populares, pobres e semi-alfabetizadas *versus* a escrita da antropóloga em campo, uma mulher de classe média intelectualizada que não passou por nenhuma das experiências de violências narradas por suas interlocutoras, mas vivendo temporariamente entre elas, muito embora na época moradora de um bairro de classe média, na cidade de Itajaí.

Um segundo dilema diz respeito ao embate existente no plano dos atos de reflexão que toda escrita etnográfica entre a representação do “outro” e do seu vivido humano dos atos violentos (seja como vítima, seja como agressor) por ele mesmo, e a representação do “outro” a partir da representação do si-mesmo do antropólogo (pelo viés dos conceitos e das teorias antropológicas) que revelam uma decalagem entre as categorias de entendimento empregadas por ambos.

Assim, a prática da escrita de diários, de observações participantes, de anotações de campo, revisitados pelos estudos de memória, recolocam no centro das atenções um elemento perturbador: a tradução/transcrição/traição das diferenças assimétricas entre o “nativo” e o “etnógrafo” reunindo de forma indissociável a *identidade de si* da antropóloga, intelectual, respaldada e ‘autorizada’ pelo campo

⁸ Nesse sentido pode ser frutífero fazer um exercício dialógico entre Bachelard (1996), Bourdieu (1983) e Rabinow (1999) e suas discussões que abarcam respectivamente a problemática dos obstáculos epistemológicos, a vigilância epistemológica, e a problemática do poder atrelada ao discurso antropológico retomados pelo prisma do tema dos jogos de memória e da figura do antropólogo como narrador em Eckert e Rocha (2000). Exercício que teço de forma ainda embrionária nesse capítulo, mas que pretendo desenvolver num artigo posterior a tese.

discursivo da Antropologia à *identidade de si* de mulheres de camadas populares, estigmatizadas, violentadas, marginalizadas, muitas vezes patologizadas e criminalizadas no âmbito da vida social.

A seguir, destaco mais um trecho retirado de meu diário de campo do mestrado que considero emblemático em relação a essa problemática:

[...] Todas as noites antes de dormir aproveitando o recolhimento da família que estou morando espalho meus mapas e cadernos de notas pela única mesa da casa situada na cozinha, principalmente nesses primeiros dias apareceram falas indicando um teor de preocupação sobre o que irei escrever sobre eles repetidamente. Como a do filho mais velho do casal, que diversas vezes vêm à cozinha com o pretexto de beber água e indaga-me: *Ei, o que tu ta escrevendo sobre a gente aí mesmo? Tu vai falar que a mulherada que tu ta entrevistando é violenta [...]. Não vai falar que a gente é violento né?* (Itajaí, Favela Matadouro, 5 de julho de 2000).

Considero esse fragmento de meu diário revelador deste entrelaçamento de representações de si e de embates de identidades narrativas nas quais o antropólogo se envolve durante as suas escritas de campo, procurando ordenar, arranjar e acomodar não apenas as decalagens de experiências de vida distintas na cidade, imediatamente após a sua imersão no mundo do outro.

Assim, são situações como esta relatada das quais fui diversas vezes exposta em campo, de interpelações de meus interlocutores ou interlocutoras (*Ei, o que tu ta escrevendo sobre a gente aí mesmo? Tu vai falar que a mulherada que tu ta entrevistando é violenta [...]. Não vai falar que a gente é violento né?*), que suscitam em mim uma reflexão sobre o teor da autoridade etnográfica que disponho na construção da representação do “nativo”.

Da mesma forma, advém daí minha perturbação na identificação do “poder” contido no pensamento antropológico, constituído por conceitos e teorias, norteadores da tradução da palavra do “outro” para outra comunidade intelectual que não aquela de onde estas representações se originam.

Dessa forma, concebo uma incursão à minha pesquisa de mestrado, como um elemento fundamental para a proposta de minha tese de doutoramento como ampliação do meu trabalho de campo daquela empresa, ao considerar que o *tempo do mundo* (BACHELARD, 1994; ECKERT; ROCHA, 2005), o tempo cronológico (ou

tempo pensado), aquele que segue a escritura da tese de doutorado, solicita, de múltiplas formas.

Refiro-me aqui a importância de uma reflexão sobre os diversos tempos vividos por mim durante meu trabalho de campo para a compreensão que desenvolvo dos estudos de violência no mundo contemporâneo, e que comporta, além da compreensão do *tempo do mundo* que rege a minha experiência de campo no presídio feminino de Rio do Sul, e junto às mulheres demarcadas por vivências de violências as quais entrevistei em meu campo de doutoramento, o *tempo do mundo* condensado em minha experiência de mestrado na Favela Matadouro agregado a ele.

Início minha pesquisa de mestrado nos idos de 2000-2002 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O objeto de pesquisa: as trajetórias sociais e os itinerários urbanos de mulheres que compunham um mesmo grupo familiar pertencente às classes trabalhadoras urbanas e moradoras do Bairro-Favela Matadouro localizado no município de Itajaí-SC.

Vale lembrar, que essa pesquisa, “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come- Estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras da Favela Matadouro, Itajaí/SC”, transcorreu sob uma perspectiva dos estudos de pobreza (WACQUANT, 2001), gênero e violência, situando-os no contexto das modernas sociedades complexas, urbano-industriais, caracterizadas por uma dramática singular, da homogeneidade-heterogeneidade cultural (VELHO, 1981).

Conforme escritos retirados de minha dissertação, e na linha dos comentários de Velho (1981), no bairro Matadouro, tal qual em muitos bairros de camadas médias urbanas (no caso, Rio de Janeiro) pesquisados pelo autor, a heterogeneidade de universos simbólicos é uma de suas marcas como grupo urbano, fenômeno que faz par com processos de homogeneização em que a mídia (jornal e televisão) desponta como parte importante na construção de emblemas reveladores de estigmas sociais com os quais os moradores do Matadouro lidam em seu cotidiano (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p.17).

Assim, foi em meu mestrado, a partir do uso de técnicas e procedimentos já clássicos na antropologia, como a descrição densa (GEERTZ, 1978) daquela realidade, alcançada prioritariamente pela observação participante (MALINOWSKI, 1986), pela etnografia do cotidiano (DE CERTEAU, 1995) e ainda pelo estudo das narrativas biográficas (ECKERT; ROCHA, 2005) do universo focalizado, que comecei a refletir

sobre o campo de pesquisa voltado para estudos de violência e gênero da e na cidade.

O contexto metropolitano aparecia desde o início de minha pesquisa como um cenário privilegiado para descrição e análise do *ponto de vista dos “nativos” sobre as questões polêmicas de violência urbana*. Nesse caso, a dissertação focalizou a problemática do gênero, família e pobreza e as questões das experiências cotidianas de violências entre segmentos populares e seus itinerários urbanos na cidade de Itajaí, adotando, prioritariamente, a linhagem de estudos de Zaluar (1994, 2003), Fonseca (2000), Diógenes (1998) e Caldeira (2000).

A dissertação seguia de perto os comentários de Velho (1981), para quem o fundamental no trabalho do antropólogo é investigar e verificar como os “nativos” percebem questões como violências, diferenças grupais (religiosas, étnicas, de gênero), entre outras, para não cair na armadilha de classificar determinada população segundo seu próprio critério, desrespeitando o “olhar do outro”, que, numa sociedade complexa, aparentemente pode ser semelhante ao seu, mas provavelmente apresenta muitas diferenças (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p.25-26).

Seguindo esta orientação, na dissertação pude resgatar as experiências desse grupo de mulheres-mães da favela Matadouro face a disseminação de uma cultura do medo no mundo urbano contemporâneo de uma cidade como Itajaí. Um fenômeno que me possibilitou, na época, a compreensão do processo de construção subjetiva da condição de vítima vivida por determinados grupos de mulheres pertencentes aos segmentos populares, a partir do resgate de suas lembranças de experiências com várias dimensões da violência urbana.

Observava que, naquele contexto etnografado, minhas interlocutoras temiam para si mesmas e para seus filhos o destino trágico de uma trajetória social singular, a de “pobre a bandido”. Nutriam, sobre o seu futuro e o de suas famílias, sentimentos de medo e inseguranças, incorporando, através dos processos de vitimização, um fenômeno de subjetivação de atos “violentos” oriundos de uma cultura objetiva de atos violentos a que as camadas mais pobres da população brasileiras acham-se constrangidos.

Aqui a teoria simmeliana torna-se interessante, à medida que na “tragédia da cultura” o autor traz à tona a problematização da “objetificação” da vida, que a partir das antíteses como cultura objetiva e cultura subjetiva, “processos associativos e processos dissociativos” (NEDELMAN, 1989; MALDONADO, 1996), “forças constitutivas e poderes dissolventes” (SIMMEL, 1986), pode revelar aspectos importantes para a compreensão densa de um processo de vitimização das camadas pobres brasileiras.

Isso se atentarmos para o âmbito de um mundo da vida objetiva que se contrapõe a subjetividade dos “indivíduos”, circunscrita aqui, nos *impactos da metrópole*, primeiro, sobre a “vida mental” desses “indivíduos”, como pode ser visto no medo vivido pelas mulheres/mães focos de minha pesquisa de mestrado, e poderá ser visto ao longo da tese, em outra escala, nas mulheres foco de minha pesquisa de doutorado, e segundo, sobre o próprio antropólogo que investiga os tais fenômenos de vitimização como poderá ser possível observar nos trechos expostos de meus diários de campo.

Nesse viés, levando em conta o cruzamento das temporalidades diferenciadas norteadoras desse estudo, as reflexões em torno de meu antigo tema e objeto de pesquisa desenvolvidos no mestrado, estão indubitavelmente relacionadas ao meu desejo, no tempo do doutorado, de problematizar os efeitos dos constrangimentos advindos de um campo em que a antropóloga pesquisa como as trajetórias sociais de violências são acomodadas por mulheres de camadas populares, sobre a interpretação de seus itinerários urbanos, marcados por vivências de discriminação, estigmatização, criminalização e marginalização nos territórios da cidade onde vivem e viveram.

Portanto, procuro, nesta tese de doutorado, problematizar as acomodações das representações do “nativo” ao longo de minha própria trajetória acadêmica (de psicologia/antropologia⁹ e de mestrado/doutorado), das adoções conceituais e teóricas e

⁹ Na qualidade de estudante de Psicologia mantive o meu primeiro contato com o bairro matadouro, quando desenvolvi, no período de junho de 1998 a agosto de 1999 um projeto de conclusão de curso voltado para a área de psicologia organizacional na Universidade do Vale do Itajaí. A pesquisa tinha como objetivo principal orientar os dirigentes da Associação de Moradores do bairro Matadouro na execução e implementação de projetos em benefício da comunidade. Sem me aprofundar nesta questão, seria profícuo ressaltar que, neste período, a pesquisa foi fundamentada pelos pressupostos da Psicologia Social, estes embasados por uma epistemologia crítica, orientada principalmente pelos pensamentos de Bachelard (1994), Lane (1984) e Heller (1998). Nas palavras de Lane (1994): “[...] A Psicologia Social tem por objetivo conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social. Porém, agora a Psicologia Social poderá responder à questão de como o homem é sujeito da história e transformador de sua própria vida e da sua sociedade [...] (p.19). Em decorrência da concepção teórica e dos objetivos do trabalho, a metodologia utilizada foi a *pesquisa participante* e a *pesquisa ação*, “em que a população interessada (ou seus representantes) participa, junto com os investigadores, da definição do objeto de pesquisa, dos seus objetivos e do seu planejamento [...]. O trabalho de campo e conjunto e análise dos dados inclui a participação de todos os envolvidos onde são esperados feedback para validação dos resultados e onde são estabelecidos as propostas de ação daí decorrentes” (TITTONI e JACQUES, 1998). Subsidiada por esses pressupostos teóricos e por esta metodologia os objetivos da pesquisa em Psicologia foram alcançados, fator que não impediu o estabelecimento de muitas lacunas e questionamentos acerca do matadouro e de seus moradores. “Tolo e míope é o cientista que se defronta com uma classe inteira de fenômenos, prontos para serem coletados, e os despreza, mesmo que não veja, no momento, qual a sua possível utilização teórica!” (MALINOWSKI, 1986, p.43). Hoje posso dizer que estas palavras de Malinowski (1986), que só vim a conhecer como mestranda de Antropologia, foram respeitadas por mim, ainda como estudante de Psicologia, já que concomitantemente com o trabalho na Associação de Moradores do Matadouro eu redigia um esboço de um “diário de campo”, descrevendo a cotidianidade daquela população, em

de minha adesão aos estudos de antropologia sobre o tema do gênero e violência na cidade moderno-contemporânea, como parte integrante das formas de pensar que, progressivamente, vou tecendo para a compreensão de tais fenômenos.

Continuando, penso que a transcrição da continuidade do relato retirado de meu diário de campo torna-se proveitosa, nesse movimento necessário de um retorno ao meu antigo tema e objeto de pesquisa. Vamos a ele:

Já que no primeiro dia em campo, e em todas as outras conversas que tivemos, nos outros dias subsequentes, fiz questão de esclarecer o que eu estava fazendo ali, fiquei um pouco incomodada com o questionamento de meu interlocutor ([...]. *Ei, o que tu tá escrevendo sobre a gente aí mesmo? Não vai falar que a gente é violento né? [...]*). [...] Ele continuou falando: (*Sabe o que é, é que eu ando bem cansado de ouvir o pessoal falando por aí que quem mora no matador é bandido [...]. Quase me confundiram com um traficante aí só porque moro aqui [...]. E depois tu como vindo lá da universidade [...] o que tu vai falar aí da gente [...] sei lá pode ser perigoso [...]*). Diante disso, convidei-o para sentar ao meu lado na mesa e mostrando-lhe minhas cartografias do bairro, fragmentos do meu diário e as imagens feitas a partir de minha primeira semana em campo descrevi longamente quais eram os meus objetivos em campo [...]. Dadas as diferenças, depois de algumas horas de conversa Rodrigo parecia mais a vontade diante da minha presença em sua casa e mais disposto a ajudar-me no que fosse preciso para o bom andamento do meu trabalho. Depois disso, já que faltavam apenas algumas horas para o dia nascer apagamos a luzes e fomos dormir. (Itajaí, Favela Matadouro, 5 de julho de 2000).

Essa passagem do meu diário de campo me remete a importância, para a produção de um conhecimento de sua matriz disciplinar, de um pensamento

situações diversas, como festas, botecos, momentos de sociabilidade entre a vizinhança etc. Finalizada esta pesquisa, revisitando meu “diário de campo” escrito entre 1998-1999, pude constatar alguns fenômenos registrados que me chamaram muito a atenção, tais como: a diversidade sócio-cultural, as tensões advindas aparentemente do tráfico de drogas, as constantes migrações internas ou para bairros vizinhos de grande parte da população. Diante do observado em meu diário, optei por dar continuidade a uma pesquisa no Matadouro sob os pressupostos da Antropologia Social, que embora, de forma superficial, foram-me apresentados ainda na graduação, contribuindo indubitavelmente para esta escolha. Classifico este período da minha trajetória como pesquisadora, como uma fase, como diria Demo (1990), marcada pela *construção da necessidade de construir caminhos*. Assim, antes que romper com os paradigmas da Psicologia Social, a opção pela Antropologia Social foi um meio (*caminho*) que encontrei para investigar outras facetas da complexa realidade que o Matadouro e seus moradores apresentavam. O meu ingresso no Mestrado em Antropologia Social deu-se no primeiro semestre de 2000, e já nos primeiros seminários, ficou ratificado, que poderia dar continuidade a minha pesquisa sob novas perspectivas, as antropológicas, que viriam contribuir para uma compreensão mais ampla e *densa* do objeto em questão, ainda, possibilitando-me produzir um discurso que “tenha tanto a capacidade de se somar na singularidade de uma ‘antropologia no plural’ quanto a de contribuir significativamente para o contexto no qual me acontece viver (PEIRANO, 1991)” (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p.15).

antropológico que necessita se deslocar incessantemente do *tempo do mundo* (tempo da antropóloga em sua formação no interior da academia) para o *tempo subjetivo* (tempo das interlocutoras e dos interlocutores e suas vivências de violências na favela, no cárcere), e vice-versa. Do *tempo subjetivo* (tempo da antropóloga em campo de camadas médias urbanas letradas e intelectualizadas) em direção ao *tempo subjetivo* (tempo de interlocutoras e interlocutores de camadas populares, ou advindas delas, pobres, e, geralmente, semi-alfabetizados)¹⁰.

Nesse ínterim, em função de que, no “limiar da memória” acontece sempre uma “elaboração ética da vida social” (ECKERT; ROCHA, 2005), é nos interstícios dos deslocamentos epistemológicos entre essas temporalidades diversas vividas por mim, ao longo de minha formação pesquisando gênero, violência e cidade, que circunscrevo o título do capítulo, uma antropóloga no “fio da navalha” no interior das pretensões desta tese.

Um outro fragmento retirado de meu diário de campo pode contribuir com a discussão:

Hoje estou muito cansada [...]. Estou quase há um mês aqui no Matadouro e confesso que está sendo muito difícil pra mim ter que escutar dia a após dia a história de vida sofrida dessas mulheres [...]. É difícil ter que admitir que a vida de tanta gente é constituída em grande parte por experiências de horror: assassinatos, drogas, roubos, discriminações, estupros [...]. Nessa hora fica difícil relativizar [...]. Como a Alba Zaluar agüenta trabalhar tantos anos com violências [...]. Eu não quero chegar no final da minha vida achando que “o ser humano é uma paixão inútil” como disse Sartre [...]. É muito sofrimento [...]. Espero que essa pesquisa gere algum fruto em benefício dessas pessoas [...]ou que suas experiências que serão relatadas em minha dissertação possam contribuir de alguma forma para nossa compreensão desses fenômenos ditos violentos [...]. (Favela Matadouro, Itajaí, 27 de julho de 2000).

¹⁰ Por dialogarem com os temas desenvolvidos por Velho (1981) principalmente em “Individualismo e Cultura” e a mediação entre Bachelard (1994) em sua “dialética da duração” e os estudos da memória em relação às questões da produção de etnografia no contexto das metrópoles, ver as discussões desenvolvidas por Eckert e Rocha (2000) principalmente no livro “O tempo e a cidade”, onde as autoras referenciam os conceitos “do tempo do mundo” e do “tempo subjetivo” numa reflexão em torno do antropólogo na figura do narrador, da interioridade do tempo e das formas de sociabilidade e dos itinerários. Para as autoras: “A memória não se realiza por si mesma, por um impulso íntimo, manifestação de um ‘eu profundo’; ela é o resultado de uma dada hierarquia de instantes, configurando-se numa dialética da duração, isto é, sobreposição rítmica de um tempo subjetivo e de um tempo no mundo, através da ondulação complexa de ordenações múltiplas que se confirmam umas às outras” (ECKERT; ROCHA, 2000, p. 154).

Para que esse relato retirado de meu diário, escrito num momento crítico de minha estada no Matadouro, não resvale num subjetivismo, ou em questões meramente morais, devo dizer, que me exponho, nesse momento, por acreditar, que esse fragmento de minha experiência em campo, possa contribuir para a discussão sobre os dilemas das escutas em campo, que antecipam as necessárias “perturbações” (ROCHA; ECKERT, 2000) que a escrita provoca no aprendiz de antropólogo na direção da sua construção do conhecimento antropológico. Nesse caso, a escrita atua como mediadora da apreensão cuidadosa dos meandros de nosso próprio discurso, como construtor de práxis social (FOUCAULT, 2002; RABINOW, 1999).

Sobre os meandros da figura do antropólogo na figura do narrador da própria vida social que ele busca compreender, vale a pena resgatar os estudos de (PEIRANO, 1992), quando a autora nos situa na dupla alteridade que marca a experiência social do antropólogo em suas pesquisas no seio da sociedade brasileira, ou seja, alteridade situada entre o universalismo da ciência e o holismo da cidadania. Uma posição por vezes ambivalente da identidade narrativa dos antropólogos que se alimenta da falta de uma representatividade política dos segmentos sociais no país, e onde os cientistas, aqui sinônimo de uma grande parcela da elite brasileira, tornam-se responsáveis por desempenhar este papel político¹¹.

Para a autora, no Brasil, o ser pesquisador-intelectual traz uma roupagem que incorpora o compromisso social no seu campo de ação de pesquisa. Para o caso da Antropologia, o aprendiz de antropólogo “teoricamente” teria também que aprender com as suas responsabilidades cívicas e políticas ao desenvolver uma pesquisa de campo; uma situação delicada e complexa principalmente, aqui no caso, quando se trata do tema de gênero e violência unindo (ou, talvez, separando) a aprendiz de antropóloga e suas interlocutoras no contexto metropolitano.

Embora uma década tenha se passado¹² desta afirmação, tais comentários

¹¹ Aqui direta ou indiretamente estamos nos referindo à problemática da identidade narrativa do antropólogo na figura de narrador (ECKERT; ROCHA, 2000), onde a idéia da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1979) pode ser retomada e “aplicada” ao próprio antropólogo e a sua escrita em sua função-autor. Nesse sentido vale a pena retomar C. Geertz e seus estudos sobre “vidas e obras” e o “antropólogo como autor” em que o autor problematiza o tema da autoria, tanto quanto CLIFFORD & MARCUS (1986) e sua já clássica discussão sobre a mesma problemática em “Writing Culture”. A esse respeito, ver também Rosaldo (*Desde La puerta de La tienda de campana: El investigador de campo y El inquisidor*. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. E. (Ed.). *Retóricas de La Antropologia*. Madrid: Jucar Universidad, 1991. Serie Antropologia). Ver ainda: Paul Rabinow (*Um ethnologue au Maroc: réflexions sur une enquête de terrain*. Paris: Hachette, 1985).

¹² Em 2006, em a *A teoria vivida*, M. Peirano de certa forma dá continuidade as discussões iniciadas nos idos de 1990, quando reflete além dos caminhos contemporâneos da antropologia, sobre “nossas”

continuam relevantes e atuais. A relevância do tema persiste, e basta revisitar as publicações dos últimos anos apoiadas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e sua série de livros *Antropologia e Direitos Humanos*, atualmente com cinco volumes, *Antropologia e Ética*¹³ e *Antropologia Extra-Muros*.

Nesse sentido, vale dizer que essas publicações da ABA me convidam a referir passagens de meus diários de campo de mestrado e doutorado no sentido de fazer uma reflexão em torno dos efeitos da desconstrução do tempo no interior do processo de construção de categorias interpretativas para os avanços dos meandros das aprendizagens do próprio ato de pensar antropologicamente o mundo social. Isso porque essas obras trazem parte desse processo e suas implicações ético-morais e políticas do engajamento do antropólogo com agendas de políticas culturais contemporâneas¹⁴.

Em relação a essa questão, mais um recorte de meu diário de campo de mestrado pode ser revelador:

Hoje passei a maior parte do dia bem feliz, fiquei sabendo pelo meu pai que veio aqui me avisar que amanhã bem cedo tenho que ir a Florianópolis, tenho que ir assinar os papéis, pois fui agraciada pela bolsa de mestrado, quase nem acredito, são cinco bolsas e eu consegui uma delas!!!Mas é esquisito, ao mesmo tempo em que to feliz e aliviada, já que esses 723, 00 reais vão ser fundamentais para continuidade dessa pesquisa, me sinto angustiada, bem angustiada [...]. Pois pra mim, esse pagamento parece aumentar ainda mais minha responsabilidade com relação a essa população [...]. Quando resolvi fazer esse mestrado foi justamente pra tentar compreender de forma mais densa a cotidianidade dessas pessoas [...] e em princípio eu acredito que esses dados possam servir como ponto de partida para o desenvolvimento de alguma política pública que faça alguma diferença pra vida dessa [...]. Será que isso vai ocorrer, e será que isso basta [...] fazer fala-los, principalmente essas mulheres lembrarem seus sentimentos, suas dores [...]. Tem que haver uma contrapartida [...] senão parece em vão [...].” (Favela

categorias de senso comum e as práticas do cotidiano. Para a autora: “[...] um traço marcante da nossa prática como cientistas sociais sempre foi o envolvimento comprometido com as populações estudadas. Não temos dívidas passadas a saldar; temos, sim, responsabilidades sempre presentes” (PEIRANO, 2006, p. 9).

¹³ Dentre outros, a esse respeito ver também, *Ética e estética na antropologia*, Ilka Boaventura Leite, organizadora – Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, CNPq, 1998, p. 136.

¹⁴ Para Novaes as publicações da ABA sobre direitos Humanos trazem ao público “o debate sobre a específica contribuição da antropologia para um melhor entendimento dos diferentes tipos de desigualdades sociais que se aguçam nas últimas décadas, e atendem uma demanda urgente de produzir interação entre pensamento crítico e compromisso social, entre universidade e sociedade” (NOVAES, 2001, p. 15).

Matadouro, Itajaí, 30 de julho de 2000.

Em relação ao que venho tratando neste capítulo, uma reflexão de Luis E. Soares (1993) pode ser esclarecedora dos significados da aprendizagem da antropologia no contexto dos estudos sobre violência no Brasil dos anos 90. Segundo pontua o autor o fazer antropologia no mundo urbano contemporâneo das cidades brasileiras implica, por parte do etnógrafo, responsabilidade pela convocação permanente ao diálogo dos diversos atores do nosso cotidiano, um papel que é sinônimo de compromisso epistemológico e ético-político para com o “objeto” em questão e a sociedade em geral¹⁵.

Nesse viés, essa questão, pode nos trazer para uma esfera política¹⁶ da vida social, que nos obriga senão a rever, pelo menos prestar mais atenção na usual “vantagem epistemológica que temos sobre o nativo”, como bem lembrou meu interlocutor no já citado recorte de meu diário de campo (*E depois tu como vindo lá da universidade [...] o que tu vai falar aí da gente [...] sei lá pode ser perigoso*), ou ainda como diria Viveiros de Castro (2001, p. 25) remetendo-se aos comentários de Geertz “somos todos nativos”, mas, de direito, “uns sempre mais nativos que outros”.

Enfim, penso que a exposição desses primeiros recortes de meu diário de campo, especialmente o que traz o diálogo entre o interlocutor e a pesquisadora, legitimam sua proficuidade nessa discussão por revelarem um “aspecto paradoxal de nosso pensamento” (pensamento de pesquisadores), a saber: a escolha do “olho do outro

¹⁵ Ver G. Velho e suas reflexões em torno do tema do antropólogo como mediador cultural. Acerca de nosso tema ver especialmente: Velho, G. *Mudança, crise e violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Nas palavras do autor: “[...] Este não é um livro acadêmico de antropologia. Trata-se de um conjunto de textos escritos por um cidadão brasileiro, que é também cientista social, voltado para temas e questões que aparecem na imprensa diária. Assim, a vida política, ações governamentais, questões e debates sobre diversos aspectos da sociedade brasileira são focalizados. [...] o assustador crescimento da violência, associado a uma ampla crise nas relações sociais, são alguns assuntos que, também, me têm mobilizado” (VELHO, 2002, p. 10).

¹⁶ Sobre essa discussão corrente na antropologia ver especialmente: Abéles, M. La Mise em Representation Du Politique, In *Anthropologie Du politique*, Marc Abéles e Henri-Pierre Jeudy (orgs). Paris: Armand Colin, 1997, p. 247-271; Abéles, Marc e Henri-Pierre Jeudy. Introduction, In *Anthropologie Du Politique*, Marc Abéles e Henri-Pierre Jeudy (orgs). Paris: Armand Colin, 1997, p. 5-24; Brown, Michael. 1996. Fórum: on resisting resistance, In: *American Anthropologist* 98 (4): 729-735; Geertz, C. Na Inconstant Profession: The Anthropological life in Interesting Times, In *Annual review of Anthropology* 31, 2002, p. 1-19; Gupta, Akhil e James Ferguson. 1997. Culture, Power, Place: Ethnography at the End of na Era, In *Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology*, org. dos autores, Durham: Duke University Press, p. 1-29; Latour, Bruno. Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 7-52; Marcus, George E. e Micahel M. J. Fischer. Anthropology as Cultural Critique: Na Experimental Moment, In *The Human Sciences*. Chicago, The University of Chicago Press, 1986, p. 17-44; Wolf, Eric R. Encarando o poder: Velhos Insights, novas Questões, In *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf, Bela Feldman-Bianco & Gustavo L. Ribeiro* (orgs.), Brasília: editora da UnB, 2003, p. 325-343.

para ver a forma felizmente abstrata do fenômeno objetivo” (BACHELARD, 1996, p. 255)¹⁷. Ora, aspecto que apregoadado a idéia de que *somos todos nativos, mas de direito, uns sempre mais nativos que outros*, desnuda, ainda mais, o circuito dos obstáculos epistemológicos e dos deslocamentos a serem percorridos quando nos propomos a fazer uma “hermenêutica do outro” (DE CERTEAU, 2002).

Esta gama de questões que apresento, devo dizer, acompanharam os meus momentos decisivos de retorno a campo quando no período de meu doutoramento e de redefinição de meu posicionamento diante da temática com o qual já havia trabalhado em minha dissertação de mestrado; aspectos cruciais para a elaboração dessa tese, que começo a discutir no item a seguir.

1.2 - De volta ao campo/ Uma tese em construção

Logo perguntei qual era o seu nome e de onde ela vinha. Para minha surpresa ela me disse que morava em Itajaí, minha cidade natal. Mais instigada ainda pela revelação e por sua rápida aproximação quando disse que era da mesma cidade, perguntei-lhe qual o bairro em que ela residia antes de estar ali, depois de titubear ela respondeu-me: MATADOURO.

(Rio do Sul, 06 de setembro de 2006).

Considero muito importante a reflexão acerca da idéia de que o arcabouço teórico/metodológico da antropologia, por mais significativo e imprescindível que seja para composição de nossa disciplina, corre o risco de perder o sentido, se aqueles que os tiverem acionando, ou melhor, operando com eles, não o fizerem, por uma ótica “crítica cosmopolita”¹⁸, ou seja, com o intuito de refletir sobre dados etnográficos, levando em conta que os próprios dados etnográficos são compostos também pela própria teoria e

¹⁷ Para Bachelard (1996, p. 255) “Diz-me o que vês e eu te direi o que é. Só esse circuito, na aparência insensato, pode nos dar alguma garantia de que fizemos completa abstração de nossos idéias primeiras. Ah! Não há dúvida de que sabemos o que vamos perder!...Precisávamos tanto estar de modo integral em nossa visão do mundo! Mas é exatamente essa necessidade que precisa ser superada. Vamos, não é a clara luz, é a beira da sombra que o raio, ao difratar-se, entrega-nos seus segredos”.

¹⁸ Expressão cunhada por Rabinow (1999). Para o autor, concordar com uma posição crítico cosmopolita significa aderir a “uma posição oposicionista, desconfiada de poderes soberanos, verdades universais, precisão relativizada em demasia, autenticidade local, moralismo de cima para baixo. Entendimento é o seu outro valor, mas um entendimento desconfiado de suas tendências imperialistas. [...] Embora todos sejamos cosmopolitas, o Homo Sapiens tem deixado muito a desejar na sua interpretação desta condição. Parece que temos problemas com o balanceamento, preferindo retificar identidades locais ou construir identidades universais. Nós vivemos *in-between* [...]”. (RABINOW, 1999, p. 100).

vice-versa¹⁹.

“Vai pra campo Micheline!!!”, essa foi a frase que tive que ouvir por um bom tempo de minha incansável orientadora. Uma frase dita no sentido de me provocar, para, a partir dela, me dar conta que não estava cursando um doutorado em Antropologia Social para “filosofar”. É claro que, se naquela época, e, em parte hoje também, as minhas reflexões giravam em torno da obra dos antropólogos e de uma prática de pesquisa etnográfica voltada para os estudos das violências nas cidades contemporâneas. Minhas indagações críticas referiam-se a um suposto uso de pressupostos teóricos vinculados a uma ética e a uma estética (valores, epistemologia) naturalizadoras da categoria “violência” (RIFIOTIS, 1999)²⁰, no corpo do pensamento antropológico que se dedicam ao tema do gênero. Na ocasião, minha orientadora fazia uma crítica a minha abordagem distanciada deste fenômeno no interior da minha comunidade intelectual de pertença – a dos antropólogos – uma vez que minha própria produção anterior no campo dos estudos antropológicos sobre as violências (dissertação de mestrado) não era lembrada. Tal provocação me obrigava a refletir sobre minha atitude intelectual defensiva que consistia simplesmente em ovacionar ou vaiar meus pares²¹, sem aparentemente me comprometer com este espaço de problemas da pesquisa no âmbito das sociedades complexas.

Naquele momento, longe do campo, estava distante dos mal-estares, perturbações e inquietações característicos do método etnográfico e, assim, mantinha-me distante do movimento gerido pelo “paradoxo que encerra o método etnográfico”, Isto é, o desafio vivido por todo antropólogo diante da escrita etnográfica que nos desafia constantemente a fazer convergir “o tempo da ação” vivida em campo entre os “nativos” (eu estive lá) e o “tempo da narração”, o da transmissão da experiência etnográfica para

¹⁹ Peirano (2006) em *A teoria vivida* discorre de forma magistral sobre essa reflexão. Para a autora: “a teoria é o par inseparável da etnografia, e o diálogo íntimo entre ambas cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina. Este papel da teoria revela-se especialmente em nossos trabalhos analíticos, quando ela está, de maneira mais óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados etnográficos”. (PEIRANO, 2006, p. 7).

²⁰Sobre a discussão em torno de uma moralização e certa naturalização da categoria “violência”, ver Rifiotis (1999), especialmente: “Violência em plural y el language de las diferencias”. Revista Mosaico. Buenos Aires, 1999.

²¹“[...] James Clifford criou e ocupou o papel de escriba ex-ofício dos nossos rabiscos. [...] Clifford toma como seus nativos e informantes aqueles antropólogos do passado e do presente cujo trabalho, conscientemente ou não, tem sido a produção de textos, a escrita de etnografias. Estamos sendo observados e inscritos [...]. O outro para Clifford é a representação antropológica do outro. Isto significa que Clifford tem um controle mais firme do seu projeto, sendo simultaneamente mais parasitário. Ele pode inventar suas questões com poucas coerções; ele precisa, no entanto, nutrir-se constantemente dos textos de outros [...]. Clifford lê e classifica, descrevendo intenções e estabelecendo um cânone; mas ele não examina sua própria escrita e situação” (RABINOW, 1999, p. 84).

a comunidade intelectual dos antropólogos.

Um deslocamento intelectual complexo, denso e tenso que reafirma o vigor do método etnográfico²² na contemporaneidade, principalmente para o caso dos estudos vinculados ao campo das ditas “violências”. O retorno ao trabalho de campo me fez reconhecer o vigor de tal método que pensava erroneamente quase já falido. Ao invés de perpetuar a crítica moralista dos pós-modernos a respeito das falhas estruturais da escrita etnográfica em seu viés interpretativo da vida social, iniciei minha retomada de campo, precisamente, investindo no reconhecimento de que é a distância que separa “a modéstia da manutenção do si” do antropólogo diante do outro e o “orgulho estóico da inflexível constância a si” em face desta alteridade que atribui à prática do método etnográfico um valor inexpugnável, por situar o antropólogo na humilde situação de um autor em busca de seus personagens para melhor compreender seu lugar no mundo (ECKERT; ROCHA, 2000, p. 138)

Preocupada, portanto, em traçar alguns aspectos da “interioridade da experiência temporal”, que incidem na condição da “produção etnográfica” de antropólogos que estudam o fenômeno da violência, cidade e gênero, e levando em conta minha experiência de mestrado combinada com minha formação iniciada de doutoramento, retomei minhas escritas integrando-as à reflexão de tais fenômenos.

Num primeiro momento a minha escolha para oficializar a “entrada” no meu campo de doutoramento foi a ida, em setembro de 2006, a um presídio feminino²³ localizado na cidade de Rio do Sul/SC, o que me pareceu, simplesmente, associada à relativa facilidade de entrada no local, já que lá atuavam, em uma pesquisa para trabalho de conclusão de curso, quatro ex-alunas da Faculdade de Psicologia da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), situada nesse mesmo município, no qual trabalhei como professora e orientadora por três anos.

Entretanto, num momento posterior, demarcado mais uma vez por observações de minha orientadora sobre tal escolha, complexifiquei meu raciocínio em

²² Parafrazeando Paul Ricoeur, Eckert e Rocha (2000) afirmam que “os pós-modernos, confrontados com o caráter dialógico da experiência etnográfica e em sua “vigilância formal”, ao submeterem à crítica a escritura etnográfica em Antropologia, permanecem parasitários da motivação realista que a engendra. Tal “realismo” dissimula-se na observação impessoal do encadeamento da totalidade das vidas humanas que estuda na escritura do texto etnográfico, provocando uma “crise interna de ipseidade”, pela eliminação da totalidade da obra etnográfica em prol da factualidade do acontecimento” (ECKERT; ROCHA, 2000, p.135).

²³ Minha experiência de campo no presídio feminino em Rio do Sul foi constituída por dez visitas realizadas entre os meses de setembro de 2006 e março de 2007, com duração aproximada de cinco horas cada.

relação a minha decisão de circunscrever meu trabalho de campo nos meandros de um presídio. Tratava-se de algo que, indubitavelmente, retomava minha trajetória acadêmica, sempre acionada pelos estudos com mulheres e violências, desde a época de minha graduação em Psicologia.

Como já referido, é interessante assinalar que a decisão foi motivada, após conversas com minha orientadora, por uma leitura crítica do denso material coletado em meu campo de mestrado entre 2000 e 2001, registrado por meio das múltiplas técnicas de escritas associadas ao trabalho de campo, tais como caderno de notas; descrição de observações participantes; diários de campo; situações de entrevistas e transcrições das mesmas, além de fotografias e pesquisa com acervo de reportagens de jornais.

É neste momento que a escrita etnográfica, como processo de organização da experiência de campo do antropólogo, começou a me interessar como um fenômeno relevante a partir do qual poderia refletir sobre os inúmeros deslocamentos epistemológicos que a produção progressiva de registros de campo tende a provocar na construção, tanto do tema quanto do objeto do pensamento antropológico.

A presença no presídio feminino e a retomada, em detalhe, dos dados etnográficos do período de Mestrado (muitos deles não aproveitados no estudo proposto na dissertação), poderiam ser interessantes para que eu pudesse me dedicar ao estudo das violências no mundo contemporâneo tendo em mente questões de poder, de gênero, de trajetórias sociais e de itinerários urbanos em camadas populares como um foco central de análise.

Em particular, o presídio feminino me permitiria compreender as narrativas biográficas de mulheres relacionadas às vivências de violências contrárias às experiências com minhas interlocutoras, no período de mestrado, sempre situadas no interior da família, na condição de vítimas.

Nesse sentido, vale reforçar o fato da passagem das mulheres encarceradas da condição de vítimas para condição de “agressoras/algozes”, atuando no interior do mundo da transgressão: roubo, drogas, tráfico, prostituição, entre outros. E, embora de outra forma, do retorno a essa condição quando no domínio da prisão²⁴. Local onde aflorariam conflitos éticos e morais, constituintes em algum momento, da etnografia na contemporaneidade, como reflete sabiamente nosso ilustre mestre Sílvio Coelho dos

²⁴ Conforme pondera Foucault (1991) em seu célebre “Vigiar e Punir”, “a prisão vem [...] dos mecanismos próprios a um poder disciplinar [...] região mais sombria do aparelho de justiça [...] local onde o poder de punir [...] organiza silenciosamente um campo de objetividade [...] e a sentença se inscreve entre os discursos de saber” (FOUCAULT, 1991, p. 226-227).

Santos (2004, p. 102), afirmando que hoje somos obrigados a refletir “sobre o papel do antropólogo”, sua condição de pesquisador, que assume uma postura crítica, e “sobre sua condição de cidadão, intelectualmente privilegiado [...]”.

Partindo dessa reflexão, abro espaço para um fragmento retirado de meu diário de campo de doutorado escrito logo após a primeira visita ao presídio feminino em 2006 onde realizo um processo reflexivo, na interioridade de minha escrita, a respeito das diferenças entre a Favela Matadouro e o Presídio Feminino, neste espaço público/rua, espaço público/cárcere, entre gênero/família/cidade e gênero/cárcere/cidade.

Aqui, e também nos próximos fragmentos iniciais de meu diário de campo de doutorado, que serão expostos o tema da incômoda experiência circunscrita na contradição do movimento característico da *humildade e da arrogância da manutenção do si mesmo do antropólogo* com o outro vem mais uma vez à tona, assinalando os momentos distintos de minhas experiências de mestrado e de doutoramento.

Momentos esses reveladores, em última instância, das diferenças temporais registradas e acomodadas como parte de minha construção intelectual que não escapa da incômoda experiência da distância que separa *a modéstia da manutenção do si do antropólogo* diante do outro e o *orgulho estóico da inflexível constância de si* face a esta alteridade que atribui à prática da etnografia toda sua grandeza.

Quando conversei com Sônia sobre a possibilidade de eu visitar o presídio, já que lá eu teria o acesso a um material fértil para minha pesquisa, estava convicta de minha atitude, respaldada principalmente por minha experiência anterior em meu mestrado, onde o campo ficava situado numa Favela onde estava localizado o presídio da região, e em minhas leituras, que passando por Goffmann, Becker, Velho, Zaluar e principalmente Foucault, apontavam aquela instituição estatal, como um universo, levando em conta toda sua complexidade, onde a questão do poder, da violência e da discriminação aflorava, em princípio, em toda sua “magnitude” [...]. Mas, agora, confesso que estou com um frio na barriga enorme, com medo, e me sentindo muito insegura, principalmente, porque num primeiro momento (quanta pretensão, tomara que seja só num primeiro momento), lá eu não passarei de uma mulher branca, intelectualizada, representante também de uma instituição federal, que mesmo sendo uma universidade, aos olhos delas, provavelmente, representa um poder, como outra instituição qualquer que lhes foi ceifado [...]. Nunca vou me esquecer, de uma situação que passei no Matadouro, quando uma moradora me interpelou olhando-me das pontas dos pés aos fios dos meus cabelos e de forma debochada falou-me que não sabia o que eu estava fazendo ali

[...] que eu devia voltar pra casa, pro meu mundo, que ali não era lugar pra mim [...] que os dias que eu passava ali subindo e descendo o morro com uma máquina fotográfica e com caderninhos na mão não faziam sentido diante daquela realidade [...]. Bom, mas talvez como o Matadouro era um universo grande, uma favela inteira, onde sempre aparecia alguém que não sabia o que eu estava fazendo ali, eu estivesse mais suscetível a passar por situações muito desconfortáveis como essa [...]. Sei lá [...] talvez o presídio, um ambiente menor seja mais fácil de lidar com esses “imprevistos” ou será o contrário, já que lá a distância entre “nós”, entre eu e minhas interlocutoras será irrefutável, começando pelo fato de ‘eu poder entrar ou sair de lá a hora que eu quiser’ [...]. No momento em que cheguei frente ao presídio, minhas pernas tremeram e minha “dor de barriga” que já estava sentindo desde a manhã aumentou [...]. Mas, eu tinha que me controlar e lembrar que o que me moveu para ir até àquela instituição prisional foi a possibilidade de uma densificação da pesquisa que eu venho desenvolvendo desde o meu mestrado no campo das violências [...]. Ora, eu não podia retroceder, já que aquele local era propício para mim que estava pesquisando cidade, trajetórias sociais, itinerários urbanos e violências [...]. Quando me aproximei do portão de entrada o tema da prisão, do ilegal, das drogas e do crime tão presentes em meu campo de mestrado retornaram, agora com mais força, pois ali, além do universo composto pelas detentas, o que estaria em foco, levando em conta o que estava pensando para o meu tema de doutoramento, era a antropóloga etnografando um local, onde ela própria representava, num primeiro momento, uma parcela da sociedade privilegiada, se comparada aquele contexto que provavelmente ali iria encontrar [...]. Apesar de minha experiência numa favela, aquele local propriamente dito, “o presídio” era novo para mim [...]. E lá estava eu morrendo de medo [...]. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Provavelmente por essa experiência etnográfica iniciática forçar o rompimento “das certezas gerais e com a estupidez das certezas particulares” (BACHELARD, 1996, p. 255) com as quais eu me assegurava antes de reiniciar meu campo de doutorado, esta escrita marca a inauguração de meu diário de campo dessa nova etapa de minha trajetória intelectual, e sublinha um momento inicial da trajetória da pesquisa onde sentimentos como medo de “errar” e insegurança constituem o fazer etnográfico.

Aqui, conforme nos ensina Bachelard (1996), eis um deslocamento necessário para aqueles dispostos para “vida intelectual”: “preparemo-nos mutuamente a esse ascetismo intelectual que extingue todas as intuições [...] que não sucumbe aos pressentimentos intelectuais. E murmuremos, por nossa vez: erro não é um mal”

(BACHELARD, 1996, p. 255), e sim uma prerrogativa quando aceitamos que o *erro* só assinala “a insuficiência dos primeiros esboços, o peso dos primeiros esquemas ao sublinhar também o caráter discursivo da coerência abstrata e essencial que nunca alcança seu objetivo de um só golpe” (Ibid).

Ainda, antes de adentrar em minha experiência da primeira visita ao presídio propriamente dito, ou seja, de minha experiência iniciática com o estudo de gênero, violência e cidade do ponto de vista do cárcere, devo dizer que meu percurso até lá se deu em grande parte pela mediação de Roberta²⁵, uma personagem importante nessa trama, que durante as tais visitas ao presídio, acabou se tornando uma das informantes principais dessa pesquisa, como poderá ser visto num capítulo subsequente.

Por enquanto, creio que basta dizer que meu encontro com Roberta se deu na Faculdade de Psicologia (Campus da UDESC em Ibirama-SC), local em que trabalhei como professora no mesmo período em que lecionei na UNIDAVI, em Rio do Sul, entre os anos de 2002 e 2005, quando pedi demissão, de ambas as instituições, para que pudesse cursar o doutorado em Florianópolis.

Roberta foi minha aluna no curso de Psicologia da UDESC e sua identificação com Psicologia Comunitária, cadeira na qual lecionei, entre outras, por três semestres consecutivos, nos aproximou. Isso a levou, mesmo depois de minha saída daquela instituição, a procurar-me para que eu pudesse participar de sua banca de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2007, em que desenvolvia, na época, uma pesquisa no presídio de Rio do Sul.

Mas antes disso, muitas conversas informais com Roberta em torno de seu trabalho, e que coincidiam com o meu segundo ano de doutorado, fizeram-me pensar na possibilidade de inserção naquela instituição. Na época, Roberta, que realizava um longo estágio no presídio (um ano), apresentou-me ao referido diretor que, após uma conversa sobre meus interesses de pesquisa, encaminhou à juíza meu pedido de inserção no local. Quarenta e oito horas depois, início de setembro de 2006, meu pedido foi aceito e lá estava eu prestes a adentrar na instituição penal.

Esse longo trecho retirado de meu diário de campo de doutorado, nesse momento, poderá ser esclarecedor:

Marquei minha primeira ida ao presídio hoje, pois hoje (terça-

²⁵Para preservar minha interlocutora passo a identificá-la com nome fictício.

feira) Roberta desenvolve algumas atividades de artes manuais (atividade que faz parte do estágio de conclusão do curso de Psicologia) no local, para que ela pudesse me apresentar as mulheres com as quais ela tinha contato a mais ou menos um ano [...]. Por um lado, se minha aproximação com Roberta poderia facilitar minha aproximação com minhas futuras informantes, eu teria que tomar bastante cuidado para que elas não confundissem minha presença ali com a da estagiária de Psicologia, principalmente porque ela estava desenvolvendo um trabalho de “pesquisa-ação” naquele local [...]. Então teria que encontrar o melhor momento para que eu pudesse esclarecer o que eu estava fazendo ali [...]. Mas por um momento essa minha preocupação se arrefeceu para dar lugar a uma outra, que era a de não deixar transparecer meu nervosismo [...]. Ora, era minha primeira vez num presídio feminino e quando me deparei com aquele grande portão de ferro meu coração acelerou [...]. Roberta tocou o interfone e avisou que eu estava junto com ela e trazia em minhas mãos meus documentos e minha autorização para estar ali [...] depois de alguns segundos uma voz metálica advinda do interfone falou-nos que podíamos entrar, então o grande portão se abriu [...] a minha frente eu via um pátio dividido em três construções. Roberta logo me explicou que o sobrado que ficava a esquerda era o prédio da administração do presídio e os outros dois construídos mais a minha direita eram, o menor, o presídio feminino, e o maior, abrigava o presídio masculino [...] para ter acesso a um desses dois prédios o transeunte era obrigado a passar por uma pequena sala escura em forma de corredor, para que fosse identificado através de seus documentos e revistado [...]. Foi o que aconteceu comigo e com Roberta [...]. Me senti muito mal quando a agente prisional além de pedir minha identificação e minha autorização revistou-me apalpando minhas pernas, nádegas, seios, enfim todo o meu corpo a procura de algo que pudesse impedir minha entrada no local [...]. Embora não me ache “fresca”, naquele momento me senti invadida [...]. Foi uma sensação horrível, que logo também foi esquecida em detrimento do aumento de minha ansiedade quando avistei o portão menor que dava acesso ao presídio feminino, no pátio me senti desnuda pelos olhares do policial que ficava numa espécie de torre policiando todo o local [...]. O panóptico de Bentham tão escrutinado por Foucault estava ali [...] e o que é pior [...] eu estava ali também [...]. Quando a carcereira abriu a porta do espaço destinado ao presídio feminino quase perdi o fôlego e por um instante fui remetida as minhas conversas com Roberta que me dissera que dentre outras, estavam ali mulheres de diversas localidades do Brasil, que faziam parte de quadrilhas de seqüestro; assassinas, inclusive de seus familiares, como suas mães; chefes de tráfico de drogas; coadjuvantes em estupro contra seus filhos menores, etc. [...]. Como lidar com aquela realidade [...] o que fazer diante de um contexto tão distante do meu [...] naquele momento confesso que me senti muito insegura

[...], mas tinha que enfrentar [...], principalmente porque, naquele momento, o barulho ensurdecedor da porta de ferro que ficou nas minhas costas me informava que já estava dentro e agora tinha que encarar [...]. Quando entramos eu e Roberta, fora algumas delas que foram ao encontro caloroso da estagiária, a maioria dos olhares se voltaram para mim [...] estávamos num pátio cercado por uma muralha a céu aberto, com cheiro de rato podre, um piso cimentado quebrado e encardido, cheio de varais com roupas penduradas [...]. Lá tínhamos algumas cadeiras e uma mesa grande velha e um tanque de roupas [...]. Esse pátio era coberto por uma grade em forma de rede e dava numa porta estreita onde ficava banheiro e dormitório das detentas, não havia grades ali, mas isso não tirava o aspecto sombrio de uma instituição penal, principalmente por aquele dormitório coletivo ter sido a alguns anos atrás o necrotério da cidade [...]. Era um prédio muito escuro, abafado e tornava-se mais desolador à medida que eu ia adentrando no recinto e visualizava os beliches feitos de pedaços de pau instalados lado a lado e separados apenas por um pequeno corredor [...]. Quanto mais eu adentrava o ar parecia ficar escasso e a luz também [...]. Ouvia vozes sussurrando e de repente um choro de bebê que vinha lá do fundo me assustou [...]. Nesse momento fiquei atônita, principalmente porque não conseguia enxergar a criança que estava escondida pela escuridão e pela grande nuvem de fumaça advinda do cigarro das fumantes do local [...]. Por um momento a Micheline antropóloga sumiu [...] ali toda a minha bagagem anterior em pesquisas de violências escapou-me [...]. O que me fez persistir foi a percepção de que aquele universo, daquelas mulheres encarceradas, podia nos dizer muito sobre trajetórias, itinerários e violências na cidade contemporânea [...]. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Tal experiência “iniciática” de campo levou-me a refletir primeiro que o dar início ao meu campo de doutorado num presídio feminino foi, em última instância, uma “escolha política”, no sentido “foucaultiano” do termo, já que ali, com certeza, a adesão a uma antropologia das sociedades complexas “capaz de questionar criticamente tanto o campo teórico em que está inserida quanto à sociedade na qual se desenvolve”, guiou aquela escolha, que passou por “uma espécie de diagnóstico do presente, procedendo em função do mapeamento e seleção de questões e lutas contemporâneas”(GOLDMAN, 1999, p.120-121).²⁶

²⁶ Em relação a essa questão, algumas palavras de Elias (2002) são muito bem vindas, já que para o autor: “Los científicos sociales no pueden dejar de tomar parte en los asuntos políticos y sociales de su grupo y su época, ni pueden evitar que estos les afecten. Además, su participación personal, su compromiso, constituyen una de las condiciones previas para comprender el problema que han de resolver como científicos. Pues, si bien para estudiar la estructura de una molécula no hace falta saber qué se sentiría si se fuese uno de sus átomos, para comprender las funciones de grupos humanos es necesario conocer desde dentro como experimentan los seres humanos los grupos de los que forman parte y los que les son ajenos;

E, segundo, que embora ainda tivesse tratando da temática de violências perpassada pela questão de gênero, focalizando mulheres, a experiência de campo num presídio feminino poderia ser um local fértil para o ponto de partida de minha pesquisa de doutorado, principalmente porque se diferenciava do meu campo anterior (mestrado), primordialmente no aspecto das diferenças dos itinerários urbanos e trajetórias sociais cidadinas das mulheres em foco, que embora tivessem em comum uma trajetória perpassada por vivências de violências e fizessem parte de uma mesma camada da população brasileira cidadina marginalizada, lá (mestrado) essas mulheres advinham para mim em suas moradias, no interior de suas casas, aqui (doutorado) eu estava diante de mulheres que tinham cruzado a fronteira do privado/público, movimento que de alguma forma as tinha conduzido para o cárcere. O que faria toda a diferença acerca da realidade que agora iria investigar. Em relação a essa questão apresento mais um fragmento de meu diário de campo de doutorado:

Embora soubesse que muitas crianças acompanham suas mães no presídio no período de amamentação, aquela cena de ver um bebê no cárcere me chocou, mas eu não podia retroceder [...] tinha que ir adiante [...]. No momento em que não conseguia tirar os meus olhos daquela criança Roberta arrancou-me de meu estado de estupefação dando início a minha apresentação para as mulheres [...]. Foi um pouco complicado, principalmente porque ela me apresentou num primeiro momento como sua professora, o que, provavelmente na cabeça delas o que eu estava fazendo ali deveria estar relacionado ao trabalho de Roberta, que estava atrelado ao desenvolvimento de um projeto de educação profissional no presídio [...]. Um trabalho que num curto espaço de tempo trouxe-lhes muitos benefícios [...]. O que falar naquele momento [...]. Como me aproximar delas, nas poucas horas que tínhamos juntas para pedir-lhes que me falassem de suas experiências de violências [...]. O que isso mudaria nas suas vidas [...]. Me senti, mais uma vez, no fio da navalha [...] respirei fundo e comecei a falar o que eu estava fazendo ali [...]. Mesmo já tendo experiências anteriores em campo, de explicar o que faz um antropólogo [...]. Naquele momento, com aquele tema, naquele lugar, isso se tornou uma tarefa extremamente difícil, complicada e delicada [...]. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Esse extrato de meu diário permite produzir uma teorização sobre aquilo que

y esto no puede conocerse sin participación activa y compromiso. Actualmente muchos representantes de las ciencias sociales parecen considerar irremediable que sus investigaciones estén determinadas por ideales sociales y políticos preconcebidos y fuertemente arraigados” (ELIAS, 2002, p. 42-46).

denomino aqui de “fio da navalha”, já que naquele contexto o tempo da distância temporal mestrado/doutorado pesava sobre essa experiência descrita, isso porque o impacto de estar adentrando em um “novo campo” reverberava o que eu sabia sobre tal realidade e o que iria aprender, o que conhecia e o que desconhecia.

Ou seja, ali a decalagem do tempo no interior de minha própria prática etnográfica relacionada à minha experiência nos estudos de violências, perpassada por gênero, estava exposta e ratificava à máxima de que “só não o grau de familiaridade varia, não é igual a conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática” (VELHO, 1981, p. 128).

Esse exercício de “estranhamento” diante do novo campo permite a constatação que, para além de semelhanças iniciais (mulheres/classes populares/violências), existem as diferenças, como poderá ser possível observar na emblemática narrativa de Priscila que virá a seguir, que pode ser considerada como representativa do fracasso do projeto de fuga do “destino de pobre a bandido” temido pelas mulheres investigadas em minha pesquisa no Matadouro.

Lá (mestrado) a figura masculina atrelada ao casamento e a proteção²⁷ e suas trajetórias dentro do espaço doméstico apareciam em suas narrativas como elementos primordiais para a justificativa delas próprias e de sua prole até aquele momento em que foram entrevistadas não terem sucumbido ao trágico “destino de pobre a bandido”, e aqui a falta dessa figura masculina mantenedora de um lar e a saída para o espaço da rua despontam como sinônimo de condição de miserabilidade e da situação de estar no próprio cárcere. Vamos ao diário:

Após uma breve fala sobre o meu interesse de estar ali, cada uma das mulheres voltou ao que estava fazendo anteriormente, e eu continuei percorrendo o espaço do presídio [...] passados alguns instantes, percebi uma mulher sentada num banco na parte externa do local, que apresentava uma aparência sofrida, com mais ou menos quarenta anos, alta, morena, cabelos longos pintados de preto, pernas torneadas, velhos tamancos altos e velhos shorts jeans curtos, blusa apertada, com muitas bijuterias

²⁷ As narrativas das mulheres focalizadas em meu campo de mestrado apresentavam o casamento como demarcador da trajetória da mulher, sendo que a fase anterior ao casamento apareceu, pelo menos num primeiro momento, como o símbolo de transformação. Nesse sentido vale a pena dialogar com SALEM (1981, p. 73) que a partir de uma etnografia com mulheres no Rio de Janeiro diz que “as experiências dessas mulheres na fase inicial de sua existência ilumina as expectativas depositadas no casamento, no homem. Mais do que a mera realização de uma mística feminina, ele é pensado como uma alternativa para recuperar a infância e adolescência em todos os sentidos. Tenha ele um caráter legal ou consensual, o fato é que o casamento vem sempre associado à idéia de ‘melhorar de vida’”.

coloridas de plástico, lábios pintados com cor de carmim. Até que eu aproximei-me, pedindo-lhe para que pudesse me sentar ao seu lado, prontamente ela me autorizou e, logo em seguida, disse-me que tinha a impressão que me conhecia de algum lugar. Essa era a deixa que eu esperava [...]. Logo perguntei qual era o seu nome e de onde ela vinha. Para minha surpresa ela disse que morava em Itajaí, minha cidade natal. Mais instigada ainda pela revelação e por sua rápida aproximação quando disse que era da mesma cidade, perguntei-lhe qual o seu nome e qual o bairro em que ela residia antes de estar ali, depois de titubear ela respondeu-me: “*Meu nome é Priscila e eu morava no MATADOURO*”. Priscila contou-me que está no presídio há quase um ano por tráfico de drogas [...] disse-me que foi presa na BR470 próximo à Rio do Sul quando transportava cocaína em sua bagagem num ônibus vindo de Cascavel no Paraná [...] falou-me que se arrepende por ter se envolvido com o tráfico, mas depois que o marido morreu achou nessa alternativa a melhor saída para sair do estado de quase miserabilidade que ela e sua família se encontravam... Emocionada com os sapatinhos de sua neta na mão disse-me ter a esperança de logo deixar o presídio e de estar confiante de conseguir um emprego que a afaste do mundo do crime [...]. Falou-me da grande preocupação que tem com seus filhos, do filho adolescente, que “revoltado” depois de sua prisão deixara a escola, de sua filha também adolescente, mãe solteira e, segundo ela, despreparada para a maternidade e do orgulho do filho mais velho que tem emprego com carteira assinada [...]. Com muito pesar narra-me a tristeza de ter perdido o sobrinho, que foi assassinado a alguns meses por estar envolvido no mundo do tráfico [...]. Ainda sobre sua família fala-me quase chorando e com uma voz raivosa da dor que sente por sua irmã tê-la denunciado para polícia, dizendo que se não fosse por isso talvez não estivesse ali [...]. Por outro lado, diz ter esperança que sua outra irmã que é faxineira de uma grande empresa arrume um emprego para ela assim que retornar para casa [...]. (Rio do Sul, 06 de setembro de 2006).

Diante daquela revelação “bombástica” (*Meu nome é Priscila e eu morava no MATADOURO*) não pude conter minha inquietude e emoção ao encontrar depois de quatro anos, logo no “primeiro” dia de meu campo do doutorado, alguém que compunha o cenário de minhas investigações do mestrado. Esse encontro com Priscila, alguém que se situava geograficamente próxima ao meu universo de pesquisa anterior (Favela Matadouro) foi importante primeiro, por abrir a possibilidade, já no início de meu campo de doutorado, do exercício de uma “relação dialógica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) com minhas interlocutoras, e segundo, por informar que a dialogicidade entre eu e minhas interlocutoras no presídio é de ordem diferente do meu campo de mestrado,

porque, como já mencionado, embora lá eu também estivesse investigando mulheres e violências, aqui estas mulheres cruzaram o espaço doméstico na direção da ocupação de um lugar no espaço público, do mundo da rua, fora do papel de mães de família, de donas de casa, condição de minhas informantes do campo anterior.

Levando em conta “que todo saber científico deve ser reconstruído a cada momento” (BACHELARD, 1996, p. 7) mais uma vez, essa nova realidade proporcionada por esse encontro etnográfico inusitado veio a ratificar a importância do deslocamento necessário para essa nova etapa de minha práxis investigativa.

Em relação ao tema da interioridade da experiência etnográfica esse encontro possibilitou-me experienciar a *distância que separa a modéstia da manutenção do si do antropólogo diante do outro*, e, concomitantemente, o *orgulho estóico da inflexível constância a si face a esta alteridade*, o que levou-me a refletir sobre o obstáculo epistemológico incrustado “na avareza do homem erudito que vive ruminando o mesmo conhecimento adquirido, a mesma cultura, e que se torna, como todo avarento, vítima do ouro acariciado”(Idem, p. 6).

E, por fim, desse encontro pude ouvir as primeiras palavras de Priscila sobre seu itinerário urbano na cidade contemporânea. Assim, estava inaugurada ali a atribuição ao lugar central da narrativa nessa tese, por conta da função do ato de narrar construir o “conhecimento de si a partir do testemunho legado pelo Outro” (ECKERT; ROCHA, 2005, p.55). Depois de Priscila, outras mulheres se propuseram a falar. Voltemos ao diário:

Fiquei muito comovida com a história de Melissa [...] uma jovem muito bonita de 23 anos, mãe de uma filha de quatro que exhibe com muito orgulho nas fotografias coladas na parede de seu quarto presa há dois anos por cúmplice de roubo a uma agência bancária [...]. Chorando muito, e fitando-me profundamente, Melissa diz sentir-se injustiçada por estar presa e que só está ali por conta de um telefonema que seu namorado lhe deu contando-lhe o que tinha feito logo após roubar um banco [...]. Melissa disse que embora não tenha concordado com os atos do companheiro jamais o denunciaria, primeiro por ele ser o pai de sua filha e segundo por, na época, estar completamente apaixonada por ele. Diz sentir-se injustiçada pois desde “que se conhece por gente”, trabalha “honestamente” e com a carteira assinada, disse nunca ter roubado um alfinete de alguém e por ter sido presa segundo ela “por amor”. Melissa pediu-me um abraço e com soluços disse-me que a única coisa que a faz viver é lembrar que tem uma filha para criar [...]. Logo depois que deixei

Melissa me deparei com Ana, e logo tive a sensação de estar diante de uma pessoa muito sofrida... Sônia tem mais ou menos sessenta anos, apresenta olheiras profundas e bem demarcadas segundo suas colegas da prisão vive chorando pelos cantos [...]. Quando me aproximo ela logo me diz que não vê a hora de rever seus quatro filhos, que sente muita saudade e que não queria estar ali [...]. Ana gaguejando e chorando fala-me baixinho que está ali porque foi acusada de ajudar seu marido a cometer violência sexual, que por medo de apanhar ajudou o esposo a segurar uma outra mulher para que ele pudesse cometer o estupro [...]. De cabeça baixa Ana diz que a única coisa que quer é rever seus filhos”. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Confesso que ao transcrever esses fragmentos de meu diário de campo, sobre minha primeira experiência no presídio, muitos daqueles sintomas sentidos na época, diante daquela nova realidade, como enjôo, ânsia de vômito, dores de barriga, entre outros, indicativos de meus dilemas morais, éticos, afetivos e até mesmo intelectuais, retornaram.

Isso porque, essa experiência iniciática de campo deixou claro, para mim, que uma coisa era estar na Favela, fazendo campo nas casas de minhas interlocutoras, mulheres que desempenhavam o papel de “mães de famílias”, casadas, vivendo no interior de suas casas e se submetendo a deslocamentos no interior da própria Favela em busca de uma *vizinhança* que pusesse menos em risco sua prole.²⁸ Outra, é ver mulheres, como Priscila, que viviam na mesma condição que elas, cruzarem as fronteiras de seus próprios códigos morais e irem em direção ao crime, ao tráfico, a prostituição, tudo aquilo que minhas interlocutoras de mestrado temiam para si e para seus filhos.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que as narrativas de Priscila, Melissa e Ana, mencionadas no meu diário, trazem toda uma riqueza narrativa que pode contribuir com os estudos de pobreza e violências na cidade contemporânea (WACQUANT, 2001; RIFIOTIS, 1999; ZALUAR, 1990, 1994, 1999; SOARES, 1996; CALDEIRA, 2000),

²⁸ Conforme minhas palavras em minha dissertação de mestrado: “Os dramas sociais no matadouro gravitavam em torno do fenômeno social do tráfico de drogas e, conseqüentemente, das clivagens e adesões divergentes que os moradores assumiam em relação àquela prática no bairro e de suas ligações com a ruptura ou não de seus valores éticos, morais, religiosos. E era fundamentalmente nos discursos das mães moradoras do bairro, que o fenômeno social do tráfico de drogas despontava como elemento desencadeador de sentimentos de insegurança e de medo, de que sua prole, ou elas mesmas, pudessem vir a se envolver com as “drogas”. Ficava expresso que morar em determinadas áreas do bairro nas quais se acreditava que o fenômeno do tráfico de drogas estava mais presente poderia ser arriscado, já que, para aquelas pessoas poderia haver uma maior probabilidade de incorporar uma conduta do tráfico nesses contextos. Nesse sentido, as migrações internas ou externas ao bairro apareciam como uma das estratégias utilizadas pelas famílias moradoras do Matadouro, na tentativa de se afastarem dos “espaços sociais” que a princípio poderiam limitar suas escolhas e seus projetos de vida” (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p. 222-223).

seus relatos emocionados colocam-me numa situação de pesar, já que o relativismo, principalmente num contexto como esse “não pode significar abstenção de julgamento e [...] não pode implicar uma suposta identidade de todos os valores, em niilismo portanto”(OVERING, 1985, p. 23-24).

Ainda, devo dizer que minha primeira experiência de campo no presídio feminino foi crucial, por desencadear em minha pesquisa de doutoramento reflexões acerca de dilemas caros a uma antropologia urbana na contemporaneidade, tais como: o tema da reflexividade crítica; o tema da etnografia e da experiência compartilhada com o outro; o tema do estranhamento e da relativização; o tema do trabalho de campo e da escrita (DA MATTA, 1987; VELHO, 1981; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998; ZALUAR, 1985; GEERTZ, 1989). Dilemas esses relacionados, primeiro à escuta daquilo que minhas interlocutoras me narraram (“o ouvir”), e segundo, à escrita (“o escrever”) do que me foi narrado (CARDOSO DE OLIVEIRA, Idem). Essa última, reveladora da problemática da moral e da ética (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), relacionada, ao ato da escrita antropológica (DE CERTEAU, 2002).

Finalmente, como ao longo de todo capítulo, pautada por um estudo antropológico de acordo com os estudos bachelardianos da dialética da duração (BACHELARD, 1994) que leva em consideração o *tempo do mundo* e o *tempo subjetivo* da própria etnógrafa, articulados para pensar as dimensões da temporalidade que funda a interioridade da experiência do antropólogo em campo (ECKERT; ROCHA, 2005), elejo um último extrato de meu diário de campo sobre a volta para casa no meu primeiro dia no presídio:

Foi com um grande mal estar que retornei para casa hoje, quase não consegui chegar até a privada para um súbito vômito, creio eu, resultado orgânico e emocional dessa experiência vivida. Se até então, depois de acabado o meu mestrado, estava confortavelmente problematizando os eventos violentos de cima de minha “torre de marfim”, a estrutura começava a se abalar, com isso abrindo fissuras que, de certa forma, contribuíram para a elaboração de questionamentos de cunho metodológicos, como: qual o limite do antropólogo em etnografar a dor do outro [...]. Esse compartilhamento é possível, existe essa possibilidade?. (Rio do Sul, 06 de setembro de 2006).

No interior do jogo de minhas memórias que pauta essa etnografia, procurarei nos dois próximos capítulos articular o *tempo do mundo* e o *tempo subjetivo*

que tecem as experiências de violências das minhas próprias interlocutoras, atenta, em suas narrativas biográficas, as trajetórias sociais e aos itinerários urbanos no contexto metropolitano que levou uma delas ao interior do presídio onde realizei parte de meu trabalho de campo de doutorado, e as demais a caminhos diferentes do cárcere. Momento, em que, prioritariamente no capítulo III, a antropóloga narradora deixará a cena, convidando o leitor a se colocar na sua posição em campo, através da leitura/escuta daquilo que foi narrado para ela na voz de suas interlocutoras.

CAPÍTULO II

TEMPOS DE VIOLÊNCIA, PROJETOS E OS JOGOS DE MEMÓRIA

A violência que fala é já uma violência que procura ter razão; é uma violência que se coloca na órbita da razão e que começa já a negar-se como violência.

(Paul Ricoeur)

2.1 - Preâmbulo

A cidade considerada como “objeto temporal” (ROCHA; ECKERT, 2005) é o que viabiliza a escrita desse capítulo que tem como objetivo primeiro uma reflexão prévia sobre as narrativas biográficas (RICOEUR, 2007), que serão apresentadas no capítulo III, de mulheres cidadinas que trazem em suas trajetórias sociais e itinerários urbanos demarcadores de um “viver a cidade” constituído de “um tempo coletivo que as ultrapassa”.

Assim, poderemos observar emblematicamente nas narrativas das cinco interlocutoras escolhidas para compor o próximo capítulo, uma *durée social* que “lhes confere um lugar determinado na forma como suas decisões alocam-se num espaço determinado” (ROCHA; ECKERT, 2005), seja esse espaço representado aqui, por exemplo, por Salvador e São Paulo no caso de Fênix, Campo Grande e Rio de Janeiro se nos debruçarmos no itinerário de Domitila, Rio do Sul nas trajetórias de Rebeca e Roberta, ou ainda Itajaí no caso da narrativa biográfica de Priscila.

Nesse sentido, vale a pena dizer, que questões transgeracionais relacionadas ao tema de uma *durée* foram fundamentais para escolha das interlocutoras para compor o próximo capítulo, já que o elemento geracional, como poderemos ver mais adiante, parece ter muito a nos dizer sobre a duração de vivências de violências nas trajetórias

daquelas mulheres.

Além disso, uma *durée* de outra ordem desponta aqui, como aquela mediada por uma instituição total (GOFFMANN, 1989) ou panóptica (FOUCAULT, 1991) constituinte indubitavelmente da trajetória das presidiárias, representadas no próximo capítulo pelas “narrativas” de Priscila e, em outros capítulos subsequentes, pelas falas de outras mulheres entrevistadas no presídio de Rio do Sul.

Para apreensão de uma *durée*, os extensos relatos de minhas cinco interlocutoras concedidos a mim, em situações de entrevistas, serão apresentados, propositalmente, em forma de narrativas biográficas quase que cronológicas de suas trajetórias sociais e itinerários. Aqui poderemos averiguar que seus projetos de vida e campos de possibilidades estão articulados a seus “jogos de memórias”, o que já foi possível perceber em meus encontros com elas, onde as conversas acabavam sempre abordando suas experiências urbanas como parte integrante das situações e dos acontecimentos violentos vividos no “passado”.

Os itinerários urbanos, neste sentido, me remetiam a pensar suas experiências temporais com as situações de violência no âmbito de suas trajetórias sociais em direção à cidade, e nos termos de uma “*memória da cotidianidade*”, tratada aqui na linha dos estudos de M. De Certeau (1990).

As passagens em que Fênix relata seu deslocamento para Salvador, por exemplo, na busca de emprego, ou na sua promoção de trabalho para São Paulo, apresenta o contexto metropolitano como parte de seu projeto individual de romper com suas experiências violentas na forma como insere a cidade num processo de procura de ascensão social, moral e econômica.

Ao mesmo tempo, seu relato aponta para uma desilusão diante da sua descoberta de uma “cidade de muros”(CALDEIRA, 2000), retraçada por suas experiências com roubos e assaltos em determinados territórios da vida urbana. Por outro lado, se observamos a trajetória social e os deslocamentos de Domitila em direção à cidade de Campo Grande, na tentativa de reencontrar sua família, ou seu itinerário rumo ao Rio de Janeiro, em seu projeto de ascensão social, marcado pela idéia da aventura (SIMMEL, 1998) entre outras, esta mesma representação da cidade se esboça²⁹.

Em sua forma de lidar com este processo de deslocamento para o Rio de Janeiro no âmbito dos jogos da memória, Domitila, como as demais interlocutoras,

²⁹ A esse respeito ver principalmente: Gilberto Velho (Utopia Urbana); Eunice Duhram (A caminho da cidade); Tereza Caldeira (Cidade de muros).

procura retrair a participação das diferenças das cidades pelas quais transitou em sua vida, e por meio das quais vai construindo sua identidade narrativa. Passa assim do contexto citadino de Campo Grande, narrada como uma cidade de interior, bucólica, mas, ao mesmo tempo, indecente com os menos favorecidos social e economicamente, para uma Rio de Janeiro alegre e ao mesmo tempo preconceituosa e racista.

Já Fênix, passa por uma São Paulo, considerada uma metrópole rica em oportunidades de ascensão econômica e social, mas racista e impiedosa com os mais fracos, e por uma Salvador, representada por uma vida urbana festiva, acolhedora, além de “promiscuamente seletiva”. Ou ainda Itajaí, ao contrário, demarcada, em suas narrativas, pela criminalidade, passando por aproximações entre as cidades do Rio de Janeiro narrada por Domitila e de Rio do Sul narrada por Roberta e Rebeca, contextos urbanos que, apesar de suas escalas diferentes, são por elas descritas como regidas por preconceitos étnicos e de gênero.

Nesse sentido, as narrativas de nossas interlocutoras nos dão pistas para pensar como as trajetórias sociais contemplam nas suas tramas diferentes itinerários urbanos, nos quais a “metrópole moderna” participa do processo de construção de experiências violentas no corpo de suas identidades narrativas de mulheres vítimas de violências.

Continuando, essas mulheres dão um ponto de vista desse processo onde os deslocamentos pela cidade, em sua condição de gênero, lhes obriga a pensar as formas de romper com o lugar de vítima que a condição feminina ocupa no contexto das violências urbanas. Aqui, o conceito de campo de possibilidades é fundamental e, nesse contexto, sem dúvida, a memória das próprias violências acomodadas na memória coletiva dessas grandes metrópoles, por exemplo, migrações nordestinas em São Paulo, sociedade de corte no Rio de Janeiro, as formas de inserção dos negros escravos na cidade de Salvador.

Assim, a força das narrativas biográficas de minhas interlocutoras mulheres me permitiram pensar alguns elementos significativos da “teatralidade” das violências ordinárias vividas em seus itinerários urbanos, que passam a ser incorporadas às suas formas de enfrentar sua condição de vítimas no contexto do mundo urbano contemporâneo de cidades tão diferentes entre si tais como Itajaí, Rio do Sul, São Paulo, Salvador, Campo Grande, Rio de Janeiro, entre outras.

Sob este enfoque, a análise e a interpretação do fenômeno urbano representam dimensões importantes de entendimento das formas de violência que

acompanham a estrutura dos laços sociais (ROCHA; ECKERT, 2000, p.99) que vinculam essas narradoras às cidades por onde passaram. Considero, portanto, que “memória da cotidianidade e memória coletiva”, para o caso do estudo de narrativas biográficas sobre violências, são dois eixos necessários de interpretação da cidade como fenômeno que, diante das rupturas vividas por seus habitantes”, permite que compreenda a forma como se propaga com “regularidade e uniformidade a matéria de ações violentas no interior das trajetórias sociais de seus habitantes” (ROCHA; ECKERT, 2000, p. 99).

A eleição de uma escrita etnográfica voltada para a descrição dos laços que unem o “tempo e a cidade” numa tese sobre mulheres e violências deve, entretanto, alertar para simplificações. Uma delas seria a idéia de um suposto caos que acompanharia as experiências conflituosas, de medo e de violências no contexto urbano das metrópoles contemporâneas.

Considero importante ressaltar que nas narrativas biográficas dessas 5 interlocutoras escolhidas para serem analisadas nesta parte de minha tese, assim como as outras narrativas que este estudo contempla, como as colhidas no Presídio do Rio do Sul, a cidade e seus territórios se apresenta como “fruto de uma consolidação temporal vivida na errância das formas de vida social dos grupos urbanos que a ela pertencem, configuradas e reconfiguradas” (ROCHA; ECKERT, 2005, p. 96), e que lhes conforma nos termos de estilos de vida, visões de mundo, códigos de emoções e sistemas de valores ético-morais etc. (VELHO, 1981).

Portanto, nos termos de uma antropologia das sociedades complexas, a tese se alinha ao estudo de memória, gênero e violência compartilhando de muitas formas as reflexões citadinas que perpassam estudiosos desde a Escola de Chicago³⁰, como Park (1967) e Wirth (1967), seu antecessor Simmel (1967), bem como os interacionistas da teoria da ação e ‘desvio’, como Becker (1977) e Goffman (1989).

Alinhamento esse, indissociável dos estudos de narrativas biográficas³¹, e no seu interior os de itinerários urbanos, formas de sociabilidade e trajetórias sociais,

³⁰ Embora os autores da Escola de Chicago não trabalhassem com o registro do tempo, mas do espaço lá o tempo se manifestava pelas tribulações que o tempo dos anos 30 do século passado provocaram nos E.U.A: formações de guetos, migrações campo/cidade; desemprego etc.

³¹ Sobre a importância do uso de narrativas biográficas nos estudos antropológicos ver especialmente Eckert e Rocha (1998), *Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade*; Diaz (1999, p. 37-58), *Personaje e identidad narrativa: una aproximación metodológica*; Maluf (1999, p. 69-82) *Antropologia, narrativas e a busca de sentido*; De Certeau (2000, p.176), *A fala dos passos perdidos*; Velho, *Biografia, trajetória e mediação*, In Gilberto Velho e Karina Kushnir (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.13-28.

indicativos da relevância de se focalizar “da” e “na” cidade os estudos de violências no Brasil contemporâneo³².

Como as narrativas biográficas das cinco interlocutoras vão revelar, no capítulo a seguir, o estudo de trajetórias sociais e itinerários urbanos mediados pelos conceitos de papéis sociais, projeto e campo de possibilidades trazem a inspiração dos estudos de Alfred Schutz (1979), além de uma reflexão em torno da noção de indivíduo e dos postulados do individualismo moderno no contexto das metrópoles contemporâneas, nos termos desenvolvidos por Gilberto Velho (1981).

Enfim, em toda sua magnitude, as narrativas das mulheres que serão expostas no próximo capítulo revelam a força do referencial epistemológico, teórico e metodológico de uma antropologia urbana focalizando a temática das violências realizada a partir dos estudos de narrativas biográficas e memória citados até aqui, nos informando o quanto os jogos da memória presidem a construção do projeto, os processos de negociação diante de um campo de possibilidades e mesmo a consolidação ou não do papel de vítima do “passado” no tempo presente, e sua projeção para o tempo futuro (RICOEUR,), conforme as discussões que serão tratadas no próximo item do capítulo e aos fragmentos das narrativas de algumas das mulheres que antecipo aqui:

[...] Foi horrível, mas eu sobrevivi [...]. Uma coisa boa que eu tenho, é que eu sempre acho soluções pras coisas difíceis que eu passo [...]. Eu sempre consigo sair da lama [...]. Eu sempre acho uma saída [...] ou trabalhando de doméstica, ou varrendo as coisas, ou fazendo artesanato, ou limpando o quintal dos outros, ou trabalhando por conta, ou fazendo concurso, estudando, eu sempre consigo sair da situação difícil com o trabalho. Eu tive vários homens na minha vida, mas nunca me prostituí, não precisei usar desse artifício pra sobreviver [...] eu sempre sobrevivi do meu trabalho [...] mesmo sendo casada eu sempre comi o que eu trabalhei, sempre trabalhei e gosto de trabalhar [...]. Acho que uma das coisas que engrandece a gente, faz bem pra gente é trabalhar [...]. Comecei tudo novamente. Espero que eu não tenha que começar do zero novamente, mas se tiver vai

³² Aqui ver principalmente Velho, G. (org). *Cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. No capítulo intitulado “Metrópole, cultura e conflito” Gilberto Velho resalta a importância dos estudos da e na “metrópole”, desde Simmel, passando pela Escola de Chicago, até chegar ao Brasil, destacando de forma representacional os estudos de antropologia urbana desenvolvidos pelos vários programas de pós-graduações de antropologia de nosso país, demonstrando a proficuidade desses estudos para o desvelamento dos fenômenos de sociabilidade, conflito e violências na contemporaneidade. Nesse sentido, do mesmo autor ver ainda: *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006; ou ainda ver Velho, G. e K. Kuschnir (orgs). *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

ser com o trabalho [...]. Já trabalhei de doméstica e já fui praticamente gerente de banco [...] não importa em que lugar eu sobrevivi, sempre consigo ressurgir das cinzas [...] (Fênix).

Até hoje eu não consigo dormir a noite porque ele me obrigou a ficar acordada durante anos a noite toda, isso na época em que ele era taxista e negociava mulheres entre alguns municípios de Santa Catarina e Paraná, ele vendia mulheres [...] achava elas pelas ruas, dava um trato, usava e depois vendia... Nessas viagens em que ele transportava essas mulheres me obrigava a ficar falando a noite toda para que ele não dormisse no volante, a minha garganta doía muito, mas eu não podia parar de falar, senão ele me batia [...]. Uma vez, uma só vez ele tentou me vender, mas esqueceu que me ensinou a atirar, se não fosse isso talvez até hoje eu estivesse por lá [...]. Foi em Ponta Grossa no Paraná, ele tava levando duas mulheres para um prostíbulo, quando a cafetina me viu disse que só ficava com as duas se ele me deixasse também, quando ele começou a me negociar consegui fugir para o carro, foi quando ele disse que ia me bater se eu não saísse do carro, o “coitado” se esqueceu que tinha me ensinado a atirar (isso foi outro martírio... quando ele me ensinava e eu errava o alvo, ou tremia ele me batia) quando ele foi me tirar do carro eu aponte a arma pra cabeça dele e disse que queria ir embora [...]. Olha eu atirava mesmo se ele não tivesse ido [...]. Ele ficou com medo e me levou para um hotel, pois já era tarde e a gente tinha que dormir [...] chegando lá ele tirou a arma da minha mão e brigou muito comigo porque eu fiz ele perder um dinheirão, e disse que eu era tola de não confiar nele porque depois ele ia me buscar, nesse meio tempo, enquanto falava me espancava e fazia tudo de ruim [...] não sei como eu consegui fugir pra rodoviária, mas ele foi atrás de mim, eu com medo voltei pra casa com ele e continuei naquela vida [...]. Também não dormia quando ele fazia eu ficar esperando ele nos jogos de sinuca que iam noite adentro, ele pedia um lanche pra mim, eu comia e ficava sentadinha esperando a noite toda [...]. Foi assim que ele fez a fortuna dele [...]. A família dele não sabe como ele ganhou tanto dinheiro durante a vida [...] só eu sei, eu que sempre fui a outra, a amante, eu sei, eu fui a outra por mais de quarenta anos e sei que Pedro fez a fortuna dele, como agiota, jogo de azar e principalmente tráfico de mulheres [...]. Mesmo agora depois da morte dele eu vivo atordoada com a idéia de que de repente ele apareça para me infernizar [...]. É como eu falei, meu destino tava traçado [...]. (Rebeca).

Penso que meu trabalho dentro do presídio tá dando certo por causa disso [...] porque como eu acreditei que eu poderia superar tudo [...] eu também acredito que eles também possam superar todas essas dificuldades [...] essa trajetória de vida difícil [...] enquanto puder lutar por isso [...] contribuir para que eles compreendam isso e que são capazes de superar [...] com certeza eu vou fazer de tudo para contribuir cada vez mais [...]. E além do mais, se hoje minha filha Marta se formou, ta com um namorado bom, calmo, é porque com a minha experiência quando eu percebi que ela tava entrando numa fria há anos atrás, quando foi espancada covardemente numa praia pelo primeiro namorado eu tive argumentos convincentes para orientá-la e mostrar para ela que a vida dela não precisava ser assim, como foi da bisavó, da avó e parte da minha, se eu consegui superar, ela também podia, e hoje ela tá aí vivendo de uma outra forma [...]. (Roberta).

[...] Pra vocês eu posso dizer a verdade, eu sei que quando eu sair daqui, vai ser difícil eu arrumar emprego, a minha irmã diz que vai me ajudar [...] mas é difícil eles aceitarem ex-presidiária [...] já passei por isso antes [...] e no fundo eu sei, que o que me espera lá fora é continuar na lida [...] mexendo com coisa que não deve [...] mas no fim é o que dá o sustento da gente e dos filhos [...] no fundo eu sei que não tenho mais jeito não [...] e que a minha vida é isso [...] é viver correndo perigo [...] dando e recebendo cacetada [...] (Priscila).

Na época o professor de História me explicou que como estagiária eu ganharia menos que na empresa de serviços gerais, mas eu não liguei, pelo menos teria um emprego mais interessante, foi a partir daí que comecei a me interessar por História, então troquei de curso e hoje estou no quinto período da faculdade de História e continuo trabalhando nesse projeto. Aqui eu faço entrevistas, transcrevo fitas e me orgulho de trabalhar num projeto que leva em consideração a memória das pessoas comuns que geralmente são esquecidas quando se fala na história da cidade, de um ponto de vista que até então tinha sido esquecido [...]. Tenho muita facilidade em entrevistar as pessoas, principalmente porque são velhinhas, elas se abrem comigo falam de suas alegrias e suas tristezas, muitas vezes eu me identifico com elas [...] esse trabalho é muito interessante [...]. Por meio das histórias dessas velhinhas moradoras da cidade eu percebo como a vida delas foi mudando junto com a cidade ou a

cidade junto com elas [...] aí eu me vejo também [...] aquela que apanhava lá no passado ficou prá trás [...] numa outra cidade [...] nas outras cidades [...] num outro tempo [...] (Domitila).

2.2. Os jogos de memória para a compreensão de experiências de violências

Pensar o lugar dos jogos de memória para os estudos de violência e gênero no mundo urbano contemporâneo requer, assim, uma abordagem da vida metropolitana pela ótica de uma hermenêutica do tempo na consolidação das formas de vida social, neste contexto, focar em Eckert e Rocha (2005; 2009), mas sem abdicar da compreensão de ambos os fenômenos pela ótica da complexidade (MORIN, 1999) e o “pensamento da diferença”. Seguindo a linhagem dos estudos de uma etnografia da duração, a intenção teórica e metodológica deste capítulo não é tratar a vida cidadina como mera fonte de reprodução, mas, ao contrário, trata-se de abordar o fenômeno urbano a partir de uma “razão hermenêutica”. Isto é, “remete ao enfoque da “unidade estilística” da cidade como objeto temporal, fora de um círculo vicioso” (ROCHA; ECKERT, 2005, p. 95).

As escolhas das narrativas biográficas para abrir o contexto etnográfico de minha tese têm uma razão concreta para o caso dos estudos de memória ao qual se filia. O estudo de narrativas biográficas, para o caso da pesquisa com gênero e violência no mundo urbano contemporâneo, me permite compreender os momentos intensos de negociação com o mundo das cidades que os habitantes urbanos vivem, no sentido de apreender sua condição de vítimas de violências como parte da rítmica de suas trajetórias sociais e itinerários urbanos.

O conhecimento compreensivo da vida urbana, de seus territórios e formas de sociabilidade e de como eles aparecem nos jogos das memórias de minhas interlocutoras tornam-se, assim, parte do foco interpretativo das questões de gênero e violência, que, por sua vez, despontam como parte integrante “dos acontecimentos anódinos que ocorrem no seu interior e a efervescência que rege a vida ordinária de seus habitantes” (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 95). Para elas a cidade passa a ser sempre reacomodada e re-ordenada como experiência temporal de experiências de violências, e onde se destaca suas condições de gênero e de classe como chaves de entrada para estes arranjos de suas vidas nas grandes cidades.

Portanto, é imbuída por essas reflexões teóricas e conceituais emblemáticas da cidade como objeto temporal, marcada pela diversidade e descontinuidade de universos simbólicos, que apresentarei, no capítulo que segue, as narrativas biográficas

de cinco mulheres cujas trajetórias sociais apresentam-se marcadas por seus itinerários pelas cidades brasileiras. Neste percurso, inúmeras questões étnicas, éticas, morais, sociais, religiosas etc., que conformaram suas experiências anteriores com conflitos violentos, são avaliadas, negadas e, algumas vezes, até mesmo retomadas. Diferente (exceto Priscila) de outros relatos que apresento na tese colhidos na situação de encarceramento, onde as narrativas biográficas ancoradas nas questões de gênero e violência tendem a constelar em torno de outros dramas no contexto metropolitano.

A escolha das narrativas biográficas para compor este capítulo tem por pauta uma intriga relevante e que eu denomino, jocosamente, “das mulheres que fizeram minha vida”. São elas, em primeiro lugar Priscila, depois, Fênix e Domitila, seguidas de Roberta e Rebecca. A reunião de todas e o entrelaçamento de suas vidas, umas nas outras, representou um percurso de investigação que foi se estruturando ao longo da construção de minha tese de doutorado, ao mesmo tempo em que me forçou a retomar minha experiência de trabalho de campo de mestrado. A um só tempo, estas mulheres, quanto mais sugeriam umas às outras, tanto mais a trama de suas relações me desafiava a pensar os laços que uniam o Presídio de Rio do Sul (meu campo de doutorado) com a Favela Matadouro, em Itajaí (meu campo de mestrado).

Os meandros do tempo para a compreensão dos temas de gênero, violência e cidade são importantes para a compreensão dos significados que entrelaçam as escolhas das narrativas que vão seguir este capítulo.

Tudo começa quando conheço Priscila no Presídio de Rio do Sul (já relatado no capítulo anterior) que, durante nossa conversa, revela ser moradora da cidade de Itajaí e da Favela Matadouro, me forçando a “lembrar” as falas do crime, do medo e de violências de outras mulheres, minhas interlocutoras da dissertação de mestrado, mães “chefes-de-família”, como Priscila, todas elas moradoras da Favela Matadouro e vivendo, na ocasião, neste bairro da cidade de Itajaí.

Nesse sentido, vale a pena abrir um parêntese para ressituar o tema de minha dissertação, o medo que as mulheres investigadas tinham da vida do crime, do que elas fugiam e temiam, conforme o título: “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”, fruto da fala de uma moradora para expressar, segundo ela, *por meio da música do Ney Matogrosso* o que sentia em relação a morar e viver na Favela Matadouro. Em suas narrativas essas mulheres descreviam suas lutas diárias para que elas e seus filhos escapassem do crime e do tráfico de drogas. Conforme algumas falas que resgato de minha dissertação:

Droga só traz problema [...] lá no morro eu tinha medo que o meu marido quebrasse tudo dentro de casa [...]. Ele usava droga dentro de casa [...] usava craque dentro de casa [...] eu não dormia [...] porque eu tinha medo que pegasse fogo dentro de casa [...] eu ficava acordada pra que não acontecesse nada. Ficava um clima ruim [...] eu ficava assustada [...] tinha medo [...] ele ficava me enchendo saco, pedindo dinheiro pra poder comprar [...]. Porque não é fácil a pessoa que usa droga [...] fica teimando, teimando [...] quer usar [...] não é fácil [...] ele usou até agora, pouco tempo [...] passei o maior trabalho [...]. Ele não pode usar [...] porque tá com aids [...] daí fica mais doente [...]. Lá no morro eu passava muito trabalho com ele por causa dessas coisas [...] ele pedia dinheiro [...] insistia, eu dizia que não podia dá [...] acabando eu dava o dinheiro pra ele e pronto [...]. As vezes ele gastava 50, 40 conto [...]. O pessoal vendia ali mesmo [...] sempre tinha ali pra comprar [...]. Depois que a gente veio morar aqui ficou mais difícil ele usar [...]. É por isso que eu me mudei do Matadouro [...]. Eu quero Ter uma família feliz, e agora o principal a gente já tem um lugar e uma casa melhor pra morar [...]. (Marcela, Favela matadouro, Itajaí, 2000).

Hoje eu moro aqui (área A), mas há um ano atrás morava ali na subida do morro (área B), eu fui morar ali logo depois que eu casei com o Carlinho, morando ali naquele lugar eu me incomodava muito [...] via muita coisa triste [...] ruim [...] eu acordava de manhã já chorando [...] a minha irmã teve que sair dali porque eles tratavam ela mal ali, viviam falando porque ela e o marido tem AIDS [...] ali tens tua casa, mas parece que não é tua casa porque é uma perto da outra [...] é tudo num terreno só [...] não tens privacidade [...] quando eu morava ali no bequinho era assim [...] se três casas ligavam o rádio ao mesmo tempo ficava uma bagunça [...] o que incomodava ali mesmo era durante a noite [...] muita gente subindo pra cima e pra baixo [...] a gente assistia muita cena de violência [...] polícia batendo nos ladrão [...] casal brigando, casal brigando é o que mais dava [...] e aquele barulhão à noite toda pra cima e pra baixo [...]. Por isso que eu saí dali (área B), muita violência [...] a gente nem ia pra janela, tinha medo, às vezes tinha alguém com revólver podiam atirar na gente [...] o morro é fogo [...] esses dias aí a polícia tava ali em cima [...]. Tão atrás dum rapaz [...] isso aí é um inferno [...] eles vendem droga ali e a polícia tá sempre ali em cima [...] tem tiroteio [...] correria [...] eu ouvia tudo quando morava ali [...]. E quantas pessoas que a gente via eles trazerem aqui pra baixo [...] machucados [...]. Eles cortavam aquele morro lá, passavam por aqui [...]. Antes matavam até gente aqui [...]. (Marta, Favela Matadouro, Itajaí, 2000).

A gente nem ia pra janela, tinha medo, às vezes tinha alguém com revólver podiam atirar na gente [...] o morro é fogo [...] esses dias aí a polícia tava ali em cima [...]. Tão atrás dum rapaz [...] isso aí é um inferno [...] eles vendem droga ali e a polícia tá sempre ali em cima [...] tem tiroteio [...] correria [...] eu ouvia tudo quando morava ali [...]. E quantas pessoas que a gente via eles trazerem aqui pra baixo [...] machucados [...]. Eles cortavam aquele morro lá, passavam por aqui [...]. Matam gente aqui [...]. (Mirtz, Favela Matadouro, Itajaí, 2000).

A diferença entre Priscila e minhas interlocutoras anteriores, das quais tive notícias por meio dela, é que elas continuam em suas idas e vindas se deslocando pela favela ou para fora dela na tentativa de fugir, como já mencionado no capítulo anterior, da trajetória de *pobre a bandido* para elas e para seus filhos. Já Priscila cumpriu o tal *destino*, pois, segundo suas palavras, quando entrou para o mundo do crime e do tráfico *sabia, lá no fundo sabia, que não tinha mais volta*.

Assim, foi nas conversas com Priscila que tomei conhecimento de Fênix e Domitila (as quais as narrativas biográficas serão expostas posteriormente), ambas moradoras de Itajaí que em determinado período de suas trajetórias profissionais tiveram seus destinos entrelaçados com a dos moradores da Favela Matadouro e, conseqüentemente, com Priscila. Foi através desta interlocutora, dentro do Presídio de Rio do Sul, que procurei Fênix e Domitila, todas as duas pertencentes às camadas médias urbanas intelectualizadas da cidade Itajaí. A primeira estagiária do curso de Pedagogia da UNIVALI que trabalhou entre os anos de 2004-2005 na escola da comunidade da Favela Matadouro, e a segunda estudante do curso de História, da mesma instituição, integrante de um grupo de pesquisa sobre a memória dos bairros, trabalho que incluía entrevistas com os moradores locais.

Portanto, foi meu contato com Priscila que me conduziu à Associação de Moradores do Matadouro com o intuito de que Fênix e Domitila fossem mediadoras de minha reaproximação com o Matadouro e sugerissem outros possíveis contatos com mulheres que poderiam integrar a “lista” de interlocutoras de minha pesquisa.

Surpreendentemente, assim que expus minha proposta de pesquisa de doutorado, as duas se prontificaram para elas próprias comporem meu universo de pesquisa. Para mim a revelação de que ambas, ao longo de suas trajetórias sociais e seus itinerários urbanos, haviam vivido situações de violências foi perturbadora. Abria-me a porta para a compreensão das questões de gênero, violência e cidade sob outro ângulo, pois tanto Fênix quanto Domitila não pertenciam, originalmente, às camadas médias

urbanas intelectualizadas, e até mesmo psicanalizadas, já que eram oriundas das ditas camadas populares.

Nesse sentido, a descoberta de experiências de violências na configuração de suas trajetórias sociais me levou a considerá-las como interlocutoras imprescindíveis para a composição desta tese, à medida que, a partir de suas narrativas, teríamos elementos importantes para a compreensão dos fenômenos de violências relacionados a processos de ascensão social, de rompimento com as condições de vida do passado, seus vínculos com as formas de vida social na/da família de origem, seus territórios de vida na cidade e suas formas de sociabilidade, no interior das quais transparecem as diferenças de gênero.

Precisamente, é em razão da trama que une estas três mulheres (Fênix, Domitila e Priscila) entre si e que as reúne em relação à minha formação, anterior de mestrado, no campo da Antropologia, pesquisando violência e gênero na Favela Matadouro. Atualmente, estudando este mesmo tema, sob a ótica da memória, das trajetórias sociais e dos itinerários urbanos de mulheres no sistema carcerário de Rio do Sul, que escolho estas narrativas para iniciar uma reflexão, no próximo capítulo sobre memórias de violências e itinerários femininos na cidade.

2.3 Remontando temporalidade nas experiências de violências

O quadro de narrativas biográficas femininas pautadas e ritmadas por lembranças de experiências de violência, geralmente no âmbito do espaço doméstico, tendo a trajetória social de três mulheres e seus itinerários no contexto metropolitano, se complexifica, e veremos isto no próximo capítulo, quando descubro meu objeto de pesquisa mais perto de mim do que imaginava, antes mesmo de iniciar meu doutorado. Refiro-me aqui as duas últimas narrativas biográficas que compõem o próximo capítulo, quais sejam, a de Roberta e de sua mãe Rebeca; a primeira, minha ex-aluna do curso de Psicologia da UNIDAVI e estagiária do presídio feminino de Rio do Sul, como dito no capítulo anterior, foi a mediadora para que eu tivesse acesso àquele campo.

No interlúdio de minhas visitas ao presídio do Rio do Sul e de minhas idas e vindas entre Florianópolis frequentei algumas vezes a casa de Roberta com o intuito de fazer algumas orientações informais para o seu trabalho de conclusão de curso. Até que, num desses encontros, Roberta, sabendo de minha afeição pelos estudos de *memória*, trouxe uma grande caixa contendo uma centena de fotografias. Dentre delas, uma se

sobressaiu não só pela idade, já que era datada com pouca precisão lá pelos anos de 1915, mas, principalmente, pelo comentário de Roberta.



Esses eram meus bisavós italianos que vieram para o Brasil no início do século passado [...]. Essa fotografia foi tirada uns anos antes de meu bisavô assassinar minha bisavó com uma facada na véspera de natal e depois se matar.

1 - Foto da família de Roberta

E junto com esse comentário Roberta falou-me, em tom de confissão, que tanto quanto as detentas do presídio de Rio do Sul, “objetos” de seu trabalho e em parte de minha pesquisa, sua trajetória e de sua família foi marcada por episódios de violências por cinco gerações. Portanto, ela poderia, tanto quanto sua mãe, ser informante de minha pesquisa.

Se as três narrativas que serão apresentadas (Priscila, Domitila e Fênix) são relevantes, pois tratam de desmistificar determinismos sociais e psicológicos de toda a sorte, essa revelação de Roberta legitima a importância dos estudos de memória na compreensão da lógica esquecimento/lembança de experiências de violências, nesse caso, no seio de uma memória geracional.

Aqui, a crítica de De Certeau (1994) a Bourdieu e Foucault sobre o tema da reprodução social desenvolvida à luz dos estudos da vida cotidiana e seus conceitos de “táticas e astúcias” como instrumentos de interpretação dos processos de reversão da condição no interior das formas de vida social é essencial, principalmente se atrelarmos ao tema da memória, cidade e identidade narrativa em Ricoeur focalizando o aspecto das contribuições que a participação nas formas de vida social de uma metrópole pode ter

nesse processo de reversão. Nesse sentido, vale a pena antecipar mais um fragmento de uma narrativa que será apresentada integralmente no próximo capítulo:

[...] Meus irmãos foram crescendo e casando. Quando eu tinha uns dezesseis anos, e entendia um pouco mais das coisas, e não aguentava mais ficar em casa e ver minha mãe sendo violentada resolvi ir embora de casa e morar em Rio do Sul, já que era uma cidade maior e com mais oportunidades de emprego [...] (Rebeca).

[...] Uma instituição em Itajaí tava oferecendo três vagas para trabalhar com a comunidade, só que para isso teria que passar por uma seleção e se passasse teria que fazer um curso de capacitação em assistencialismo no Rio de Janeiro. Dentre mais ou menos 500 pessoas eu fui selecionada, minha mãe ficou com o bebê e eu parti pra o Rio [...]. Só que eu não fui muito bem nessa capacitação, só que na época eu fiquei sabendo que tinha uma outra vaga para professora de jardim de infância, e eu me identificava mais com isso, porque a minha formação era normalista, eu tinha habilitação pra dar aula [...]. Daí eu consegui permanecer no Rio de Janeiro e fazer esse outro curso de capacitação pra jardim de infância [...]. Daí eu fiquei mais um mês no Rio, no total eu fiquei três meses no Rio. Lá eu conheci gente do Brasil todo que também estava fazendo capacitação [...]. Aprendi muito [...]. A gente aprende muito morando numa cidade grande [...]. Nessas cidades a gente tem mais oportunidade de crescer [...]. E naquele curso eu fui muito bem [...]. Daí surgiu uma vaga em Salvador na área do curso que eu tinha feito, para Itajaí não tinha previsão [...]. O salário era bom, eles pagavam todas as despesas [...]. (Fênix).

Além disso, obviamente, pela via dos estudos de narrativas biográficas, advogo que os jogos de memória se traduzem como uma força ordenadora de experiências com conflitos-violentos. São capazes de re-ordenar os fragmentos vividos numa totalidade, não no sentido de restaurar o passado, mas de reencontrá-lo, negando, assim, seus efeitos corrosivos (DURAND, 2002), conforme as palavras de Fênix:

Mas enfim to transcendendo tudo isso [...] me recuperei [...] eu vejo que a dor agora não é mais determinante [...] agora eu consigo ver algo positivo dentro dessa negatividade toda [...] eu vejo a importância disso [...] de uma forma ou de outra eu acho que eu consegui utilizar tudo isso para me transformar numa boa psicóloga [...]. Foi na psicologia que encontrei explicação para essa minha trajetória [...] tanto na psicoterapia, como na faculdade de psicologia que to acabando de cursar [...]. Isso me

ajudou a entender essas dificuldades, essa vida intensa que a gente teve [...] eu consegui explicação pra essas coisas [...] eu não entendia porque o preconceito, porque exclusão [...] eu não tinha uma explicação teórica, científica sobre isso [...] e isso me ajuda [...] me dá subsídios pra que eu lute *contra a exclusão e o preconceito* [...] por isso eu escolhi trabalhar no presídio [...] (Roberta).

2.4 - Violências e Duração, mas afinal, duração do que e de quem?

As aproximações e as distinções entre as narrativas biográficas de indivíduos submetidos a situações de violência e conflitos-violentos podem ser imprescindíveis para compreendermos a *duração* das vivências de violências em suas vidas, bem como ajudam a interpretar processos de rupturas com a condição social de vítimas.

Neste capítulo gostaria de ressaltar uma questão primordial que me perseguiu todo o tempo de meu trabalho de campo, da dissertação à tese, e que não diminuiu com o processo de escrita: como é possível a estas mulheres transcenderem a sua condição de vítimas de violências? Uma questão que não parece ser apenas da antropóloga vivendo seus dilemas de campo, mas é possível também ser evidenciada nesta fala de Priscila, na ocasião de minha pesquisa de doutorado, ao refletir sobre sua situação de detenta:

[...] eu sei que quando eu sair daqui, vai ser difícil eu arrumar emprego, a minha irmã diz que vai me ajudar [...] mas é difícil eles aceitarem ex-presidiária [...] já passei por isso antes [...] e no fundo eu sei, que o que me espera lá fora é continuar na lida [...] mexendo com coisa que não deve [...] mas no fim é o que dá o sustento da gente e dos filhos [...] no fundo eu sei que não tenho mais jeito não [...] e que a minha vida é isso [...] é viver correndo perigo. (Priscila).

Na tentativa de construir uma saída lógica para os dramas vividos por minhas interlocutoras e por mim, penso que o jogo das lembranças e dos esquecidos fenômenos violentos tendem a ser arranjados de formas diferentes segundo o campo de possibilidades onde as trajetórias sociais e os itinerários urbanos dos indivíduos e/ou grupos sociais se delineiam. Escola ou cadeia, favela ou bairro, cidade ou campo, rua ou casa não são apenas variáveis meramente contextuais a serem mencionados nos estudos sobre violência e gênero no mundo urbano contemporâneo.

No contexto de uma metrópole a mobilidade, descontinuidade e

heterogeneidade destes espaços sociais permitiriam, a princípio, aos indivíduos e/ou grupos sociais a circulação por diversos códigos éticos e morais, padrões de comportamentos e sistemas de valores específicos etc., obviamente com impactos singulares na construção de subjetividades.

Por exemplo, a difusão dos postulados do individualismo moderno³³, a adesão a uma cultura *psi*³⁴ (VELHO, 1981), e, principalmente, a passagem para uma *cultura letrada* tanto quanto a garantia dos direitos sociais e políticos de todo sujeito/cidadão³⁵, a criação de oportunidades de emprego e trabalho para todos indistintamente (homens e mulheres, pobres e ricos, negros e brancos), são algumas das questões que estão em jogo para que a condição das vítimas de violências seja revertida e os danos a elas causados possam ser reparados.

Obviamente, o fato das vítimas de experiências traumáticas com violências e conflitos-violentos terem o acesso a uma educação formal em escolas e universidade ou às sessões de psicoterapias em clínicas e presídios não é, por exemplo, determinante para que se observe uma reparação de experiências violentas em suas trajetórias sociais. Contudo, os trajetos entre essas esferas da vida social e cultural parecem servir como experiências mediadoras de conhecimentos e informações, que podem dar a possibilidade para que as vítimas de violências consigam reparar os efeitos destas em suas vidas, em sua condição objetiva e subjetiva.

Nesse sentido, ao levar em conta a “dramática temporal” (ROCHA & ECKERT, 2000) imersa nas narrativas biográficas de mulheres vítimas de violências no espaço das ruas e de suas casas, pode-se observar processos de negociação subjetivos e

³³ Sobre a discussão do individualismo moderno ver também: DUMONT, Louis. *O individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Rocco, 1985; STOLCKE, V. Gloria. La maldición del individualismo moderno según Louis Dumont. *Revista Antropologia*, v. 44, n. 2, 2001; DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: Le système de castes et ses implications*, Paris Gallimard, 1966; Elias, N. Mozart. Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1995; SIMMEL, G. Philosophie de La Modernité. La femme, La ville, l'idéologie allemande. Paris, Gallimard, 1991; ARAÚJO, R. B. & VIVEIROS DE CASTRO, E. Romeu e Julieta e a origem do Estado, In: VELHO, G. (org). *Arte e sociedade*. Ensaios de sociologia da arte, Rio de Janeiro: Zahar.

³⁴ Sobre a configuração de uma cultura *psi* num diálogo entre antropologia e psicanálise ver especialmente: FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano*. Entre a linguagem e o gozo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998; LACAN, Jacques. Le stade du miroir comme formateur de la fonction du je, In *Écrits*, Paris, Ed. Du Seuil, 1966; FIGUEIRA, Sérvulo A. (org). *A cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985; FIGUEIRA, Sérvulo A (org). *Efeito Psi*. A influência da psicanálise, Rio de Janeiro, CAMPUS, 1998; TENÓRIO, Fernando. *Psicanálise, configuração individualista de valores e ética do social*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 7, Rio de Janeiro, Mar/jun, 2000, 117-134.

³⁵ A esse respeito ver: SEGATO, R. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. Mana. 2006, v. 2, n.1, p. 207-236. ISSN 01104-9313; AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer ou Estado de exceção*; HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. Uma história. São Paulo: Cia das letras, 2009.

objetivos nas quais se esforçam por remontarem suas vidas desde o momento antes das próprias experiências traumáticas acontecerem e, principalmente, no sentido de redefinirem sua condição de gênero em face de suas relações com os homens (irmãos, pais, padastros, maridos etc.) ou mesmo com outras mulheres que lhe provocaram sofrimento.

Aqui, me permitam uma digressão, instigada pelas discussões do Seminário “Antropologia e Feminismo”³⁶, ao pensar na duração ou não das violências nas trajetórias dessas mulheres, não poderia deixar de concordar com Maluf (2005)³⁷ sobre a urgência de se pensar numa “antropologia do sujeito”³⁸. Nesse sentido, considerando que, para a psicanálise, o sujeito em si não existe e, principalmente, que nem toda agência parte da consciência, acredito que a célebre e controvertida frase de Lacan (1998), “A mulher não existe”, possa ser um ponto de partida para a empresa de se pensar num sujeito de agência menos cartesiano.

Assim, fugindo a uma interpretação superficial do autor, mais uma vez levando em conta as idéias de Maluf (2005), penso que aqui o psicanalista, antes de estar ratificando uma sociedade patriarcal, acabe por desvelar o caráter não natural dessa³⁹, principalmente quando se considera que naquela sentença esteja expresso que se o papel do psicanalista é compreender o ser humano, nada mais coerente do que denunciar que gênero, e conseqüentemente a idéia de mulher, não existem, são uma criação, uma ilusão.

Continuando, poderíamos dizer que ao considerar o caráter de ilusão da categoria mulher, Lacan acabe por colocar a mulher num “não lugar”, o que poderia propiciar, ou melhor, mediar à constituição do “lugar de agência”. Nesse caso, “localidade” fundamental para a não duração das vivências de violências nas vidas de algumas de nossas interlocutoras, conforme será observado no capítulo subseqüente a partir das narrativas de Fênix, Domitila e Roberta.

Para fomentar essa idéia, creio que valha recorrer a Deleuze e seu conceito de “rizoma”, já que aqui é preferível estar “fora”, no “rizoma”, do que no discurso hegemônico, no sentido desse “não lugar” propiciar, em contraponto a estagnação hegemônica, movimento, mudança, enfim, agência.

³⁶ Seminário transcrito no segundo semestre de 2005 no PPGAS/UFSC, sob a tutela da Professora Doutora Sônia Weider Maluf.

³⁷ Idéias proferidas por Maluf (2005) no Seminário citado na nota anterior.

³⁸ MALUF, Sônia. *Por uma antropologia do sujeito*: esboços. Mimeog, 2009.

³⁹ Para Kaplan (1995) a psicanálise pode ser uma poderosa ferramenta para pensar e fazer uma crítica ao patriarcado. Nesse mesmo viés ver também Laura Mulvey (1983).

Além disso, com a intenção de pensar o “não lugar” lacaniano da mulher como uma possibilidade de agência, recorro a uma aproximação da idéia do psicanalista com o conceito de “abjeto” proposto por Butler (1991), já que para a autora esse conceito é fundamental para que se possa refletir na não localização como possibilidade de agência. Ou seja, aqui o processo de subjetivação inconsciente, processo de subjetivação no sentido “foucaultiano”⁴⁰, constitui sujeito sujeitado, mas com possibilidade de agência, ou ainda como argumentaria Derrida, seria no intervalo, ou ainda, no “não lugar” da repetição que se daria a ruptura, o aparecimento desse sujeito.

Enfim, para Lacan a idéia da criação da diferença sexual e da categoria gênero parece estar diretamente ligada à noção do autor de estrutura, percebida como esvaziada de conteúdo, isso apenas até certo ponto, já que, nesse caso, o conteúdo foi e é, até o momento, incessantemente construído no e pelo próprio ocidente, onde processo de subjetivação aparece como intrinsecamente ligado à apropriação de ideologia produzida. Nesse contexto, importante, lembrando que para o autor, como para Lévi-Strauss, existe uma estrutura que se repete, mas o conteúdo dessa estrutura se modifica, resgatando aí, creio, mais uma vez, a idéia da possibilidade do sujeito de agência.

Nesse sentido, conforme minhas experiências de campo, as rupturas com os modelos construídos para os papéis de gêneros e suas relações hierárquicas com base em valores patriarcais que orientam as relações geracionais e intrageracionais nas famílias de origens de minhas interlocutoras, são indícios de transformações de seus estilos de vida e visão de mundo, e que se devem, em grande parte, às suas inserções progressivas nos benefícios advindos da vida urbana de uma metrópole, como poderemos ver claramente nas narrativas de Fênix e Domitila. Parte disto se revela, como já mencionado, na adesão de algumas dessas mulheres aos postulados do individualismo moderno, um fenômeno que acompanha a complexificação de seus itinerários urbanos, e que as normas sociais e culturais deixam de criminalizá-las pelo passado (bem como elas mesmas) permitindo-lhes o benefício de reinventarem-se.

A re-invenção do passado no presente pela via da redescoberta do tempo de re-invenção de si-mesmas tem profundas relações com experiências sociais e culturais de conflitos-violentos onde a condição de marginalização, vitimização, preconceito e criminalização, associados a sua condição de vítimas, é superada pelo jogo entre esquecimento/lembrança de outros episódios vividos no passado como condição de

⁴⁰ Sobre o escape do lugar de sujeito sujeitado interligado ao processo de subjetivação ver Foucault, principalmente no final de *Vigiar e Punir*.

superação do trauma no presente e projeção do futuro.

Nesse sentido, podemos aderir à idéia de que essa duração ou não da violência na vivência dessas mulheres gravita em torno de “constelações de imagens” grudadas a “certos protocolos normativos das representações imaginárias [...] agrupados em torno dos esquemas originais” os quais podemos denominar aqui de “estruturas” (DURAND, 2002, p. 63).

Aqui, as constelações de imagens a partir das quais posso interpretar a re-invenção de si⁴¹ das mulheres em foco, são habitadas pelos temas do “*puro e impuro*”, da “*santa e da prostituta*”, da “*vítima e do algoz*”, do “*destino e do anti-destino*” e da “*honra*”, como poderá ser visualizado no próximo capítulo.

Estruturas que, por apresentarem formas dinâmicas, ou seja, estarem sujeitas “a transformações por modificações de um dos termos”, constituem “modelos” que podem servir tanto para a classificação dos episódios violentos e a interpretação de suas causas e efeitos quanto para “modificação do campo imaginário” (DURAND, 2002, p. 63), como ocorre quando os indivíduos que experienciaram conflitos-violentos conseguem, finalmente, modificar o sentido dado à violência original que aparecia, por exemplo, como veremos no próximo capítulo o caso de Roberta, em sua família por três gerações.

No plano dos estudos de narrativas biográficas, e por meio das quais consolidei meu trabalho de campo de doutorado, penso que o ato de narrar a dor se apóia fundamentalmente numa capacidade de, através dos jogos de memória, de acomodação do tempo passado no tempo futuro, pela via do instante presente, para uma vítima de violência só é possível em função do “espaço imaginário” onde sua identidade narrativa é re-criada.

Neste processo, o ato de narrar age como “recurso supremo da consciência”, permitindo a vítima lançar-se subjetivamente no tempo passado, o das lembranças dos episódios violentos, retirando-os do esquecimento na esperança de uma re-invenção de si, no sentido de uma ipseidade voltada para um devir (RICOEUR, 2000).

⁴¹ Acerca da temática da “re-invenção de si” ver De Certeau (2000); ECKERT, C.; ROCHA, A.L. A memória como espaço fantástico. *Revista eletrônica Diverso*, revista de antropologia social y Cultural del Uruguay, Montevideo, v. 2, 2000. Disponível em: <[HTTP://www.educar.org/revistas/diverso/](http://www.educar.org/revistas/diverso/)>; RICOEUR, P. *La mémoire, L'Historie, L'Oubli*. Paris: Seuil, 2001.

2.5 Das lembranças do passado a tessitura do tempo presente

Importante assinalar que o tempo prolongado em campo na coleta de narrativas biográficas me permitiu pensar se a maior ou menor inserção de minhas interlocutoras aos postulados do individualismo, veiculado pela ambiência das sociedades complexas, não lhes possibilitaria abandonar os valores holísticos do sangue, da honra e do destino, na recordação de episódios de violência, podendo estas lembranças do passado, num movimento do não esfacelamento do si, serem reparadas no tempo presente.

A condição de encarceramento, neste contexto, imporia limites neste processo de condução dos jogos de memória e seu poder conciliador, forçando-a a naturalizar a violência num estilo de vida, seguida de uma visão de mundo onde o risco ocupa parte central da argumentação. Segundo, Priscila *no fundo eu sei que não tenho mais jeito não [...] e que a minha vida é isso [...] é viver correndo perigo [...] dando e recebendo cacetada.*

Nesse contexto, o tema do livro de Elias (1998) “envolvimento e alienação”⁴² me parece importante de ser resgatado na medida em que o medo dos outros se torna o mesmo medo de si. Assim, a “sociedade de risco” é uma sociedade onde os riscos são as próprias pessoas, conforme as palavras de Priscila acima. O que pode ser complexificado se tomarmos Caldeira (2000) e Wacquant (2001) e suas leituras analíticas sobre a democracia disjuntiva e o neo-liberalismo onde tudo é responsabilidade de cada um, inclusive suas próprias desgraças.

Nesse viés, as instituições sociais características da civilização urbana, muitas delas citadas e comentadas por minhas interlocutoras, tais como a escola e o presídio, revelam, em suas feições diferentes, espaços sociais cujas lembranças lhes evocavam uma vida pautada pela marginalização e estigmatização, como nesses fragmentos das narrativas de Priscila e Fênix:

[...] Sofria muito na escola quando meus coleguinhas diziam que minha mãe era louca [...] desisti no terceiro ano por causa disso [...]. A minha infância foi horrível, eu morria de medo de acabar igual a minha mãe [...] minha mãe (chora) se enforcou quando eu tinha dez anos [...].(Priscila).

[...] Na época nós tínhamos a disciplina de educação física, daí

⁴² ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

um dia na aula de educação física as outras alunas mais velhas ficaram olhando pra mim e fofocando e logo depois eu fui chamada na sala do diretor e elas estavam lá [...] e perguntaram pra mim se eu tava grávida [...]. E falaram [...] falaram [...]. Foi uma conversa horrorosa [...] constrangedora [...]. Daí eu disse que a minha mãe não sabia [...]. E aquilo na escola todo mundo ficou sabendo [...]. (Fênix).

Nesse sentido, penso que o anonimato nas grandes cidades pode oferecer a essas mulheres a possibilidade de se recriarem, como veremos claramente no caso de Domitila e Fênix, no sentido do não controle do outro a respeito de suas próprias tragédias pessoais. Algo que Halbwachs (1968) comenta sobre a memória social que torna-se fundamental na interpretação dessas narrativas, é que os outros que viveram com essas mulheres a violência, partilham com elas dessa lembrança. Portanto, para esquecer tais episódios violentos, necessitam se afastar daqueles que detêm parte de suas lembranças e que podem lembrá-las de quem “são”, quando precisamente querem esquecer.

A partir disso, ousou pensar que o silêncio dessas mulheres diante de suas violências vividas no passado e a forma como algumas acabam rompendo com ele, faz com que elas rompam com o sofrimento precisamente pela lembrança, conforme as palavras de Roberta:

Quando eu falo pra ti Micheline dessas coisas que passei eu sofro [...] mas é diferente [...] é como se eu não fosse mais a mesma [...] é como se estivesse falando de uma outra pessoa, de uma outra vida [...] falando eu consigo compreender [...] consigo me libertar [...].

Aqui é importante frisar que, em alguns casos, para as mulheres em suas trajetórias sociais e itinerários urbanos com passagem por presídios, na condição de detentas, a criminalização da cidade e na cidade é vista como a única forma de continuar a viver. Assim, é nessa mesma cidade em que ela vivencia a rejeição e a marginalização que ela reconhece o meio para sua sobrevivência e a sobrevivência de sua prole, pautando sua trajetória por reconhecidos itinerários urbanos demarcados pela criminalização. Conforme aponta uma de minhas interlocutoras: *numa cidade portuária, o negócio do tráfico pode dar bem, e depois Itajaí é uma cidade que fica no caminho de outras cidades do estado e isso é um ponto positivo pro negócio [...] não vejo a hora de sair daqui e voltar pra casa [...] lá eu sei me virar [...]*.

Nesse sentido, em algumas das narrativas biográficas de minhas interlocutoras, transcritas para as páginas do próximo capítulo, pude observar que foi no contexto da própria vida metropolitana para onde migraram em busca de uma re-invenção de si que muitas permaneceram experienciando situações de violência, agora situadas em seus territórios marginais e marginalizados. Paradoxalmente, na diversidade e heterogeneidade de universos simbólicos, é na própria vida cidadina e nos seus postulados modernos, onde a noção de indivíduo assume um valor paradigmático, que vão descobrir ferramentas para re-invenção de suas condições social e de gênero.

O que podemos ver a partir das presenças dos projetos sociais citadinos que se cruzam com os projetos individuais de algumas de minhas interlocutoras, principalmente aquelas que têm acesso a esses “direitos civis”, considerando que algumas delas não gozam mais desses direitos.

Nesse sentido, a noção de projeto de vida (VELHO, 1981; SCHUTZ, 1979) acoplada a noção da memória como espaço fantástico é aqui referencial. Ambas, entrelaçadas, me permitem compreender como os projetos de abandono de uma condição de vítima de abuso e violências nasce, no plano dos jogos de memória, de uma reconciliação do indivíduo com as suas lembranças dos eventos violentos sofridos no passado (infância ou adolescência), promovendo esta ação a reparação de uma visão de mundo e um estilo de vida simplista onde a única forma de superar as origens da violência é aceitá-las como destino, como fechamento para o devir.

Faz-se necessário dizer que, embora não compartilhem do mesmo regime motivador de um conjunto de imagens vinculado às violências, cada uma das interlocutoras, ao seu modo, é autorizada, pelo ato de rememoração, a reparar os ultrajes do tempo nos termos dos jogos de memória e suas formas de entrelaçar o tempo do mundo e tempo vivido, numa duração feliz, e onde, então, se dá no plano da construção de um projeto de vida, um movimento de abertura de sentido para uma definição de si mesmas para o indeterminado.

Assim, ao me confrontar com narrativas biográficas de mulheres de camadas populares e de camadas médias que têm suas trajetórias sociais e seus itinerários urbanos constituídos e constituintes de sequências ordenadas no tempo de episódios violentos, iniciei uma trajetória reflexiva a respeito da capacidade de abertura de sentido que contempla os jogos de memória para a construção de projetos de vida. Isto é, sua participação nas experiências subjetivas de definição de si e que resultam, objetivamente, para o próprio si no desejo de reconquistar, no nível concreto da ação, a

“contingência do mal” (RICOEUR, 2000).

Tornar-se capaz de se re-inventar, apesar da dor, apesar do mal, é aceitar e se deixar interpelar pelas injunções (morais, políticas, religiosas) que são apelativas no sentido de reconstituir numa narrativa a unidade precária da ação.

Nesse sentido, como pude observar em inúmeras narrativas biográficas onde os episódios de violência ritmizam seus tempos, dentre elas as que seguem esse capítulo, é preciso que, rendido a sua contingência, o “mal” vinculado às reminiscências de eventos violentos abra a possibilidade de uma narração pela qual o sujeito reconquiste sua unidade e sua solicitude de se reconstituir. Como já dito, “[..] em uma palavra, elaborar a experiência do mal de tal sorte que ela abra um lugar a um julgamento e a uma “atestação”, esse é o jogo último da ipseidade” (RICOEUR, 2000, p. 45).

É partindo da máxima durandiana de que “longe de estar do lado do tempo, a memória, como o imaginário, ergue-se contra as faces do tempo, e assegura, ao ser contra a dissolução do devir, a continuidade da consciência e a possibilidade de regressar, de regredir para além das necessidades do destino” (DURAND, 2000, p. 403), que penso ser possível, por meio dos estudos de narrativas biográficas, investir na compreensão de trajetórias sociais e itinerários urbanos marcados por episódios de violências e abusos, sem cair em determinismos.

Uma proposição indispensável para quem se propõe, insistindo com Durand (2000, p. 64), a investir numa antropologia que se interroge sobre a forma comum que integra o campo dos estudos das violências no mundo urbano contemporâneo, o que implica pensá-la também como reverberação do trabalho dos antropólogos na produção de poder na cidade contemporânea.

Enfim, em especial, me refiro ao trabalho de uma antropóloga confrontada com testemunhos de vida de mulheres em sua maioria “desempoderadas” e “despossuídas” e a esperança⁴³ de ver sua produção escrita orquestrar “uma multiplicidade de pontos de vista culturalmente diferenciados e propugnar por uma comunidade argumentativa democrática na qual todos tenham o mesmo poder de fala” (LINS RIBEIRO, 2003, p.11-12).

⁴³ Aqui a utilização do termo “esperança” foi inspirado em Ricoeur (2000).

CAPITULO III

MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIAS E ITINERARIOS FEMININOS NA METRÓPOLE

3.1 - Priscila

Eu morria de medo de acabar igual a minha mãe [...] minha mãe se enforcou quando eu tinha dez anos [...] eu e minhas irmãs que achamos ela pendurada pela corda na cozinha [...].

Trabalho desde que me conheço por gente [...]. Se é que se pode chamar isso de trabalho [...] cansei de carregar peso nas costas pra encher a carrocinha do meu pai [...] que conseguia trazer alguma coisa pra dentro de casa por causa das bugigangas que ganhava ou trocava nas ruas da cidade de Itajaí e vendia ou trocava por comida ou outra coisa com a vizinhança lá do matadouro[...] se meu pai tivesse vivo e me visse presa [...] acho que morria de desgosto [...]. Eu sou a filha mais nova de três irmãs, minha mãe não pôde ter o menino que meu pai queria, teve uma complicação no parto quando me teve e depois daquilo, dizem que ela nunca mais foi a mesma [...]. Lembro sempre de ver a minha mãe sendo levada pela ambulância, ou por um vizinho para ser internada [...]. Sofria muito na escola quando meus coleguinhas diziam que minha mãe era louca [...] desisti no terceiro ano por causa disso [...]. A minha infância foi horrível, eu morria de medo de acabar igual a minha mãe [...] minha mãe (chora) se enforcou quando eu tinha dez anos [...] eu e minhas irmãs que achamos ela pendurada pela corda na cozinha [...] era meu aniversário e eu tinha brigado com ela porque achava que devia ter um bolo de aniversário como acontecia com minhas primas [...]. Me senti culpada pela morte da minha mãe [...] e ainda me sinto [...]. Primeiro porque todos dizem que ela enlouqueceu depois que eu nasci e depois porque eu briguei com ela

no dia da morte dela [...] nunca falei pra ninguém, mas naquele maldito dia, depois de nossa briga, algumas horas antes da gente encontrar ela daquele jeito, eu fiquei com tanta raiva dela que desejei que ela morresse (chora) [...]. Depois daquilo nunca mais quis saber de comemorar meu aniversário [...].

***Quando tinha dezesseis anos conheci meu marido
[...] ele era pedreiro [...] casamos [...] quando ele
não bebia a vida ia bem, senão virava uma droga
[...]. Quantas vezes eu apanhei. [...] mas bati
também [...].***

Cresci acreditando que a minha mãe morreu por culpa minha, e acho que foi mesmo [...] eu não presto mesmo [...] mas meus filhos não tem culpa disso e queria que eles se dessem bem na vida [...]. Com doze anos eu já namorava com um cara casado vizinho nosso [...] ele era um sem vergonha, ia ajudar meu pai e quando ele não tava por perto passava a mão em mim [...]. Começou assim, passando a mão nos seios, na bunda, nas pernas [...] depois num dia que ele ficou sabendo que meu pai não ia estar em casa me levou pro mato e daí pronto [...]. Lá tava eu na vida [...] uma vizinha viu, contou pra todo mundo [...] no final das contas, ele ficou com a mulher e eu fui expulsa de casa [...]. Fui morar na casa de uma tia minha numa cidade vizinha, mas não deu muito certo [...] fiquei lá uns três meses e depois voltei pra cidade de Itajaí, lá é o meu lugar [...]. Assim que voltei, comecei a trabalhar na casa de pessoas para ter onde dormir e comer [...] ganhava quase nada, mas dava pra sobreviver [...]. Quando tinha dezesseis anos conheci meu marido [...] ele era pedreiro [...] casamos [...] quando ele não bebia a vida ia bem, senão virava uma droga [...]. Quantas vezes eu apanhei [...] mas bati também [...]. A 'trancos e barrancos', com o tempo conseguimos construir uma casinha lá no morro no Matadouro [...]. De lá dava para ver a cidade inteira [...]. Uma casinha cor de rosa [...]. Era simples, mas era a mais bonita do local [...]. É lá que minha família mora ainda [...]. É para lá que eu quero morar quando eu sair do presídio [...]. Quando eu lembro da minha casinha [...] como eu queria que a vida fosse diferente [...]. A gente até pensa em sair dessa vida [...] mas não tem jeito, a gente não tem escolha.

Meu marido nunca foi preso [...] mas foi morto né [...] nesse negócio a gente nunca sabe o que pode acontecer [...]. Eu to aqui [...] mas bem feito, to aqui porque me meti com quem não devia [...].

Numa cidade portuária, o negócio do tráfico pode dar bem, e depois Itajaí é uma cidade que fica no caminho de outras cidades do estado e isso é um ponto positivo pro negócio [...]. Quando meu marido viu que a construção, ele era ajudante de pedreiro, não tava mais dando pra sustentar a família ele resolveu cair no mundo do tráfico [...] e eu vou te dizer uma coisa [...] entrou ali é difícil de sair [...] só morto mesmo [...] que foi o que aconteceu com ele [...] no começo a gente ficava com muito medo [...] mas o dinheiro era tão bom que a gente esquecia dos perigos [...] nunca ganhei tanto presente e dei tanto presente pros meus filhos como naquela época [...] foram alguns anos [...] mas acabou logo [...] mataram meu marido porque ele quis defender nosso filho mais novo [...] ele traficava mas não queria ninguém da família metido com aquilo [...] os mais novo não respeitam mais ninguém não [...] não quiseram nem saber mataram meu marido [...] depois daquilo ficamos na miséria por um tempo [...] até que um dia eu cansei e achei que podia ficar no lugar do meu marido [...] na época em que ele era vivo, nunca mexi em nada [...] mas sabia de tudo, sabia dos fornecedores, dos consumidores, até hoje escondo o caderninho dele [...] e resolvi tentar [...] meu marido nunca foi preso [...] mas foi morto né [...] nesse negócio a gente nunca sabe o que pode acontecer [...]. Eu to aqui [...] mas bem feito, to aqui porque me meti com quem não devia [...].

Nesse mundo aí conheci muita gente ruim [...]. Mas conheci gente que tem vontade de ajudar gente como a gente [...]. Gente assim, como eu, que toma um rumo errado na vida e não tem jeito [...].

Nesse mundo aí conheci muita gente ruim [...]. Mas conheci gente que tem vontade de ajudar gente como a gente [...]. Gente assim, como eu, que toma um rumo errado na vida e não tem jeito [...]. Eu quero tudo de bom pros meus filhos e pra minha

netinha que nasceu também [...]. Uma pessoa que me ajudou muito pra que meu filho mais novo não entrasse no vício foi a Fênix, ela tava fazendo um trabalho lá na escola do bairro e deu muito conselho pro meu filho e pra mim também [...] a gente acabou ficando amiga, ela conseguiu fazer com que eu participasse da reunião dos pais na escola e não fosse apontada como era na rua [...] ela me contou da história triste dela e me falou que como ela eu podia dar a volta por cima, mas eu não acredito muito nisso não, acho que pau que nasce torto, morre torto [...]. Tanto que to aqui [...]. Uma outra pessoa muito legal que ajudou muito a gente no bairro e não pedia nada em troca, que nem essa politicada vagabunda que tem por aí [...] foi a Domitila, ela tava contando as histórias dos bairros de Itajaí [...]. E foi várias vezes na casa da minha irmã do meio (essa é minha amiga, a outra me entregou pra polícia), pra ouvir as histórias da sogra dela, que é bem velhinha e conhecia todo mundo que morava aqui desde que o bairro começou [...]. Dali eu e minha irmã ficamos amiga dela, essa também teve uma vida difícil e agora tava lá trabalhando num negócio legal, bonito [...] com pasta na mão, caderninho [...] gravador [...]. Aqui dentro, posso dizer que a única pessoa que confio é na Roberta, ela ouve a gente [...] deixa a gente desabafar e não julga a gente [...] assim como tas fazendo [...]. Pra vocês eu posso dizer a verdade, eu sei que quando eu sair daqui, vai ser difícil eu arrumar emprego, a minha irmã diz que vai me ajudar [...] mas é difícil eles aceitarem ex-presidiária [...] já passei por isso antes [...] e no fundo eu sei, que o que me espera lá fora é continuar na lida [...] mexendo com coisa que não deve [...] mas no fim é o que dá o sustento da gente e dos filhos [...] no fundo eu sei que não tenho mais jeito não [...] e que a minha vida é isso [...] é viver correndo perigo [...] dando e recebendo cacetada [...].

Sinto muita falta de Itajaí, foi lá que eu nasci, me criei, me casei, tive meus filhos [...]. Se foi lá que eu me dei mal, e muito mal, foi lá que eu vivi alguma coisa que presta também [...]. Agora to aqui nesse lugar estranho [...]. Fiquei contente em ver um rosto conhecido [...] quando te vi, logo vi que te conhecia de algum lugar [...].

Sinto muita falta de Itajaí, foi lá que eu nasci, me criei, me casei, tive meus filhos [...]. Se foi lá que eu me dei mal, e muito mal, foi lá que eu vivi alguma coisa que presta também. Agora to aqui nesse lugar estranho [...]. Fiquei contente em ver um

rosto conhecido [...] quando te vi, logo vi que te conhecia de algum lugar [...]. Não vejo a hora de poder ir na praia da Atalaia, em Cabeçadas novamente [...]. De fazer comprinha na Hercílio Luz [...]. E foi na Hercílio Luz que eu comecei nessa vida errada [...] eu ia com mais duas gurias, duas despistavam a vendedora e outra botava uma peça de roupa na bolsa, outra ia no provador vestia uma calça em cima da outra [...] e quantas vezes [...] só assim a gente ganhava um dinheirinho [...] e ainda tinha roupa bonita pra sair nos finais de semana [...] quanta loja bonita daquelas dos bacanas a gente se deu bem [...]. Foi assim, por isso que eu fui presa pela primeira vez [...] mas ali saí logo, era ré primária [...] foi fácil sair [...] e pensa que eu parei por ali, é? [...] e, até casar fiz muito isso [...]. Até hoje ainda tenho uma calça aquelas boas [...] trabalhando normal, quando que eu ia conseguir comprar uma daquelas, nunquinha [...]. Tô morrendo de saudade da minha terrinha, da minha casa, da minha cidade, não vejo a hora de sair daqui e voltar pra casa [...] lá eu sei me virar [....].

3.2 – Domitila

[...] Eu apanhei muito e não morri [...] o que eu passei eu não quero que ninguém passe [...]

Meu nome é Domitila, sou de São Paulo, saí com sete anos de lá. Minha mãe tinha os relacionamentos, aí ela se envolveu com uma pessoa que se diz ser meu pai [...] sou fruto de um amor proibido [...] como meu pai sabia que minha mãe gostava de festa, de sair, da noite, ele queria me tomar dela, ele queria que eu fosse criada por ele, não por ela [...] o relacionamento deles foi só aquelas relações de noite [...] eu nem cheguei a conhecer meu pai [...] a minha mãe também sofreu muito [...] os pais dela, os meus avós eram muito duros [...]. Eu, vendo as cabeçadas que ela deu [...], eu resolvi não fazer igual [...].

Minha mãe tinha uma amiga de Sergipe que ela conheceu em São Paulo e eu sempre ia pra casa da mãe dessa amiga da minha mãe. Essa amiga da minha mãe tinha uma irmã que tinha a mesma idade que eu sete anos. Essa família tinha saído de Sergipe a procura de emprego em São Paulo [...]. Todo final de semana quando não ficava no internato, ficava lá porque minha mãe trabalhava de doméstica [...]. Como o nosso relacionamento não era bom, quando chegava o final de semana eu não queria ficar

com ela, eu queria ficar no internato, daí ela ficava brava comigo [...] como uma filha não queria ir com uma mãe??? [...].

Nessa época teve uma enchente em São Paulo, então a família da amiga da minha mãe que era de Sergipe voltou pra lá, a minha mãe me mandou com essa família pra Sergipe com o intuito de me buscar em quinze dias [...]. Na hora eu adorei, porque eu tinha uma convivência muito boa com aquela família [...]. Então fui pra Sergipe [...]. Todo mundo perguntava: e a mãe dela? Passou quinze dias, passou um mês, passou dois meses, quatro meses, um ano, dois anos [...] e nada da minha mãe [...] nenhum sinal dela [...]. Nessa época eu voltei a estudar [...] já havia começado no internato [...] estudei desde pequena [...] aprendi muita coisa em Sergipe [...] a cultura é bem diferente [...] é tudo bonito [...] a diversidade da comida [...] eu tenho o maior orgulho de ter ido pra lá [...] foram bons anos da minha vida [...]. Enquanto isso meus pais estavam na maior briga lá em São Paulo [...]. Eu tava na boa lá em Sergipe [...]. Eu vendia manga na feira de artesanato [...] andei em pau de arara [...] foi um momento mágico na minha vida [...].

Depois de um tempo a família sergipana conseguiu encontrar minha mãe que havia sumido de nossas vidas, então a amiga dela perguntou se ela não ia me buscar [...]. Nessa época que minha mãe sumiu ela tinha saído de São Paulo corrida do meu pai e ido pra Campo Grande [...]. Nessa época eu já tinha me apegado muito àquela família [...] lá ia eu viajar de novo? Mas tive que voltar pra junto de minha mãe, então fui morar com ela em Campo Grande [...]. Aí eu já tinha 15 anos [...]. A minha mãe naquela época era uma estranha pra mim [...]. Quando eu era pequena minha mãe não tinha paciência comigo, batia muito em mim [...] por isso eu preferia ficar no orfanato do que ir com ela [...] ela só me judiava [...] ela saía a noite no final de semana e me deixava sozinha [...]. Muitas vezes ela me deixava na casa da patroa dela [...] me trancava no quarto de empregada e dizia pra eu não sair [...] não fazer barulho [...]. Deixava uma garrafinha com água e saía [...]. Quando voltei a morar com ela em Campo Grande, eu só pensava que ela ia me judiar novamente como ela fazia quando eu era pequena [...]. Eu não gostei de cara de Campo Grande porque não tinha praia e a terra era vermelha [...]. Quando eu cheguei lá a minha mãe ainda era da vida da noite [...] de bebida [...] bar [...] muita cerveja [...]. O meu tormento foi muito grande [...] fiquei revoltada com aquilo [...] eu tinha quinze anos e ela só me batendo [...] o meu avô tinha chicote de bater em cavalo, daí ela me batia com aquilo [...] com tudo que ela encontrava na frente ela me batia [...]. Em função disso eu não queria mais morar na

casa da minha avó, eu queria morar na casa da minha tia, irmã da minha mãe, porque elas tinham uma outra maneira de viver [...] final de semana eu pedia pra minhas primas pedirem pra minha mãe pra eu ir pra casa delas [...] eu morria de medo da minha mãe [...]. Minha mãe nessa época tinha vários namorados [...] e eu odiava [...] minha mãe namorava caminhoneiro [...] bêbado de bar [...] ela levava essa gente pra dentro de casa [...].

Nessa época minha mãe me colocou a trabalhar junto com ela, ela era doméstica e eu comecei a trabalhar como babá [...]. Tinham duas casas uma na frente da outra, da minha tia irmã, da minha mãe e da minha avó [...] minha mãe morava com as duas ao mesmo tempo [...] dependendo da noite quando ela chegava da rua, a casa que tivesse aberta ela entrava [...] minha mãe chegava bêbada em casa [...]. Nessa época eu comecei a estudar a noite [...] era difícil [...]. Eu chegava do colégio e encontrava ela sempre com um cara diferente, cada dia um cara diferente [...] quando ela saía de perto, ela pedia pra eu fazer companhia pra esses homens e eles já me cantavam [...] foram acontecendo essas coisas [...] eles mexiam comigo [...] me bulinavam [...].

Nessa época também o meu primo começou a contar uma história pra mim da minha mãe [...] a minha tia que eu gostava muito, que eu sentia que ela me acolhia [...] ela não se dava bem com minha mãe [...] quando a tia tinha ganhado bebê [...] tava de resguardo e a minha mãe foi cuidar dela a minha tia pegou a minha mãe tendo relação sexual com meu tio no quarto do casal [...] enquanto minha tia tava descansando na varandinha os dois estavam transando no quarto [...] imagina minha tia tinha acabado de ter bebê [...] cesariana [...] tava toda furada e presenciou uma cena dessas [...] a minha tia arrebentou todos os pontos dela [...] bateu nos dois [...]. Nesse tempo que eu tava em Campo Grande minha mãe tava se relacionando sexualmente com o próprio sobrinho [...] daí que eu fui entender porque minha mãe dormia na casa da minha avó e da minha tia [...] meu primo de primeiro grau [...]. Daí eu comecei a me questionar o por que disso [...] daí comecei a perguntar sobre o passado da minha mãe com as minhas primas, daí descobri porque minha mãe tinha ido embora para Santos, foi porque minha mãe tinha ficado grávida e foi expulsa de casa pelo meu avô, chegando lá ela deu meu irmão para outra pessoa criar [...] outro fruto de um amor proibido [...] esse morreu e um outro irmão que eu tenho é traficante [...] é foda [...]. A partir daí foram brigas contínuas, muitas discussões [...] eu fui espancada por ela várias vezes [...] e aqueles homens que ela levava pra dentro de casa

continuavam me atormentando [...] falava pra ela por que tu não para de beber [...] eu falava pra ela que eu era filha única e ela devia cuidar de mim, daí ela dizia que eu era muito espertinha [...] nunca chamei ela de mãe [...] chamava ela de você [...] hoje ela não bebe mais [...] essa distância ainda tem que ser quebrada [...] hoje ela mora em Campo Grande [...]. Daí eu comecei a estudar, estudar [...] já ia de manhã pro serviço com o material escolar, saía de lá pegava ônibus e ia pra escola [...]. Chegou uma época que eu cansei de trabalhar e estudar [...] era muito difícil eu não tinha apoio de ninguém [...]. Foi muito triste [...]. Eu não gostava de homem por causa das coisas que a minha mãe fazia [...] eu tinha nojo [...]. Pra fugir daquela realidade a saída era viagem [...]. Tinha uma vizinha nossa que trabalhava na caixa econômica e foi transferida para uma pequena cidade de Mato Grosso Sul, Riviena, tem rio [...] uma delícia [...] daí eu fui com ela pra trabalhar de babá [...]. Daí nessa época parei de estudar [...] comecei a pensar: pra que estudar, sei ler e escrever [...]. Comecei a colher essa frase pra mim [...] queria crescer mas não tinha estudo, não tinha iniciativa, não tinha incentivo pra nada [...]. Naquela região é muita gente pra pouca verba do município, do estado [...] não sei hoje como ta, mas naquela época não tinha nada [...]. Daí parei de estudar e comecei a trabalhar [...] não fazia curso, não fazia nada [...]. Daí como não acontecia nada naquela região, comecei a trabalhar com as crianças, com o dinheiro que eu ganhava do trabalho de babá comecei a comprar medalhas, doces, fazia mapa do tesouro, fazia equipes e montava gincanas com as crianças da vizinhança, da família [...] queria voltar a fazer isso hoje, só que falta tempo [...]. Daí essa minha patroa da caixa conseguiu um projeto pra eu desenvolver com as crianças [...] como eu ficava triste quando via crianças que eram judiadas como eu fui, com esse projeto ajudei muitas famílias [...].

Lá se ganhava muito pouco [...] como doméstica e babá a gente não ganhava quase nada [...] o que ganhávamos nem chegava perto do salário mínimo [...] quando ganhei meu primeiro salário eu comprei um shampoo [...]. Era tanta pobreza, tanta miséria, que lá só tinha sabonete no banheiro, e quando tinha [...] sempre tinha vontade de comer isso, aquilo [...] fui no banheiro tomar banho, nunca esqueço era shampoo de morango [...] comecei a ver aquela espuma branca [...] fiquei encantada [...] demorei um monte no banho [...] o que aconteceu? Apanhei um monte pelada no banheiro da minha mãe [...] eu gastei um pote de shampoo num dia só [...] senti uma sensação de poder [...] daí a minha avó bateu na porta e eu não saía [...] quando eu abri a porta [...] a minha avó abriu o banheiro [...] nessa hora eu cresci [...] quando

minha avó viu o pote de shampoo vazio no chão, ela falou o que que é isso [...] quando eu comprei eu mostrei pra todo mundo [...]. Eu falei: o vó eu comprei com o meu dinheiro [...] pra que eu fui falar assim com minha avó [...] minha mãe tava chegando do serviço [...] a minha mãe adorava me bater [...] me bateu nua [...] eu chorava [...] daí eu pensei em fugir [...] qualquer coisa eu chorava [...] eu olhava aquelas marcas [...] porque fivela de cinto deixava marca [...] e chorava [...].

Teve um dia em que ela pegou o arreio do meu avô e começou a me bater na cara [...] daí ela começou a me enforçar [...] sorte que o meu tio tava em casa, senão ela tinha me matado [...] fazia tanto barulho aquilo no meu corpo [...] pra eu não berrar ela começou a me enforçar [...] eu comecei a engasgar [...] eu to vivenciando tudo isso enquanto to te contando [...] eu já superei tudo isso [...] mas ainda é muito doído lembrar isso [...] foi por um triz que ela não me estrangulou [...] chegou uma hora que trancou tudo [...] o meu tio chamou ela de louca [...] eu tinha vergonha [...] eu era vítima, mas sentia vergonha [...]. Eu apanhei muito e não morri [...] o que eu passei eu não quero que ninguém passe [...] se depender de mi [...]. Depois disso teve um nova tentativa [...] e foi a última [...] isso eu já tinha uns dezessete anos [...] ela levantou o braço eu segurei, levantou o outro braço mas eu não deixei e ela me olhando [...]. Até que ela desistiu acho que naquele momento tanto ela como eu percebemos que eu já não era mais aquela menina, eu era uma mulher, e tinha tanta força ou mais do que ela, depois daquilo ela nunca mais tentou [...] é triste depois de tanto apanhar eu descobri que podia me defender, que não era tão fraca assim [...] foi só eu me defender que ela recuou [...].

A minha mãe tinha um olhar muito feio, nunca mais vou esquecer aquele olhar de ódio que ela estampava na cara quando tava sóbria [...]. Agora ela ta regenerada [...]. A nossa relação sempre foi regada por muita violência [...]. A gente discutia muito, ela nunca fez o papel de mãe, ela era uma mulher da rua, da noite [...]. Em bar de sinuca era só ela de mulher, o resto era tudo homem, e ela jogava pra caramba [...] ganhava [...] ela só tomava uísque, ou conhaque [...] minha mãe tinha até um time de futebol [...]. Às vezes ela sumia de casa, daí a gente ficava sabendo que ela dormia na casa dos homens, dos amigos cachaceiros [...]. Até que um dia ela conheceu um cara no bar que bebia junto com ela [...]. Nessa época ela só vinha na vó para pegar a roupa pra trabalhar e já saía [...] ela começou a se envolver com esse cara [...] todo dia ele ligava pro trabalho dela [...] eu tinha um nojo [...] tinha um nojo de homem [...] por causa dela [...] por um lado foi bom esse relacionamento deles, porque um ajudou o

outro a parar de beber [...] hoje eles estão de casamento marcado na igreja, casamento coletivo [...] começaram a morar junto [...] eu tinha nojo das minhas roupas misturadas no mesmo cesto de roupa suja com as de um homem estranho [...] eu não gostava dele [...] começaram a se envolver e ela começou a sossegar o facho dela [...]. Mas se antes eu já não tinha lugar lá, naquele momento em que ela arrumou um homem eu não tinha mais nada pra fazer lá [...]. Foi aí que eu recebi uma proposta para ser cozinheira no Rio de Janeiro [...]. Fui trabalhar no Leblon [...]. Aí eu já tinha uns dezenove anos [...]. Tem um pessoal carioca de classe média, média alta, que tem mania de pegar meninas do interior, tipo Campo Grande e explorar no serviço doméstico [...]. Eu só fazia comida, mas tinha uma menina de treze anos que tinha que limpar aquele apartamento imenso [...]. E era trabalho, tínhamos que servir a mesa, levar a comida na bandeja e servir os patrões [...]. Essa guria era novinha, mas era muito esperta [...]. Lá eu também fazia compra no mercado, trazia notinhas [...].

Houve um momento em que os donos da casa começaram a deixar dinheiro em todo canto da casa [...]. A minha parte era só a cozinha, tanto que eu nem cheguei a conhecer todo o apartamento, só fui até a sala [...]. O meu quarto e o da guria ficava no lado da área de serviço, era muito maça [...] tinha televisão [...]. Essa menina pegou uma folha de cheque dos patrões e foi fazer compra [...]. Eu mandei ela devolver e ela me mentiu que foi a patroa que tinha dado pra ela [...]. Eu vi que o negócio não ia prestar [...] eles eram racistas, eu era proibida de cruzar a porta da cozinha, só ia até a sala se tivesse que ajudar a servir alguma refeição [...] eu gostava, ficava no meu canto [...] um dia essa mulher sentiu falta do cheque [...]. Me perguntou sobre ele e eu falei que eu nem entrava no apartamento, disse que não sabia de nada [...]. Esse dia foi horrível [...] eu não queria entregar a guria [...] e a patroa ficou me pressionando perguntando onde tava a guria [...]. Perguntavam pra guria, mas também olhavam pra mim [...] entraram no quarto pra olhar nossas coisas [...]. Até que eu falei pra eles que ela sabia onde o cheque tava [...] ela entregou o cheque e então o patrão pegou a havaiana dos pés dela e começou a bater no rosto dela com a sandália e eu vendo tudo [...] a guria tinha treze anos e quando apanhou não deu nenhum pio, não saiu lágrima do olho dela nada [...] tava acostumada a apanhar [...] devia vim de uma vivência como a minha [...]. Foram olhar tinha um monte de coisa na bolsa dela [...] arrumaram um vôo e mandaram ela de volta pra casa, nesse dia ela me disse que eu seria a próxima porque os donos da casa não gostavam de negros [...].

Com o tempo eu comecei a conversar com o filho da patroa e ela proibiu

dizendo que empregada não pode ficar conversando com filho de patrão [...]. Ela tinha um sotaque de carioca bem forte, eu adoro sotaque de carioca, mas aquela mulher eu odiava [...]. Um dia ela chegou em casa e o almoço ainda não tava totalmente pronto e ela foi bem grossa comigo dizendo que o almoço estava atrasado e que eu tinha que andar na linha, que eu escapei de não ir embora junto com a outra, que eu deveria ter contado logo de início que o cheque estava com ela e então falou se eu tinha o mesmo costume da outra e fez um comentário que pra mim foi a gota d'água, ela disse que essas negrinhas que vinham lá de Campo Grande não eram confiáveis [...]. Depois daquele dia eu não quis mais morar lá [...]. Fiquei naquela casa mais um mês e meio [...]. Mas antes de ir embora fui conhecer o Rio de Janeiro, com o dinheiro que recebi fiz um monte de compra. Comprei roupa, sapato, creme pro cabelo [...]. Me levaram no aeroporto e voltei pra Campo Grande [...]. Chegando lá me chamaram de besta por ter ido com gente estranha pro Rio de Janeiro e eu respondi que pelo menos eu conheci outros lugares [...]. Levei uma pasta pra alisar cabelo e comecei a passar no cabelo das meninas todas [...]. Levei iogurte, bolachas, aquilo foi a festa pro pessoal da minha casa que não tinha acesso a esse tipo de coisa [...].

De volta a Campo Grande a minha vida voltou a ser a mesma de sempre [...] eu já não estudava mais [...] não tinha mais nada pra fazer, comecei a ficar triste [...] foi então que o marido da minha prima Elisa veio trabalhar aqui em Itajaí [...]. Começou a trabalhar em terraplenagem e alugou uma casa e chamou ela para vir [...]. Quando ela disse que viria eu pedi pra ela me colocar na mochila dela, eu não podia ver ninguém viajar que já me animava para ir junto [...]. Quando fez um ano que ela e o marido estavam morando aqui em Itajaí boa parte da família veio para passar o natal e o ano novo, eu tentei vir também mais não consegui o dinheiro da passagem [...]. Trabalhei um monte até nas eleições na boca de urna pra dois partidos diferentes, em cada bairro eu vestia uma camiseta diferente, mas não teve jeito, não consegui juntar o dinheiro todo, na época faltava em torno de uns trinta reais para completar a passagem de ônibus Campo Grande – Itajaí.

Passou algum tempo e minha prima teve bebê, quando saiu daqui ela já tinha uma menina e lá ganhou mais uma, aproveitando a situação eu escrevi uma carta pra ela que se ela quisesse, eu vinha morar com eles em Itajaí para ajudar a cuidar das crianças, ela me respondeu prontamente que estava com sorte porque o meu tio, pai dela tava vindo pra Santa Catarina e poderia me trazer junto com ele, eu nem pestanejei, tudo que eu queria era fugir daquele inferno [...] um mês antes da partida eu já comecei

a arrumar a minha mala. Quando eu cheguei aqui estranhei bastante, era muito diferente [...] era muito frio [...] as pessoas eram muito fechadas [...] eu não fazia nada aqui além de cuidar das filhas da minha prima [...]. Eu era a única negra da rua [...] todo mundo olhava meio estranho pra mim [...]. Mas foi indo, foi indo, mesmo as pessoas sendo bem reservadas fui me acostumando [...]. Até que as crianças foram pra creche e eu sem dinheiro comecei a procurar emprego [...]. Até que eu consegui o emprego de serviços gerias numa loja de cosméticos que produzia os próprios produtos [...]. Pra mim foi a perdição, eu até hoje adoro cremes, shampoos, perfumes [...] quem trabalhava lá tinha o desconto de 50% na compra de qualquer produto, mas mesmo assim mesmo era caro, chegava no final do mês eu já tinha gastado boa parte do salário naquilo (risos) [...]. Naquela época eu tava me achando o máximo, imagina ganhei um guarda-pó branco pra trabalhar, ganhava salário de verdade, nunca tinha tido isso na vida [...] e ainda por cima fui promovida a assistente de produção, enchia frasco de perfume, etc. [...]. Foi um tempo bem legal, mas aconteceu o seguinte o meu primo conseguiu emprego, mas a minha prima não, então tava ficando difícil a família se manter aqui, pagar aluguel, luz, água [...] então eles resolveram voltar pra Campo Grande, fiquei muito triste mas tive que pedir demissão e voltar junto com eles já que sozinha eu não tinha como me manter com um salário [...]. Mas antes, como fiz no Rio de Janeiro, peguei o dinheiro que tinha pra receber e comprei roupas, mais cosméticos, presente pra todo mundo lá em Campo Grande, inclusive pra minha mãe [...]. Fui no 1,99 e comprei uma sacola bem bonita e enchi de perfumes, batons, sabonetes, etc. e levei pra minha mãe de presente, quando cheguei lá ela nem acreditou que tudo aquilo era pra ela [...]. Como eu já imaginava chegando lá não arrumei emprego, não tinha emprego [...] pra não ficar sem dinheiro comecei a bater nas casas que eu achava que eram mais bonitas e a oferecer serviço como lavar calçada, passar roupa e assim fui sobrevivendo [...].

Não passou muito tempo e uma vizinha da casa que a gente morava lá em Itajaí ligou pra minha prima perguntando se eu não queria voltar pra Itajaí para cuidar da netinha dela que ela criava de três anos e de uma filha adotiva que ela tinha de dez anos porque ela teria que começar a viajar bastante pro Rio de Janeiro em função de um tratamento que o marido precisava fazer já que estava com câncer e não tinha com quem deixar a crianças [...]. Ahhh eu pulei de alegria, ela mandou o dinheiro pela conta do marido da minha prima para eu comprar a passagem e eu fui.

De volta a Itajaí além de cuidar das crianças por incentivo de uma vizinha

comecei a freqüentar o “EJA” para acabar o primeiro e o segundo grau, tava bem feliz, finalmente eu me sentia útil, morando com uma família, chamava o casal de sessenta anos que me acolhera de pai e mãe, estava estudando [...]. Até que algo parecido com o meu passado começou novamente a me perseguir, o velho tava bastante doente mas mesmo assim começou a me assediar, quando a esposa dele não tava por perto me pedia e implorava beijo, passava a mão em mim, fingia que tava passando mal pra me chamar pro quarto e me assediar [...] eu fiquei bastante perturbada com aquela situação, porque além dele estar realmente doente, de ser velho eu não queria contar aquela coisa horrorosa pra mulher dele, uma senhora que fazia tudo por ele, me chamava de filha e que tinha me acolhido tão bem [...] era uma situação muito chata [...]. Quando as pessoas tavam perto ele era bem mal comigo, quando elas saiam ele ficava se esfregando em mim [...]. Que martírio [...] a casa dele funcionava como um quartel, já que ele era ex-comandante da marinha, [...], quando ele pedia alguma coisa todo mundo tinha que atender [...]. Comecei a ver que ele era realmente malvado [...]. A única coisa que me segurava lá era porque ele não ficava o tempo todo em casa, ficava uma semana em casa e às vezes até duas no Rio para fazer o tratamento de câncer [...]. Com essa situação comecei a ficar muito apreensiva, a mudar o meu jeito de ser [...].

Como eu falei o meu passado tava batendo a minha porta novamente [...]. Eu não falei antes, mas a própria família que a minha mãe me enviou lá em Sergipe também me assediou, eu tento só lembrar das coisas boas que aconteceram lá, mas lá também eu fui assediada e eu era só uma criança [...]. Como em Campo Grande por aqueles homens que a minha mãe levava pra dentro de casa [...]. Chegou um dia em que ele começou a passar a mão em mim e eu dei um empurrão nele, como ele tava “fraco” porque tinha vindo da quimioterapia começou a passar mal, depois daquele dia nunca mais me incomodou, também não teve muita oportunidade, porque um tempo depois ele morreu no Rio de Janeiro [...].

O tempo foi passando e eu já estava na casa dessa família em Itajaí fazia três anos, terminei o EJA, fizemos uma festa de formatura e eu comecei a desanimar porque tinha me formado mas continuava a trabalhar de babá, e depois eu não tinha carteira assinada, a senhora com quem eu morava me pagava direitinho, mas se negava a assinar minha carteira, eu fiquei muito chateada com isso, mas não podia fazer nada, como eu ia botar no “pau” a pessoa que havia me acolhido em sua casa? Nessa época, logo depois da formatura, surgiu uma oportunidade de emprego em Blumenau, ainda como babá e cozinheira, mas ganhando bem melhor e com carteira assinada. Foi difícil

pedir demissão pra quem tinha se tornado quase uma família pra mim, mas enfrentei e pedi.

Quando cheguei em Blumenau fiquei sabendo que ia trabalhar na casa de uma médica pediatra que fazia parte de uma família tradicional do local e morava num bairro nobre da cidade [...]. O prédio tinha um apartamento por andar, nunca tinha visto uma casa tão linda, nem lá no Leblon, tinha uma sacada gigante, muitos cristais, sala de piano, quatro banheiros [...]. Era muito chique [...]. O problema foi que eu não tinha carteira de motorista e precisa porque ficaria um carro a minha disposição para levar o filho da patroa para as aulas de tênis, piano, inglês etc. Aquele menino ia se tornar um gênio ou ficar maluco [...]. Também tinha um cachorrinho de raça que só podia beber água mineral e, às vezes, eu me esquecia e dava água da torneira, como tinha câmara no apartamento a doutora via o que eu fazia e não gostou [...]. A gota d'água, tanto para mim quanto para ela, foi quando um dia que eu tava com tanta alergia, depois descobri que era alergia do cachorro, que ao invés de deixar a cozinha limpa corri para farmácia e, nesse meio tempo, chegou a irmã dela da Inglaterra, foi um escândalo, como que eu poderia ter deixado a louça suja? Mesmo eu mostrando pra ela a notinha da farmácia e o meu corpo todo pipocado, até parecia que eu tava com rubéola ela não entendeu, então eu disse que ia embora e ela concordou [...]. Fiquei lá mais ou menos um mês e meio e lá estava eu de volta em Itajaí novamente [...]. Voltei e fiquei morando na casa da mesma família onde eu trabalhava, e moro lá até hoje, mas agora eu não seria mais empregada e sim mais ou menos um membro da família, ou uma hóspede permanente, alguém que ajudava de alguma forma a pagar as contas [...]. Não continuei a trabalhar na casa, pois logo depois que voltei de Blumenau um colega meu do EJA arrumou um emprego com salário e carteira para mim numa empresa que presta serviço para Universidade. Eu fazia serviços gerais na área de limpeza, era faxineira.

A Universidade era um mundo novo para mim, na época em que eu fazia o EJA me perguntavam se eu ia fazer vestibular e isso nem passava pela minha cabeça, já que, para mim, isso era coisa só de quem tinha dinheiro, mas depois que eu comecei a trabalhar lá vi que poderia tentar [...]. O meu sonho era fazer fisioterapia, mas como o vestibular era muito concorrido optei por biotecnologia já que tinha matérias afins e depois eu poderia tentar conseguir uma transferência interna [...]. Fiz e passei no vestibular. Lá tava eu me achando o máximo, imagina eu uma universitária, o único problema era quando eu encontrava meus colegas com o uniforme de servente,

limpando o chão, eu não me sentia muito bem, sentia uma certa vergonha, mas tinha que superar aquela barreira [...]. Não fui muito bem no curso, era bastante difícil e eu não gostei muito [...]. Até que eu consegui, por intermédio do pessoal de História que mantive contato no EJA, um estágio no arquivo municipal de Itajaí, lugar em que trabalho hoje.

Estou aqui desde 2004, esse estágio era para trabalhar no projeto “Memórias dos bairros” [...]. Na época o professor de História me explicou que como estagiária eu ganharia menos que na empresa de serviços gerais, mas eu não liguei, pelo menos teria um emprego mais interessante. Foi a partir daí que comecei a me interessar por História, então troquei de curso e hoje estou no quinto período da faculdade de História e continuo trabalhando nesse projeto. Aqui eu faço entrevistas, transcrevo fitas e me orgulho de trabalhar num projeto que leva em consideração a memória das pessoas comuns que geralmente são esquecidas quando se fala na história da cidade, de um ponto de vista que até então tinha sido esquecido [...]. Tenho muita facilidade em entrevistar as pessoas, principalmente porque são velhinhas, elas se abrem comigo, falam de suas alegrias e suas tristezas, muitas vezes eu me identifico com elas [...] esse trabalho é muito interessante [...]. Por meio das histórias dessas velhinhas moradoras da cidade eu percebo como a vida delas foi mudando junto com a cidade ou a cidade junto com elas [...] aí eu me vejo também [...] aquela que apanhava lá no passado ficou prá trás [...] numa outra cidade [...] nas outras cidades [...] num outro tempo [...].

3.3 - Fênix

Espero que eu não tenha que começar do zero novamente, mas se tiver vai ser com o trabalho [...]. Já trabalhei de doméstica e já fui praticamente gerente de banco [...] não importa em que lugar, eu sobrevivi, sempre consigo ressurgir das cinzas [...].

Eu sou Fênix. Com a morte da minha irmã minha mãe ficou muito doente. Na época ainda não se falava em depressão, mas acredito que ela teve [...]. Daí ela largou de mão os filhos mesmo [...]. Lembro que foi horrível, a sensação de perda da

minha irmãzinha, o enterro, o caixão, foi tudo muito marcante, se a família até então não ia muito bem [...] depois daquela experiência tudo piorou [...]. Voltando à minha adolescência as coisas entre eu e minha mãe ficaram ainda piores quando eu comecei a perceber que o meu pai começou a me espiar quando eu trocava de roupa, tomava banho [...] eu bastante incomodada contei pra minha mãe e ela não fez nada [...] só fez ficar com mais raiva de mim [...]. Eu não consigo entender porque as mulheres se omitem tanto nessas situações, acredito que muitas delas poderiam evitar a violência sexual contra seus filhos se não fossem tão omissas [...]. A minha mãe viveu e vive até hoje ao lado de um homem que ela não ama [...] acredito que mais que brigar comigo ela duelava com ela mesma [...]. Quando eu já morava em Salvador e meus pais iam fazer 25 anos de casado em abril é que caiu a minha ficha que se eu ia fazer vinte e cinco anos em outubro quando minha mãe casou com meu pai ela tava grávida de quatro meses [...]. Nesse dia passou pela minha cabeça todas as vezes que ela me agredia física e psicologicamente dizendo que eu era a culpada dela ter tido que se casar com meu pai [...]. Engraçado que desde que eu era pequena ela recriminava as moças que ficavam grávidas solteiras, inclusive eu que, nessa época, com vinte e cinco anos já tinha tido um filho solteira [...]. Foi por isso então que ela foi obrigada a casar com meu pai [...]. Porque criticar tanto os outros se o ato foi dela não foi de ninguém? [...]. Nós não temos uma relação boa até hoje [...].

Então, nessa trajetória da minha mãe me maltratar, eu acabei fazendo as coisas pra agredir mesmo [...]. Quando eu saía se ela mandava eu voltar em tal hora eu voltava mais tarde [...]. Quando eu fui estudar a noite, eu mal ia pra aula e ia dançar [...]. Era proibida de tudo, então fazia tudo escondido [...]. Muita coisa que aconteceu comigo foi em função dessas proibições, não estou colocando a culpa neles, mas fiz um monte de coisa que não foi legal pra mim mesma com o intuito de feri-los [...]. O primeiro homem que eu amei, que eu era apaixonada, o meu pai me proibiu de namorar, isso porque ele era irmão de uma pessoa que foi presa em 64 por causa da ditadura e meu pai o acusava de comunista, o que pra ele era o fim já que o meu pai foi sempre um homem político, da situação [...]. Quando eu comecei a namorar esse rapaz eu tinha dezesseis anos, tava acabando o ginásio [...] foi uma coisa bem boa [...] eu sentia que pela primeira vez na minha vida tinha uma coisa minha, concreta [...]. E não deu certo porque o meu pai não deixou isso acontecer [...]. Foi meu primeiro amor [...].

A partir do nosso rompimento a minha vida começou a ficar bem confusa [...] porque mais do que tudo nós éramos muito amigos [...]. Eu era uma moça, uma

mulher muito vistosa, bonita, alta, corpo bonito [...]. No começo isso me incomodava um pouco principalmente pelo assédio dos homens, mas depois eu comecei a tirar proveito disso [...]. E tem uma coisa chamada vaidade [...] daí a gente acaba tirando proveito [...]. Até tem um episódio engraçado que eu e a minha prima cortamos o cabelo bem curto para vender e poder comprar bolsa e sapato de verniz [...]. E aquele amor foi uma coisa pura na minha vida [...] tanto que até hoje eu sinto esse amor por aquela pessoa [...]. Eu encontro com ele, ele tá doente, eu fico triste dá gente ter se separado [...]. Não tenho certeza que teria sido uma longa história [...] mas o problema é que a gente nem teve o direito de tentar [...]. Eu ficava revoltada do porque eu não poder ter a vida igual de muitas mulheres, namorar, casar com quem eu estava apaixonada, ele era um cara decente, tinha dezoito anos, fazia o exército e o meu pai encontrou meios de nos proibir [...]. Por que eu me perguntava [...] porque eles não aceitavam esse relacionamento [...]. Eu não estava fazendo nada de errado [...]. Ele era o genro que toda mãe e todo pai deveria querer para uma filha [...].

Depois que não deu certo eu fui estudar a noite e me liberei [...]. Tinha um monte de casa noturna em Itajaí [...]. Encontrei uma turma bel legal, tinha umas moças mais velhas do que eu e outras da minha idade [...]. Nessa época eu usei e abusei de tudo que eu tinha direito [...]. Faltava a escola [...]. Tinha um homem que era separado que de vez em quando me dava carona [...] ele me assediava bastante [...]. Um dia ele me deu carona num dia de chuva ele me levou pra praia de Cabeçadas e ali a gente teve relação [...]. Eu tinha dezoito anos [...] foi a minha primeira relação [...]. A gente se conheceu na escola eu fazia normal e ele contabilidade, ele se formou um ano antes de mim [...]. Depois ele foi da primeira turma de formandos de direito de Itajaí [...]. Nessa relação eu engravidei [...] uma única vez e eu engravidei [...]. Foi uma relação bem conturbada porque eu não era nenhuma santa [...] mas ao mesmo tempo eu ainda era virgem, na hora eu me senti violentada [...] ele foi estúpido [...] na hora H eu fiquei com medo e eu desisti, mas ele me segurou e foi e eu engravidei [...]. Daí a minha situação ficou difícil [...]. Se a minha relação com minha mãe e meu pai já era difícil [...] quando eu fiquei grávida piorou muito [...]. E eu não aceitava aquela situação de estar grávida [...] eu tinha minhas ambições, eu queria continuar meus estudos [...] eu tinha outros sonhos [...]. E eu sabia que tudo isso seria interrompido ali [...]. Eu não aceitava que tava grávida [...] principalmente de um homem que eu não amava [...]. E eu não contei que tava grávida pra ninguém [...]. Segurei a minha gravidez até os sete meses [...]. A única pessoa que eu contei foi pra ele, pro pai [...] só que ele foi tão grosso comigo e

tão cafajeste que eu não consegui mais contar pra ninguém [...] resolvi esconder [...]. A única reação dele foi me levar pra abortar [...] como não tive coragem, não fui, não falei mais com ele e deixei o tempo correr e com isso a barriga ia crescendo e eu ia usando cinta e roupas mais largas pra esconder de todo mundo [...].

Mais uma vez eu me via envolvida com quem não me respeitava [...]. O meu pai e minha mãe não me respeitavam [...] e ele também não me respeitou [...]. Foi muito difícil [...]. Foi muito difícil (choro) [...]. O problema da minha doença não foi tão difícil como enfrentar essa gravidez sozinha [...]. Daí eu me vi completamente só [...] (choro) [...]. Eu continuei estudando, eu fazia tudo normal [...]. Só que eu tinha o corpo muito bonito e comecei a engordar [...]. Na minha cabeça ia acontecer alguma coisa mágica que aquilo ia ser interrompido [...] eu não aceitava aquilo [...]. Na época nós tínhamos a disciplina de educação física, daí um dia na aula de educação física as outras alunas mais velhas ficaram olhando pra mim e fofocando e logo depois eu fui chamada na sala do diretor e elas estavam lá [...] e perguntaram pra mim se eu tava grávida [...]. E falaram [...] falaram [...]. Foi uma conversa horrorosa [...] constrangedora [...]. Daí eu disse que a minha mãe não sabia [...]. E aquilo na escola todo mundo ficou sabendo [...]. Daí o diretor ficou de ir conversar com a minha mãe junto comigo, porque provavelmente iam me colocar pra fora de casa [...].

Essa conversa na escola foi numa sexta-feira e o diretor ficou de ir na próxima semana na minha casa [...]. Só que no sábado a minha mãe foi ao mercado e lá ela ouviu alguém comentar com outra pessoa sobre a minha gravidez e a minha mãe escutou [...]. A minha mãe quase morreu [...]. Daí o meu diretor foi conversar com ela e eles deixaram eu ficar em casa [...]. O meu pai não me aceitou, mas mesmo assim eu continuei dentro de casa [...]. Daí a minha vida ficou um inferno total [...]. Claro, algumas pessoas me ajudaram, da própria escola, me deram o enxoval [...]. Naquela época uma mãe solteira era muito discriminada [...] eu não saía mais de casa, só vivia pra estudar [...]. Porque na escola quando ficaram sabendo da gravidez me trataram bem, de lá eu não posso reclamar [...]. Só parei pra ter o bebê [...]. A minha mãe me acusa até hoje por aquela gravidez, mas acho que eles também poderiam ter me ajudado no sentido de procurar o pai e ter pedido para ele tomar uma posição [...]. Minha mãe ficou com vergonha e começou a andar de cabeça baixa [...]. O neném nasceu e já na outra semana eu retornei pra escola pra acabar o segundo grau [...].

Como tava muito difícil de emprego, principalmente pra uma mãe solteira, surgiu uma oportunidade que eu não podia deixar passar [...]. Uma instituição em Itajaí

tava oferecendo três vagas para trabalhar com a comunidade, só que para isso teria que passar por uma seleção e se passasse teria que fazer um curso de capacitação em assistencialismo no Rio de Janeiro, dentre mais ou menos 500 pessoas eu fui selecionada. Minha mãe ficou com o bebê e eu parti pra o Rio [...]. Só que eu não fui muito bem nessa capacitação. Só que na época eu fiquei sabendo que tinha uma outra vaga para professora de jardim de infância, e eu me identificava mais com isso, porque a minha formação era normalista, eu tinha habilitação pra dar aula [...]. Daí eu consegui permanecer no Rio de Janeiro e fazer esse outro curso de capacitação pra jardim de infância [...]. Daí eu fiquei mais um mês no Rio, no total eu fiquei três meses no Rio. Lá eu conheci gente do Brasil todo que também estavam fazendo capacitação [...]. Aprendi muito [...]. A gente aprende muito morando numa cidade grande [...] nessas cidades a gente tem mais oportunidade [...]. E naquele curso eu fui muito bem [...]. Daí surgiu uma vaga em Salvador na área do curso que eu tinha feito, para Itajaí não tinha previsão [...]. O salário era bom, eles pagavam todas as despesas [...]. Daí eu voltei pra casa em Itajaí e disse para minha mãe que eu ia pra Salvador. Ela não aceitou, mas eu disse pra ela que eu ia, ia me estabilizar lá e voltava pra pegar o menino [...]. Isso era 1973.

Daí começou uma outra etapa da minha vida [...]. Um ano e pouco depois eu vim buscar o menino e a minha mãe já não deixou mais eu levar [...]. As coisas na cabeça dela já tinham mudado muito, pra ela a mãe dele era ela e o pai dele era o meu pai [...]. Depois quando ele já tava maiorzinho eu vim buscar novamente, mas não consegui levá-lo [...]. Daí eu trabalhando naquela instituição em Salvador eu conheci um novo amor [...]. Era uma pessoa que fazia medicina e uma vez por semana ia até a instituição fazer estágio e atender as crianças carentes [...]. Quando a gente viu a gente começou a namorar [...]. Namoramos algum tempo e eu voltei a engravidar [...]. Isso depois de três anos do meu primeiro filho nascer [...]. Nós tivemos um romance bem louco [...]. Porque se aqui em Itajaí, era tudo proibido, era pecado, lá na época era tudo liberal [...]. Era uma vida completamente diferente daqui [...]. Foi um amor misturado com paixão [...]. Foi uma coisa muito maravilhosa [...]. Quando eu fiquei grávida ele me colocou num apartamento, a mãe e a irmã dele nos apoiaram, mas o pai dele não [...]. Tava preocupado com a faculdade dele e foi contra que nós morássemos juntos [...]. Então ele só ia me visitar nos finais de semana, mas era uma época muito complicada, ele tava fazendo residência [...] tinha que estudar muito [...]. E tinha uma outra coisa que começou a estragar nosso relacionamento [...] ele me tratava como uma

princesa [...] mas era extremamente ciumento [...] até as compras vinham até minha casa [...]. Eu não podia sair nem a pé, nem de ônibus, só de táxi [...] não podia conversar com ninguém [...]. E isso ia contra o que eu sou [...] bem comunicativa [...] gosto de conversar com todo mundo [...].

Depois que o bebê nasceu e já tinha 9 meses nós tivemos uma discussão muito feia e rompemos [...]. Ele não abandonou o filho, a criança sempre ia pra casa da avó [...]. Mas nós nunca mais voltamos [...]. Aí eu sofri muito também, porque eu gostava dele [...]. Nessa época eu arrumei um emprego numa tecelagem, eu secretariava a produção [...]. Fiquei um bom tempo nessa empresa [...]. Até que um homem mais velho se apaixonou por mim, quis ficar comigo mais eu recusei, não gostava de homens mais velhos. Mas, mesmo assim ele começou a me proteger e arrumou um emprego melhor pra mim numa empresa de seguros. Na época essa empresa dava boas oportunidades [...]. Como eu tava melhor financeiramente voltei pela terceira vez pra Itajaí pra buscar meu filho, mais uma vez meus pais recusaram e dessa vez ele próprio não quis ir comigo [...]. Ele já tinha 5 anos, embora eu nunca o tivesse abandonado completamente, mandava sempre presentes e dinheiro, minha mãe o colocava contra mim, dizendo que eu o tinha abandonado, não explicou que eu tinha ido trabalhar e que por outras vezes já tinha ido buscá-lo, assim o menino cresceu me odiando [...].

Passou mais um ano e eu ainda trabalhando na empresa de seguros em Salvador. Eu conheci um outro homem, que foi meu marido por 23 anos [...]. Eu conheci o Roberto numa festa na casa de uma amiga minha [...]. Logo depois nos fomos morar juntos, e logo ele também foi trabalhar na mesma companhia de seguros que eu trabalhava [...]. Dessa vez não era paixão, mas nós nos gostávamos, e o melhor é que ele me aceitou do jeito que eu era [...]. Ele aceitou que eu já tinha dois filhos [...]. Ele era filho adotivo, sofreu bastante na vida também. Então resolvemos ir morar juntos [...]. Nós moramos um tempo junto, depois nós casamos no civil e no religioso [...]. Tivemos uma vida bem sofrida juntos [...] ele era violento [...] bebia [...]. Depois de algum tempo ele foi trabalhar na mesma companhia de seguro que eu trabalhava [...]. Ele mudava muito de personalidade [...]. E ele foi se revelando um homem violento aos poucos [...]. Ele não podia ser contrariado que virava bicho [...].

Recapitulando: Eu morei em Salvador durante cinco anos, conheci o pai do meu segundo filho e me relacionei com ele durante um ano [...]. Depois que eu me separei dele eu conheci o pai do meu terceiro filho e vivi com ele durante vinte e três anos [...]. Conheci ele numa festa. Ele me envolveu, ele me valorizava muito [...]. Aí

fomos viver juntos. Ele sempre quis noivar, casar, queria ter uma relação bem certinha comigo [...]. Eu é que era meio assim [...] meio [...] eu não queria casar [...]. Eu tinha medo de me casar [...]. Ele foi se revelando aos poucos, era bom, cuidava de mim [...] quando nos conhecemos ele estudava, trabalhava, fazia faculdade, mas já tava largando [...] ele era jogador de futebol [...]. Depois que a gente conviveu e hoje eu penso que ele tinha um distúrbio de comportamento, na mesma hora que ele tava bom, logo ele mudava de comportamento [...]. Ele nunca sabia o que ele queria, ele começava uma coisa e não terminava [...]. Ele teve bons empregos [...]. Ele era um homem extremamente inteligente [...]. Quando eu o conheci eu trabalhava numa empresa de seguros e levei ele para trabalhar comigo [...]. Ele nunca tinha visto seguro, e em uma semana de curso ele superou todas aquelas pessoas que já trabalhavam na área, em pouco tempo ele foi ser instrutor de seguros no norte e nordeste do Brasil [...]. Então ele ficou com um alto salário, logo depois disso fomos morar juntos e nos mudamos para São Paulo, pois tivemos uma oferta irrecusável na Bradesco seguros, onde, além dele, eu também viajei com emprego garantido [...].

Moramos sete anos em São Paulo, e já no início tivemos grandes problemas, pois ele perdeu o emprego dele por causa da bebida, por causa da irresponsabilidade dele, porque daí ele bebia a noite e não acordava cedo pra ir trabalhar [...] chegava atrasado [...]. E a disciplina do banco onde nós trabalhávamos era muito rígida [...]. Em primeiro lugar toda pessoa que vem do nordeste já tem um rótulo, tem que provar que é cem por cento bom [...] não pode ser noventa e nove por cento bom, tem que ser cem por cento [...]. Em São Paulo todo mundo fala: é baiano mesmo, só faz baianada [...]. E ele acabou fazendo não só baianada, mas um monte de “caca”, e nisso eu continuei trabalhando, eu trabalhei sete anos no banco, só saí quando voltei pra Santa Catarina [...]. Ele perdeu o emprego em meses [...]. Depois ele entrou em outra companhia de seguros e foi ser vendedor de seguros em todo interior de São Paulo [...]. Na época nós morávamos na grande São Paulo em Osasco, daí nós compramos uma casa boa, eu engravidei novamente, antes disso eu havia feito um aborto em Salvador, pois ele não queria ter o filho, nós estávamos brigando muito e eu resolvi abortar [...].

Já nessa terceira gravidez desse foi a melhor fase que nós vivemos juntos, ele tinha isso, tinha época em que ele era maravilhoso, acho que foi por isso que consegui viver vinte e três anos com ele [...]. Então, no oitavo mês da gravidez do meu terceiro filho eu estava em casa sozinha porque ele tava viajando pela seguradora eu passei mal, fui pro hospital sozinha, corri risco de vida e perdi o bebê, foi muito triste,

porque esse filho tinha sido planejado, nós estávamos esperando por ele, quando ele voltou de viagem fizemos o enterro, foi muito triste [...]. Mas daí aconteceu que logo depois dessa perda eu engravidei novamente [...]. Na verdade, eu gosto de filhos, eu acho que eu não gostava era de marido, mas de filhos eu gosto, se eu pudesse eu teria mais filhos [...]. Eu gosto dessa relação mãe-filho [...]. Não sei se é porque eu fui muito maltratada, não fui amada o suficiente quando era criança, eu tenho um amor bem diferente pelos meus filhos [...]. Eu não dei pro primeiro, talvez porque nós fomos separados, mas pros outros dois eu tenho uma relação bem boa de mãe e filho, uma relação de amor, de diálogo [...]. Daí eu engravidei, ele não queria que eu tivesse esse filho, acho que porque eu tinha quase morrido na gravidez anterior, mas eu quis ter e tive enfim o meu terceiro filho [...]. Isso aconteceu no quarto ano em que eu estava em São Paulo, essa foi a minha quinta gravidez e aí eu tinha vinte e nove anos [...]. Durante essa gravidez aconteceu um episódio bem ruim, eu tava grávida de três meses e nas férias nós resolvemos ir para Salvador visitar a família dele [...]. Chegando lá fomos a festa de “largo”, que é uma festa típica que acontece em Salvador [...] eu fui na verdade na lavagem do Bonfim no começo de janeiro, essa é uma festa muito tradicional. Nessa época ele bebia muito ainda, depois de percorrer a trajetória da festa que vai da Conceição até o Bonfim, fomos pra casa da irmã dele que mora no Bonfim [...]. Ele me deixou lá e resolveu sair sozinho, aí ele já tava bebendo e ele era assim quando saía, sumia dois, três dias e gastava o dinheiro todo [...]. Dessa vez eu peguei o dinheiro que era do meu salário e guardei sem ele saber, depois de beber todas, ele foi pagar a conta pensando que tava com o dinheiro e quando viu tava sem nada [...]. Ele voltou pra casa da irmã muito bravo [...] e quando chegou mesmo eu estando grávida, ele não pensou duas vezes e me bateu muito e aí eu não pude reagir por causa do meu estado [...]. Me bateu na frente de todo mundo e ninguém fez nada, eu fiquei muita chateada naquele dia, com muita raiva [...] porque nessas brigas geralmente eu apanhava, mas ele apanhava também, eu revidava [...] mas por causa da família e da gravidez eu fiquei quieta [...] daí eu consegui fugir, peguei uma carona com uma Kombi e fui pra casa da minha sogra, cheguei lá toda machucada e ela não deixou ele entrar. Foi muito difícil [...] então naquela noite eu dormi no apartamento da vizinha da minha sogra para que as coisas se acalmassem [...]. No outro dia compramos as passagens de avião e retornamos para São Paulo [...].

Nessa trajetória toda de violência eu tentei muitas vezes me separar, mas não conseguia. Não tinha forças pra isso, ele pedia perdão, ele dizia que me amava,

dizia que não ia fazer mais, mudava, ficava bom [...] dali um tempo começava tudo de novo [...]. Durante essa nossa viagem pra Salvador aconteceu algo muito triste e estranho em São Paulo, o chefe dele, que era uma pessoa que ele amava bastante que viajava junto com ele pra vender seguros, foi levar a mãe numa viagem e enfiou o carro em baixo de uma carreta e morreu. Logo em seguida, quando retornamos pra São Paulo, o outro colega dele que viajava também junto com ele, numa viagem de treinamento com um novo funcionário que ia tomar o lugar do chefe também sofreu um acidente de carro e morreu [...]. Ele ficou muito mal, perdeu os dois companheiros de viagem praticamente juntos, ele ficou com medo de viajar, ficou assustado, ficou totalmente desequilibrado e resolveu pedir demissão [...]. E ele era assim, quando ele ficava desempregado, dava uma coisa nele, que ele ficava um mês, dois meses só deitado [...]. Hoje eu entendo, acho que devia ser uma depressão, alguma coisa assim [...]. Na época eu dizia pra ele, vamos no médico, vamos no psicólogo, mas ele nunca quis ir [...]. Na raiva eu dizia pra ele que ele era maluco [...] ele ficava muito enfurecido quando eu dizia isso [...].

Nessa época quando ele ficou desempregado, ele ficou numa loucura tão grande que ele me deixava trancada dentro de casa que eu não conseguia nem sair pra trabalhar às vezes [...]. E as crianças ficavam participando dessa loucura toda, e eu ficava sustentando a casa, porque quando ele ficava desempregado eu é que tinha que sustentar a casa sozinha [...] sempre eu, porque também muitas vezes quando ele tinha dinheiro ele bebia quase o dinheiro todo [...]. Daí numa dessas loucuras que ele tava desempregado nós fomos assaltados [...]. Entrou cinco homens dentro da nossa casa em Osasco e levou tudo que a gente tinha [...]. Era noite eu tava na cama dormindo, ele tava na sala assistindo televisão, bateram na porta e ele abriu e eles entraram todos armados [...]. Nessa época o mais novo tinha um ano, um deles ficou o tempo todo com uma arma apontada pra cabeça da criança, ameaçando, se a gente fizesse barulho eles atirariam na criança [...]. Eles ficaram da uma hora da manhã até umas três e meia [...]. Levaram tudo, tudo que agente tinha [...] dinheiro, roupa, comida, eletrodoméstico, eletrônicos [...] levaram tudo [...]. Aí eu fiquei muito desesperada, muito apavorada, muito angustiada [...]. Fiquei meses ouvindo a voz daqueles homens na minha cabeça [...]. Foi desesperador [...]. E o medo nessa época em São Paulo é que eles entravam nas casas estupravam as mulheres na frente dos maridos [...] eu fiquei com medo que fizessem isso comigo, mas não fizeram [...]. Eram pessoas bem arrumadas, alinhadas, não tinham características de bandidos comuns [...]. Aí eu fiquei muito desanimada de

morar em São Paulo [...]. Eu já sofria com marido, já era violentada quase que diariamente (quando ele bebia eu não queria ter relação e ele obrigava a ter isso é uma violência [...] pior que essa violência pra mim não tem [...] e é do tipo do homem que se a mulher é casada não pode negar nada, tem que aceitar tudo [...]) e ainda aconteceu isso tudo [...]. Eu tentei muitas vezes me separar, muitas vezes eu chegava a fugir, ele me achava, me trazia pra dentro, fazia algumas chantagens emocionais, porque tinham as crianças [...].

Depois do roubo não consegui mais pagar meu financiamento, não tinha mais estrutura emocional e fui mandada embora do banco, além da questão financeira que ficou péssima, eu e meu marido desempregados e sem nada, eu fiquei com muito medo de continuar morando em São Paulo, não queria mais criar meus filhos lá. Então depois de sete anos morando lá fomos embora pra Santa Catarina, lá estava de volta em Itajaí, minha cidade natal [...]. A minha mãe continuou não me aceitando [...]. Do meu marido e filhos ela também não gostava, como ela é uma pessoa extremamente preconceituosa, não aceitava que os meus filhos e marido fossem descendentes de negros [...]. Se ela não gostava de mim antes de eu ir embora, quando retornei casada e com filhos negros ela passou a não gostar mais ainda [...]. E pior ainda, eu retornei doze anos depois desempregada, pobre, começando tudo de novo [...].

Chegando aqui, já que ao longo da vida tinha feito alguns cursos, comecei a fazer artesanato para sobreviver e também comecei a trabalhar na prefeitura como professora do primário. Também arrumei emprego para ele na prefeitura, ele foi ser professor de matemática, depois ele passou pra dentro da prefeitura [...] mas por irresponsabilidade dele perdeu também esses empregos [...]. Ele não parava em lugar nenhum [...]. As bebidas, violências, brigas em Itajaí foram muito fortes, fortes, fortes [...]. Foi difícil [...]. E eu trabalhando na prefeitura eu fui crescendo, fui primeiro professora vinte horas, depois quarenta horas, depois me chamaram para ser coordenadora [...]. Eu sempre fui uma pessoa muito esforçada [...]. Quando eu trabalhava no desenvolvimento social, e a gente era responsável pelo carnaval, pelas festas todas em Itajaí [...] ele saiu pela manhã pra ir buscar nossas camisetas de trabalho na prefeitura para a gente ajudar no desfile, ele voltou pra casa seis horas da noite completamente embriagado [...]. Daí eu resolvi que eu não ia [...]. Esse dia foi horrível [...]. Mas antes disso nós tivemos muitas brigas feias [...] muita bebida [...]. Teve uma ocasião ele sumiu três dias, eu fui até a polícia, falei que ele tinha sumido [...]. E ele trabalhava na prefeitura junto, e ele não aparecia e as pessoas cobravam

[...]. Depois o delegado o encontrou [...]. Ele tava pelas ruas, bebendo em boates, botecos [...]. Ele era assim, sumia de repente, dessa vez ele estava trazendo as crianças da escola para casa e no caminho disse pra elas que era pra elas irem pra casa que ele tinha que comprar carne e voltou só depois de três dias [...] dali ele ia pro bar, bebia todo dinheiro que tinha [...] penhorava tudo e às vezes voltava só de cueca pra casa [...]. Vendia roupa, vendia sapato, vendia relógio [...]. Ele era assim [...]. Ele tinha muito ciúme de mim, ciúme dos filhos, ciúme da família [...]. Era um homem extremamente ciumento [...]. Eu nunca vi ele andar com outra mulher, nunca soube [...]. Mesmo depois que a gente tinha carro, tinha comércio, ele não dava carona pras mulheres da rua, da redondeza [...]. E eu tentava me separar e nada [...] e brigas horrorosas [...].

Voltando a história do carnaval, ele chegou completamente bêbado [...]. Quando ele chegou completamente embriagado, nós brigamos, ele me agrediu uma agressão física gigante, nós fomos até pra rua brigar [...] a dona da casa que nós alugávamos morava perto, veio no meu socorro, bateu nele, ele pegou nosso filho mais novo e sumiu com ele [...] depois fiquei sabendo que ele tava com a criança na pracinha [...]. Nisso fui até a casa de uma amiga minha e ela conseguiu pegar o meu filho dele [...]. Desse dia em diante eu não quis mais ele [...]. Aí eu decidir me separar dele completamente [...]. Ele foi me procurar na casa da minha amiga eu não deixei ele entrar, eu não quero, eu não quero ir pra casa eu dizia [...] eu não volto nunca mais [...] não quero [...] daí ele disse pra mim voltar pra casa que ele saía [...]. Eu disse não quero, vou tomar outro rumo na minha vida [...] não quero [...]. Tinha um secretário do desenvolvimento social que era ex-padre da igreja católica, e era casado, e padre da igreja ortodoxa que era amigo dele, ele foi pegou as roupas dele e foi até a casa desse amigo contar o que estava acontecendo, que agente tava se separando, que eu não queria mais ele, tal e tal [...]. Daí esse padre veio conversar comigo e me convenceu a voltar, mas eu não queria voltar [...]. Além de padre da ortodoxa ele era espírita cardecista [...]. Eu sou espírita, mas acredito que a gente tem um leque bem grande para mudar a vida da gente [...]. Eu acho que eu não mudei a minha vida porque eu não quis [...]. Depois que eu tirei a venda dos olhos e percebi que as pessoas fazem com a gente aquilo que a gente permite, as coisas boas e as coisas ruins, a minha vida começou a mudar muito [...]. Aí ele se propôs a levar o fulano pra doutrina espírita pra assistir palestra para ele parar de beber [...]. E ele disse que desse dia em diante ele não ia beber mais, e realmente daquele dia em diante ele nunca mais bebeu bebida

alcoólica [...]. Eu achava que o grande problema dele era bebida [...] doce ilusão [...].

Depois disso ele ficou bom durante um ano mais ou menos [...]. Nessa época a gente tinha até medo de sair pra alguma festa porque tinha medo que ele bebesse [...]. Depois de um ano, ele sempre encontrava alguma coisa pra incomodar [...] a máscara social um dia cai [...] não aguenta pra sempre [...]. Não é que eu queira justificar a minha vivência com uma pessoa difícil por esses anos todos, mas hoje eu acredito que ele tinha alguns distúrbios [...] pela própria história dele [...] não por ter sido filho adotivo, mas porque ele foi criado muito sem amor, sem carinho [...]. Todos os irmãos da família têm problemas, a irmã dele tem depressão profunda, hoje ela tá com 150 quilos [...]. Mais ou menos um ano ele ficou uma pessoa boa, uma pessoa boa de lidar [...]. Daí nesse ano eu continuei trabalhando na prefeitura, consegui um cargo melhor, ele começou a trabalhar como vendedor, a gente só se via no final de semana porque ele viajava para vender, adquirimos algumas coisas [...].

Nessa época tava tudo bom, foi um ano, um ano e meio mais ou menos de bastante tranquilidade [...]. Mudou o prefeito eu fui promovida, a nova secretária era minha amiga e me chamou pra trabalhar com ela [...]. Um vereador que assumiu um cargo em outro bairro pediu pro prefeito para que eu fosse trabalhar com ele [...] mas eu não gostava muito da postura dessa pessoa que eu trabalhava junto com o prefeito, eu ficava bem incomodada com o que eles faziam [...]. Ainda disse pra eles se não fosse o meu salário eu ia pedir exoneração do meu cargo, porque isso tá me incomodando [...]. Depois disso não agüentei mais muito tempo e saí da prefeitura [...].

Nisso eu e o meu marido começamos a trabalhar juntos, ele saiu da empresa que ele tava trabalhando também [...]. No começo não deu muito certo o que tentamos fazer com o dinheiro da nossa exoneração, encontramos uma pessoa que trabalhava com artefato de madeira, logo no segundo mês o sujeito nos deu um golpe e tivemos que partir do zero mais uma vez [...]. Daí começamos a pensar o que a gente ia fazer, os dois desempregados [...]. Daí comprei uma revista “pequenas empresas, grandes negócios” e achamos ali a idéia de vender batatas fritas e começamos a fritar e a vender batatas [...]. Na primeira semana eu fritei no fogão normal, eu levei três dias pra fritar um saco de batatas e ele vendeu numa hora tudo [...]. Daí partimos pra uma fritadeira, depois duas [...]. Era um trabalho exaustivo, cansativo [...] chegou uma época em que eu fritava dois sacos de batatas de 50 quilos por dia [...]. Eu fritei batatas durante dois anos, tive essa pequena empresa por dois anos [...]. Naquele período aquelas brigas homéricas não aconteciam, a gente só se desentendia por causa de negócios [...]. Nessa

época a gente só tinha briguinhas normais, não era aquela coisa toda [...]. Foi um tempo legal [...].

A pequena empresa foi crescendo e nós aplicamos o capital de giro na compra de um carro pra um parente nosso sair pela cidade vendendo batata, quando vimos gastamos todo o dinheiro do capital essa pessoa não trabalhou legal, fomos enganados mais uma vez, daí cansamos e paramos de vender batatas, lá estávamos nós mais uma vez tendo que recomeçar do zero [...]. Nesse meio tempo eu havia ganho da prefeitura um terreno no bairro Pró-Morar, fomos até e começamos a pensar o que a gente podia fazer naquele terreno sem ter dinheiro, e então tivemos a idéia de montar um “sacolão”⁴⁴ [...]. Como não tínhamos recurso ficamos dois dias no mato numa área que tinha bambu, cortamos bambu, cerramos [...]. Consegui um caminhão da prefeitura pra ir buscar o bambu pra mim e eu e outro senhor que trabalhava na prefeitura e eu e ele montamos com os bambus a estrutura para o “sacolão” e inauguramos ele na véspera de natal [...]. Compramos um caminhão de mercadoria fiado, isso era década de 1990 [...]. E aí eu comprei demais e sobrou muita coisa [...]. Aí eu ainda aproveitei muita coisa pra vender no ano novo [...]. E fui comprando mercadoria e fui pagando o que eu devia. Nessa época o meu marido começou a ter novas crises [...] começamos um novo período de vida infernal [...]. Era muito trabalho, no início cobrimos a estrutura de bambu com uma lona preta abríamos o sacolão só nos finais de semana, depois eu consegui vender uma máquina grande de fritar batatas e consegui fazer a cobertura, então começamos a trabalhar todos os dias, a vender além de frutas e verduras alguns produtos de primeira necessidade [...]. Era muito cansativo, e a única coisa que meu marido nesses períodos de desânimo dele fazia era ir uma vez por semana com um caminhão alugado buscar mercadoria no CEASA em Florianópolis descarregava quando chegava e eu fazia o resto tudo sozinha, era muito cansativo, pois tinha que acordar muito cedo todos os dias, morava longe do sacolão [...].

Nessa época as grandes brigas recomeçaram [...]. Eu muito cansada, não tinha mais ânimo pra fazer as coisas em casa, não tinha ânimo pra nossas relações íntimas de homem e mulher [...] muito cansativo [...]. A gente só brigava, mas até aí não tinha mais aquela violência física, era nas palavras, violência psicológica [...]. Mas fomos tocando [...] compramos um carrinho velho, um fiat para irmos durante a semana

⁴⁴ Sacolão é o nome dado na região para uma espécie de feira permanente de frutas e verduras vendidas, na sua maioria, por um preço popular único. Esse nome faz referência ao uso de uma única sacola grande onde os compradores alojam suas frutas e verduras e ao final da compra pesam tudo numa única vez já que o preço do quilo dos alimentos é o mesmo, com raras exceções.

buscar mercadoria nas redondezas, tempero verde, alface etc. Aí no início do segundo ano do “sacolão” uma senhora ofereceu uma casa de madeira pra gente comprar pra botar no lado do sacolão nosso terreno, daí a gente não ia mais precisar pagar aluguel e ia morar no lugar do negócio [...]. Daí no final do ano juntamos um dinheirinho compramos a casa de madeira, contratei uma empresa que carrega a casa de madeira inteira de um lugar pra outro, botaram no lugar, construímos o banheiro e ficamos morando ali [...]. Daí já era melhor, já estávamos morando ao lado [...]. Daí fomos, trabalhando, fomos brigando, fomos nos estressando, tudo com muita dificuldade [...]. Ele me exigia muito e não fazia nada [...]. Ele dormia muito e ele não fazia nada [...]. Eu trabalhava de segunda feira a domingo ao meio dia, depois eu comprei duas assadeiras e comecei a vender frango aos domingos no sacolão [...]. Daí no domingo eu ficava até nove, dez da noite temperando e recheando em torno de quarenta frangos pra assar no domingo [...] depois trocamos de carro, e eu é que fazia tudo, eu é que trocava de carro [...] eu fazia tudo [...]. Compramos uma “Topic”, chegamos a viajar com ela umas duas vezes até Salvador [...]. Depois de uns três anos de sacolão eu passei em janeiro a tirar uns dias de férias pra descansar um pouco, senão não tinha estrutura pra agüentar [...]. E ele ficava sempre muito doente, ou era doente físico, ou psicológico, se fechava, dormia muito, ele tinha problema de rins, era problema de estômago, era dor de cabeça, era gripe [...]. E sempre uma pessoa muito amarga [...]. Minha família não se dava com ele, quase ninguém gostava dele [...].

Por toda nossa história, porque eles sabiam que ele me maltratava [...]. Passou-se uns seis anos e chegou um dia que eu não suportei mais [...] trabalhamos nas eleições perdemos [...]. Daí fechamos o sacolão [...]. De novo estávamos a zero [...]. Aí eu não tinha mais estrutura para ficar em Itajaí, eu não tinha mais estrutura para procurar um emprego [...]. Quem trabalha por conta própria fica fora do mercado de trabalho, fica sem estudar, fica desatualizado, fica mais difícil arrumar emprego, ainda mais quando já passou dos trinta anos [...]. Fica muito mais difícil [...]. Daí o que que eu fiz, resolvi voltar pra Salvador [...]. Porque na verdade eu tava como querendo fugir, mas na verdade minha intenção era me separar porque nós brigávamos muito [...]. Ele era muito ciumento, tinha ciúme de todo mundo, dos meus filhos que já estavam grandes, da minha família, de amigos, eu não podia sair num domingo a tarde pra ir na casas de um parente, quando eu voltava ele tava de cara amarrada [...] já era briga pra semana inteira [...]. E além do mais, nossa vida era cheia de altos e baixos, era muito altos e baixos [...] era muito difícil [...]. Tinha tentado me separar também nessa época

do sacolão e não tinha conseguido [...]. Daí eu resolvi voltar pra Salvador [...].

Nesse meio tempo, enquanto nós não conseguíamos vender o terreno onde morávamos em Itajaí, meu filho do meio voltou para Salvador antes da gente e arrumou um emprego lá. Alugou uma casa e enviava algum dinheiro pra gente ir sobrevivendo ainda em Itajaí e eu fui ajudar minha prima a fazer salgadinhos e congelados pra fora, isso durou alguns meses até que vendemos o terreno por um preço baixo e voltamos todos pra Salvador [...]. Chegando lá fomos morar junto na casa que meu filho tinha alugado e montamos um bar, isso era final de 1997 [...] de noite funcionava como bar e durante o dia funcionava como restaurante- bar [...]. Eu fazia almoço [...]. Eu trabalhava das nove da manhã as três da madrugada, eu e ele de novo, ele não bebia, mas as brigas homéricas continuavam [...]. E eu trabalhando [...]. E eu cozinhando [...]. E eu limpando [...]. E aí logo quando nós abrimos o bar ele ficou muito doente, ele ficou gravemente doente [...]. Primeiro ele teve um mal estar muito grande, depois ele teve herpes e depois ele não conseguiu mais se recuperar [...]. Daí uma doença em cima da outra [...].

Ainda quando nós tínhamos o sacolão ele um dia teve um problema muito grave no estômago [...] e o médico começou a examinar e aquilo que ele tinha era aquilo que se chamava “sapinho”, e aquilo era característico de quem tinha HIV [...]. Mas não dava pra acreditar, o medico suspeitava disso, mas no início ele não teve coragem de fazer o exame [...]. Mas aquilo ficava martelando na minha cabeça [...]. Daí, fizemos o exame os dois e deu positivo pros dois [...] não contamos pra ninguém, ficou só entre nós e os meninos, ficamos sabendo em 1995 [...]. Foi assim: o médico conversou com ele perguntou se ele era usuário de droga injetável e coisa e tal e ele disse que não, que nunca tinha usado droga, e então o médico disse pra ele que pelo quadro dele ele poderia estar com HIV e que ele deveria fazer o exame [...]. Quando ele chegou em casa e me disse isso, eu falei não né [...] tudo que já me aconteceu isso não né [...] isso não [...]. Aí ele fez o exame, telefonaram pra mim pedindo pra ele repetir porque tinha dado positivo [...]. Aí eu fui fiz o exame e deu que eu tinha também [...]. Mas é difícil a gente acreditar [...]. Eu tinha tido outros homens, mas eu tava vinte e poucos anos casada com o mesmo marido [...] nunca traí ele [...] e tenho certeza que ele teve essa doença depois que agente tava junto, depois que o meu filho mais novo nasceu, quando tivemos o diagnóstico o meu filho mais novo já tinha catorze anos [...]. Os meninos não tem eles são doadores de sangue [...]. Nós falamos pros meninos o que estava acontecendo [...]. Até quem me levou pra fazer o exame foi meu filho [...]. Mas

como eu tava bem de saúde, tu não acaba acreditando [...] é uma coisa assim [...] por tudo que eu tinha passado e ainda passar por isso [...]. Eu não acreditava naquilo [...]. E fomos embora para Salvador [...]. Aí quando nós chegamos lá, eu sempre falava pra ele, vamos começar a fazer o tratamento [...]. Vamos pro médico, vamos tomar o coquetel [...]. Ele não aceitava [...].

No dia em que recebemos a notícia de positivo, ainda em Itajaí, eu tava limpando o sacolão, quando ele chegou a gente pegou o carro e saiu, fomos lá para Beira-rio, quando chegamos lá eu chorei muito [...]. Falei: Fulano porque tu fizesse isso comigo, porque tu andasse com outras pessoas [...]. Ele falou que não transou com outras [...]. Aí eu falei pra ele: Pelo amor de Deus [...]. Eu chorei, chorei, chorei [...]. Aí ele falou que os exames estavam errados [...]. Aí eu disse pra ele que estavam certos porque a gente tinha feito duas vezes [...]. E ele não aceitava, não aceitava [...]. Eu fui embora realmente foi para ver se lá numa outra cidade que ninguém conhecesse a gente, ele teria coragem de ir pro médico e fazer o tratamento [...] isso seria o certo [...]. Já que não tinha se manifestado nenhuma doença em mim, e ele tinha tido algumas pequenas doenças em consequência disso, se nós tivéssemos feito o tratamento nós teríamos evitado muita coisa [...] daí como ele se negou a fazer o tratamento eu telefonei pro irmão dele e contei pro irmão [...] mas não adiantou [...]. E quando nós fomos trabalhar no bar ele ficou muito doente, muito doente mesmo [...]. E ele foi ficando doente, doente, doente [...]. Fui ficando no bar sozinha [...]. Não deu mais pra tocar o bar [...]. Daí eu fechei o bar, daí ficou eu e ele desempregado [...]. A gente sobreviveu nessa época com a ajuda do irmão dele, o meu filho do meio trabalhava e ajudava e eu fui fazer faxina em Salvador [...]. Trabalhava num restaurante final de semana como ajudante de cozinha, lavava prato, descascava batata, eles não sabiam das minhas habilidades culinárias, eles já tinham cozinheiro [...]. E depois eu sou branca, do sul, e o dono do restaurante teve até medo de me empregar, pois achou que eu era uma espiã para montar outro restaurante [...] porque o restaurante dele era típico gaúcho e ele tinha medo de mim, me tratava mal, me tratava mal mesmo por isso [...]. Eu me submetia a aquilo tudo, bem humilde, não dizia que eu sabia cozinhar, não dizia nada, porque lá no restaurante eu comia bem, tomava café da manhã, almoçava e saía praticamente jantada e trazia o dinheiro pra casa [...]. Quando tinha feriado, algum evento eles me chamavam, eu ia todos os domingos [...]. E o meu marido foi piorando, foi ficando cada vez mais doente, foi ficando muito ruim, muito violento [...]. Muito difícil, de agredir a gente, de agredir o meu filho mais novo (Quando ele me

agredia eu batia em cima, eu sempre tinha um pau escondido em qualquer canto da minha casa, quando ele vinha bater em mim eu dava pau nele [...]. Às vezes as pessoas viam que ele batia em mim, de manhã eu saía bela e formosa pra trabalhar e ele tava todo quebrado em casa, eu me defendia muito [...] teve um episódio lá em Navegantes, que perto do natal eu brigou comigo que eu fugi e fui na delegacia ele foi preso eu fugi passei uns dias em Blumenau, depois eu voltei pra acabar tudo e ele pediu até ajuda pro delegado pra falar comigo pra gente voltar [...] era assim uma coisa bem louca [...]. Eu sempre me defendia [...] quando ele vinha pra cima de mim eu empurrava ele, ihhhhhhhh [...]) [...]. E ele foi piorando [...]. Eu pensei que ele ia morrer, daí eu chamei o irmão dele, internamos ele e aí ele já tava com tuberculose, aí a doença se manifestou bastante [...]. Aí se ele era ruim, com isso ele ficou mais ruim ainda [...] ficou insuportável a sobrevivência ao lado dele [...]. Aí eu não fiquei doente, fui trabalhando, trabalhando [...].

Era pra ele ficar meses internado; ele ficou dez dias e o hospital dispensou de tanto que ele incomodou no hospital e aí voltou pra casa [...] daí ele tava com tuberculose, tomando remédio [...]. Quando ele ficou internado eu fui até o hospital, como eu não tinha o exame que eu tinha feito lá em Itajaí, fiz exame de HIV novamente, pra eu já começar a tomar o remédio antes de qualquer coisa [...] mas tava um problema de greve na área da saúde lá em Salvador e eles demoraram muito pra dar o resultado [...]. Foi ficando perto do natal, aí eu já tava há um ano em Salvador, e eu tinha muita faxina pra fazer [...]. Aí uma senhora me chamou pra fazer uma faxina e aí ela deu um produto químico pra eu usar e quando eu usei pra limpar a escada, era veneno pra cupim, e era uma quantidade muito grande, quando eu aspirei aquilo queimou o meu pulmão esquerdo [...]. Aí provavelmente o meu sistema imunológico tava baixo e aí eu comecei a ficar doente [...] com febre [...] com isso, com aquilo, daí eu fui no médico, tomei remédios [...] fui melhorando [...]. E ele agressivo, era infernal dentro de casa [...] desde que eu cheguei em Salvador eu freqüentava dois centros espíritas, eles ajudavam muito a gente também [...]. Aí não pude mais trabalhar, fui ficando doente, ficando doente [...]. Eu não me levantava da cama [...]. Daí chegou um dia que eu falei pro meu filho mais novo pedir pro tio da namoradina dele me levar pro hospital senão eu ia acabar morrendo naquela cama [...]. Foi bem na hora certa, porque quando eu cheguei no hospital, no outro dia eu fui pra UTI [...]. Aí eu fiquei mal, tive parada respiratória no dia que eu cheguei já [...]. Isso foi bem no comecinho de janeiro de 1999 [...]. Fiquei em coma três dias [...] fiquei dezoito dias na UTI [...].

Fiquei três meses e dois dias internada [...]. Foi quando o meu filho ligou pra minha família em Santa Catarina e falou pra eles que eu tava com [...]. Deu o meu diagnóstico [...]. Daí todo mundo falou [...] todo mundo ficou sabendo [...]. Quando eu fiquei na UTI, os médicos disseram pros meus filhos que eu não sobreviveria [...] que eu não tinha uma chance de sobreviver [...]. Fiquei mal, tudo aconteceu [...]. Eu tive problema de respiração, a minha boca ficou toda em ferida [...]. Tudo, tudo, tudo [...]. Eu entrei em coma num dia, acordei depois de quatro dias eu tinha emagrecido vinte quilos [...]. Eu fiquei com cinqüenta quilos [...]. Eu não falava [...]. Eu comia praticamente igual a um bicho [...] tudo que eu comia era pastoso por causa das feridas na boca [...]. Eu babava igual a um animal, que nem a saliva eu conseguia engolir [...]. E os médicos diziam que eu não me salvava [...] diziam pros meus filhos que ia morrer, davam liberdade pros meus filhos entrarem na UTI pra me ver, porque eu não tinha nenhuma chance de sobreviver, nenhuma [...]. E eu fui, fui me recuperando [...].

Assim, quando eu saí do coma que eu tinha a chance de pensar, porque quando tu ta em coma tu não pensa [...]. Quando eu acordei do coma eu não lembrei de absolutamente nada do que tinha acontecido durante aqueles dias [...]. Até quando eu acordei do coma, como eu sou espírita, eu pensei que tivesse morrido e tivesse desencarnado e tivesse em outro patamar [...]. Porque eu tava num lugar, quando eu acordei estava num lugar completamente diferente, a primeira reação que eu tive é que tivesse morta [...]. Daí me mexi; eu tava cheia de aparelhos, daí apitou lá, daí veio uma enfermeira e me disse: Não morresse ainda não! [...]. Daí eu senti que tava mal [...]. Nesse período fui transferida de UTI, fui pra uma UTI especializada em pulmão, eu não tive tuberculose porque tomei remédio pra não ter [...] pra me prevenir, porque o meu pulmão ficou muito sensível [...]. Eu passei por vários processos [...] primeiro eu não tava num hospital especializado em HIV, eu tava num hospital onde todos cuidavam dos pulmões [...]. Ali eu sofri preconceito não por parte das pessoas internadas, mas dos próprios médicos e enfermeiros [...]. Na UTI eu tossia muito, daí eu escutei a enfermeira chefe dizer pro médico: “Tira essa aidética daqui que ela ta contaminando a minha UTI”. Aí eles me retiraram [...]. Mas durante essa retirada minha eu quase ia morrendo [...]. Nisso o diretor do hospital veio me socorrer [...]. Isso numa cidade grande, sozinha, sem ninguém [...]. O meu filho mais velho trabalhava, o meu filho mais novo tinha menos de dezoito anos e não podia me acompanhar [...]. E o meu marido tava em casa doente, mal.

Depois, logo em seguida ele foi internado também, ele ficou no segundo

andar e eu fiquei no quinto [...]. Eu sobrevivi, ele morreu [...]. Foi horrível, mas eu sobrevivi [...]. Uma coisa boa que eu tenho, é que eu sempre acho soluções pras coisas difíceis que eu passo [...]. Eu sempre consigo sair da lama [...]. Eu sempre acho uma saída [...] ou trabalhando de doméstica, ou varrendo as coisas, ou fazendo artesanato, ou limpando o quintal dos outros, ou trabalhando por conta, ou fazendo concurso, estudando, eu sempre consigo sair da situação difícil com o trabalho. Eu tive vários homens na minha vida, mas nunca me prostituí, não precisei usar desse artifício pra sobreviver [...] eu sempre sobrevivi do meu trabalho [...] mesmo sendo casada eu sempre comi o que eu trabalhei, sempre trabalhei e gosto de trabalhar [...]. Acho que uma das coisas que engrandece a gente, faz bem pra gente é trabalhar [...]. Comecei tudo novamente. Espero que eu não tenha que começar do zero novamente, mas se tiver vai ser com o trabalho [...]. Já trabalhei de doméstica e já fui praticamente gerente de banco [...] não importa em que lugar eu sobrevivi, sempre consigo ressurgir das cinzas [...].

3.4 – Rebeca e Roberta

3.4.1 - Rebeca

Pedro fez a fortuna dele, como agiota, jogo de azar e principalmente tráfico de mulheres [...]. Mesmo agora depois da morte dele eu vivo atordoada com a idéia de que de repente ele apareça para me enfernizar [...]. É como eu falei, meu destino tava traçado [...].

Meu avô e minha avó casaram aqui no Brasil, vieram pequeninos da Itália. Os parentes da minha avó Dalva fixaram residência em Rio d'Oeste e os parentes do meu avô em Timbó. A profissão do meu avô era feitor de estrada [...] na época tinha que fazer picadas, usavam picaretas, marretas [...] ali só passavam carro de boi, cavalos [...]. Meu avô e minha avó se casaram em Timbó e fixaram residência na mesma cidade, isso logo na primeira década de 1900 [...]. Tiveram dez filhos [...]. O meu avô ficava muito tempo fora de casa, porque ele tava fazendo esse trecho de estrada de Rio d'Oeste para o Alto vale [...]. Então quando minha avó já tinha todos os dez filhos, o meu pai era o mais novo, ainda de colo, minha avó se aborreceu porque meu avô era muito violento, tava acostumado a lidar com índios, bugres [...] e a tratava muito mal, assim

contava meu pai [...]. Como os parentes dela moravam em Rio d'Oeste ela resolveu fugir para lá no período em que meu avô estava fazendo estradas [...].

A mudança toda dela coube num burro de carga e num carrinho de boi [...]. Demorou semanas para ela percorrer o trecho de Timbó até Rio d'Oeste [...] porque naquela época não haviam estradas, só picadas [...] tinha que derrubar árvores à machado para poder passar [...] tinha que derrubar as árvores bem rente a terra para a carroça passar e não virar [...]. Quando ela chegou em Rio d'Oeste chegou muito pobre, mas muito pobre mesmo [...]. Daí ela pegou um mato lá dos parentes dela, tirou árvores e construiu uma casa de varas de eucalipto e cobriu com palmeiras para poder morar [...]. Ela e os filhos só não morreram de fome porque ela era uma pessoa muito dócil e sabia fazer de tudo um pouco [...] ela era parteira, se alguém fosse mordido por uma cobra eles iam chamar ela, se alguém se cortasse ou se ferisse ela fazia curativos [...] ela era uma espécie de médica da região. Com isso ela sobreviveu [...] porque na época dinheiro não tinha, um pagava ela com uma galinha [...] um porquinho [...] contam que quando ela atendia as pessoas usava um avental bem branquinho [...]. Mas passaram muita fome, muita fome mesmo [...] muita miséria [...]. Os filhos adoeciam; ela tinha que fazer o papel de médico, porque médico não tinha lá, só em Rio do Sul, que ficava muito longe dali [...] ela foi criando os filhos assim [...] os mais velhos começaram a trabalhar com os outros colonos, fazer roça [...] eles mesmos começaram a plantar, ter os próprios bichinhos [...] ali ela tava sobrevivendo [...] tava feliz porque tava conseguindo sobreviver com os filhos [...] com miséria, mas conseguindo [...]. Daí quando a filho mais velho ia casar meu avô veio para o casamento e resolveu ficar em casa [...]. Ele viu que ela já tinha uma casinha, tava estabelecida [...] ele queria ficar [...].

Na época ela foi falar com o padre que não queria mais o marido [...] porque ele só deixava ela grávida e voltava para estrada [...] batia nela [...] ela não queria ele de volta [...]. Mas o padre disse pra ela que ela não podia deixar o marido, que tinha que aceitá-lo de volta, porque depois que casou tem que ficar junto até a morte [...]. Na época não podia se separar tinha que conviver até morrer [...]. Ele era muito violento, mas o padre insistiu e disse que ela não podia se separar de jeito nenhum [...] tinha que continuar vivendo com ele [...]. Então, naquele mesmo ano, na noite de natal ele tinha chegado de uma daquelas viagens dele [...] a casa só tinha um quarto, o dos pais e as crianças dormiam no sótão [...].

Pela manhã minha tia mais velha, como era o hábito, preparou o café e

levou a primeira xícara no quarto para os pais [...]. Quando minha tia chegou na porta do quarto minha vó veio se abraçou na minha tia e caiu [...] foi então que minha tia percebeu que a mãe era só sangue [...] daí ela começou a gritar [...] gritar [...] os irmãos todos começaram a gritar [...]. O sobrinho da minha avó que tava na casa foi procurar ajuda [...] os vizinhos moravam longe [...] nessa confusão esqueceram de meu avô que deve ter saído pela porta dos fundos do quarto [...] na época o quarto do casal tinha uma porta que dava para a rua onde ficava a patente, já que não havia banheiro [...]. Minha avó durou ainda dois dias [...] foi o tempo de irem até Rio do Sul buscarem o médico de carroça, quando ele chegou e fechou o peito dela onde meu avô tinha dado a facada ela morreu [...].

Depois de alguns dias do enterro de minha avó alguns urubus encontraram o corpo de meu avô no meio de árvores perto da casa [...] o que tudo indica ele deve ter se arrependido e se suicidou com um tiro na cabeça [...]. Quando eles acharam ele, ele estava em baixo de uma figueira [...] lá acharam o revólver dele no lado do corpo, fumo, canivete [...] ele botou tudo encostadinho na raiz da árvore e com certeza rezou, pediu perdão a Deus [...] porque foi num momento de raiva né [...] e a gente nunca entendeu porque, mas agora com o passar dos anos a gente começou a entender [...] ele vivia fora muito tempo [...] eu acho que foi por causa de sexo [...] porque ele era muito violento [...] agora a gente imagina isso, porque nunca ninguém falou claramente sobre isso [...] o meu também ameaçava me matar se eu não fizesse sexo com ele [...] os tios da minha mãe que eram da idade dele na época contavam como ela não queria mais ele, não queria ter relações com ele, ele achou talvez que ela tivesse outro [...] mas dizem que isso nunca foi comprovado e que ela não queria mais ter relação com ele porque ela não queria mais engravidar [...] ela não queria mais filho, porque ela criou os filhos sozinha [...] na época era muito difícil [...] hoje em dia você vai ali tem pão, tem tudo [...] naquela época não tinha nada [...] pra se chegar numa venda por exemplo, como era chamado antigamente, você tinha que andar quilômetros para buscar um pouquinho de açúcar, café [...]. Pois é, porque ele se matou não pode ser enterrado no cemitério [...] era pecado [...]. Aí começou a maldição da minha família [...].

Depois desse acontecimento, os irmãos foram separados, os mais velhos casaram e levaram alguns irmãos menores para acabarem de criar, já o meu pai foi morar com a madrinha dele que era tia da minha mãe [...]. (Alguns anos depois aconteceu uma outra tragédia [...] o irmão mais velho do meu pai que já era casado saiu para caçar e nunca mais voltou para casa, nunca mais foi encontrado, a hipótese

que foi levantada na época é que uma onça pegou ele e levou para uma toca [...] [...]. Então o meu pai foi acabado de criar pela família da minha mãe Zenaide e foi por isso que os dois acabaram se casando [...]. Ele e minha mãe moravam na mesma casa [...]. A minha mãe conta que foi estuprada pelo meu pai, ficou grávida e casou [...]. Isso foi na casa da minha tia mesmo [...]. O meu avô materno não queria que o meu pai se casasse com a minha mãe mesmo ela estando grávida, isso porque na época diziam que a família do meu pai era amaldiçoada por causa do assassinato e suicídio de meus avós eles acreditavam que isso era uma maldição e que ou o filho mais velho ou o mais novo ia repetir a história, ou seja, como o irmão mais velho do meu pai tinha desaparecido restou pra ele a sina de ser a vítima da maldição [...] então meu avô materno tinha muito medo que meu pai fizesse o mesmo com minha mãe, assim ele não abençoou o casamento dos dois, o que na época era considerado muito grave [...]. Então minha mãe casou muito pobre [...] a vida da minha mãe foi muito difícil, muito complicada [...] a primeira cama da minha mãe de casada era de capim [...] faziam morro de capim cobriam com pano e dormiam [...]. Então por não ser um casamento abençoado meu pai teve que sair de Rio d'Oeste e foi morar em Pouso Redondo [...].

É bom lembrar que nesse mesmo período as minhas tias, irmãs de meu pai tiveram uma sorte ruim também por causa do passado dos pais, uma delas morreu solteirona porque era difícil alguém querer casar com uma mulher que fosse filha de um assassino suicida, a única irmã que casou foi a mais velha delas que o fizera antes do ocorrido, e a outra também não pode ser freira porque não foi aceita pelo convento pelo pecado mortal e imperdoável que o pai cometera [...]. Meus pais tiveram treze filhos, um casal de gêmeos morreu, dos outros onze que sobreviveram eu sou a sétima [...]. A vida da minha mãe foi uma desgraça, ela morreu com noventa anos e ainda trazia no corpo as marcas das surras que o meu pai dava nela [...]. O meu pai era muito violento, batia muito na minha mãe, com tudo que tinha na mão, quebrava tudo dentro de casa, vivia armado, tinha outras mulheres [...]. Enquanto tava são tava tudo bem, mas quando bebia, enchia a cara e queria matar todo mundo [...]. Sempre quando ele bebia, principalmente na noite de natal dizia que queria matar meu avô, que não esquecia a cena de ver minha avó toda ensangüentada morrendo com um buraco de faca no peito [...]. O meu pai era muito revoltado por causa disso [...]. Quando ele não bebia era outro homem, era carinhoso com os filhos, era muito trabalhador, levava a gente onde fosse preciso quando a gente ficava doente e jurou que antes de morrer ia fazer com que todos os filhos aprendessem a ler e escrever, não queria que a gente fosse analfabeto

como ele e minha mãe, dito e feito (nesse momento Rebeca se emociona e chora) todos nós estudamos quatro anos [...]. Meu pai deixou o mais importante de herança pra gente, valores bons, como o de ser trabalhador, ensinou todo mundo a trabalhar e a não roubar, nem uma laranja a gente não podia tirar do pé do vizinho, se tirasse e ele visse fazia a gente devolver e pedir desculpas, muitas vezes isso aconteceu [...].

Meus irmãos foram crescendo e casando quando eu tinha uns dezesseis anos e entendia um pouco mais das coisas e não aguentava mais ficar em casa e ver minha mãe sendo violentada resolvi ir embora de casa e morar em Rio do Sul, já que era uma cidade maior e com mais oportunidades de emprego [...]. Chegando lá, mal sabia eu que ia arrumar um inferno ainda maior pra minha vida toda [...]. Quando eu vi eu não tinha mais onde morar, daí o Pedro que era taxista, boa pinta me convenceu que podia cuidar de mim, na época eu era virgem, magrinha, pequenininha, usava tranças, era uma menina indefesa e aceitei pensando que minha vida ia melhorar [...] quando fui saber, vi que ele era casado, pai de quatro filhos, muito mais rígido e violento que meu pai e lá tava eu toda enrolada com ele, não conseguindo mais sair [...]. Dito e feito cumpri a sina da família [...]. Meu destino tava traçado [...].

A minha vida foi uma barra, a última palavra sempre era dele, ele me espancava, me obrigava a fazer coisas que eu não queria, me colocou a morar num quartinho onde só tinha uma cama e um caixote com duas mudas de roupa, eu só não passava fome, o resto era um inferno [...] tudo que eu queria na época era ter uma família para poder voltar [...] mas não tinha [...] até vinte um anos ele me obrigou a fazer muitos abortos [...] tudo num moquifo [...] uma velha que fazia [...]. Até hoje não posso passar por aquela casa [...]. Deus me livre [...] cada vez que saía de lá tinha muita hemorragia, não sei como não morri [...] saia de lá e ia direto pro hospital, lá ninguém sabia o que eu tinha, só um médico cuidava de mim e a pedido do Pedro mentia para o resto do hospital sobre o meu estado [...] entre tantos abortos tive uma filha, Roberta, e Antônio, o mais velho [...].

Quando fiz vinte e um anos ele me levou para o hospital para fazer laqueadura, o médico me disse que fez aquilo não porque o Pedro pediu, mas porque não agüentava mais me ver chegar sempre no hospital naquele estado, perdendo sangue e sendo sempre internada com infecções e anemia profunda [...]. Depois da cirurgia fiquei muito doente e fui pra São Paulo trabalhar e morar com minha irmã na casa de um médico cardiologista, nós éramos domésticas [...] nos seis meses que fiquei lá fiz tratamento, mas até hoje sofro por causa desses abortos [...]. Depois até hoje eu não

consigo dormir a noite porque ele me obrigou a ficar acordada durante anos a noite toda, isso na época em que ele era taxista e negociava mulheres entre alguns municípios de Santa Catarina e Paraná, ele vendia mulheres [...] achava elas pelas ruas, dava um trato, usava e depois vendia [...]. Nessas viagens em que ele transportava essas mulheres me obrigava a ficar falando a noite toda para que ele não dormisse no volante, a minha garganta doía muito, mas eu não podia parar de falar, senão ele me batia [...]. Uma vez, uma só vez, ele tentou me vender, mas esqueceu que me ensinou a atirar, se não fosse isso talvez até hoje eu estivesse por lá [...]. Foi em Ponta Grossa no Paraná, ele tava levando duas mulheres para um prostíbulo, quando a cafetina me viu disse que só ficava com as duas se ele me deixasse também, quando ele começou a me negociar consegui fugir para o carro, foi quando ele disse que ia me bater se eu não saísse do carro, o “coitado” se esqueceu que tinha me ensinado a atirar (isso foi outro martírio [...] quando ele me ensinava e eu errava o alvo, ou tremia ele me batia) quando ele foi me tirar do carro eu apontei a arma pra cabeça dele e disse que queria ir embora [...]. Olha eu atirava mesmo se ele não tivesse ido [...]. Ele ficou com medo e me levou para um hotel, pois já era tarde e a gente tinha que dormir [...] chegando lá ele tirou a arma da minha mão e brigou muito comigo porque eu fiz ele perder um dinheirão, e disse que eu era tola de não confiar nele porque depois ele ia me buscar, nesse meio tempo, enquanto falava me espancava e fazia tudo de ruim [...] não sei como eu consegui fugir pra rodoviária, mas ele foi atrás de mim, eu com medo voltei pra casa com ele e continuei naquela vida [...]. Também não dormia quando ele fazia eu ficar esperando ele nos jogos de sinuca que iam noite adentro, ele pedia um lanche pra mim, eu comia e ficava sentadinha esperando a noite toda [...]. Foi assim que ele fez a fortuna dele [...]. A família dele não sabe como ele ganhou tanto dinheiro durante a vida...só eu sei, eu que sempre fui a outra, a amante, eu sei, eu fui a outra por mais de quarenta anos e sei que Pedro fez a fortuna dele, como agiota, jogo de azar e principalmente tráfico de mulheres [...]. Mesmo agora depois da morte dele eu vivo atordoada com a idéia de que de repente ela apareça para me enfernizar [...]. É como eu falei, meu destino tava traçado [...].

3.4.2 - Roberta

*Isso me causava repulsa [...] eu não queria assim
[...] eu empurrava [...] não era assim que eu queria
[...] sai, sai, eu empurrava ele [...].*

[...] A minha infância foi muito complicada, pois a relação dos meus pais era muito violenta, meu pai batia muito em minha mãe Rebeca, segundo eu soube, quando deu depressão nela, ela contou isso para uma tia minha, ele amarrava ela na cama, era violento, praticava sexo anal [...] barbárie [...] e ela tinha muito medo dele [...] ele colocou ela morar num quartinho e ali ela morou por uns tempos [...]. Quando ela fez dezessete anos os dois brigaram muito e ela foi pra Rio d'Oeste pra casa de meus avós [...] no ônibus ela conheceu um moço que ficou muito interessado por ela e naquela noite ela acabou se envolvendo com o cara [...] no outro dia meu pai foi buscá-la e ela voltou pra ele e ela ficou grávida [...] pra todos os efeitos ele achava que o filho era dele [...] nasceu e nasceu loiro [...] meu pai é bem moreno [...] alguém falou pro meu avô que minha mãe teve envolvimento com esse cara do ônibus e de algum modo meu pai ficou sabendo [...] e fez com que ela abandonasse o menino [...]. Já um tempo depois, um ano e meio mais ou menos, quando ela ficou grávida de mim, isso depois de abortar muitas vezes por mando dele [...] ele me quis e dessa vez ela é que não queria [...] então tentou me abortar umas quatro vezes, por isso ele surrava e espancava muito ela, enfim no meio dessa barbárie toda eu acabei nascendo [...]. Só que aí eu nasci bem morena, a cara dele, daí ele teve “certeza” que o outro não era filho dele [...] tava feita a confusão [...]. Aí o menino nunca pôde voltar [...]. Ele mandou ela escolher entre ele, eu ou o menino [...].

No meio disso tudo teve muita violência, muita briga [...]. Enfim, quando eu tinha dois aninhos ela tava muito doente e foi embora para São Paulo, minha tia trabalhava na casa de um médico judeu, cardiologista, ela foi morar lá e trabalhar junto com minha tia [...]. No início ela não me levou com ela, me deixou na casa da vizinha, pagava uma pensão para que a vizinha cuidasse de mim [...] aí eu tinha quase três anos e me lembro de bastante coisa [...]. Eu lembro que a casa era de dois pisos, tinha uma escada redonda e eu ficava sentadinha ali na frente aos sábados esperando o pai me buscar para passear [...]. Todo sábado que ele vinha me pegar ele vinha com

uma namoradinha diferente, eu lembro que eu sentava no colo das moças [...]. Depois de um tempo, mais ou menos quatro meses ela voltou de São Paulo me tirou dali e me levou pra minha avó e voltou para São Paulo [...]. Eu lembro que quando eu tava na minha avó meu pai ia regularmente me vê, sempre colocava um dinheirinho no bolso da minha avó [...] lá era horrível [...] não tinha só eu e meu irmão de neto, tinha mais uns quatro netos [...] era uma sujeira, uma bagunça, só criança chorando [...] tinha só uma vaquinha pra sustentar aquilo tudo [...] meu avô só bebia [...] só dava briga [...] continuava batendo na minha avó [...] eu ficava doente [...] eu não podia vê aquilo [...] já fui criada no meio daquilo [...] ele pegava o facão [...] ia pra cima da nona Zenaide [...] eu gritava muito e eles não gostavam de mim porque eu era a única neta pretinha [...]. O pai ia lá eles começaram a reclamar de mim [...] então ele chegou na casa dele falou com a esposa dele e ela com pena disse que aceitava me criar [...]. Nisso alguém contou pra minha mãe e ela veio correndo de São Paulo e me levou com ela embora [...]. Nessa época eu ainda não tinha sido registrada, nasci em 1962 e só fui registrada em 1965 porque ela tinha que viajar e me registrou, é claro, sem nome de pai [...].

Fiquei morando uns quatro meses na casa do médico onde minha mãe trabalhava, na ala dos empregados [...]. A família tinha quatro filhos [...] e sabe como é, criança de rico, vêem uma criança do interior eles maltratam [...] eu era presa dentro do guarda-roupa, eles judiavam de mim [...]. Daí a mãe me tirou daquela casa e pagou pensão na tia Ana, que morava numa casa de empregados numa mansão de uma chinesa [...]. Essa tia Ana, morava com o marido e uma filha de quatorze anos [...]. Eles me tratavam muito bem [...]. Foi uma das poucas vezes que eu me lembro de ser bem tratada quando criança [...]. Nessa época eu via minha mãe só nos fins de semana [...]. Nesse meio tempo, que durou um ano, meu pai foi algumas vezes pra São Paulo, até que um dia eles resolveram voltar [...]. Daí a gente acabou vindo embora e ele comprou essa casa aqui onde minha mãe mora hoje pra gente morar...Aí eu acho que eu comecei a compreender um pouco mais as coisas [...] daí eu comecei a ver como era a relação dentro de casa [...]. A gente não podia sair de casa, nem eu, nem minha mãe, a gente não podia colocar os pés para fora do quintal sem a autorização dele, era uma vigilância enorme [...] se faltasse alguma coisa em casa, pra ir até a venda só com a autorização dele [...] se ele chegasse em casa [...] e ele não tinha hora pra vir [...] vinha todos os dias, principalmente na hora do almoço e no meio da tarde (amante, né? Ja viu [...])[...] vinha uma, duas vezes por dia [...] a mãe não podia receber visita [...] ele era muito rígido [...] o olhar dele já dizia tudo [...].

A partir dos sete anos de idade eu comecei a perceber a diferença que tinha entre a minha família e a família dos outros, foi quando eu comecei a frequentar a escola [...]. Ele vinha pra casa geralmente a tarde [...] os dois se fechavam no quarto e eu não podia fazer barulho [...] tinha que brincar na rua [...]. Minha mãe era uma escrava, uma escrava do sexo na mão dele, na época era difícil eu entender isso [...] eu só percebia algumas diferenças [...]. Aparentemente ela era uma mãe boa [...] quando ele saía de casa, ele não tinha batido a porta do carro ainda, ela vinha pra cima de mim e me arrebatava [...] ela era muito violenta [...] me surrava com qualquer coisa [...] me dava com os pés [...] me dava com corda [...] eu vivia cheia de marca e de vinco [...] era uma violência absurda [...]. Hoje eu entendo, conforme se desse a relação dos dois no dia, ela não tinha como descontar nele e revidava em mim [...] eu era o saco de pancada dela [...]. Ela sempre me acusava, dizia que a culpa da vida dela ser assim era toda minha, me acusava o tempo inteiro [...] dizia que a culpa era minha do meu irmão estar longe [...] eu não entendia o porque [...] eu fui descobri quando eu tinha dez anos de idade [...] numa conversa entre ela e minha tia, quando ela disse que se eu não tivesse nascido pretinha ele nunca tinha desconfiado de nada [...]. Ainda lembro o que ela disse pra minha tia: “olha eu não precisava ta nesse inferno aqui, só to aqui por culpa dessa guria, essa praga foi nascer preta, se tivesse nascido branquinha como o irmão, a gente tava todo mundo junto, taí a prova do crime que ele não é irmão dela [...] .Aí é que eu entendi [...].

Ela também tinha raiva de mim porque dizia que eu traía ela com meu pai [...]. Ela eu não consigo perdoar [...]. Eu não queria e ela me obrigava a me deitar com meu pai todo dia depois do almoço [...] eu não queria [...] e ela me obrigava [...] eu sei que ela sabia o que ele fazia comigo [...] eu tinha só oito anos de idade [...]. Por um período eu só deitava do lado dele [...] depois ele foi passando a mão [...] nas pernas [...] na vagina [...] não foi agressivo [...] digamos que foi uma violência trabalhada [...] houve a penetração, mas de uma forma estimulada [...] eu sentia nojo [...] mas me sentia também amada [...] porque tava perto [...] era um carinho do pai [...] esse tipo de sentimento [...] isso me causava repulsa [...] eu não queria assim [...] eu empurrava [...] não era assim que eu queria [...] sai, sai, eu empurrava ele [...] hoje eu não consigo ter raiva dele [...] eu sinto pena da pessoa [...] eu vejo muito filme de psicopata para tentar entender como é esse processo de violência [...] eu vejo que ele agia comigo para que isso não se tornasse um trauma e uma agressão [...] como se fosse uma coisa normal [...] .hoje vejo que isso devia estimular eles, porque depois do que ele fazia comigo os

dois se trancavam no quarto e transavam o resto da tarde toda [...] é como se eu fosse um estímulo [...]. Isso durou por um ano [...]. Só acabou quando um dia ela resolveu invadir o quarto, daí ela brigou comigo e com ele [...] mas ali só eu apanhei dele e dela [...]. Acho que nesse dia ela deve ter se sentido culpada [...] porque lembro bem que nesse dia ele tava me penetrando e tava doendo muito, então eu gritei, gemi, ela deve ter ouvido e resolveu acabar com aquilo [...] depois daquilo ele nunca mais me tocou [...].

Hoje o que sobrou disso tudo é a exclusão e preconceito que eu ainda sofro na cidade por ser uma bastarda [...]. Mas enfim to transcendendo tudo isso [...] me recuperei [...] eu vejo que a dor agora não é mais determinante [...] agora eu consigo ver algo positivo dentro dessa negatividade toda [...] eu vejo a importância disso [...] de uma forma ou de outra eu acho que eu consegui utilizar tudo isso para me transformar numa boa psicóloga [...] foi na psicologia que encontrei explicação para essa minha trajetória [...] tanto na psicoterapia, como na faculdade de psicologia que to acabando de cursar [...]. Isso me ajudou a entender essas dificuldades, essa vida intensa que agente teve [...] eu consegui explicação pra essas coisas [...] eu não entendia porque o preconceito, porque exclusão [...] eu não tinha uma explicação teórica, científica sobre isso [...] e isso me ajuda [...] me dá subsídios pra que eu lute contra a exclusão e o preconceito [...] por isso eu escolhi trabalhar no presídio [...] por isso eu busquei esse contexto pra trabalhar [...] por isso eu vou pra uma favela [...] por isso eu quis entrar no conselho tutelar [...] porque eu sei as dificuldades que as pessoas passam [...] tem muitos profissionais que trabalham nessa área, mais tem muitos deles que por mais que estudem teoricamente não conseguem uma compreensão dessa realidade, porque não conhecem a concretude dessa realidade [...] porque eles não tem a base do que realmente é isso [...] eu acho que com a minha vivência eu tenho mais compreensão de entender a teoria e contribuir mais com ela nessa área [...] toda essa pesquisa pode ser embasada melhor porque tenho essa experiência [...] essa vivência concreta [...] nas veias [...] no sangue [...] quando a gente sentiu isso, viveu isso, a gente consegue entender melhor, consegue contribuir mais como profissional [...] penso que meu trabalho dentro do presídio ta dando certo por causa disso [...] porque como eu acreditei que eu poderia superar tudo [...] eu também acredito que eles também possam superar todas essas dificuldades [...] essa trajetória de vida difícil [...] enquanto puder lutar por isso [...] contribuir para que eles compreendam isso e que são capazes de superar [...] com certeza eu vou fazer de tudo para contribuir cada vez mais [...]. E além do mais, se hoje minha filha Marta se formou, ta com um namorado bom, calmo, é

porque com a minha experiência quando eu percebi que ela tava entrando numa fria há anos atrás, quando foi espancada covardemente numa praia pelo primeiro namorado eu tive argumentos convincentes para orientá-la e mostrar para ela que a vida dela não precisava ser assim, como foi da bisavó, da avó e parte da minha, se eu consegui superar, ela também podia, e hoje ela tá aí vivendo de uma outra forma [...].

CAPÍTULO IV

ADESÕES METODOLÓGICAS OU POR UMA ETNOGRAFIA DA DURAÇÃO NOS ESTUDOS DE VIOLÊNCIAS

A freqüente eliminação, no texto etnográfico, dos 'andaimés' que permitem a sua construção, anula também as possibilidades de se olhar através da organização da narrativa as múltiplas veredas que lhe deram origem [...]. Mesmo nas etnografias provenientes de um intenso trabalho de campo, raramente se vê uma convergência entre esta dimensão e a organização do discurso etnográfico [...]. O esforço dos antropólogos em fixar a narrativa etnográfica numa forma impessoal e genérica impede, muitas vezes, que o autor e leitor a vejam, também, como decorrente de experiências pessoais e contextuais particulares de interlocução entre o antropólogo e os membros dos grupos pesquisados. Os problemas e dificuldades vividos no campo e frequentemente ausentes na passagem das experiências empíricas para o texto etnográfico, poderiam, entretanto, constituir um legado útil para as várias gerações de antropólogos que em geral se vêem diante de desafios muito parecidos na produção de suas etnografias (Gonçalves da Silva, 2006, p. 119-124).

4.1 – Focalizando algumas técnicas e alguns procedimentos de etnografia das violências

Esse capítulo traz uma reflexão sobre o método adotado para a condução de minha experiência de campo, bem como do adotado ao longo da escrita dessa tese de doutorado. Minha intenção foi compreender, sob a ótica dos estudos de memória e de gênero, algumas questões da violência ou do conflito violento no mundo urbano contemporâneo, considerando as trajetórias sociais e os itinerários urbanos de mulheres oriundas das classes populares nas cidades de Rio do Sul e de Itajaí, em Santa Catarina. Algumas, inclusive, vivendo uma situação de encarceramento num presídio.

Tomo aqui como ponto de partida meu próprio percurso como mulher e antropóloga pesquisando outras mulheres, porém pertencentes a outros extratos sociais, e suas experiências com episódios de violências e abusos, os quais envolveram inúmeros processos de deslocamentos no contexto metropolitano.

Apresento aqui uma trajetória de pesquisa, agora, sob o ponto de vista da escolha de técnicas e procedimentos de pesquisa no contexto de ambas as cidades. Portanto, acerca das escolhas metodológicas que guiam essa tese, e as difíceis decisões tomadas para a consecução de sua escrita, todas elas, por graus de razões diversas, foram imprescindíveis para que tal empresa se concretizasse.

Como se pode depreender, à adesão aos estudos de memória impuseram-se o reconhecimento do uso de narrativas biográficas como primeiro passo a ser dado para a realização de meu projeto de pesquisa, na medida em que os episódios e acontecimentos violentos ao serem narrados revelam sua importância não somente por fornecerem dados sobre o fenômeno de pesquisa (“a vida reconstituída pelo sujeito que a viveu”), mas por permitirem compreender o sujeito da narração como produto de sistemas de representações e de valores em vigor em todas as ações e práticas cotidianas por ele narrada (ECKERT; ROCHA, 1999). No caso da pesquisa, tais ações e práticas cotidianas narradas encontram-se relacionadas prioritariamente às problemáticas do gênero, das violências e da cidade.

A opção, portanto, por um estudo de narrativas biográficas para iniciar a tese, se apóia no argumento de que tal recurso metodológico permite ao antropólogo não apenas investigar os itinerários urbanos e os trajetos individuais e/ou sociais de cada uma das mulheres focalizadas, mas, por suas falas, nos fornecerem pistas importantes para as formas de acomodação desse fenômeno (violências) ao longo de suas experiências de vida na cidade contemporânea.

É importante salientar, que a feitura das narrativas biográficas só foram possíveis devido a realização de “entrevistas não-diretivas”⁴⁵ nos termos empregados por Thiollent (1983). Uma técnica que permite, na troca que se estabelece entre o etnógrafo e o sujeito pesquisado, o aparecimento tanto dos imponderáveis (MALINOWSKI, 1986)

⁴⁵As entrevistas não-diretivas que subsidiaram as narrativas biográficas das quatro mulheres registradas no capítulo anterior, ocorreram entre os meses de abril e julho de 2007, e tiveram em média a duração de nove horas cada. Já as entrevistas que deram origem às historietas de Priscila, contidas também no capítulo anterior, ocorreram em minhas visitas ao presídio realizadas entre os meses de setembro de 2006 e março de 2007, e tiveram em torno de 3 horas de gravação apenas, como já mencionado anteriormente, em virtude das dificuldades do uso do gravador no interior do presídio. Já as entrevistas com outras presidiárias e com a própria Priscila que aparecem trechos ao longo da tese, tiveram no total dez horas de gravação dentre as cinquenta horas que fiz de observação participante dentro do presídio.

quanto dos “excedentes” (GEERTZ, 1989) de campo.

Por outro lado, a adesão aos estudos de narrativas biográficas e seu diálogo com os estudos de memória coletiva oportunizaram um novo olhar ao tema já clássico dos estudos de trajetórias e projetos individuais/sociais bem como campo de possibilidades (VELHO, 1994; SCHUTZ, 1979) uma vez que me conduziram a compreensão dos meandros das escolhas e decisões que orientaram as ações e as práticas no mundo social desencadeadas por mulheres oriundas das camadas sociais mais pobres, vítimas de violências, abusos e agressões nas suas tentativas de romper com estas cenas cotidianas.

No plano dos jogos de memória, os estudos de narrativas biográficas tornam-se instrumentos de pesquisa relevante, pois permitem desvendar as formas subjetivas como as experiências vividas de violências na cidade por indivíduos são acomodadas e arrançadas no tempo de suas vidas.

Uma constatação que toma vulto, se for levado em conta o cenário de minha pesquisa, é que, conforme Velho (1994, p. 39), em sociedades complexas, indivíduos “nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares”, entretanto, “estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos”. Observação importante que me desafia a contextualizar os estudos de narrativas biográficas relacionados aos temas de violência e gênero no âmbito da antropologia das sociedades complexas e marcadas pela heterogeneidade/homogeneidade de universos simbólicos e a continuidade/descontinuidade de fronteiras culturais, conforme aponta o autor.

Nessa medida, a perspectiva dos estudos de narrativas biográficas se articulam àqueles de trajetórias sociais e itinerários urbanos, pautados pelo estudo fenomenológico da memória coletiva e da duração, nos termos empregados por Eckert e Rocha (2000).

Como já afirmado anteriormente, a produção de minha tese reflete meu percurso biográfico no interior de campos de pesquisa em Antropologia (gênero, violência e cidade), que vai do mestrado ao doutorado, passando por minha formação de graduação em Psicologia, e sintetiza um longo tempo de experiências com os temas em questão.

Situar, assim, os estudos de narrativas biográficas no plano dos estudos fenomenológicos da memória coletiva e da duração mostra que tais estudos não se tornam relevantes apenas para a compreensão dos “outros”, ou da lógica dos “nativos”,

já que minha tese sobre violência e gênero no mundo urbano contemporâneo participa da própria experiência de acomodação dos instantes vividos por mim, antropóloga e mulher, em meu trabalho de campo com outras mulheres e suas experiências de violências.

Parte integrante do ato de etnografar a etnografia, minha própria narrativa biográfica contempla as acomodações dos saberes e fazeres antropológicos no âmbito de minha própria trajetória social e dos meus itinerários urbanos nas cidades fontes de minha pesquisa. Acomodações e assimilações de um trajeto intelectual percebido como parte de um trajeto antropológico (DURAND, 1984) e que tratam das trocas incessantes que ocorrem entre as experiências de violências, abusos e agressões contidas nas narrativas biográficas de minhas interlocutoras e as minhas próprias, no contexto de deslocamentos por estas cidades.

Nesse sentido, o estudo de narrativas biográficas retomados na perspectiva dos estudos de memória coletiva e da duração, e no contexto das modernas sociedades complexas pode corroborar com o desvendamento de interstícios da pesquisa de campo até a sua passagem para a escrita etnográfica, contribuindo para revitalizar os estudos de gênero e violência no contexto das metrópoles contemporâneas.

Portanto, os estudos de memória coletiva e duração, segundo a linha desenvolvida por Eckert e Rocha (2005) representam parte importante do recorte teórico-conceitual e metodológico desta tese, pois, através desta abordagem das pesquisas etnográficas em centros urbanos, desvenda-se o fenômeno de que todo o ato etnográfico condensa uma urdidura entre a lógica dos “nativos”, da antropóloga, e da própria formação das categorias de entendimento que configuram a matriz disciplinar da Antropologia urbana no Brasil. Nesse caso, sob a ótica dos estudos de violências.

Sob esse ângulo, toda a “etnografia da etnografia” traz consigo um viés de etnografia da duração. Ou seja, o estudo da duração de determinadas “matérias”, entre elas, as técnicas e procedimentos clássicos da Antropologia, que vai da observação participante à escrita do diário de campo e do caderno de notas, mais modernamente o registro por meio de áudio-visual.

Minha tese adere a uma gama de variadas técnicas relacionadas ao trabalho de campo, seguindo uma linhagem de estudos clássicos da Antropologia em que o tema das violências, do gênero e da cidade nem sequer haviam sido pensados, mas cujo vigor heurístico perdura até hoje como referência de sua matriz disciplinar. Refiro-me aqui ao legado das descrições de observações participantes produzidas por Malinowski (1986);

da riqueza dos registros detalhados dos diários de campo de Malinowski (1997), Leiris (2007), Cardoso de Oliveira (2002) e Ribeiro (1996), da sensibilidade e detalhismo do registro audiovisual de J. Rouch (1968,1982,1996), M. Mead e G. Bateson (1942), Malinowski (1985), Achutti (2004), entre outros.

Evitando correr o risco de enveredar para a descrição pura e simples de um caminho trilhado por uma problemática “puramente metodológica”, o que não levaria a nenhuma contribuição para o desenvolvimento do que pode ser denominado aqui de uma “ciência da cultura” (PEIRANO, 2006), retraço, a seguir, as questões metodológicas singulares a este tese que envolve situá-la no contexto dos estudos de narrativas biográficas, segundo o enfoque de uma investigação dos “jogos de memória”.

Trata-se de revelar os fenômenos da interioridade da experiência da antropóloga em campo pesquisando mulheres e violências e da construção da etnógrafa na figura de narradora, sem a qual a escrita desta tese e dos pensamentos que ela carrega não teria sido possível.

4.2 - Por uma etnografia da duração para os estudos de gênero e violência

Levando em conta que as adesões metodológicas devem ser constantemente repensadas tendo em vista que ao estudarmos “na cidade” a pesquisa com as “formas sensíveis do vivido humano” recobrem, para o antropólogo, a atitude de “estranhar o familiar” e, com isso, sua capacidade de “confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (VELHO, 1981, p.131).

Desejo problematizar aqui, a eclosão de sentimentos contraditórios da experiência do antropólogo em seu trabalho de campo, principalmente no diálogo que ele estabelece com as formas de vida social das grandes metrópoles, tendo em vista os fenômenos de descontinuidade e heterogeneidade espaço-temporais (ECKERT; ROCHA, 2005) característicos desse contexto.

Ou seja, refiro-me às experiências urbanas do etnógrafo pesquisando sua própria “casa” e, no seu interior, a sua descoberta de outras formas de motivações, de expectativas, de códigos de emoções, de padrões de comportamentos, formas de sociabilidade, entre outros aspectos, que não aqueles afetos à sua condição de classe, gênero, geracional, étnica, etc.

Num processo de relativização que vai do *exótico* ao *familiar*, do *familiar* ao

exótico (DA MATTA) e do retorno ao *familiar* pela via do *conhecido* (VELHO), a experiência do antropólogo em campo, principalmente nas modernas sociedades complexas, contempla a “interioridade de uma experiência temporal” densa pela exigência que tais deslocamentos promovem no si-mesmo da pessoa do pesquisador, trazendo à tona a necessidade de superação de inúmeros obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996) para que se possa, minimamente, atingir a perspectiva dos seus sujeitos de pesquisa.

Neste processo de desacomodação de suas categorias de interpretação, suas formas de agir e pensar seu lugar no mundo do “outro”, que também lhe pertence, em parte, desponta a relevância de se estudar os jogos de memória. Um fenômeno que não está acessível apenas aos habitantes “comuns” de uma cidade que se constrói e destrói constantemente, mas que está “à disposição de todos”, inclusive dos antropólogos. Nesse sentido algumas palavras de Eckert e Rocha (2000, p. 12) podem ser interessantes já que, para as autoras, a memória autoriza: “não só conflito de liberdades e sua afirmação, mas as trocas sociais e simbólicas que nela existem, e onde a consciência, seja coletiva, seja individual, se consolida na sobreposição de diferentes esquemas de pensamento e linguagens”.

Esta reflexão torna-se fundamental para o caso desse estudo sobre violências, gênero e cidade na medida em que ela retoma uma trama espaço-temporal que vai de uma fase inaugural (minha formação de mestrado) a outra, de consolidação (minha formação de doutorado). Ambas entrelaçadas pelos jogos de memória de minhas reminiscências de campo, só foram possíveis graças às formas de registro de dados etnográficos acomodadas na memória e na história de nossa “matriz disciplinar”⁴⁶ - diários de campos, notas visuais, caderno de notas, descrições etnográficas, para citar algumas - entrelaçando e sobrepondo, cada qual a sua maneira, “diferentes esquemas de pensamento e linguagens” (ECKERT; ROCHA, 2005)⁴⁷.

⁴⁶ Para Roberto Cardoso de Oliveira, (1997), “tal matriz é constituída por quatro paradigmas básicos”. São eles “racionalista e estruturalista”; “estrutural-funcionalista”; “culturalista”; “hermenêutico”, paradigmas esses que “se dão em simultaneidade e não em sucessão”, assim, “a idéia de matriz disciplinar torna-se bastante útil, por permitir articular tais paradigmas em uma única estrutura, inclusiva, capaz de absorvê-los sem anular qualquer um deles” (2000, p. 63).

⁴⁷ Essa questão torna-se relevante numa discussão de cunho metodológico à medida que “a teoria é o par inseparável da etnografia, e o diálogo íntimo entre ambas cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina. Este papel da teoria revela-se especialmente em nossos trabalhos analíticos, quando ela está, de maneira mais óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados etnográficos” (PEIRANO, 2006, p.7).

Para Cardoso de Oliveira (1997, p. 15), autor da expressão, na Antropologia, a “matriz disciplinar é a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes”. Portanto, uma matriz disciplinar articuladora de nossos paradigmas, conflitantes ou não, mas que me forneceram os argumentos necessários e subsídios, dentro de uma “comunidade de comunicação e argumentação”, para escolha crítica-reflexiva norteadora de minha pesquisa. Conforme argumenta Cardoso de Oliveira (2000, p. 26): “Alguém já escreveu que o homem não pensa sozinho, em um monólogo solitário [...]. Ele está, portanto, contido no espaço interno de um horizonte socialmente construído – o de sua própria sociedade e de sua comunidade profissional”.

Nesse sentido é que me alinho aos estudos de Eckert e Rocha sobre o *Tempo e a Cidade* (2000), que inspiradas pelas inquietações bachelardianas e piagetianas sobre inteligência, pensamento e conhecimento, e adotando-as para revisitar os estudos sobre memória social e coletiva “nos termos empregados pela ‘matriz antropológica’”, sugerem a relevância em se apostar na realização de uma ‘etnografia da duração’⁴⁸ (p.153), para pensar o problema do arranjo das temporalidades diferentes (*tempo do mundo e tempo subjetivo/intransitivo*⁴⁹) que encerram a experiência de viver no contexto das metrópoles contemporâneas.

O conceito de etnografia da duração dialoga, assim, com o de sociedades complexas, amplificando seu potencial interpretativo ao resituar, no seu interior, as questões simmelianas da tragédia da cultura nas feições singulares que separam a cultura objetiva da cultura subjetiva numa grande metrópole na perspectiva epistemológica dos estudos bachelardianos da poética do espaço e da dialética da duração⁵⁰.

⁴⁸ Termo cunhado pelas autoras, com inspiração na obra de Bachelard (1988, 1999) para o estudo do tempo no interior do fenômeno da memória, o que significa pensar memória, assim como o patrimônio no mundo urbano contemporâneo, a partir da duração pelas coisas, e não nas coisas, incluindo-se o próprio pensamento que pensa aquilo que “permanece”, que “dura”, sinaliza para a importância de se refletir sobre tudo “aquilo que tem razões para recomeçar” (ECKERT; ROCHA, 2000, p.152).

⁴⁹ Na perspectiva bachelardiana, o tempo pensado é tempo vivido em estado nascente, ou seja, “o pensamento é sempre, em alguns aspectos, a tentativa ou o esboço de uma vida nova, uma tentativa de viver de outro modo, de viver mais ou até mesmo”, finalmente, “uma vontade de ultrapassar a vida” (BACHELARD, 1989, p. 79; 1988, p. 76).

⁵⁰ Segundo Eckert e Rocha (2000, p.152) “coerente com um princípio da física contemporânea, a memória e a duração estão, ambas, no plano de uma análise temporal que considera a matéria e suas radiações não uma matéria congelada no espaço, numa duração uniforme e inerte, indiferente ao tempo. Em suas estruturas ondulatórias, cuja regularidade de frequência garante-lhe força de existência, a matéria movimenta-se sem se dispersar, sendo que, através do pensamento, atinge um acordo temporal no interior do desacordo rítmico que constitui a própria vida. Assim, se a matéria alcança a duração, é somente porque ela atinge sucessivos graus de equilíbrio no interior de um tempo que vibra, pelo e no ritmo de sua vibração”.

Apresento a seguir a forma adotada neste capítulo para pensar a etnografia da duração no interior da estrutura de minha tese de doutorado. Uma tentativa mais didática de situar os diferentes planos de cruzamentos das estruturas espaço-temporais que operaram no desdobramento da sua construção, produção intelectual. O esforço aqui é o de apresentar as diversas temporalidades que a escrita da tese procura acomodar para que a matéria do pensamento da sua autora possa perdurar a ponto de se consolidar como conhecimento por sua comunidade de argumentação.

4.3 - A construção de uma tese e os meandros de uma duração

Inicialmente, gostaria de apresentar a rítmica da produção da tese, intercalando o tempo do mundo e o tempo subjetivo, que procuro aqui problematizar como parte do próprio fenômeno a ser investigado. O primeiro eixo interpretativo revela a distinção entre o tempo do mundo e o tempo subjetivo que acompanha o instante da experiência de produção intelectual da tese.

Ou seja, por um lado, (1) o processo subjetivo de assimilação aos saberes e fazeres característicos desta matriz disciplinar e da vida acadêmica e, por outro, (2) os procedimentos objetivos desta produção intelectual que se desdobra nas condições concretas como o próprio trabalho de campo interroga o aprendiz de etnógrafo trabalhando sobre os temas de gênero, violências e cidade, nas disciplinas a cursar e no cumprimento dos prazos a cumprir das agências de financiamento. Estes grandes eixos acompanharam a duração da escrita desta tese de doutorado e ela se revela uma forma de acomodar estas distintas temporalidades pela via da produção do conhecimento no interior de uma “comunidade de argumentação”.

Deste grande esforço em fazer concordar tempos tão diversos surge a própria escrita da tese que vai desdobrando-se no reconhecimento da existência de outras camadas de tempos a serem acomodadas. Pontuo aqui algumas que foram fundamentais para este estudo.

Num primeiro momento, a tese parecia apenas revelar o confronto do tempo do mundo da antropóloga, moradora da cidade de Florianópolis, mulher, pertencente as camadas médias urbanas, intelectualizadas, realizando a tese de doutorado, e o tempo do mundo de minhas interlocutoras, compartilhando comigo a mesma condição de gênero,

mas todas elas pertencentes as camadas populares, vivendo sua condição de detentas no presídio da cidade do Rio do Sul.

Os dados etnográficos que surgem deste diálogo intercultural apontam, inicialmente, para um confronto de perspectivas sobre os temas em foco, e onde as teorias, os conceitos e as técnicas e procedimentos de pesquisa antropológica deveriam agir no sentido de promover, pela via da relativização, uma mediação entre ambos.

Prosseguindo os trabalhos de campos, sou conduzida pela fala de uma de minhas interlocutoras, como já mencionado, a retomar minhas experiências de campo do período anterior de minha formação, ou seja, à dissertação de mestrado, realizada em Itajaí, na Favela Matadouro.

A passagem do tempo entre as experiências acadêmicas e de campo de mestrado e de doutorado passam a ser relevantes cada vez mais e a acomodação-assimilação destas experiências se tornam parte importante do argumento de minha tese. Ao descobrir esta descontinuidade material de minha própria experiência como etnógrafa, branca, mulher, de camadas médias urbanas no confronto da pesquisa etnográfica com mulheres, geralmente afro-descentes, de camadas populares, encontro-me cindida entre (1) o tempo do mundo do trabalho de campo e da escrita de minha dissertação de mestrado cotejada ao (2) tempo do mundo do trabalho de campo e da escrita da minha tese de doutorado, onde outras dimensões adormecidas do tema e objeto de minhas pesquisas emergem a consciência.

Abre-se, então, uma nova distensão espaço-temporal que devo me esforçar em enquadrar: (1) O tempo do mundo que representou a escrita de minha dissertação e a retomada de todo o extenso material escrito referente a este período, além do acervo de registro fotográfico desta época; (2) o tempo subjetivo, aquele da minha própria pessoa na condição de aprendiz de antropóloga na Favela Matadouro, convivendo entre 4 famílias moradoras do local e compartilhando por um certo tempo a vida cotidiana de 4 mulheres de camadas populares, todas pertencentes a mesma família, mas moradoras de diferentes territórios da favela.

A retomada de meus diários, e de todo o material reunido durante meu trabalho de campo de mestrado, durante os últimos anos de minha formação de doutorado, bem como da escrita final da tese, gradativamente gerou novos desdobramentos epistemológicos. Na leitura de ambos os materiais (oriundos dos trabalhos de campo do mestrado – Favela Matadouro/Itajaí-, e doutorado – Presídio/Rio do Sul), cada confronto entre as distintas temporalidades de minha condição de

etnógrafa no diálogo com minhas interlocutoras, me interrogava a respeito das diferentes dimensões subjetivas que elas comportavam.

Tratava-se, assim, do desafio de compreender estes fios que uniam estes diferentes tempos do mundo no interior de uma totalidade de sentido, fazendo concordar os diferentes tempos no interior de uma tese que se propunha discutir o tema das violências, gênero e cidade a partir do estudo de narrativas biográficas. Assim, fui convidada a percorrer outros meandros do tempo na tessitura da produção de conhecimento que traz esta tese.

Prossigo, assim, na descrição de tais labirintos, os quais compõem a urdidura da tese. Redescubro assim as malhas do tempo dilatado nas escritas etnográficas durante o trabalho de campo na Favela Matadouro, e sobre as quais jamais havia refletido, nem sequer sobre as suas implicações para construção de minhas categorias interpretativas para os fenômenos de gênero, cidade e violências com as quais operava a construção de minha dissertação.

4.4 - Tecendo os fios para não perder a meada

Uma das questões centrais que percebia com a passagem do próprio tempo na construção dos conceitos e teorias sobre o tema das violências nas cidades brasileiras é que, nas últimas décadas do século XX, e no início da primeira década deste século, ele possuía um perfil que, hoje, passado mais de três décadas, se revela outro.

Ao reler meus próprios pensamentos escritos durante o trabalho de campo, assim como conceitos nos quais embasei minha dissertação de mestrado, hoje, num percurso que desvela as múltiplas temporalidades da antropóloga em campo, sou desafiada a pensar as temporalidades que orientaram as pesquisas de gênero e violência no interior da matriz disciplinar da Antropologia, num esforço de situar a argumentação desta tese de doutorado.

Neste âmbito, fui obrigada a reler a escrita de meus diários de campo, relatos de observações participantes e transcrições de entrevistas, e das narrativas biográficas. Além disso, foi preciso retomar os registros fotográficos de ambas as pesquisas, procurando compreender os conceitos e teorias que guiavam minha investigação em ambos os contextos, na tentativa de perceber deslocamentos epistemológicos na forma

que se deu minha formação em antropologia nas linhas temáticas de gênero, violência e cidade.

Sob este plano de interpretação das dimensões temporais que orientaram as formas de tratamento teórico e conceitual sobre os temas em questão, e como já mencionado, pelas mãos de uma de minhas interlocutoras, ex-moradora da Favela Matadouro e, na ocasião da escrita desta tese, cumprindo pena no presídio de Rio do Sul, fui compelida a incorporar o meu próprio passado etnográfico, e todo o seu acervo de documentos etnográficos sobre o assunto, que era anterior ao trabalho de campo realizado no cárcere de Rio do Sul.

Ao proceder a esta revisita, descubro que as narrativas biográficas de minhas interlocutoras não são similares, sendo atravessadas por diferentes espaços de tempo: os do cárcere/presídio e os da casa/favela, e isto com múltiplos desdobramentos. Nas entrevistas com minhas antigas informantes na favela Matadouro, como já demarcado no capítulo primeiro, o seu maior pesadelo seria assistir seus filhos e maridos, e até elas mesmas “caírem” nas armadilhas do crime e do tráfico de drogas nas quais suas famílias viviam cercadas.

Na minha condição subjetiva de antropóloga sou desafiada a enquadrar estas diferenças observadas em campo no interior de uma construção de pensamento que consiga compreender o sentido destas diferenças para o estudo em questão pela via de um pensamento em que os conceitos de trajetória social e de itinerários urbanos passam a adquirir relevância interpretativa.

E no esforço de realizar este processo teria necessariamente que percorrer as condições subjetivas nas quais minhas interlocutoras acomodavam suas distintas experiências com violências na vida de uma metrópole, segundo suas condições de gênero em espaços sociais tão distintos: (1) a condição feminina no espaço doméstico, numa favela e (2) a condição feminina no cárcere, dentro de um presídio. Um fenômeno que me obrigou a sofisticar minha compreensão dos estudos das violências no mundo urbano, agora mais atenta aos papéis sociais, códigos de emoções, sistemas de valores ético-morais, só para citar alguns, e que orientam, sob a égide do tempo do mundo, as questões de gênero em camadas populares, no seio de ordens espaço-temporais totalmente distintas.

Tudo parecia rumar para um ritmo feliz quando, novamente, pela voz de minha interlocutora principal, fui jogada em outro dilema. Ao comentar seu diálogo com outras duas profissionais da área das ciências humanas, mulheres de camadas médias

urbanas, intelectualizadas, assim como eu, com quem Priscila travara contato na época em que morava na Favela Matadouro. Decido, então, ampliar minha rede de “informantes” fazendo contato com ambas.

Ao seguir este trajeto, novamente, o tempo de meu trabalho de campo se vê atropelado pela revelação de que ambas as profissionais, uma historiadora e, outra, pedagoga, não só pertenciam, em sua origem, aos segmentos sociais de minhas interlocutoras (as que travei contato na época em que morei na Favela Matadouro tanto quanto aquelas que cumpriam pena no cárcere), mas tiveram suas vidas, atravessadas por situações de violência, agressão e abuso, os quais foram pouco a pouco sendo acomodados por elas, e ordenadas subjetivamente.

Apesar de estar em fase de formação de doutorado, me descobria com uma idéia simplificada da vida social, a qual ia sendo progressivamente desconstruída ao perceber a própria construção plural do tempo do mundo nas modernas sociedades complexas, um fenômeno que as trajetórias sociais e os itinerários urbanos de ambas expressavam. O que resultou na incorporação de suas narrativas biográficas ao já bastante extenso acervo de dados etnográficos que vinha construindo na tese, com a incorporação de meus dados de campo do período do mestrado.

Como se não bastasse esta experiência de ruptura epistemológica no plano da própria representação dos dados etnográficos sobre violência, cidade e gênero, com experiências de ascensão social no contexto das grandes metrópoles, sou novamente surpreendida quando Roberta, estagiária de psicologia no presídio de Rio do Sul, também passa a se agregar ao meu universo de pesquisa, apresentando, em sua narrativa biográfica, um extenso fio de lembranças e recordações de violências unindo sua trajetória de vida às de sua mãe e avó, num lento processo que vai da migração da área rural para a cidade, atravessando gerações.

Outro momento de reordenação do tempo da tese, implicando novas adesões teóricas e conceituais e a ultrapassagem de novos obstáculos epistemológicos, em que me vejo, assim, obrigada a abandonar o tempo do mundo em sua feição social e histórica, e aderir ao tempo da gênese para situar o plano narrativo do tempo subjetivo com que as questões de gênero e violência são acomodadas por estas gerações de mulheres.

4.5 - As hierarquias dos instantes da pesquisa de campo: contribuições do Método Etnográfico

Alguns aspectos importantes, advindos da discussão travada até o momento, podem corroborar com a justificativa da escolha das técnicas e procedimentos explicitada no item anterior do capítulo para estudos sobre violências por meio da realização de uma etnografia da duração.

Em primeiro lugar, numa etnografia da duração, torna-se fundamental conceituar a memória como “o resultado de uma hierarquia de instantes sobrepostos segundo a rítmica do entrelaçamento de tempos sobrepostos, um tempo subjetivo, e dum tempo do mundo, resultando este processo numa ondulação complexa de ordenações múltiplas que se confirmam umas às outras” (ROCHA; ECKERT, 2000, p.154)⁵¹.

Em segundo lugar, a realização de uma investigação de uma antropologia que estuda violências na contemporaneidade impõe que se pense a sua duração, no seio das formas de vida social, como fenômeno que participa do ato de recordar como parte de uma ação no presente. Segundo Bachelard (1988, p. 51) “nenhuma imagem surge sem razão, sem associação de idéias”, e sem que ali estejam presentes as estruturas espaço-temporais através das quais a memória configura-se como construção de um ato de duração”.

Refletir criticamente sobre estudos antropológicos em torno de temas como gênero, violência e cidade é uma tarefa exigente e, no mínimo, me força a pensar as feições espaço-temporais que os constituíram como campo de investigação na área da Antropologia. Faço aqui um esforço no sentido dos cruzamentos entre uma “arqueologia” e uma “genealogia” desses temas, com a finalidade de situar minha filiação a determinada linhagem de estudos antropológicos em sociedades complexas. Ou seja, exercício importante que me conduz aos riscos de uma leitura crítica-reflexiva desses estudos na contemporaneidade e uma tomada de posição acerca deles.⁵²

⁵¹ Traçar este perfil do conceito de memória é fundamental para o estudo de narrativas biográficas a partir da tessitura do “tempo do mundo” com o “tempo subjetivo”.

⁵² Ver Zaluar, *Violência e Crime*. O que ler na Ciência Social brasileira. Antropologia (1970-1995). São Paulo, Brasília, Editora Sumaré, CAPES, 1999. Longe de ser apenas uma periodização histórica das produções intelectuais sobre o tema, esse livro de Alba Zaluar, é antes uma tentativa de organizar o vasto e diversificado debate a partir da relação paradoxal entre a postura do cientista social (orgânico ou universal) e os modelos explicativos acionados, definidos como *modelo marxista dicotômico de sociedade*, *modelo da construção da nação*, *modelo da organização da sociedade civil*, *modelo da sociabilidade violenta*.

Por último, e não menos importante, o aspecto terceiro que faz da etnografia da duração, fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa, está diretamente relacionado aos significados que engendra ao ato de recordar as vivências de violências.

Algo que só faz sentido, e só é possível, se fizermos o esforço de pensar na prática reflexiva que subsidia toda a escrita etnográfica integrando uma ação que se estende no espaço, mas também no tempo. E onde os jogos de memória dos próprios antropólogos integram o denso e dramático percurso de sua formação intelectual e onde “a dinâmica temporal é traçada no escoamento do tempo apreendido” (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 153).

Como já mencionado, para que uma “etnografia da duração” seja possível, uma multiplicidade de procedimentos e técnicas devem ser utilizados, aqui continuarei discursando sobre aqueles que compuseram minha pesquisa, articulando-os com passagens de meu campo.

No intuito não apenas de ilustrar tal discussão, mas de apresentar as multiplicidades de camadas interpretativas que representa o desafio de uma etnografia da duração, e bem ao estilo dos “jogos de memória” e da sua rítmica de “lembranças” e “esquecimentos”, é que me esforço para retrair, para minha *comunidade de argumentação*, as condições da interioridade da experiência desta antropóloga estudando mulheres e violências que a conduziram a adotar esta forma dentre outras, adotada para (re)narrá-las.

Sob este ângulo reconhece-se que “a posição interpretativa” da antropóloga em relação às mulheres com as quais trabalhou, bem como o ponto de vista por ela adotado para suas experiências de violências, reside na co-naturalidade de ambas. Sendo ‘sujeito’ como elas, a etnógrafa, em seu processo de objetivação no mundo, encontra-se, ela própria, assujeitada à cultura que pretende investigar, sendo que seus atos de consciência participam da linguagem que preside suas funções cognitivas (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 130).

4.6 - Nos bastidores da pesquisa: encontro etnográfico entre mulheres

É nos interstícios do trabalho de campo que o aprendiz de antropólogo prossegue em seu processo de objetivação do mundo do outro, que em parte também é o seu. Nesse sentido, o fato de uma antropóloga, e não um antropólogo, estar pesquisando mulheres, cidade e violências torna-se relevante na feitura desta tese, se considerarmos a

categoria gênero na própria gênese da matriz disciplinar da Antropologia em relação à usual “relação assimétrica” etnógrafo-nativo.

Assim, quando me aproximo de minhas interlocutoras reconheço que as marcas desta assimetria permanecem, pois entre nós a construção do gênero feminino sofre constrangimentos diversos em razão de nossas origens sociais e culturais.

Nesse sentido, o uso da fotografia, associado à técnica da “observação participante”, realizada junto às detentas no presídio de Rio do Sul, em março de 2007, seguiu na mesma linha do que já havia realizado em minha dissertação de mestrado, na favela Matadouro, em Itajaí. É exemplar a forma como tal assimetria de gênero (MOORE, 2000), como condição da prática etnográfica, pode contribuir com essa discussão.

Aqui, o uso dos recursos audiovisuais no trabalho de campo, para além da polêmica sobre a sua legitimidade ou não para a representação etnográfica do “outro”, revela a feição política do consumo da imagem dentro e fora da academia.

Olha Micheline, eu só vou falar da minha vida pra ti porque eu sei que o que eu falar aqui tu não vai me julgar nem nada [...]. Como tu falasse aí [...] porque a própria mulher aqui dentro e lá fora julgam a gente [...] as fotos que tu vai tirar, isso aí que tu vai escrever [...] eu sei que tu não vai falar mal da gente [...]. Espero que isso aí ajude a mulherada a se livrar desse machismos [...] desses preconceito [...] dessa violência toda aí [...] tudo que é coisa ruim que só põe a gente lá em baixo [...]. É isso aí [...] eu vou contar as coisas pra ti porque eu sei que isso não vai ser usado contra mim, né [...] quem sabe a favor de mim e de outras como eu, né [...] (risadas [...]). (Rio do Sul, 12 de setembro de 2006).

Este fragmento de meu diário de campo me permite reconhecer, assim, uma outra distensão espaço-temporal no meu trabalho de campo. Refiro-me aqui as marcas da descontinuidade no interior de uma aparente continuidade que poderia me unir às minhas informantes, considerando os traços ou grupos culturais de nossas redes de relações sociais específicas. Marcas que apontam para a presença da alteridade no interior do mesmo, aqui no caso, o gênero feminino. Um processo de mão dupla, que não afeta apenas a etnógrafa em relação ao “outro”, mas do “outro” semelhante a ela.

Uma passagem retirada de meu diário de campo de mestrado pode ser ilustrativa:

Hoje Kátia me surpreendeu ao falar que gostaria que sua filha mais nova fosse como eu quando crescesse [...] que estudasse, fosse independente, tivesse um bom trabalho, um bom companheiro [...]. Suas palavras: *Aqui ainda eu vejo que a gente sofre muito por ser mulher [...] ainda apanha [...] ainda tem menos emprego [...] ainda toma conta sozinha dos filhos [...] a gente vê que vocês que estudam tem mais chance [...]*. (Favela matadouro, 15 de julho de 2000).

Contrastando com a distensão entre as feições do gênero da etnógrafa e de suas interlocutoras, compartilhando diferencialmente as mesmas propriedades desta condição, apresento aqui um fragmento retirado de meu caderno de notas. A distensão espaço-temporal não aparece no interior do mesmo, mas transparece na sua forma usual, ou seja, no seio da diferença. Como disse sabiamente Rosaldo (1995, p. 33-34), a assimetria sexual pode ser descoberta em todos os grupos sociais humanos, assim como sistemas de parentesco, matrimônios etc.

Hoje ao chegar ao presídio para entrevistar Priscila, embora tivesse com uma saia jeans com o comprimento até os joelhos e uma camiseta com decote comportado senti-me invadida, mais uma vez, pelos olhares um tanto quanto invasores dos agentes prisionais, e ainda pior, pelo olhar reprovador da carcereira que estava de plantão [...]. Era como se eu estivesse nua [...]. Os cochichos e as risadinhas maliciosas eram notórias quando eu passava por eles [...]. Situação muito desagradável, o que para mim se agravou quando, quase concomitantemente com minha chegada, um estagiário pesquisador que estava fazendo um trabalho na ala masculina foi tratado com todo o respeito que eu achava que eu merecia ter [...]. Era como eu suspeitava, o fato de eu ser uma pesquisadora, e não um pesquisador naquele momento, foi determinante para o tratamento dirigido a minha pessoa pelos agentes [...]. (Rio do Sul, 12 de setembro de 2006).

A trama das distinções hierárquicas mais sutis entre eu e minhas interlocutoras, segundo nossa condição de gênero compartilhada, era obviamente atravessada por aquelas de outra ordem, mais evidente, demarcadas pela alteridade com o mundo masculino. Essas situações captadas através do registro da escrita etnográfica durante meu trabalho de campo pesquisando gênero e violência aproximavam experiências temporais distintas de minha formação, a do mestrado e a do doutorado. A situação acima descrita me lembrava as primeiras reuniões que presenciei na Associação de Moradores da Favela Matadouro, quando o presidente propositalmente “esquecia” da

minha inscrição para falar, ou, quando chegava a minha vez, dava a palavra a outros homens que nem sequer haviam se inscrito.

Hoje falei para Dna Consuelo que iria mais tarde até o bar do Seu Maneca. Ela fitou-me com um olhar de reprovação que eu até fiquei com medo, foi quando eu falei para não se preocupar que eu iria até lá para trabalhar, pois tinha uma “conversa” marcada com uma das filhas do dono do bar [...]. Ela fitou-me mais uma vez e falou: “Minha filha vou te dar um conselho [...] fica longe desses lugares [...] aquilo ali não é lugar pra ti [...] ali só homem ou mulher que não presta é que vão [...]. Queres conversar com a mulherada vai na casa delas, a rua não é um bom lugar [...]. Boteco é lugar pra homem [...] não vai lá não [...]”. (Itajaí, Favela Matadouro, 18 de julho de 2000).

Nesse ínterim, elejo, como um dos focos que aproxima ambas as experiências de pesquisa de campo sobre violência, a relação entre público e privado, e o histórico menosprezo do último pela Antropologia como um dos fatores cruciais da legitimação de relação hierárquica de gênero, onde se situam, como se pode observar no capítulo anterior, muitas das experiências de minhas interlocutoras com conflitos-violentos.

Acredito que Rosaldo (1995) pode contribuir com essa reflexão advinda desses fragmentos retirados de meus diários de campo, uma vez que as relações assimétricas e simétricas de gênero, em seu sentido amplo, devem ser consideradas como produtos da historicidade e da concretude de ações humanas.

No caso, as nossas próprias ações de antropólogas e antropólogos em campo acham-se perpassadas por estas simetrias e assimetrias, jogando ambas um papel importante na natureza dos dados etnográficos colhidos em campo em função das formas de trocas sociais que elas engendram.

Reconhecendo, portanto, os jogos de assimetria e simetria de gênero na forma como meus laços sociais eram tecidos com minhas interlocutoras, segundo seus distintos espaços sociais (favela/presídio, cárcere/casa, privado/público), durante o trabalho de campo, meu grande desafio consistia numa rotina de escrita que me permitisse sustentar “uma verdadeira prudência metodológica” (ECKERT; ROCHA, 2005), não apenas no processo de ida a campo, mas do tratamento documental dos próprios dados etnográficos. Assim, foi necessário um grande esforço de *vigilância epistemológica* no reconhecimento de que tudo aquilo que podemos apreender em

campo está fatalmente imbricado ao teor de nossas indagações.

No caso das condições de realização de meu trabalho de campo, retorno novamente a Rosaldo (1995) para discorrer sobre os dois fenômenos com os quais tive que dialogar na intenção de construir as condições mínimas de uma pesquisa etnográfica que tem por foco a duração de experiências de violências associadas à condição de gênero no mundo urbano, considerando-se os espaços sociais tão diferentes como o de uma favela e o de um presídio.

Refiro-me aqui as minhas dificuldades em me desvencilhar dos vícios ancestrais do pensamento antropológico em buscar origens universais para as questões das assimetrias e simetrias de gênero e, ao mesmo tempo, promover uma ruptura com os questionamentos sobre elas, que tem por base um princípio de dicotomia entre os sexos.

Segundo Rosaldo (1995), ambos os vícios denunciam, em última instância, a inadequação de alguns instrumentos interpretativos utilizados pela Antropologia para a análise dos dados etnográficos. Sherry Ortner (1996) retoma Rosaldo em seus argumentos, principalmente quando questiona as matrizes interpretativas que são utilizadas para a análise dos dados etnográficos. Aqui a autora, seguindo a mesma filiação, passa a questionar a própria teoria antropológica, abrindo espaço para o rompimento da dicotomia entre objetividade e subjetividade, dando vazão a tensão como possibilidade de trabalho. Nesse sentido, a pesquisadora legitima sua aproximação com Rosaldo ao ressaltar a importância dos estudos de gênero para a teoria antropológica, considerando assim, gênero para além do objeto⁵³.

Neste sentido, o estudo de minha prática etnográfica e das distensões espaço-temporais entre minhas experiências na cidade, com o fenômeno das violências, e as de minhas interlocutoras, reunidas ao longo do trabalho de campo, puderam me auxiliar a evitar as armadilhas metodológicas de “dicotomias” e “determinismos”. Principalmente quando passo a admitir que, sob a ótica de uma etnografia da duração, os dilemas da simetria e/ou assimetria de gênero na compreensão das experiências de violências não abarcam apenas uma revisão crítica das formas de produção de interpretação antropológica sobre o mundo contemporâneo, mas propagam-se dramaticamente na tessitura dos laços sociais que reúnem a trajetória de uma antropóloga mulher à de outras mulheres na realização do próprio trabalho de campo. Não esquecendo que, entre um

⁵³ Ver principalmente ORTNER, Sherry & WHITEHEAD, Harriet. *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and sexuality*, Cambridge: Cambridge Um. Press, 1981, e ainda ORTNER, Sherry. *Making Gender: the politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon press, 1996.

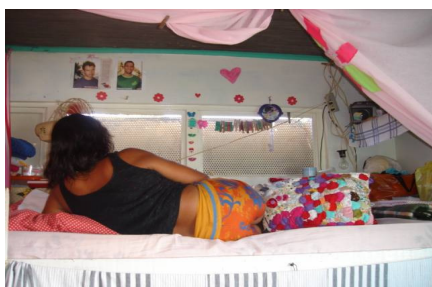
instante e outro, se coloca o desafio de se evitar as armadilhas metodológicas de “dicotomias” e “determinismos”.

Micheline: - O que te trouxe pro presídio?

Priscila: - Eu poderia te dizer que o que me trouxe pra cá foi o tráfico de drogas, a falta de dinheiro pra me sustentar e sustentar meus filhos, a falta de emprego, a falta de oportunidade [...]. Mas lá no fundo eu sei que o que me trouxe pra cá foi ter me envolvido com um cafajeste, um bandido, um sem vergonha [...] (choro) [...]. Se eu to aqui hoje, é porque eu fui uma idiota de achar que eu precisava de homem pra sobreviver [...]. Apanhei na cara pra ganhar carinho, pra ser amada [...] pra ter prazer [...] pra transar mesmo [...] me sentir gostosa [...] me sentir mulher [...]. E acabei aqui ó [...]. Nesse lugar [...]. Nessa cama, que agora é minha casa [...] dei o meu corpão [...] todo mundo fala que eu tenho um corpão apesar de ser avó, né (sorri) [...]. Mas como eu tava falando ele era bonito, alto (nesse momento Priscila me mostra a foto de seu “ex” namorado) [...], forte, gostosão e eu queria aparecer na frente de todo mundo [...] principalmente lá no matadouro, pra provar que eu podia [...] porque lá mulher sozinha não vale nada [...] não pode frequentar bar, churrasco sozinha [...] senão já é chamada de puta [...] e foi aí que eu me ferrei [...] ele me convenceu e aqui to eu presa [...] trouxe bagulho escondido do Paraná pra ele e fui presa [...] tô aqui [...] nesse meu mundinho [...].

Micheline: - Podes me falar mais sobre esse “mundinho” [...].

Priscila: - Esse mundinho é uma merda, uma droga [...] e aqui dentro mesmo eu me sinto discriminada pelas próprias mulheres só porque eu gosto de mostrar o meu corpo [...]. É a única coisa que eu tenho de bom mesmo [...] ué [...] isso eu tenho direito de mostrar [...]. E esses meganha (policiais) aí [...] nojentos, ficam tudo babando [...] não podem ver mulher [...] os olhos deles são pior que arma [...] isso sim que é violência [...] tu não viu como aquele ali em cima olha a gente [...] tu também, é nega, se cuida eles adoram carne nova no pedaço [...]. Vais me fotografar? Ou não vais? (risos) [...].



2 - Fotos de Priscila

Para Rosaldo (1995, p. 12), qualquer pesquisa antropológica que seja atravessada pela temática de gênero deve levar em conta, como já dito, “a importância do gênero para a organização de todas as formas institucionais humanas e, reciprocamente, de todos os fatos sociais para a compreensão do gênero”. No caso de minha tese, aproprio-me de numa longa reflexão de Eckert e Rocha (2000), sobre os estudos de memória e de uma “etnografia da duração”, para o caso de pesquisas antropológicas perpassadas por gênero, na tentativa de avançar sobre a abordagem das “relações assimétricas” como produto da historicidade e da concretude de ações humanas.

Nestes termos, penso que a “permanência ou não” de uma “hierarquia de gênero” deve ser aprendida por meio de uma leitura crítica reflexiva que leve a memória da cotidianidade destas hierarquias e seu “peso” do fato social e político, um assunto sobre o qual voltaremos, mais tarde, nessa tese.

Com a firme intenção de persistir no caminho de uma “verdadeira prudência metodológica”⁵⁴ procurei enfrentar a problemática da “assimetria sexual”, presente em suas diversas modalidades, como ela se manifestou em meu trabalho de campo, recorrendo à afirmação de Laqueur (2001), segundo o qual ao se fazer uma inversão do lugar comum do sexo, como constituidor de gênero para a máxima de gênero, como constituidor de sexo, torna-se imprescindível, para uma leitura crítica e desconstrutivista, por exemplo, dos estudos feministas das décadas de 1960 e 1970.

Cumpro aqui uma das orientações da proposta desta tese que é os efeitos das distensões do tempo do mundo na configuração das categorias de interpretação antropológica que os estudos feministas desenvolveram no sentido de instaurar a máxima do gênero como constituidor dos sexos. Isso sem esquecer que, para o autor, considerar as diferentes formas de interpretar o corpo não é consequência de um maior conhecimento científico específico, mas resultante de determinadas epistemologias e da política.

Deste modo, é relevante considerar que o fato de certos instantes da conformação da matriz disciplinar da Antropologia, interpretar os corpos masculinos e femininos como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um sexo; e, em outros,

⁵⁴ Segundo as autoras, “para se empreender uma análise temporal, portanto, torna-se necessária uma verdadeira prudência metodológica, nos termos da poética bachelardiana, de ‘uma metafísica da poeira’: um estudo dos arranjos conferidos às ordenações temporais vividas e representadas, cada vez menores e invisíveis, concebendo-as no decorrer da dissolução do tempo, numa série de rupturas e onde a matéria das ações passadas se desenvolve e se manifesta sob a forma de ritmos, os quais conservam sua substância” (ECKERT; ROCHA, 2000, p.152).

concebê-los como opostos horizontalmente ordenados dependeria menos de descobertas reais e opostas do que do discurso de poder⁵⁵.

Nestes termos, tem-se que, para o autor, não foi por questões epistemológicas que o pensamento antropológico construiu a idéia de dois sexos opostos. Se a comunidade de argumentação dos antropólogos consolidou um interesse em buscar evidência de dois sexos distintos nas diferenças anatômicas e fisiológicas concretas foi porque tais diferenças se tornaram politicamente importantes no interior das sociedades onde seus saberes e fazeres se situavam, criando, assim, formas múltiplas de constituir o sujeito e as realidades sociais.⁵⁶

Um problema que, em múltiplos planos, se relaciona à minha investigação, que tem por objeto as experiências de violências entre mulheres de camadas populares no interior de suas trajetórias sociais e itinerários urbanos, sem aprisionar minhas interpretações a dicotomias entre os sexos neste segmento social.

Essa leitura desconstrutivista realizada por Laqueur (2001), associada às minhas preocupações com distensões temporais, assume a condição de gênero em meu próprio trabalho de campo pesquisando violências num presídio de Rio do Sul e num bairro marginal e marginalizado de Itajaí, me auxiliaram a compreender a importância de agregar a tais estudos as contribuições dos estudos antropológicos sobre sociedades complexas.

Da mesma forma, as reflexões no campo de gênero protagonizadas aqui por Rosaldo (1995), Moore (2000), e Laqueur (2001), articulados aos estudos de memória (ECKERT; ROCHA, 2005), esses últimos condutores dessa tese, foram importantes, num primeiro momento, para uma problematização crítica reflexiva acerca dos fenômenos da “assimetria sexual” e de “hierarquia de gênero”, encontrados em campo, tanto nas narrativas de minhas interlocutoras pertencentes às camadas populares, quanto em minha vivência em campo com homens e mulheres dos segmentos populares. As confabulações com a obra desses autores foram fundamentais para construção de uma argumentação coerente, para justificar numa discussão de método, à incorporação de

⁵⁵ A esse respeito ver Laqueur (2001, p. 22) “a sexualidade como atributo humano singular é muito importante com um objeto específico - o sexo oposto - é o produto do final do século XVIII. Não há nada natural sobre isso. Ao contrário, como o mundo inteiro para Nietzsche [...] a sexualidade é ‘uma espécie de trabalho de arte’”.

⁵⁶ Cf. Laqueur (2001, p. 22) “quando as diferenças foram “descobertas” elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder e gênero: A sexualidade como atributo humano singular e muito importante com um objeto específico - o sexo oposto - é o produto do final do século XVIII. Não há nada natural sobre isso. Ao contrário, como o mundo inteiro para Nietzsche [...] a sexualidade é ‘uma espécie de trabalho de arte’”

uma problematização em torno do “encontro etnográfico entre mulheres”.

Emprego a categoria “mulher” na tese em conformidade com o paradigma já consagrado por nossas estudiosas de gênero que defendem o abandono às “estratégias narrativas de vitimização, polarização e essencialismos, em favor de enredos de posicionamento relacional” (CORRÊA, 2003, p. 207). Faço isto, em parte, sem abdicar de um pensamento que pensa a diferença e o conflito e “como defesa contra a ameaça de incorporação por um paradigma de amor, mutualidade e compreensão” no qual pode haver interesses dúbios que podem re-introduzir novamente uma hierarquia de gênero; e em parte, “como estratégia para preservar a diferença significativa como um valor distintivo *per se*”(RABINOW, 1999, p.1997).

Nesse sentido, penso que algumas sábias palavras de Scott (2002, p. 222) possam enriquecer minha argumentação, já que para autora nossas pesquisas atravessadas pelas discussões de gênero, devem estar atentas a crítica sistemática das “operações de diferença categórica, a revelação dos diversos tipos de exclusões e inclusões - as hierarquias – construídas e a renúncia a sua ‘verdade’ essencial”, em nome de uma igualdade que se “apóia nas diferenças-diferenças que confundem, desorganizam e tornam ambíguo o significado de qualquer oposição binária fixa” .

Hoje fiquei um pouco apreensiva quando Roberta me disse que o que tinha para me contar só poderia ser dito para outra mulher [...] porque, segundo suas palavras, raras exceções, só uma mulher, “*que vive numa sociedade machista como a nossa*”, poderia compreender a dor que ela estava sentindo. E depois, ainda, segundo suas palavras, “*tamanha intimidade*” ela só teria coragem de contar para outra mulher [...]. Segundo ela: “*Foi assim que eu me criei, aprendendo que certas coisas não se diz para homens*” [...]. Aos prantos, Roberta narrou-me: “[...] Minha mãe tinha raiva de mim porque dizia que eu traía ela com meu pai [...]. Ela eu não consigo perdoar [...]. Eu não queria e ela me obrigava a me deitar com meu pai todo dia depois do almoço [...] eu não queria [...] e ela me obrigava [...] eu sei que ela sabia o que ele fazia comigo [...] eu tinha só oito anos de idade [...]. Por um período eu só deitava do lado dele [...] depois ele foi passando a mão [...] nas pernas [...] na vagina [...] não foi agressivo [...] digamos que foi uma violência trabalhada [...] houve a penetração, mas de uma forma estimulada [...] eu sentia nojo [...] mas me sentia também amada [...] porque tava perto [...] era um carinho do pai [...] esse tipo de sentimento [...] isso me causava repulsa [...] eu não queria assim [...] eu empurrava [...] não era assim que eu queria [...] sai, sai, eu empurrava ele [...] hoje eu não consigo ter raiva dele [...] eu sinto pena da

pessoa [...] eu vejo muito filme de psicopata para tentar entender como é esse processo de violência [...] eu vejo que ele agia comigo para que isso não se tornasse um trauma e uma agressão [...] como se fosse uma coisa normal [...] hoje vejo que isso devia estimular eles, porque depois do que ele fazia comigo os dois se trancavam no quarto e transavam o resto da tarde toda [...] é como se eu fosse um estímulo [...]. Isso durou por um ano [...]. Só acabou quando um dia ela resolveu invadir o quarto, daí ela brigou comigo e com ele [...] mas ali só eu apanhei dele e dela [...]. Acho que nesse dia ela deve ter se sentido culpada [...] porque lembro bem que nesse dia ele tava me penetrando e tava doendo muito, então eu gritei, gemi, ela deve ter ouvido e resolveu acabar com aquilo [...] depois daquilo ele nunca mais me tocou [...]. Hoje o que sobrou disso tudo é a exclusão e preconceito que eu ainda sofro na cidade por ser uma bastarda [...]. Mas enfim to transcendendo tudo isso [...] me recuperei [...] eu vejo que a dor agora não é mais determinante [...] agora eu consigo ver algo positivo. Agora, diante do sofrimento de sua narrativa, só consigo me remeter ao emblemático romance de Thrity Umrigar “A distância entre nós”. Lá a autora, inspirada na cotidianidade e nos costumes de sua terra natal, narra a saga de duas mulheres indianas de castas e hierarquias diferentes, diferenças essas bem demarcadas (uma delas ocupa o papel de “patroa” e a outra de “serva”) até que se leve em conta o fenômeno das violências, paradoxalmente aquilo que em parte as mantém distantes (violências) reproduzindo preconceitos religiosos, étnicos, sociais, econômicos, culturais, parece as aproximar pela condição de gênero, que fizeram-nas e fazem-nas reféns das mais diversas formas de violências. Eis a grandiosidade e a complexidade dessa questão: aqui um “Nós” pode ser possível. (Rio do Sul, 20 de abril 2007).

A ênfase na expressão “encontro etnográfico entre mulheres” se relaciona as preocupações da tese em reconhecer o fato histórico da existência de “uma cesura no discurso dominante da antropologia” para as significativas “contribuições feitas por antropólogas às pesquisas de campo”, nos termos de M. Corrêa (2003, p.186). Uma cesura que vem sendo apontada por alguns antropólogos e antropólogas, principalmente pelos estudos de gênero na contemporaneidade, e que, no âmbito dos estudos de memória, resulta no “esquecimento” das contribuições das antropólogas para os avanços da disciplina como um todo.

Nas acomodações dos jogos da memória, no corpo da matriz disciplina da Antropologia, se trata de, nos termos de Côrrea (2003, p. 186), “pôr em questão a própria tradição da disciplina, constituída como um corpo canônico (masculino) de textos, cuja autoridade e precedência vem sendo assegurada através do ensino há

algumas gerações”.

Encontro respaldo, assim, para enfrentar as questões metodológicas desta tese na referência cruzada dos estudos de memória e de gênero às preocupações com as técnicas e procedimentos de pesquisa de uma Antropologia das sociedades complexas, aceitando a premissa de que as “lembranças” e “esquecimentos” de nossas antropólogas e suas antropologias nessa matriz disciplinar, estão, entre outros, atrelados a uma esfera de poder (RABINOW, 1999).

Enfrentar este problema não é uma tarefa isolada, nem de poucos. Conforme assinala Peirano (1991, p. 250), é tarefa de antropólogos e antropólogas em relação ao “papel que lhes cabe frente aos centros de poder” e envolve o teor de suas produções intelectuais. Produções que precisam contemplar “tanto a capacidade de se somar na singularidade de uma ‘antropologia no plural’ quanto a de contribuir significativamente para o contexto no qual ‘lhes acontece viver’”⁵⁷.

Mais uma vez, nas palavras de M. Corrêa (2003, p. 207), a atenção aos “movimentos complexos e sutis de construção de gênero cultural, histórica e politicamente determinados nos quais nós (e não só os povos tradicionalmente pesquisados por nós) estamos envolvidas” toma forma de um alerta frente a esse fragmento retirado de meu diário que foi exposto anteriormente, quando *in loco* sucumbo a um “nós” diante da narrativa de vitimização de minha interlocutora. Alerta a meu ver, que reafirma a importância de haver em cada empreitada etnográfica, perpassada pela temática de gênero, a atualização das reflexões acerca de nosso *métier*.

Enfim, espero que, para além das contribuições reflexivas que possam por ventura advir da inclusão dos fragmentos de meu diário no corpo da tese, eles tenham a força de ressaltar a relevância de minha empreitada etnográfica para os estudos de gênero, violência e cidade e a atualização de suas reflexões para o nossa *comunidade de comunicação e argumentação*.

⁵⁷ Ver a respeito Peirano (1991, p. 250).

CAPITULO V

UMA PERSCRUTAÇÃO DAS FEIÇÕES FABULATÓRIAS DOS JOGOS DE MEMÓRIA NO ATO DE ETNO-GRAFAR/ETNO-FOTOGRAFAR

Uma interpretação é tanto mais pertinente quanto mais profunda, isto é, fiel ao conjunto de representações mentais subjacentes a qualquer comportamento humano particular [...] o etnógrafo é pertinente, portanto, à maneira do romancista: se Guerra e Paz nos diz tanto respeito, não é por causa das anotações gerais que Tolstoi aí desenvolveu, é porque a experiência particular de alguns indivíduos, levados pela tempestade europeia do princípio do século dezenove, contribui, através da interpretação que Tolstoi faz dela, para a experiência particular de cada leitor

(Dan Sperber, 1992).

5.1 - Notas iniciais ou etno-grafando etno-grafias⁵⁸

Essa empresa, guiada por uma epistemologia bachelardiana, relida primorosamente por Eckert e Rocha (2000) e Rocha (2008), a serviço de uma antropologia do mundo urbano contemporâneo, será desenvolvida, por meio de uma reflexão crítica acerca de minhas experiências etnográficas.

Essas experiências serão analisadas a partir de fragmentos retirados de meus diários de campo, de observações participantes e de situações de feitura de imagens fotográficas descritas em meus cadernos de notas utilizados, principalmente, em meus campos realizados na favela Matadouro em Itajaí, entre os anos de 2000 e 2001 e no Presídio feminino em Rio do Sul, de 2006 a 2007.

Isso porque acredito que os dados etnográficos retirados de meu material de

⁵⁸ Um comentário de Mariza Peirano (1995, p.137) pode ser interessante, já que para a autora: “hoje sabemos que a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas presentes na disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram entre pesquisador e pesquisado no dia-a-dia da pesquisa”.

campo e das situações de confecção das imagens, a serem analisados ao longo do capítulo, poderão “sensibilizar o antropólogo em seu trabalho de campo para a ação fabulatória dos jogos da memória de seus habitantes e de suas próprias, apostando tanto em sua capacidade de deformar quanto de (com)formar como elemento interpretativo de sua regularidade e durabilidade” (ROCHA, 2008, p. 17 -18).

Os motivos teóricos que me conduziram a essa prática estão circunscritos nos estudos de memória à luz de Bachelard, e de sua releitura realizada por Eckert e Rocha (2005), nas pesquisas das ditas sociedades complexas. A partir daí, vislumbro algum avanço nos estudos de violências ou conflitos violentos, principalmente quando opero com o conceito de jogos de memória, no sentido deles propiciarem, para esses estudos, a revelação dos interstícios da duração de tais fenômenos estudados, prioritariamente, na investigação das narrativas tecidas nos diálogos travados entre as interlocutoras e a antropóloga.

Levando em conta a importância da transcendência dos obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 2007) apontados nesse campo, já discutidos no primeiro capítulo, aqui é importante lembrar que essa empresa só torna-se viável na medida em que ocorra o já consagrado exercício de “estranhamento do familiar”⁵⁹ (VELHO, 1981), já que a antropóloga pode ser considerada “nativa” - levando em conta todas as diferenças com suas interlocutoras - de uma sociedade moderno-contemporânea caracterizada entre outros, por conflitos violentos. Nesse sentido, vejamos uma passagem retirada de meu diário de campo de mestrado:

Hoje fui num boteco com o filho mais velho do casal da casa onde estou hospedada e com sua noiva. Chegando lá resolvi fazer meu pedido de acordo com aquilo que eles estavam acostumados a comer no local, “x-salada com laranjinha” pelo preço de 1(um) real [...]. Durante a degustação do nosso lanche, conversamos sobre suas vidas e sobre a intenção de casarem-se, embora nenhum dos dois tivesse ainda completado dezesseis anos [...]. O som de fundo estava me irritando (pagode), foi quando não conseguindo mais disfarçar meu mal humor em função da música comecei a reclamar do volume da mesma [...]. Nesse momento meus anfitriões demonstraram uma certa frustração em relação ao meu comportamento, foi então que me dei conta, que em cinco dias que estava morando no bairro,

⁵⁹ Segundo Velho (2008, p. 13): “Estranhar o familiar corresponde a um esforço intelectual de pensar antropológicamente a sua própria sociedade, desconfiando criticamente do senso comum e das certezas dogmáticas”.

sempre, ou na maior parte das vezes, mesmo com algo me incomodando fazia questão de demonstrar o contrário diante de meus interlocutores [...]. Tudo piorou quando um sujeito embriagado debruçou-se sobre a nossa mesa, chamando eu e minha interlocutora de gostosas [...]. Cheia de indignação quase esqueci o que estava fazendo ali e muito brava pedi para que o fulano se retirasse [...]. Mais uma vez meus interlocutores desolados começaram a me pedir desculpas pelo comportamento do vizinho [...]. Fazendo questão de me dizer que ali era um lugar tranqüilo e que geralmente não acontecia quase nada [...]. “Só” algumas brigas, na maioria das vezes por causa de mulher e futebol [...]. E que “só uma vez” acabou em morte, quando um “amigo” esfaqueou o outro, que, segundo eles, estava traindo o amigo saindo com sua mulher [...]. Depois que o dono do boteco pediu para que o sujeito se retirasse de nossa mesa resolvemos voltar para casa [...]. Assim que estávamos saindo do bar, tivemos que voltar, pois alguns estouros parecidos com tiros estavam vindo da direção do morro [...]. Minhas pernas tremeram, foi aí que minha noite não poderia ter terminado pior. Meu interlocutor olhando-me seriamente me disse: - *Pronto, não foi isso que tu viesses buscar aqui [...] tá aí ó [...]. Tiro, violência, bagunça, é isso aí [...] mas não vai pensando que aqui todo mundo é bandido não [...]. A gente teve foi azar de ter acontecido essas coisas bem essa noite que te trouxemos aqui [...].* Pior que o bêbado em nossa mesa e que os tiros ouvidos ao longe advindos do morro, foi a sensação ruim de ver meus informantes tentando lutar contra algo maior do que eles, e o pior, naquele momento, por minha causa [...]. (Itajaí, Favela Matadouro, 06 de julho de 2000).

Ora, se “as formas de sociação orientam-se segundo constelações de imagens, seguindo-se determinados núcleos organizadores de sentido, cujos simbolismos todo antropólogo precisa compreender” (DURAND, 1984, p.18), esse fragmento retirado de meu diário, como todos os outros que estão por vir nesse capítulo, simbolizam “um momento” do trabalho do etnógrafo, no caso, da etnógrafa, cujo o empenho está em dominar as “motivações simbólicas de controle do tempo tanto por parte do outro, quanto de si, se considerado o tempo como um fenômeno granular e cumulativo, o qual não pode prescindir da narrativa para se consolidar” (ROCHA, 2008, p.14).

Nesse viés, torna-se um dos objetivos desse capítulo discutir o sentido daquilo que é narrado pelo etnógrafo como “dado etnográfico” e o caráter interpretativo que está por detrás das situações sociais e culturais de violências urbanas.

Portanto, aqui, o ato de “etnografar tais formas de agregação”, como a

sociabilidade num boteco do lugar, “e seus arranjos” representando “o desafio interpretativo do antropólogo de atuar numa “recolecção” de sentidos com a intenção de interpretar seus espaços de vida coletiva” (Ibid., p.18), ganha complexidade, quando exposto a “fabulação tanto por parte do etnógrafo” - *Pior que o bêbado em nossa mesa e que os tiros ouvidos ao longe advindos do morro, foi a sensação ruim de ver meus informantes tentando lutar contra algo maior do que eles, e o pior, naquele momento, por minha causa [...] - “quanto por parte dos seus sujeitos de pesquisa”* (ROCHA, 2008, p.16), - *Pronto, não foi isso que tu viesses buscar aqui [...] ta aí ó [...]. Tiro, violência, bagunça, é isso aí [...] mas não vai pensando que aqui todo mundo é bandido não [...]. A gente teve foi azar de ter acontecido essas coisas bem essa noite que te trouxemos aqui [...].*

Ou seja, matérias primas “conformadas” e “deformadas” pelas feições fabulatórias dos jogos de memória, os episódios ditos “banais” lembrados pelos interlocutores na presença da etnógrafa e pela etnógrafa na presença dos interlocutores, faz com que uma etnografia da duração se consolide como “um ato de produção de etnografias” suprido por tais episódios, que podem permanecer e durar no tempo por meio de nossas etno-grafias/etno-fotografias.

Ou seja, aqui o ordinário e o cotidiano (DE CERTEAU, 2000), evocados pelos meandros da memória da antropóloga, dos acontecimentos vividos em campo e circunscritos na escrita etnográfica de seu diário de campo, ganham a restituição necessária para se configurarem como elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno das violências na contemporaneidade, como podemos conferir nos já consagrados estudos que focalizam o tema⁶⁰.

Estudos esses, respeitando suas peculiaridades, que, em última instância, por permanecerem e durarem no tempo, por meio de nossas etnografias, podem contribuir, por meio de elementos interpretativos de tais fenômenos violentos, com o necessário “esforço coletivo” sem o qual “o Brasil em geral” estará condenado “a sobreviver precariamente no meio da desordem, dos desencontros e do medo” (VELHO, 2008, p.28).

Assim, numa tentativa de desvendamento dos interstícios das feições fabulatórias dos jogos de memória do antropólogo, presentes no ato de etno-grafar/etno-fotografar, como vimos aqui num constante exercício de consideração do “banal” como

⁶⁰ Dentre eles ver Zaluar (1985; 1994); Alvito (2001); Caldeira (2003); Diógenes (2001); Fonseca (2000).

uma importante esfera de nossas investigações, nos próximos itens do capítulo exponho algumas situações em campo pelas quais passei e que, acredito, contribuirão com essa empresa.

Espero que tais exposições ratifiquem o argumento defendido nesta tese de que a problematização da presença da “função fabulatória” (DURAND, 2002) na prática antropológica, nesse caso, acentua a visibilidade da participação do etnógrafo na construção da representação das violências nas vidas cidadinas e metropolitanas brasileiras. Por sua vez, participação essa que vem sendo discutida na última década por pesquisadores dessa área, prioritariamente por meio de suas etnografias⁶¹.

Além disso, espero que ao expor minhas experiências em campo, focalizando o tema da fabulação da memória no ato de etnografar, possa não apenas demarcar, de forma mais intensa, as contribuições que uma etnografia da duração, como já discutido no capítulo anterior, com a inclusão do fator tempo e não apenas espaço, como também possa acrescentar *um plus* para o campo da reflexão epistemológica e metodológica na formação dos conceitos e teorias, assim como técnicas e procedimentos de pesquisa em antropologia urbana.

Ou seja, que minha problematização acerca das feições fabulatórias existentes no ato de etnografar, possam vir a contribuir com o esclarecimento dos benefícios que essa abordagem (etnografia da duração) pode trazer aos saberes e fazeres da Antropologia da e na contemporaneidade, como defendido por Eckert e Rocha (2005), e, nesse caso, especialmente, para os estudos voltados para o fenômeno das violências na vida cidadina.

5.1.2 - A antropóloga e o Matadouro

Estou com muita raiva de mim [...] cometi um erro que poderia ter sido fatal para não continuidade de minhas entrevistas com Mirtes [...]. Quando cheguei a sua casa, ela ainda não havia voltado do trabalho. Apenas seu marido estava no local [...] foi quando, tentando ser agradável comigo, resolveu me servir um café: arrumou na xícara, colocou num pires e me ofereceu sem dúvidas de que eu iria aceitar, foi quando lembrando das coisas que Mirtes havia contado do marido na entrevista anterior, sem pensar, olhei com um ar de desprezo para o homem e disse que

⁶¹ Ver especialmente Gilberto Velho e Karina Kuschnir (orgs). *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, e Gilberto Velho (Org.). *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

não queria o café [...]. Ele disse que eu podia tomar, porque embora eles fossem pobres, *tudo ali era* limpinho [...]. Quando eu ia tentar começar a me justificar, inconformado com a minha desfeita, o marido de minha informante, deixou a cozinha [...]. Logo que a mulher chegou, sem olhar em minha direção, ele fez questão de ser rude com ela na minha frente, dizendo que não queria que ela se demorasse, pois precisava passar uma roupa para que ele pudesse ir a um compromisso mais tarde [...]. Embora aparentemente a negação de um café possa ser algo sem importância, pelo menos hoje, atrapalhou minha entrevista [...].” (Itajaí, Favela Matadouro, 8 de julho de 2000).

Esse fragmento de meu diário traz à tona aquilo que, de alguma forma, já foi dito e analisado pelos epistemólogos, ou seja, a constatação de que aquilo que observo e experencio em campo comporta a minha própria participação naquilo que está sendo etnografado. Isso, na prática de campo do antropólogo, se reverte na consideração do diário, da própria escrita⁶², como lugar nobre dessa captura de si por parte do antropólogo⁶³.

Tal fragmento remete-me também a problemática do “Encontro Etnográfico” discutido magistralmente por Vincent Crapanzano (1980) em seu livro *Tuhami: Portrait of Moroccan*, onde, através do “experimento Tuhami”, o autor demonstra os limites e as possibilidades de se estar/colocar no encontro etnográfico, repensando as bases em que o encontro etnográfico está centrado na antropologia, como também as bases teóricas que excluem o antropólogo da realidade negociada neste encontro.

Aqui é interessante pensar, que ao assumirmos o caráter fabulatório do ato de etnografar, assumimos nossa participação na constituição da própria etnografia. Neste sentido, Crapanzano (1980), como tantos outros antropólogos, vê como negativa e impossível a atitude do etnógrafo de se colocar numa posição de neutralidade dentro do “campo”, visto que, segundo o autor, esta tentativa pode prejudicar de maneira muito

⁶² A esse respeito ver essencialmente José Reginaldo Santos Gonçalves (org). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX* - James Clifford. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. 1ª reimpressão. Ver também: Gilberto Velho e Gilda Santos. *Artifícios & artefatos: entre o literário e o antropológico*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2006.

⁶³ Neste sentido, Michel Leiris pode ser considerado como um personagem emblemático para pensarmos o caráter fundante da época e da linhagem de um autor na estética de sua obra. Já que ele é um poeta que opta pela antropologia, não deixando de lado suas feições surrealistas, representadas em sua etnografia pela rebelião contra o racionalismo ocidental, que se traduzia na curiosidade pelos povos primitivos e pela “mentalidade primitiva”. Se para Lévi-Strauss, em “Tristes Trópicos” (2003), a etnografia antes de proporcionar o encontro do outro, proporciona o encontro de si-mesmo; também para Leiris em sua “L’afrique fantôme”, embevecida pelo olhar surrealista, parece revelar em sua narrativa, uma incansável busca do “duplo”, do outro, como um modo viável do encontro consigo mesmo. Ver LEIRIS, M. *L’afrique fantôme*. Paris, Editions Gallimard, 1984.

eficaz o relacionamento entre pesquisador e pesquisado e o próprio processo etnográfico.

Nesse sentido, minha insatisfação contida em meu diário com minha própria postura em meu campo iniciático de antropologia (mestrado) está relacionada à idéia defendida por Crapanzano (1980) de que o encontro etnográfico é perpassado constantemente pela negociação que, se má conduzida, tem como resultado a atribuição da realidade negociada somente ao informante, sendo que o próprio pesquisador também está imerso nesse processo.

Ainda comparo minha situação de campo a vivenciada por Crapanzano (1980) no sentido de que para o autor o apelo de seu interlocutor era muito grande, como também o era o de minhas interlocutoras. Ele, muito ativista, como eu também, para aceitar o que entendia por passividade na postura do marroquino Tuhami diante dos outros, naquele caso frente 'A' isha Qandisha, os Santos, etc. E eu, em relação às minhas informantes de mestrado diante dos homens, principalmente de seus pais e maridos.

Assim, como Crapanzano (1980) com Tuhami, naquela experiência com minhas interlocutoras, também “percebi um limite para o meu relativismo” (Crapanzano, 1980, p. 4), limite esse, indubitavelmente, relacionado às funções fabulatórias dos jogos de memória contidas no ato de etnografar. Nesse sentido, vamos a mais um fragmento de meu diário de campo:

Não sei o que fazer em relação a esse incômodo enorme que sinto quando presencio o modo com que o marido de Mônica a trata na minha frente [...]. É tanta humilhação [...] tenho vontade de pular no pescoço dele [...] especialmente hoje essa vontade se intensificou quando ele debochou de Mônica por ela estar vestindo uma camiseta colorida que eu lhe dei de presente [...]. Suas palavras: *Não tem vergonha não [...] tá pensando que ainda é uma guria [...] Velhusca [...] pau de vira tripa [...] vejo coisa [...]*. Mônica tentou disfarçar, mas a alegria que trazia no rosto quando saiu do quarto exibindo sua roupa nova, logo virou decepção pelas palavras grosseiras e de reprovação de seu marido [...].” ([...] Itajaí, Favela Matadouro, 25 de julho de 2000).

Numa primeira leitura, o que poderia ser discutido aqui seria a problemática da assimetria sexual, nesse caso, nas ditas classes populares, tão bem documentada por Caldeira (2000), Gregori (1989), Fonseca (2000) e Oliveira (2002). Mas o foco está nos conflitos entre as “motivações simbólicas” da etnógrafa “em sua experiência temporal nos territórios da vida urbana”, constituídas em parte, nesse caso, pela formação

discursiva de uma antropologia feminista e simétrica, e “os dispositivos simbólicos evocados” (ECKERT; ROCHA, 2008, p.13-14) pelos interlocutores ao longo da experiência etnográfica, aqui representados por Mirtes, Mônica e seus maridos.

Aqui, “com Paul Ricoeur (1994) reconhecemos que uma ação humana só pode ser narrada porque ela encontra-se, desde suas origens, articulada em signos, regras, normas; desde sempre “simbolicamente mediatizada” (ROCHA, 2008, p.14), o que complexifica a tarefa do etnógrafo, no ato de etnografar, à medida que necessita compreender os simbolismos que estão relacionados, nesse caso, “as formas de sociação” (relação conjugal), segundo “constelações de imagens” (assimetria de gênero), seguindo “determinados núcleos organizadores de sentido” (ROCHA, 2008, p.18), os quais inclui aqui a estética da antropóloga, constituída em parte por sua formação discursiva advinda da Antropologia.

Nesse sentido, devo afirmar que o tema da assimetria sexual apontada decorre das motivações simbólicas da etnógrafa oriundas de sua experiência temporal na cidade. Ou seja, essa questão está diretamente relacionada à problemática da descontinuidade e heterogeneidade de que trata Velho (1981) ao mencionar o tema das sociedades complexas no capítulo primeiro de “Individualismo e Cultura”, nos termos da existência de uma diversidade de códigos de emoções e ético-morais, nesses contextos, demarcadas pelas fronteiras simbólicas entre grupos e indivíduos. Aqui, se dá entre a etnógrafa e seus interlocutores, prioritariamente em relação à temática da assimetria sexual.

Além disso, em termos de minha trajetória social da passagem da psicologia para a antropologia, esse fragmento de meu diário de mestrado coloca-me em perspectiva no sentido de apontar para meu “tempo” de aprendizagem de ser antropóloga. Ali, o ato de aprender a “estranhar o familiar”, numa “tentativa de superar criticamente as névoas culturais e ideológicas que, inevitavelmente, toldam a nossa visão como seres sociais que somos” (VELHO, 2008, p.7), requeria deslocamentos subjetivos (BACHELARD, 2007) imprescindíveis para meu processo de formação.

Vamos a mais um fragmento retirado de meu diário de campo:

Hoje durante o almoço, como em todas outras refeições, o diálogo, embora tenha transitado entre o dia no trabalho, o preço dos alimentos, a escola das crianças, acabou se focando em tragédia e violência. Nas palavras de uma de minhas informantes ao saborear um succulento arroz com feijão com salsicha: *Fiquei*

sabendo pela Ana (vizinha) que ontem encontraram um homem perto do morro todo esfaqueado [...] e chegaram até ele porque ouviram os gemidos [...]. Dizem que o homem tava em carne viva [...] não dava nem pra ver o rosto todo desfigurado [...] dizem que até as tripas tavam pra fora [...] que o sangue jorrava [...]. Nessa hora, enquanto todos (adultos e crianças) comiam tranquilamente enquanto a filha e a irmã narrava o ocorrido, meu organismo foi mais forte do que eu e antes que eu conseguisse chegar até a privada presenteou-me com um súbito vômito que até agora não consegui explicar para meus informantes. Para completar o filho mais novo do casal saiu com essa: *ficou com nojo do que a mana falou ou da comida??? Só podia ser mulher mesmo, eh.eh..eh.”* (Itajaí, Favela Matadouro, 20 de julho de 2000).

Outro trecho:

Hoje eu resolvi ir até o bar da Dna Maria sozinha, só teria que andar uns dois quilômetros para chegar até lá [...]. Meus anfitriões me pediram para que eu não fosse, porque poderia ser perigoso, *uma mulher a noite andar pelas ruas da favela sozinha.* [...] Como hoje seria dia de samba e poderia encontrar algumas de minhas informantes lá resolvi arriscar, já que ninguém da casa podia me acompanhar [...]. Voltei correndo para casa antes de chegar no meio do caminho [...]. Levei o maior susto e morri de medo quando senti um vulto atrás de mim [...]. Quando olhei pra trás era um sujeito com a cara meio esquisita tentando me alcançar [...]. Não lembro de tê-lo visto durante o dia pelas ruas [...]. Corri, principalmente porque tenho ouvido muitas histórias de estupros que ocorrem na comunidade [...]. Essas horas eu queria ser um antropólogo [...]. (Itajaí, Favela Matadouro, 13 de julho de 2000).

E, destaque ainda:

Hoje me senti satisfeita por ser mulher, e especialmente por ser uma pesquisadora [...] pois acredito que por essa condição de gênero, tive acesso as intimidades de Mônica que um pesquisador jamais teria [...]. Mônica me contou em tom de confissão, sobre suas experiências sexuais, que, segundo ela, não havia comentado com mais ninguém desde sua adolescência [...]. Chorando, ao narrar uma tentativa de estupro que sofrera na infância por um vizinho, fitou-me com olhar de cumplicidade, o qual respondi sem pestanejar [...] o que parece ter sido fundamental para o denso material etnográfico advindo de suas narrativas [...]. (Itajaí, Favela Matadouro, 9 de julho de 2000).

Poderia dizer que esses três trechos, retirados de meu diário de campo, além de colocarem na ordem do dia experiências vividas em campo pela própria antropóloga em relação a essa questão (gênero), situando-a num “corpo coletivo”, que “atinge sua perpetuidade como substância em meio às descontinuidades de instantes por ele vivido” (ROCHA, 2008, p.19) na urdidura de uma vida cidadina contemporânea, dão a deixa para adentrarmos nos meandros da dialogicidade, com toda a sua intensidade.

Isso no sentido de não estarmos tratando apenas da identificação da forma da antropóloga representar, através da escrita do diário de campo, a si e ao outro, a alteridade, mas da complexa teia de significados aqui expressas, onde a violência adota tons de banalidade e cotidiano, em trajetórias sociais e itinerários urbanos que revelam processos de inserção nas grandes cidades de forma diferenciada: Como conduzir esse diálogo com o nativo a bom termo diante dessas visões de mundo e códigos de emoções tão opostos?

Com certeza a resposta para essa questão vem sendo debatida por nossos pesquisadores⁶⁴ que problematizam as violências e, por conseguinte a temática do risco, da vulnerabilidade, da desproteção, que nos fragmentos de meu diário são reveladores.

Nesse sentido, penso que uma etnografia da duração possa contribuir para tal debate, na medida em que durar não significa permanecer, mas acomodar, no tempo, as descontinuidades, é o que meus interlocutores faziam com o fenômeno das violências na favela Matadouro, acomodando-o nas suas vidas diárias, e é o que eu tive que fazer também para poder permanecer em Itajaí pesquisando e dando continuidade a meu processo de formação e aprendizagem.

Ainda, levando em conta toda a diversidade de tempo, de espaço e de interlocuções, do que permanece na disciplina em termos etnográficos, e do que é modificado quando estamos nos remetendo a uma antropologia das ditas sociedades complexas urbanos industriais, esses fragmentos de meu diário em relação ao tom jocoso e provocativo com o qual sou recebida por meus interlocutores me fazem lembrar, dentre outros, por vezes, da forma como Evans-Pritchard (1999) foi recebido pelos Nuer.

Assim, no plano de minha proposta de uma etnografia da duração para os estudos sobre violências no mundo urbano contemporâneo esses trechos de meu diário me permitem problematizar ainda, e acima de tudo, o tema da alteridade e da *identidade-idem*, tanto para mim antropóloga, como para eles, meus interlocutores.

⁶⁴ Ver Alba Zaluar, principalmente.

Nesse sentido, essas passagens do diário dão pistas acerca de questões metodológicas, de técnicas e procedimentos⁶⁵ que são necessárias serem pensadas e repensadas para a organização de um trabalho de campo⁶⁶ dessa ordem, como é o caso do antropólogo de camadas médias pesquisando numa Favela e seus moradores das ditas classes populares. Em última instância estou me referindo ao que Bachelard (2007), conforme já pontuado anteriormente, denomina de “obstáculos epistemológicos”, e que para uma antropóloga, aqui no meu caso pesquisando o familiar, mulheres e violências, tem uma feição particular.

Embora esse fenômeno dos “obstáculos epistemológicos” estejam, de uma forma ou de outra, no interior de muitos escritos dos antropólogos que estudam as violências, citando como emblemático os escritos de Alba Zaluar (1985) sobre seus “afetos” em campo em seu célebre “A máquina e a revolta”⁶⁷, vale aqui uma problematização desse fenômeno pelo viés de uma etnografia da duração, no sentido dela nos possibilitar a perscrutação da construção da representação etnográfica da alteridade (RICOEUR, 1991) e da ipseidade (RICOEUR, 1991), planos diferenciados da desconstrução da identidade-idem do antropólogo em campo.

Se tal desconstrução é primordial para qualquer que seja o trabalho de campo antropológico, nesse campo específico torna-se ainda mais crucial se levarmos em conta que o nosso próprio fenômeno estudado, ou seja, as violências “ [...] põe em xeque a possibilidade de comunicação e relacionamento” entre a diversidade dos múltiplos códigos ético-morais co-existent nas ditas sociedades complexas contemporâneas” (VELHO, 2008, p.28), incluindo aí, como já explorado, a própria comunicação entre o antropólogo e seus interlocutores.

Dando continuidade a discussão, vamos a mais dois fragmentos retirados de meu diário de campo de mestrado:

Essa noite foi infernal, não consegui dormir, primeiro pelo frio brutal desse inverno, sentido muito mais aqui nessa casa cheia de frestas e buracos por todos os cantos [...] mas o pior foi a correria perto do presídio [...]. Fiquei com medo, aliás muito medo que alguém tivesse fugido [...] pois lembrei das histórias de meus informantes sobre os vários moradores que já viraram reféns de bandidos que fugiram da cadeia [...]. Mas o que mais me assusta nesse momento [...] é a espontaneidade com que usei a categoria

⁶⁵ Sobre essa questão ver principalmente Capítulo IV dessa tese.

⁶⁶ Ver Becker sobre trabalho de campo.

⁶⁷ Ver Zaluar, principalmente.

bandido para denominar os presidiários que por ventura fogem da prisão [...] estou pasma comigo mesma [...]”. (Itajaí, Favela Matadouro, 20 de julho de 2000).

Ainda:

Hoje por várias vezes interrompi minha entrevista com Marcela porque ela não conseguia parar de chorar [...]. Para mim também foi impossível conter as lágrimas diante de sua narrativa sobre o dia fatídico quando ficou sabendo que é HIV+ [...]. Foi horrível quando olhei a minha volta e vi aquela humilde casa de um só cômodo, com um fogão velho, sem geladeira; colchões no chão, panelas e louças velhas, muita sujeira [...] uma mulher raquítica falando-me de seu estado de deploração e crianças sujas, com secreções escorrendo pelo nariz pedindo a sua volta e pedindo a sua atenção [...]. Não me contive, também desabei e chorei [...]”. (Itajaí, Favela Matadouro, 13 de julho de 2000)

Esses dois extratos de meu diário trazem elementos novos para a discussão, pois as falas em que estou “surpresa” comigo própria tratam das diferenças de um “si” que se distende no tempo e se percebe outro em relação a si mesmo (uma alteridade desde o interior), revelando que uma etnografia da etnografia passa a ser importante quando consideramos que “a forma de uma duração” se expressa num pensamento que reflete sobre si mesmo, e ao mesmo tempo sobre o mundo (ROCHA, 2008).

A duração a que me refiro aqui, a partir da interpretação do fragmento do diário, trata da referência que tenho de eu própria como sujeito social a partir da perspectiva da singularidade de um sistema de valores, de padrões de conduta, de código ético-moral e de emoções a partir dos quais constituí, no tempo, a minha identidade-idem.

Nesse sentido, essas passagens são reveladoras de uma crise que se instaura em campo comigo mesmo, apresentando a alteridade, não mais no outro, mas no interior do meu próprio eu. Isso sugere a ultrapassagem de um obstáculo epistemológico importante para que eu pudesse, na época, alçar vôo na produção de um conhecimento antropológico sobre o tema da violência o mais próximo possível da perspectiva desse outro.

Aí se configura a diferença entre o familiar e o conhecido (VELHO, 1981; 2008), em que se atinge o patamar da identidade ipse, para além da *mesmidade* e da alteridade, quer dizer: no outro que não eu própria como alguém que pensa o que o outro

pensa do que eu estou pensando dele.

Portanto, posso dizer que, até aqui, os fragmentos de meu diário de campo apresentaram dois perfis: (1) o outro pensando o que estou pensando do que ele está pensando, e (2) eu mesma pensando o que estou pensando de mim mesma na situação em que me encontrava e me estranhando diante do inusitado, do inesperado, no vivido propriamente dito das violências.

Ora, até aqui nenhuma originalidade, já que esse tema já foi tratado de uma forma ou de outra por todos aqueles que se confrontam com os estudos de violências. Talvez o elemento que possa vir a contribuir com nossa comunidade de comunicação e argumentação esteja no tratamento em torno da temática de uma etnografia da duração e sua proficuidade para esses estudos, pontuando a experiência temporal que a prática etnográfica revela e sua importância para o ato de conhecimento na Antropologia.

Algumas imagens fotográficas (abaixo) que fiz sob o impacto dessa experiência de campo no Matadouro ocorrida no dia 13 de julho de 2000, e os comentários dos moradores em relação a elas pode dar-nos mais subsídios para o debate.

Nessas fotos as ruas daqui, as casinhas, parecem mais feias do que são [...] nem parece o lugar que a gente vive [...] eu nunca tinha notado que tinham escrito isso no muro da escola [...] e olha que eu vô lá buscar o meu filho menor todo dia [...] e aquele barranco lá de cima, aí na foto parece maior do que é [...] parece tudo mais feio e triste nessas fotos o Matador [...]. O pessoal parado no morro, parece que ninguém trabalha [...]. A criança na rua [...]. Nunca tinha notado assim não [...]. Tu devia tirar foto de coisa bonita daqui [...] assim parece que aqui é tudo feio (moradora do Matadouro).



3 - Foto Favela Matadouro



4 - Foto Favela Matadouro



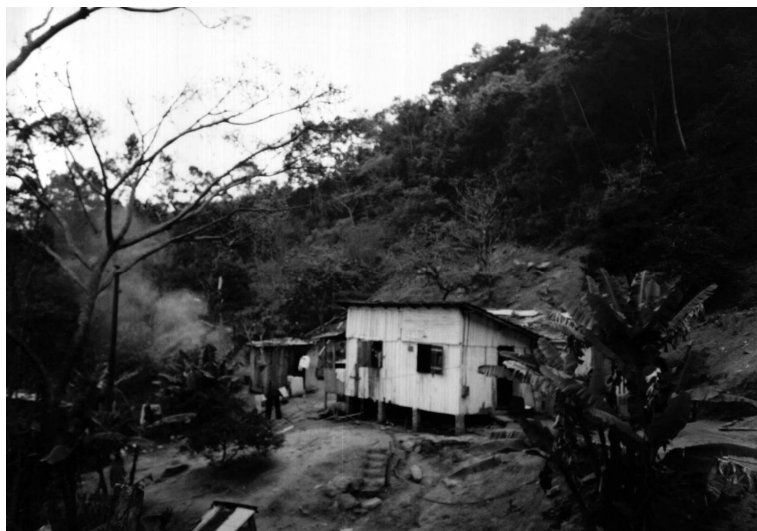
5 - Foto Favela Matadouro



6 - Foto Favela Matadouro



7 - Foto Favela Matadouro



8 - Foto Favela Matadouro

Aqui o tema da imagem fotográfica como duplo do real é um elemento importante dessa análise, como veremos mais adiante quando continuo problematizando o uso da imagem fotográfica no exercício de uma etnografia da duração. Isso porque, estamos tratando da *mesmidade* de meus interlocutores (identidade-idem) em relação à antropóloga como alteridade deles (um primeiro patamar da identidade ipse). Nesse sentido, a fotografia desencadeia uma outra crise no plano narrativo da identidade. Qual seja a da ipseidade, visto que eles (interlocutores) não se sentem mais eles próprios, os mesmos, não mais em relação à antropóloga, mas em relação a si mesmos. A presença da antropóloga entre eles aponta para isso.

Na época, não fiz uma reflexão em minha dissertação de mestrado acerca desse fato. Mas, quase uma década depois, percebo que comentários, como o da moradora do Matadouro, anteriormente citado, tiveram um grande impacto em relação a uma nova postura diante da inserção de imagens fotográficas em minha etnografia (como as imagens abaixo enfatizando o trabalho no local) e na própria escrita de minha dissertação e tese, que foi conduzida pelo prisma de que os sujeitos pesquisados devem ser considerados pela sua positividade e não por aquilo que aparentemente lhes falta (ZALUAR,1994).



9 - Foto de uma moradora da Favela Matadouro



10 - Foto de um morador da Favela Matadouro

Enfim, incorporando os estudos de violências no cômputo de uma etnografia da duração, pode-se dizer que essas novas imagens fotográficas confeccionadas a partir da experiência descrita anteriormente, são reveladoras da importância de levarmos em consideração o fenômeno temporal na experiência de aprendizagem das técnicas e procedimentos de pesquisa em antropologia.

5.1.3 - A antropóloga e o cárcere

Permanecendo no âmbito de minha argumentação, continuarei discutindo, neste item do capítulo, o campo da etnografia da duração e sua proficuidade nos estudos de violências, aqui assinalando o meu contato com o tempo não mais na vida ordinária da Favela, mas na condição extraordinária de pesquisa etnográfica com trajetórias e itinerários de mulheres na cidade, agora, dentro de um presídio. Nesse sentido, vamos a uma passagem de meu diário de campo de doutorado:

Como era de costume, hoje ao visitar o presídio feminino, levei bolo, chocolates e biscoitos para dividir um café da tarde com as detentas [...]. A agente prisional que estava de plantão não me conhecia e na hora da revista obrigatória, antes de minha entrada no presídio, fez questão de amassar com muito força e raiva com as mãos o bolo que eu estava levando para averiguar se havia algum objeto escondido nele, estranhei sua atitude grosseira, pois das outras vezes os agentes não fizeram isso, pois o bolo, como de costume, por precaução já estava totalmente fatiado [...]. O mesmo aconteceu com a barra de chocolate que foi completamente picada e esmagada antes que eu a levasse ao seu destino [...]. Essa atitude da agente me enfureceu, mas eu não consegui fazer nada [...]. Assisti ao abuso boquiaberto e, envergonhada, adentrei no recinto por ter que apresentar aqueles “kitutes” às prisioneiras [...]. (Rio do Sul, 11 de novembro de 2006).

Essa passagem de meu diário torna-se emblemática das experiências de constrangimentos que vivenciei em minha experiência de campo no presídio feminino, e de minha dificuldade de lidar com o abuso de poder circunscrito em uma instituição penal. Ora, ali, embora eu tivesse uma autorização advinda de uma instância superior, a carcereira fez questão de exibir o seu poder tentando privar as detentas do “privilégio” de receber presentes, aqui em forma de comida, a princípio permitidos naquele espaço e tempo.

O tipo de poder que estava em jogo naquele contexto estava relacionado ao “poder de governar as consciências”, o que só veio a intensificar o meu constrangimento, que adveio do fato do ato de violência da carcereira me remeter a idéia de que as disciplinas “tem o papel preciso de introduzir assimetrias insuperáveis e de excluir reciprocidades” (FOUCAULT, 1991, p.195), e de que, naquele local, um simples bolo esmigalhado e chocolates despedaçados podem ganhar uma proporção especial no

que diz respeito à indução nas detentas de um “estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Ibid., p.177).

Nesse ensejo, devo admitir, que o incômodo maior da vivência daquela experiência está relacionado a disciplina e ao *poder*, que naquele contexto torna-se evidente em cada gesto e em cada atitude tomada por aqueles que lá estão. O que revelava mais um obstáculo epistemológico a ser superado por uma pesquisadora que deveria etnografar gênero e violência e que, agora diante de uma instituição penal, tinha que enfrentar a talvez incômoda, como diria Wolf (2003), mas fundamental discussão sobre poder⁶⁸.

A partir disso, penso que posso deslocar essa experiência pessoal para uma condição geral de todo antropólogo que pesquisa as ditas sociedades complexas precisa enfrentar em relação às descontinuidades, heterogeneidades e diversidades inerentes ao próprio campo, nesse caso gênero e violências.

Levando em consideração que “no contexto metropolitano, com suas interações, negociações e conflitos”, estamos diante de um campo que apresenta um “caminho cheio de armadilhas, de que nenhum antropólogo está protegido” (VELHO, 2008, p.7), posso dizer que esse fragmento de meu diário, que leva em conta o tempo do cárcere em minha formação de pesquisadora e etnógrafa das violências no mundo urbano contemporâneo, apreende e expõe obstáculos que tive que enfrentar no tempo do cárcere e que não estão alheios aos problemas já debatidos por diversos pesquisadores dessa área⁶⁹.

Ora, aqui uma etnografia da duração passa a ser essencial, à medida que pode nos fornecer pistas importantes para o enfrentamento de obstáculos epistemológicos que duram no tempo em nosso *metier*, e ainda nos apontar para algumas categorias de entendimento que também denotam uma duração, no sentido de

⁶⁸ Segundo Wolf (2003): “O próprio termo (poder) deixa muitos de nós incomodados. Trata-se certamente de uma das palavras mais carregadas de sentido e polimorfias de nosso repertório. As línguas românicas, germânicas e eslavas, pelo menos, combinam uma multidão de significados ao falar de *pouvoir* ou *potere*, *Macht* ou *mogushchestvo*. Essas palavras permitem que falemos sobre o poder como se ele significasse a mesma coisa para todos nós. Ao mesmo tempo, falamos frequentemente de poder como se todos os fenômenos que o envolvem fossem de alguma forma redutíveis a um centro comum, a alguma essência interna. Isso traz à mente imagens monstruosas de poder, o Leviatã de Hobbes ou o Minotauro de Bertrand de Jouvenel, mas nos afasta de especificar os diferentes tipos de poder implicados em tipos diversos de relações” (p. 325).

⁶⁹ Nesse sentido, ver principalmente Gilberto Velho (Org). *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. Dar uma atenção especial para Sandra Regina Soares da Costa. “Vertigem em Nilópolis: a antropóloga e o espelho”.

atravessarem, insistentemente, nossos estudos, como o caso da categoria poder⁷⁰ e sua intrínseca relação com o campo das violências e gênero.

Continuemos a discussão, com a exposição de mais um extrato de meu diário de campo de doutorado:

Quando adentrei no presídio ouvi um barulho estranho até que percebi que Rita não parava de bater sua cabeça na parede [...]. Cheguei perto dela e tentei contê-la quando levei um susto e vi que pela força que fazia sua cabeça já estava sangrando [...] depois de algum esforço de conversa (a Micheline psicóloga foi importante aqui) Rita parou e deixou que eu fizesse um curativo enquanto começou a murmurar algumas palavras tentando explicar que havia matado sua mãe a facadas porque ela era muito má [...]. Desolação e falta de ar foi o que senti naquele momento naquele cubículo minúsculo, diante de uma criatura frágil e desesperada considerada uma “assassina” pela justiça [...]. Para lidar com essa situação recorri a minha experiência anterior de mestrado a qual de uma maneira ou de outra fui exposta a narrativas e situações semelhantes a essa em que passei hoje [...]. Aqui a grande diferença é que minhas informantes estão num cárcere, e não mais no interior de suas casas junto de suas famílias. Um novo elemento se impõe [...] e o estar no cárcere e não mais na favela, tanto eu quanto minhas interlocutoras instaura essa novidade [...]. Vou te que aprender a lidar com isso [...]. (Rio do Sul, 11 de novembro de 2006).

Esse fragmento de meu diário deixa claro as marcas entre as passagens da Micheline psicóloga, a Micheline mestranda e a Micheline doutoranda. Aqui ao mesmo tempo em que temos uma matéria que está sendo perpetuada, nesse tempo de formação, aparece a necessidade de rupturas com determinados obstáculos epistemológicos que uma antropóloga necessita assumir para continuar a pesquisar violências, gênero e cidade. Isso fica claro, no trecho do diário, quando há a percepção por parte da antropóloga de que a interioridade do tempo na experiência etnográfica no cárcere se diferencia de sua experiência anterior, principalmente quando sua interlocutora expõe

⁷⁰ Embora esteja se remetendo a importância da categoria poder para os estudos antropológicos em geral, mais uma vez recorro a Wolf na tentativa de aprofundar essa discussão: “Alguns disseram que essas questões têm pouca relevância para a antropologia, pois não têm muito a dizer sobre “gente real fazendo coisas reais” [...]. Mas me parece que elas tocam em muita coisa que acontece no mundo real, que limita, inibe ou incentiva o que as pessoas fazem ou não podem fazer dentro dos cenários que estudamos [...]. A noção de poder [...] é útil precisamente porque nos possibilita delinear como as forças do mundo influenciam os povos que estudamos [...]. Não há vantagem num falso romantismo que pretende que “gente real fazendo coisas reais” habita em universos fechados e auto-suficientes” (WOLF, 2003, p. 327).

sua fragilidade na condição de detenta diante do assassinato da mãe. Nesse sentido, recorro a outro fragmento de meu diário de doutorado:

Ana recebeu uma autorização judicial para ir até um internato municipal visitar seus três filhos que lá se encontram em função de sua prisão. Mas, ao contrário do previsto, não chegara no presídio no horário pré-estabelecido. E foi no findar da tarde que fui surpreendida por um telefonema aflito de Roberta avisando-me que estava a caminho do único hospital existente em Rio do Sul levando Ana para ser socorrida já que essa fora encontrada, em função de um aviso de terceiros, pela própria Roberta e por sua companheira de pesquisa trancada em sua casa coberta por sangue em consequência de um profundo corte em seu pulso direito. Enfim, o atraso de Ana estava sendo desvendado, mas consigo trazia vários questionamentos, e o primeiro deles era o de como ela fora parar em sua “casa”, mesmo sabendo os riscos que corria em relação a justiça se desobedecesse às ordens expressas de fazer o itinerário presídio-internato e internato-presídio no tempo pré-estabelecido. Quando cheguei ao hospital, no espaço destinado ao pronto socorro, me identifiquei na portaria como pesquisadora e logo me deram acesso a um grande corredor repleto de portas dos dois lados onde, depois de algumas informações desconhecidas, consegui finalmente encontrar a sala em que Ana estava. Minha primeira visão foi desoladora, quando vi aquela mulher descabelada, com as roupas meio molhadas, sujas de barro, estendida numa maca, fui invadida por um turbilhão de sentimentos como pena, horror e desilusão, esse último em função de meu acompanhamento de sua história de vida, que era de alguém que, a princípio, estava conseguindo transcender uma trajetória marcada fortemente por eventos violentos e trilhar um caminho nas “ordens do melhor”, parafraseando Ricoeur. (Rio do Sul, 8 de dezembro de 2006).

Essa experiência de campo, relatada no diário, me faz recordar de um comentário de Lévi-Strauss sobre uma experiência vivida no Hospital Saint-Anne quando ele era aluno de filosofia de Georges Dumas. Para o autor nenhum contato com os “índios selvagens” intimidou-o mais do que, segundo suas palavras: “aquela manhã passada com uma velha senhora enrolada em suéteres, que se comparava com um arenque podre no meio de um bloco de gelo: intacta na aparência, mas ameaçada de se desagregar mal o invólucro protetor derretesse” (LÉVI-STRAUSS, 2004, p.17).

Trazendo o relato de Lévi-Strauss para compor nosso debate, penso que suas palavras nos arremessam, sobretudo, para os obstáculos epistemológicos que temos que enfrentar quando estamos lidando com o “contexto metropolitano, com suas interações,

negociações e conflitos” (VELHO, 2008, p.7) e da necessidade constante, nesses contextos do exercício de “estranhar o familiar”, como já dito, atitude emocional e “intelectual necessária, principalmente para quem estuda sua própria sociedade” (Ibid.). Nesse viés, mais outros dois fragmentos retirados de meu diário podem ser importantes:

Hoje não fiz campo [...] mas tenho que escrever, pois não consigo tirar da cabeça a imagem das presidiárias de Rio do Sul, antes de ontem falando-me da tristeza que é passar a noite de natal no presídio [...]. A saudade de seus filhos, de seus amigos, parentes, segundo elas parece aflorar nessas ocasiões [...]. A sensação quando saí do presídio nesse dia foi diferente dos outros, elas me desejaram feliz natal e boas festas e confesso que me senti uma idiota quando retribui a gentileza [...]. Me senti muito mal tendo que ir embora e deixá-las para traz lá presas, naquele estado, naquela precariedade [...]. Como elas estarão agora? O que estão fazendo, comendo, bebendo [...]. (Florianópolis, casa da minha avó, 24 de dezembro de 2007).

Ou,

Fiquei indignada comigo mesma por hoje ter sentido um pouco de nojo de tomar café frio em um dos copos plásticos cedidos por uma detenta [...] não pude evitar [...] o plástico parecia sujo, o café estava horrível [...] mas bebi sem pestanejar [...]. Tudo piorou quando vi um rato correndo pelo pátio externo do presídio em direção a área da “cozinha” [...]. Confesso que me sinto um pouco cansada, e o que é pior, culpada de me sentir cansada, de ouvir tantas histórias de horror num cenário tão degradante e deprimente [...] e não poder fazer nada”. (Florianópolis, casa da minha avó, 15 de fevereiro de 2007).

O meu mal estar diante do contexto estudado, que já foi discutido num primeiro momento no capítulo I dessa tese, se intensifica e complexifica aqui na medida em que os atos da intelectual de classe média intelectualizada e psicologizada diante do campo são postos, mais uma vez, em evidência.

Aqui, a idéia de *falta* articulada à imputabilidade, discutida por Ricoeur (2007)⁷¹, pode ceder uma pista crucial para uma compreensão crítica e reflexiva diante

⁷¹ A imputabilidade é essa capacidade, essa aptidão, em virtude da quais ações podem ser levadas à conta de alguém. Essa metáfora da conta constitui um excelente esquema para o conceito de imputabilidade, que encontra outra expressão apropriada na sintaxe comum às mesmas línguas do verbo modal “poder”: posso falar, agir, narrar, levar meus atos à minha conta – eles podem ser a mim imputados. Nesse sentido, a imputabilidade constitui uma dimensão integrante do que chamo de homem capaz. É na região da imputabilidade que a falta, a culpabilidade, deve ser buscada. Essa região é a da articulação entre o ato e o

dos percalços desse campo, no que diz respeito, além do “mal estar” da pesquisadora diante da realidade estudada, de sua conduta afetada por esse “mal” diante de tal contexto.

Nesse sentido, podemos retrair o tema do familiar e do conhecido problematizado por Velho (1981), à medida que percebemos que o sentimento de *falta* relacionada ao “mal estar” em campo da antropóloga, naquele momento, estava atrelado a uma incapacidade da pesquisadora de fazer o estranhamento do familiar.

No desenlace desse nó, ou seja, na transcendência de mais esse obstáculo epistemológico, uma etnografia da duração torna-se indubitavelmente importante, na medida em que abre uma porta para uma identidade ipse da antropóloga por meio da problematização de sua identidade narrativa, no exercício de estranhamento de sua própria escrita, contida nos cadernos de notas, diários de campo, dissertação de mestrado, e por que não dizer, das várias versões dessa tese. Aspecto importante, a meu ver, numa jornada interessada em desvendar os interstícios da “configuração, situada na experiência temporal da tessitura da narrativa etnográfica” (ROCHA, 2008, p.13).

5.2 - Uma experiência Etnofotográfica⁷² num presídio feminino

Atentando para o fato do não esquecimento da ‘grafia da luz’, que preside a experiência noética da interpretação da cultura do outro, continuo o debate sobre as funções fabulatórias nos jogos de memória, pelo exercício de uma etnografia da duração, nesse último tópico do capítulo, evidenciando a confecção de fotografias num campo altamente restritivo à produção de imagens (presídio feminino), tentando revelar, por meio da descrição sobre as situações de desenvolvimento dessas, e de suas escolhas para serem expostas aqui “as condições sob as quais o próprio pensamento do antropólogo constrói, reproduz e disponibiliza para o mundo acadêmico, ou não, as imagens” (ECKERT; ROCHA, 2004, p. 8).

agente, entre o “quê” e o “quem” da potência de agir – da *agency*. E é essa articulação que, na experiência da falta, é de algum modo afetada, ferida por uma afecção penosa (RICOEUR, 2007, p. 467-468).

⁷² Esse termo etnofotografia, criado por mim, foi cunhado com inspiração no termo utilizado por Achuti (2004) “fotoetnografia”. Segundo o autor, “uma narrativa fotoetnográfica deve se apresentar na forma de uma série de fotos que estejam relacionadas entre si e que componham uma sequência de informações visuais. Série de fotos que deve se oferecer apenas ao olhar, sem nenhum texto intercalado a desviar a atenção do leitor/espectador” (p. 109), o que realizei no capítulo 6. Deste modo, vislumbro como diferença entre a etnofotografia, o que exercito aqui, neste capítulo, e fotoetnografia o fato de, na primeira, a fotografia ir revelando algo da própria etnografia e, na segunda, a fotografia toma corpo e “narra” aquilo que está em estudo, como, por exemplo, nesta tese, a vida das detentas que será apresentada no próximo capítulo.

Depois de uma reunião com o diretor do presídio, falando-lhe da importância das imagens como narrativas para minha pesquisa e reafirmando meu compromisso ético com as “presidiárias”, obtive a permissão para fazer uso de uma máquina fotográfica em minhas visitas na instituição. Passada essa etapa, conversei com as mulheres que não se opuseram ao uso da máquina fotográfica, desde que suas identidades fossem preservadas⁷³ e que pudessem receber em troca algumas fotografias principalmente para enviarem aos seus companheiros, companheiras e familiares⁷⁴.

Quando fotografei as mulheres pela primeira vez, minha experiência de campo no mestrado veio à tona. Isso porque, assim como as moradoras e os moradores do Matadouro, geralmente as imagens dessas pessoas são veiculadas na mídia dentro de um contexto de estigmatização.

Geralmente, essas pessoas aparecem no jornal apenas em reportagens sobre crimes e assassinatos. Aqui, o tratamento do tema das técnicas e dos procedimentos de pesquisa de campo, a partir da imagem do outro, se torna importante numa reflexão engajada em problematizar “[...] a consciência de si e do outro ao longo e após o trabalho de campo” (ECKERT; ROCHA, 2004, p.8). Nesse sentido, vejamos esse trecho de meu diário de campo escrito logo depois da confecção das imagens fotográficas que serão expostas a seguir:

Hoje durante as fotografias que fiz tentei deixar as meninas o mais a vontade possível [...] e como estava utilizando máquina digital, conforme havia combinado, deixei que elas selecionassem as imagens que poderiam vir a compor minha tese ou não. Fiquei preocupada com os ângulos, o cenário e as cenas que escolhi para fotografar, não que não poderiam dar conta do “real” já que isso está fora de cogitação⁷⁵, mas que isso não contribuísse para alguns estigmas que frequentemente estão relacionados às presidiárias [...] principalmente com a exposição de seus corpos femininos [...].

⁷³ Sobre a questão da ética e o uso da imagem na antropologia social ver principalmente Eckert e Rocha (2004), nesse artigo as autoras fazem um apanhado em torno do estado da arte da discussão sobre ética e imagem na antropologia brasileira, dos problemas advindos da experiência de pesquisadores com o uso da imagem e, por último, tecem reflexões sobre a ética e a imagem.

⁷⁴ Discutido juntamente com minhas interlocutoras, alguns artifícios foram utilizados para a preservação de suas identidades, como o uso de tarjas em suas faces (imagens as quais descartei para essa empresa por chegar à conclusão que poderiam não funcionar a serviço da preservação de identidade) e imagens fotográficas que não focalizasse seus rostos como poderá ser visto adiante e ao longo da tese. Já as fotografias entregues as interlocutoras foram realizadas sem restrições.

⁷⁵ “Em antropologia visual, investir no tratamento meramente representacional da imagem técnica seria lhe conceder o papel de simulação do mundo das coisas, sem aprender as operações cognitivas que têm por objeto a imagem, operações que constituem transformações e não apenas a reprodução dos estados das coisas” (ROCHA, 2004, p. 5).



11 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas



12 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas

Aqui a escolha de narrar o cotidiano dentro do presídio está relacionada ao tema da dialogicidade, da alteridade e da mesmidade, da antropologia compartilhada rouchiana⁷⁶, onde as decisões da construção da imagem do outro são efetuadas segundo a perspectiva do nativo, no sentido de haver a restauração da “fala” do outro. A fala de uma interlocutora durante a confecção das imagens que virão a seguir vão ao encontro dessa argumentação:

Acho legal as pessoas verem lá fora que não somos animais [...] que a gente tá presa mas é normal [...] faz coisas como as outras pessoas [...] não somos monstros, nem bichos [...] como muita gente pensa por aí [...]. Tem um monte de menina boa aí [...]

⁷⁶ Ver Jean Rouch. *Por La Photographie/Ed.Ciro BRUNI. Sammeron, Germs, 1983, p. 371-375 (Actes Du 1 er Colloque international pour La photographie) – Université Paris- VIII, 1982.*

fazem um monte de coisa legal [...]. Só não deram sorte na vida [...].



13 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas



14 - Foto do cotidiano das mulheres encarceradas

Aqui devo advertir que o uso dessas imagens não foi feito na tentativa de “ler o destino” dessas mulheres “na face das coisas, o que significaria o tratamento da identidade” de ser presidiária “a partir dos objetos da representação empírica” que captei com minha câmera fotográfica. A exposição dessas imagens converge para a tentativa de compreender que os estudos antropológicos, por meio do uso das imagens, exige “uma

conversão do antropólogo nas condições reflexiva e reversível nas quais se gesta seu próprio pensamento” (ECKERT; ROCHA, 2004, p.8).

Nesse sentido, pensando os recursos tecnológicos que conformam a linguagem empregada pela antropologia visual, como uma expressão inegável, portanto, de uma *poiésis* (ROCHA, 1995), ratifica-se aqui a positividade de assumirmos a ficção como constituinte de nosso *metier*.

Ficção não como o antônimo de verdade, nem de realidade, ou como o sinônimo de mentira, mas como o reconhecimento da imagem fotográfica como processo e resultado de uma autoria, lugar onde a pretensa neutralidade científicista não encontra eco, em que a subjetividade e o olhar do autor⁷⁷ estão fatalmente ligados à sua obra, enfim, em que a interpretação paradoxalmente encoberta por um movimento que se dizia iluminista⁷⁸ deixa às trevas e passa a ascender em nossas discussões. Ou seja, estou me referindo ao tema da imagem não como duplo/cópia do real, mas como mimese, imitação da ação, do “estive lá” a partir do aqui e do agora da escrita da tese⁷⁹.

Nesse contexto, vale uma digressão, recordando que para Aristóteles⁸⁰ a imitação tem validade cognoscitiva porque a *poiésis* não representa as coisas realmente acontecidas, mas “as coisas possíveis, segundo a verossimilhança e a necessidade” (aqui, a ficção anularia a “verdade”, neste momento entendida como uma pretensa fidelidade à experiência, e a substituiria pela criação de ordem). Tal como é encerrada pela narração etnográfica em antropologia visual, para Aristóteles, a ficção consiste na “ordem”, na “simetria” e numa grandeza que se preste a ser abarcada pela visão em seu conjunto.

Nesse sentido, dentre outros, os clássicos trabalhos como os de Etienne Samain, Malinowski, Bateson e até mesmo Franz Boas são esclarecedores, já que, respeitando todas as peculiaridades, cada um desses antropólogos usou a fotografia para recriar o mundo nos quais os *seus* nativos viviam.

⁷⁷ Aqui, para complexificar nossa discussão, é importante pontuar que a noção de autoria vinculada a constituição da imagem deve perpassar pela reflexão de que “uma investigação a partir da imagem nos remete, hoje, a construção de nossas próprias imagens internas, isto é, as formas simbólicas através da qual o próprio conhecimento antropológico se expressa”. (ECKERT; ROCHA, 2001, p.7).

⁷⁸ Rouanet (1998) problematizando o “olhar iluminista” vai buscar no diálogo com os *enciclopedistas*, que nas figuras, principalmente de Diderot e Voltaire, pautados numa perspectiva do indivíduo, problematizam o ideal da visibilidade e a incompetência do olhar como reduzidos, o primeiro à capacidade que o sujeito tem de ver tudo isso, se educado para deixar de lado o *préjugé*, e o segundo, como consequência do poder exercido sobre o sujeito por outras pessoas. Prosseguindo, o autor aponta que os enciclopedistas deram ênfase principalmente ao “olhar que vê”, deixando para Rousseau o papel de resgatar o “olhar que é visto”, aqui a transparência e a reciprocidade legitimam aquilo que utopicamente viria a ser chamado de Contrato Social. Como os filósofos da ilustração, Rousseau cai em sua própria armadilha e o mundo da reciprocidade e da transparência cai por terra mesmo antes de florescer.

⁷⁹ Ver P. Ricoeur Tempo e Narrativa (1994), v. 1,2,3.

⁸⁰ Aristóteles *in Teles* (1974).

Partindo da idéia que uma “criação de ordem” está grudada ao ato do antropólogo em suas narrativas etnográficas arranjar “esteticamente a discordância dos instantes vividos que conformam uma existência humana numa lógica da concordância” (ROCHA, 1995), vale a pena parar e retomar, no caso desse capítulo, as discordâncias de instantes aos quais estou me referindo e os arranjos que a escrita ou as imagens, especificamente aqui, conseguem ordenar em termos de tempo da narrativa de um encontro etnográfico com a alteridade que os estudos de violência, gênero e cidade pretendem dar conta. Nesse sentido, vamos a mais uma sequência de imagens confeccionadas no cárcere:



15 - Tatuagem no cárcere



16 - Tatuagem no cárcere

Ao me debruçar sobre essas imagens focalizando questões corporais e de gênero, e nessas inscrições como parte das memórias individuais e sociais de minhas interlocutoras, penso que a presença de motivos florais, de figuras do bestiário circunscritos em seus corpos por meio de tatuagens podem nos auxiliar a pensar a forma como elas registram em seus próprios corpos suas falas acerca do mundo.

Lembrando do pedido de minhas interlocutoras para que eu fizesse fotografias de suas tatuagens, o mais importante aqui é prestarmos atenção para as grafias dessas tatuagens e o que minhas interlocutoras estão buscando “falar” comigo e com todos nós⁸¹, que estamos fora do cárcere. Isso, no sentido do tema da tatuagem ser resgatado aqui em termos das inscrições que isso representa na rítmica da vida dessas mulheres, uma espécie de grafia de outra ordem, e também do registro do tempo e de suas memórias.

Penso que essa reflexão torna-se fundamental aqui, a partir do momento que confabulo, mais uma vez com Eckert e Rocha (2004, p.12) que consideram “o uso da imagem na pesquisa antropológica um espaço privilegiado de reflexão em torno de visibilidade representacional das formas de alteridade cultural”.

⁸¹ Nesse sentido, vale a pena recorrer a Diógenes (2001, p. 193). Segundo a autora: “As inscrições nos corpos dos tatuados cumprem a sua função, de falar por imagens, seguindo o curso da vida; até que algum dia, a palavra, como meio de identificação, de contrato social, de reconhecimento público possa retomar um estatuto perdido”.

Nesse sentido, o ato de fabricação da imagem por meio do uso da máquina digital (as possibilidades dadas pelo uso da máquina digital, de retorno imediato, da destruição imediata do que não serve, de se ver a imagem no monitor, no momento da sua captação compartilhando-o com o outro) parece possibilitar a revelação do lugar do etnógrafo diante do outro, contribuindo assim com as trocas e as relações intersubjetivas entre nativo e antropólogo, necessárias para o bom andamento da etnografia, principalmente num campo delicado como esse. Em relação a essa questão abstraio mais um fragmento de meu diário de campo de doutorado seguido por uma imagem fotográfica:

Quando me dei conta, vi que o processo de fotografar minhas interlocutoras contribuiu para nossa aproximação [...]. Parece que a narrativa fotográfica fez com que elas vissem de forma mais imediata por meio das imagens do monitor da câmera digital o resultado de minha etnografia, o que empolgou-as no sentido de quererem falar e exteriorizar o que estavam sentindo[...]. Isso ficou claro no pedido de uma de minhas interlocutoras para que eu fotografasse a falta de luz na cadeia o que retrataria segundo suas palavras *a falta de perspectiva de futuro que temos quando entramos aqui*.



15 - A falta de luz na cadeia

Penso que esse “pedido” de minha interlocutora possa ser uma pista importante para a reflexão de que a consecução de uma “obra etnográfica” por meio do uso de imagens fotográficas “desafia, como no caso das etnografias mais convencionais,

com base na tecnologia da escrita, o autor e o leitor a atingirem [...] o plano da “intratemporalidade” na qual se tece o caráter documental da experiência/existência humana narrada” (ECKERT; ROCHA, 2001, p.12). O que fica evidente na penumbra que revela o que a própria luz encobre, como o tema do enclausuramento, do encarceramento, da ausência de liberdade, o que permite às informantes demonstrarem, através das próprias imagens, sua vivências de violências.

Nesse sentido, no jogo da contra-luz, há uma escolha estética em que o tema da identidade-idem e da identidade-alter se faz presente, e com ela a manipulação da imagem de si, numa narrativa que retoma a integridade daquele que se faz presente na fotografia e que se deixa fotografar.

Enfim, espero ter atingido o objetivo desse capítulo que exercitou uma etnografia da etnografia, com o intuito do rompimento dos “agoras abstratos” que só dificultam, ou melhor, mascaram o entendimento da “intratemporalidade que tece o sentido das ações/vidas humanas” (ECKERT; ROCHA, 2001, p.12), compreensão crucial, numa tese, em que o que está em jogo, é a decifração das experiências de trajetórias urbanas sociais demarcadas por vivências de violências e a experiência da própria antropóloga num campo delicado e complexo, que eu espero se densifique no próximo capítulo, por meio de uma fotoetnografia, em que a fotografia tomará corpo e narrará a vida das detentas e o espaço que lhes acontece viver.

CAPITULO VI

FOTOETNOGRAFIA: MULHERES ENCARCERADAS OU UMA SÍNTESE NARRATIVA DE UMA ETNOFOTOGRAFIA

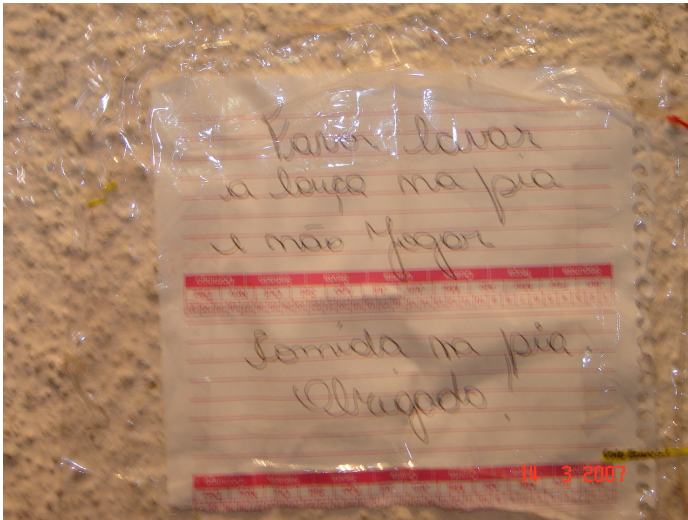
6.1. O espaço no cárcere



17 - O espaço no cárcere 'a'



18 - O espaço no cárcere 'b e c'



19 - O espaço no cárcere 'd, e, f'



20 - O espaço no cárcere 'g, h, i'



21 - O espaço no cárcere 'j, k'



22 - O espaço no cárcere 'l, m'



23 - O espaço no cárcere 'n, o'



24 - O espaço no cárcere 'p'



25 - O espaço no cárcere 'q'



26 - O espaço no cárcere 'r'

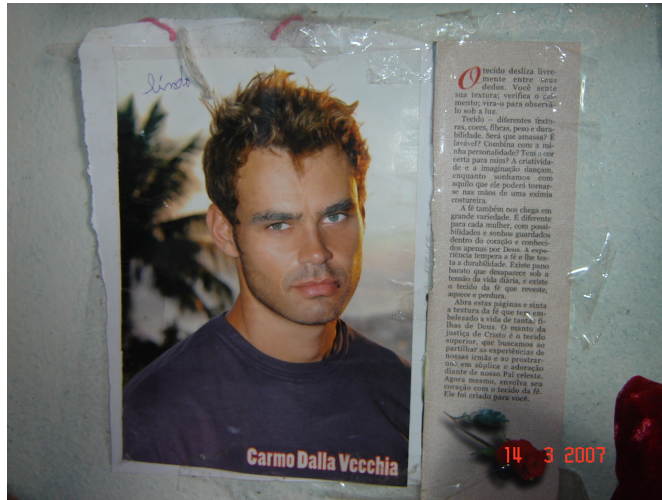
6.2 Cama no cárcere: o *mundinho* de Priscila



27 - Cama no cárcere: o *mundinho* de Priscila 's, t, u'



28 - Cama no cárcere: o *mundinho* de Priscila 'v, w, x'



29 - Cama no cárcere: o mundinho de Priscila 'y, z, a1'



30 - Cama no cárcere: o *mundinho* de Priscila 'a2, a3, a4'



31 - Cama no cárcere: o *mundinho* de Priscila 'a5, a6, a7'

6.3 Corpos no cárcere



33 Corpos no cárcere 'a10, a11, a12'



34 - Corpos no cárcere 'a13, a14, a15'



35 - Corpos no cárcere 'a16, a17, a18'



36 - Corpos no cárcere 'a19, a20'



37 - Corpos no cárcere 'a21'

6.4 Saberes e fazeres: *artes* no cárcere



38 - Saberes e fazeres: *artes* no cárcere 'a22, a23, a24, a25, a26'



39 - Saberes e fazeres: *artes no cárcere 'a27'*



40 - Saberes e fazeres: *artes* no cárcere 'a28'

6.5 O cotidiano no cárcere



41- O cotidiano no cárcere 'a29, a30, a31'



42 - O cotidiano no cárcere 'a32, a33'



43 -O cotidiano no cárcere 'a34, a35'



44 - O cotidiano no cárcere 'a36'

CAPITULO VII

O CONFLITO COMO UMA CATEGORIA CRÍTICA DE ANÁLISE FUNDAMENTAL PARA OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS DE VIOLÊNCIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

7.1 - O conflito como uma categoria útil de análise nos estudos de violências

Para iniciar é importante ressaltar que diferentes escalas de conflito perpassarão esse debate e, como já foi sendo delineado ao longo da tese, a categoria conflito a qual me filio está atrelada a questões de gênero, mulheres e violências, numa pesquisa que considera que “todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistas pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito” (SIMMEL 1983, p. 124).

Desse modo, penso em George Simmel como um autor fundamental para iniciar esse diálogo, no sentido de nos fornecer subsídios importantes para a compreensão de um fenômeno (violências) que, pela sua complexidade, roga por categorias de análises, como a de conflito defendida pelo autor⁸², que tem como pressuposto, ao invés de fechar, abrir a cada olhar do pesquisador novas perspectivas de análise, novas facetas do objeto, como poderá ser acompanhado no decorrer dessa discussão.

Minha aproximação com as idéias de conflito defendidas por Simmel começou em meu mestrado realizado entre os anos de 2000-2002 no PPGAS /UFSC, como já mencionado na primeira parte desta tese, quando pesquisei trajetórias sociais e itinerários urbanos de mulheres/mães moradoras da favela Matadouro, situada no município de Itajaí/SC. *In loco*, comecei a refletir sobre a importância da categoria conflito como primordial para que eu pudesse apreender aquela realidade estudada em

⁸² Ver: SIMMEL, Georg. *Conflict*. Nova York, The Free Press, 1964; SIMMEL, Georg. On conflict. In *Theories of Society*. Nova York, The Free Press, 1965. SIMMEL, Georg. La sociabilité: exemple de sociologie purê ou formale. In *Sociologie e épistemologie*. Paris, PUF, 1991, p.121-36.

toda a sua complexidade, que bem ao ‘gosto’ simmeliano cabia colocar dentro da “sociação” um elemento de conflito. Nesse sentido seleciono um trecho do meu diário escrito nos idos de 2000 durante o meu campo de mestrado:

Hoje, 9 de maio de 2000, estou mais uma vez no ‘boteco’ da Dna Maria. Neste momento não estou mais apenas em frente a uma ‘velha conhecida’, dirigente da Associação de Moradores do bairro [...]. Aquela mulher que está sempre pronta para resolver um ‘pepino’ do bairro, ou é cumprimentada por todos a sua volta [...]. Estou diante de uma moradora do bairro Matadouro que vive numa área do local denominada pejorativamente, pela vizinhança, de ‘a negada lá de baixo’ [...]. Uma mulher que em seu “pedaço” [...] vive imersa numa “província de significados”, em que o conflito parece constituir e atravessar sejam suas relações com os seus vizinhos evangélicos, traficantes, vizinhança em geral, entre outros. Vejamos algumas palavras de Dna Maria: *Esses evangélicos, esses crentes são um porre minha filha [...] de vez em quando saem corridos daqui de casa, principalmente quando vem me incomodar no Domingo, quando eu tô de bom humor, até mando eles entrar, ofereço um cafezinho pra eles, e assim vai, entre tapas e beijos a gente vai vivendo [...]. Esses traficantes só fazem denegrir ainda mais a imagem do bairro. Quando eu perco a paciência vou em cima deles mesmo, mas de vez em quando eles dão um brinquedinho pra rapaziada, quebram algum galho pra gente, daí assim vai indo [...]. Essa gente porca vive jogando lixo na minha porta, depois ainda reclamam quando a gente xinga, um dia desses quase me peguei nos tapas com aquela vizinha ali da frente, fazer o que não é? Vizinho a gente não escolhe [...].*

Num primeiro momento, esse seria “só” mais um caso típico observado, na Favela Matadouro, de conflito como constituinte de sociabilidade⁸³, demarcando aí a importância de se situar no interior dos estudos de violências o tema do conflito como elemento que está na origem das formas da vida social (SIMMEL, 1965). Mas, acaba tomando um outro rumo, tornando-se emblemático para a discussão que proponho aqui quando, seis meses depois, em meu diário de campo, relato que o filho de Dna Maria é gravemente ferido por um traficante local por defender a mãe que não é bem vista, por essa parcela da população (traficantes), na comunidade, vindo a falecer em função da agressão sofrida.

⁸³ Sobre a concepção de violências como constituintes de sociabilidades ver Grossi (1991, 1995, 1998), Rifiotis (1997, 1998) e Diógenes (1998). Segundo Rifiotis (1997, p. 5): “A violência pode atuar como uma espécie de força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças, em contraponto à homogeneização que a centralidade dos poderes procura instaurar”.

Considero emblemático para a discussão, por revelar a passagem de um conflito, a priori, socializador para um conflito-violento, aquele que dissolve os laços sociais ao invés de promovê-lo, ou seja, quando o conflito se organiza de uma forma a não permitir a duração da forma do social.

Além de ser representativo da trajetória de um estilo de conflito para outro, a passagem do meu diário, escrita seis meses antes do assassinato do filho de Dna Maria, revela a importância de não se colocar, num segundo plano, o conflito como constituinte de sociabilidade, já que ele é um elemento fundamental para a compreensão da possível trajetória, como ocorrera, nesse caso, de um conflito socializador para um conflito violento.

Nesse sentido, vale dizer que, embora, num primeiro momento, esta passagem de meu diário de campo não comporte um grau de conflito que, a princípio, pudesse ser comparado, por exemplo, com as situações vividas por Roberta, como no caso do estupro relatado no capítulo três, ela trouxe contribuições para pensarmos que o conflito, como forma de sociabilidade, deve ter o mesmo peso dos conflitos ditos violentos nos estudos de violências na metrópole contemporânea, já que, num segundo momento, pode ceder elementos importantes para a compreensão da forma como o processo migratório de um conflito para outro se dá⁸⁴.

Em relação a essa questão, é importante frisar que, aqui, não estou dizendo que qualquer conflito é um conflito violento em potencial, ou que qualquer conflito violento tenha tido sua origem num conflito socializador, mas que é relevante atentarmos para esse fenômeno de transformação de um para o outro, no sentido de podermos traçar um mapa dessa trajetória que auxilie na compreensão de tal fenômeno, o que poderia nos fornecer elementos cruciais para a compreensão do que leva um estilo de conflito a se transformar em outro ou a durar no tempo, seja ele constituidor de sociabilidade ou de violências. Pois, ambas as formas forneceriam dados importantes, a meu ver, para uma antropologia engajada com a própria sociedade onde está inserida.

Ainda sobre essa questão, vale a pena dialogar com um texto já clássico de Zaluar (1999), a saber: *Violência e Crime: o que ler na Ciência Social brasileira*⁸⁵, já

⁸⁴ Em relação a essa reflexão vale a pena recorrer a Velho (2008, p. 17). Segundo o autor: “É importante sublinhar que conflito não é necessariamente sinônimo de violência e que, por todas as razões, é crucial identificar quando e como as diferenças de posição, ponto de vista, perspectiva e visão de mundo que existem em qualquer sociedade, sobretudo nas mais complexas, assumem a dimensão de conflito aberto com violência física descontrolada, como no caso brasileiro contemporâneo, principalmente nas grandes cidades”.

⁸⁵ ZALUAR, Alba. 1999. *Violência e Crime: o que ler na Ciência Social brasileira*. Antropologia. São

que, longe de ser apenas uma periodização histórica das produções intelectuais sobre o tema, o livro é antes uma tentativa de organizar o vasto e diversificado debate, a partir da relação paradoxal entre a postura do cientista social (orgânico ou universal) e os modelos explicativos acionados, definidos como modelo marxista dicotômico de sociedade, modelo da construção da nação, modelo da organização da sociedade civil, modelo da sociabilidade violenta.

O que podemos perceber é que existe aí, nesses modelos, a presença menos ou mais explícita de pressupostos teóricos e metodológicos investidos de uma inspiração durkheimiana do consenso e das sociologias marxistas e weberianas do conflito, podendo, por vezes, não abrir espaço⁸⁶ para uma leitura da categoria conflito simmeliana que aponta para o “jogo do social”, para a plasticidade, para as idas e vindas que conformam o social, enfim, como forma que se faz e desfaz no tempo, como fundamental para os estudos de violências na contemporaneidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o livro de Misse (2006), intitulado *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo – Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*⁸⁷, pode corroborar com a discussão suscitada pelo levantamento elaborado por Zaluar (1999), pois, embora tenha sido escrito quase uma década depois de *Violência e Crime*, o autor atualiza em sua coletânea uma lista de trabalhos e discussões que encontram em seu cerne a problemática de pesquisas guiadas por determinados pressupostos que também não se debruçam na questão do conflito como essencial para o estudo de tais fenômenos, considerados, aqui nessa tese, como ponto de partida para a compreensão do quadro violento que vivemos hoje nas metrópoles brasileiras.

Digo ponto de partida, pois Simmel, ao tratar o conflito, fala de uma forma que se faz e desfaz no tempo. E, quando penso nas trajetórias sociais e nas narrativas biográficas de minhas interlocutoras, o que vejo é, de um lado, uma forma do social se consolidar em suas vidas que não obedece a esta plasticidade, já que suas vidas encontram-se, muitas vezes, engessadas nas condições de pobreza, desemprego e até

Paulo: Editora Sumaré. Brasília: CAPES. 1970-1995.

⁸⁶ Nesse sentido, concordo com Santos (2005, p. 13-14) quando diz que: “[...] Se fecharmos os olhos e os voltarmos a abrir, verificamos, com surpresa, que os grandes cientistas que estabeleceram e mapearam o campo teórico em que ainda hoje nos movemos viveram ou trabalharam entre o século XVIII e os primeiros vinte anos do século XX, de Adam Smith e Ricardo a Lavoisier e Darwin, de Marx e Durkheim a Max Weber e Pareto, de Humboldt e Planck a Poincaré e Einstein”.

⁸⁷ MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo – Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Coleção Conflitos, Direitos e Culturas. Coordenadores: Roberto Kant de Lima e Michel Misse. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

mesmo de ausência das condições mínimas de exercício de sua cidadania, me reportando ao capítulo III da tese, como no caso de Priscila que encontra-se encarcerada. E, de outro, vemos aquelas trajetórias, como as de Domitila, Fênix e Roberta, como tributárias de tal plasticidade.

Nesse sentido, nos termos de uma etnografia da duração, apontar para o tema do conflito é discutir a capacidade que nossas modernas sociedades complexas têm de assegurar mobilidade/plasticidade das formas do social se apresentar, no sentido de que, experiências de injustiças possam ser reparadas nas relações entre vítimas e agressores. Como podemos observar, dentro das próprias narrativas de minhas informantes, no caso de algumas trajetórias de gênero, e o tema das violências vividas na vida urbana de uma metrópole, pode-se levar gerações para que as situações de violências sejam revertidas, e isso quando é possível repará-las. Daí advém a pergunta: quanto tempo uma situação de conflito pode durar sem dela se originar uma condição de violência? Temos aí o fator tempo (duração) como elemento a ser pensado: a saída do cárcere e seu retorno quase imediato, gerações de mulheres vivendo silenciosamente a condição de violência doméstica etc.

Nestes termos, a teoria simmeliana de conflito lida pelo olhar de uma etnografia da duração, demarcando, mais uma vez, como algo que se faz e desfaz no tempo, ganha força e sentido se pensarmos nas relações como constituídas por uma forma que estrutura um grande número de interações diferentes, sejam elas de ciúme, guerra civil, competição econômica, acordo político ou tráfico de drogas (VANDENBERGHE, 2005)⁸⁸.

Um depoimento de uma interlocutora retirado de meu diário escrito a partir de meu campo de doutorado pode trazer um elemento novo para essa discussão:

A gente vivia se esbofeteando. Passar um dia sem brigar era um milagre, ele me deixava roxa, mas eu também não deixava por menos, também batia [...] até aqui na visita íntima a gente se estranha. Um dia desses as meninas tiveram que separar a gente [...]. O desgraçado teve a coragem de me dizer que, de vez em quando, dá uma 'raladinha' com a vizinha. Acho que se elas

⁸⁸ Desde a década de 80 do século passado, conforme Moraes (1983), principalmente na sociologia americana, a discussão sobre conflito voltou a ordem do dia, não mais como fator negativo, mas com a idéia de positividade defendida por Simmel já no início do mesmo século. Nesse sentido, ao falar sobre o conflito em Simmel, Vandenberghe (2005) professa que devemos conceber todas as diferenciações polares como uma só vida de maneira a sentir o pulso de uma vitalidade central mesmo naquilo que, se considerado do ponto de vista de um ideal particular, não deveria existir absolutamente e é apenas algo negativo. Assim, devemos permitir que o sentido global de nossa existência brote de ambas as partes.

deixassem aquele dia eu tinha matado ele [...] pelo menos com as marcas das minhas unhas ele ficou [...] assim a outra sabe de quem ele é [...] mas no fundo a gente se ama, e assim a gente vai vivendo [...]. (Carla foi presa por tráfico de drogas).

Podemos observar a acomodação do conflito na ordem do cotidiano, em que amar está permeado de ações de violência entre os membros do casal a ponto deles se espancarem mutuamente. Aqui o conflito entre os membros do casal, homem/mulher, impõem o tema do arranjo das questões conflituosas que os envolvem (sistemas de valores e códigos de emoções pautados na idéias de monogamia, fidelidade etc.) nos termos de incorporar essas disputas numa duração ao longo do tempo de suas vidas compartilhadas. Estudos de gênero sobre mulheres intelectuais de classe média ou de casais homoeróticos podem nos auxiliar na argumentação de que, nos termos de uma memória individual, social e coletiva, a sociedade brasileira guardaria esse perfil de violência no interior dos arranjos da própria vida social. Nesse sentido, elejo mais um fragmento retirado de meu diário de campo do mestrado que traz depoimento de uma moradora do Matadouro:

[...] um taxista trouxe uma pessoa até aqui perto da minha casa [...] aqui nos fundos [...] quando chegou aqui próximo a pessoa entrou num beco, fez com que o carro entrasse num beco sem saída [...] e essa pessoa, até era uma mulher [...] disse para ele: não grita, por aqui a barra é pesada [...] daí ele disse que na hora lembrou de mim, de uma outra vizinha, mas não fez nada pois ela estava armada, e ele disse que ela estava tão determinada a levar o dinheiro dele que para enfiar a faca nele não seria difícil [...] isso aconteceu quando eles começaram a vender droga aqui [...] e hoje em dia isso aqui é um absurdo, um absurdo mesmo [...] tem dias, acho que foi semana passada mesmo, eu estava lavando roupa [...] tinha duas policiais femininas aqui no beco, chegaram perto do portão [...] olharam para dentro do quintal [...] olharam para cá, para lá [...] né? De uma certa forma é desagradável, tu morar num lugar assim [...] é sempre bom ter uma pessoa cuidando, mas não por esse motivo [...] a gente não sabe quem é quem, se o policial veio comprar, veio dar alguma dica [...] eles estão sempre rondando [...] teve uma época que eles trouxeram um cachorro, dentro de tanta sujeira [...] o cachorro não farejou nada [...] risos [...] tem cada caso que elas (traficantes) contam [...] elas não são nada discreta [...] digamos assim: se elas tiver conversando que compraram ou venderam droga ali no portão e me vêem ali, ou alguém, elas não falam mais baixo, continuam falando [...] estavam falando um dia desses que um dia a polícia bateu na casa de determinada pessoa,

então essa pessoa encheu a boca de branca, aí quando o policial foi perguntar alguma coisa para ela, ela não podia nem falar, pois estava com a boca cheia de branca né? Daí disse que o policial falou assim: agora tu não pode falar, tá com medo de falar [...] risos [...] não é porque ela tava com medo, mas sim porque tava com a boca cheia de branca [...] elas põe, escondem a branca dentro da calcinha, logo que tiram, já vendem na hora e vendem para alguém [...] tirar o montinho que eles fazem de branca [...] isso dá para ver [...] eles fazem ali no beco [...] isso a gente vê com tranqüilidade [...] é um montinho bem pequenininho [...] um pouco maior que uma cabeça de fósforo [...] enliadinho num plasticozinho, nesses plásticos de sacola de supermercado [...] se eles tem na mão e tu passas por eles, eles não escondem não. Eles fazem questão de abrir a mão para tu vê o que eles tem na mão [...] um dia desses a polícia bateu na casa de uma guria, ela encheu a calça de petequinhas de branca, e depois a polícia foi embora, alguém veio comprar, ela tirou de dentro da calcinha, e vendeu [...] a pessoa levou aquilo mesmo [...] é bem por aí [...] assim a gente vai vivendo [...] convivendo com tudo isso [...]. (Márcia, moradora do Matadouro).

Aqui, o tráfico de drogas, sem esquecer todos os infortúnios que tem causado à sociedade brasileira desponta como emblemático para a reflexão de que se “[...] os diferentes mundos da cultura são realmente antagônicos entre si [...]”, nesse caso entre moradores traficantes e moradores não-trafficantes do Matadouro, “[...] os conflitos entre indivíduos e entre diferentes princípios formais são as precondições para uma determinada estrutura em sociedade”, seja ela qual for, “[...] dando a sociedade textura, durabilidade e elasticidade” (LEVINE *apud* SIMMEL, 2002, p. 44), seja aonde for.

Nesse sentido, a própria forma de tessitura desses conflitos em suas múltiplas dimensões, escalas e ordens de valores ético-morais, visões de mundo, estilos de vida e códigos de emoções (VELHO, 1981) revelam quando o conflito se transfigura em violência por meio das situações contrapostas: trabalhador/trafficante, trafficante/polícia, polícia/morador.

Indo adiante, ao nos apropriarmos da idéia simmeliana do conflito que funda o social, e quando seus limites são rompidos e o laço social não tem mais condições de serem restituídos, temos que ver de que sociedade estamos tratando, em termos da sociedade brasileira. Aqui somos colocados face à produção intelectual de Tereza Caldeira (2000) e mesmo de Loic Wacquant (2001) sobre o tema da criminalização da pobreza e da democracia disjuntiva como forma de disposição do jogo social onde o conflito está presente numa escala que opõe os segmentos sociais em termos de suas

diferenças de condições de vida (VELHO, 2000).

Creio que as reflexões desenvolvidas nos parágrafos anteriores podem servir como um ponto de partida para atentarmos que a antropologia não pode simplesmente parar no relativismo. É necessário ir além e ter coragem de se perguntar se aquela forma de sociabilidade, constituída por conflito, a princípio descartada por um problema moral (RIFIOTIS, 1997, 1998, 1999), tem espaço em nossos pressupostos teórico-metodológicos.

Esse questionamento é tributário da idéia de que a antropologia se diferencia dos outros saberes sobre a “socialidade humana” não por apresentar um conhecimento sólido sobre “a natureza das relações sociais, mas, ao contrário, por ter apenas uma vaga idéia inicial do que seja uma relação”. Pois sua problemática se caracteriza “[...] em perguntar o que seu objeto constitui como relação social, o que é uma relação social nos termos de seu objeto, ou melhor, nos termos formuláveis (social, naturalmente, e constitutiva) entre o ‘antropólogo’ e o ‘nativo’”(VIVEIROS DE CASTRO, 2001, p. 33-34).

Ou seja, aqui a defesa de se colocar a categoria conflito em perspectiva em nossos estudos, a partir de um conceito simmeliano, leva-nos a refletir sobre a possibilidade de se modificar esquemas de pensamentos de nossa filosofia a partir de nosso modo de reflexão (VIVEIROS DE CASTRO, 2001)⁸⁹.

Nesse sentido, o próprio “perspectivismo simmeliano” (Waizbort 2000) aliado a uma etnografia da duração pode se tornar crucial para os estudos antropológicos das violências, por propiciar a reflexão do antropólogo sobre si, sobre a forma como produz e sobre sua produção sustentada por valores estéticos e éticos, altamente vinculados as suas adesões teórico-conceituais e políticas, construídas coletivamente.⁹⁰

Continuando, esse “perspectivismo simmeliano” dá ao etnógrafo a

⁸⁹ Aqui, a inspiração é o termo; perspectivismo forjado por Viveiros de Castro (2001) quando o autor reflete sobre a relação entre nativo e antropólogo a partir da idéia de outrem, a condição de passagem entre mundos possíveis e o perspectivismo como o esquema conceitual que pensa tal passagem. Nesse sentido, estou focalizando o “perspectivismo interfacial” que aponta para a relação entre o discurso do nativo e o discurso do antropólogo.

⁹⁰ O conceito de filosofia com que Simmel trabalha não está [...] ligado aos objetos da reflexão, mas sim ao modo dessa reflexão [...] primado do processo: aquela “atitude espiritual em relação ao mundo e à vida, uma forma e modo funcionais de apanhar as coisas e proceder mentalmente com elas” [...]. Virando, rearranjando a constelação que trabalha, ele a mostra sob nova perspectiva, em variadas configurações. Assim, Simmel não somente é capaz de habilitar os mais díspares fragmentos do real como objeto da “profundidade metafísica” como, nesse processo, acerca-se desses objetos através de sua multideterminação, mostrando como a cada caminho percorrido, a cada perspectiva adotada, o objeto é acrescido de sentido [...]. A pluralidade das perspectivas adotadas é um esforço em desvendar a pluralidade das possibilidades do objeto”. (WAIZBORT, 2000, p. 24-26).

capacidade de explorar e de expor o objeto nas suas diversas facetas e nuances “[...] sem que tudo isso convirja para uma apresentação acabada, conclusiva e final” (WAIZBORT, 2000, p. 26-27).

A partir disso, podemos dizer que há um sentido cumulativo para análise do fenômeno da perspectiva simmeliana da vida social como “arranjos” de formas, como pode ser observado nos arranjos das formas de experiências com violências de minhas interlocutoras, tanto quanto minhas, com o universo pesquisado, explicitadas até aqui por meio de uma etnografia da duração.

Daqui parto para o próximo item do capítulo numa tentativa de complexificação da discussão entoadada, até aqui, acerca do conflito como uma categoria crítica de análise fundamental para os estudos antropológicos de violências no Brasil contemporâneo. Continuo, assim, o exercício de perscrutação dos arranjos das formas de vivências de violências por meio da apresentação de novas narrativas confeccionadas ao longo de meus campos de mestrado e doutorado.

7.2 – Conflitos-violentos ou violências, terror e sociabilidades

Antes de apresentar as narrativas propostas para essa parte do capítulo gostaria de analisá-las a partir da antecipação de alguns de seus fragmentos (neste momento, não nomeados) à luz de Michel Maffesoli (1987). O autor, tributário de George Simmel, ao fazer uma sociologia do cotidiano, considera as relações sociais como estruturadas por valores à margem dos imperativos prometeicos do progresso ocidental.

Aqui, o desenvolvimento tecno-científico faz-se acompanhar do retorno das mentalidades não lógicas e trágicas, em que comportamentos paroxísticos, como os que vimos ao longo da leitura das narrativas, destacam a violência como um elemento estrutural do fato social e não como o resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de desaparecimento.

Assim, pode-se dizer que, enxergando na anomia certo vetor de antecipação e concedendo à violência um lugar na estruturação do social (MAFFESOLI, 1987), abre caminho para um entendimento amplo do fenômeno fundador presente em toda e qualquer civilização.

Subsidiado por uma lógica positiva do fenômeno da violência, Maffesoli

(1987) objetiva compreender a ambivalência desse fenômeno, seu aspecto polifônico, a fascinação que ela não deixa de exercer, sua constância. Aqui considero que quando Michel Maffesoli parte do pressuposto de que o fenômeno da violência está presente em todas as civilizações, ele o considerada como uma estrutura constante do fenômeno humano e ainda como ‘força’ estruturante do coletivo. Deste modo, parece corroborar com a constituição de um paradigma que pense numa sociedade do conflito, paradigma onde risco e ordem cedem lugar para a idéia do conflito como constituinte de sociabilidade.

Na minha casa briga fazia parte da rotina, se não eram meu pai e minha mãe quebrando o pau, eram os meus irmãos mais velhos que sempre arrumavam alguma coisa pra discutir [...] e não ficava só no bate boca não, rolava soco, pontapé [...] e depois ainda por cima apanhavam do pai de cinta quando ele chegava em casa mais pra lá do que pra cá [...] mas pelo que vejo tudo quanto é família é assim, não é?

Segundo o autor, o perigo e a super-racionalização dessa estrutura social (violência) termina num irracionalismo onde o artifício da razão apresenta-se de forma muito paradoxal, já que, sem um centro de gravidade popular ou social, ela pode oscilar numa irracionalidade cada vez maior.

Difícil ter uma semana na escola que não tem briga, a criançada se agarra, se joga no chão, briga que nem gente grande mesmo [...] pra eles é como se briga fizesse parte do cotidiano [...] é impressionante [...] eles brigam no recreio, prometem que vão se pegar na rua e dito e feito, no outro dia voltam todos machucados [...] a gente chama pai, mãe, mas não tem jeito [...] tem uns que chegam a dizer que homem que é homem briga, isso referindo a um menino de sete anos [...] algumas mães dizem que os filhos vêem o pai brigando em casa e querem fazer igual na escola [...] outros falam que a culpa é da televisão, que tem muita violência. [...] Só sei de uma coisa, entra ano e sai ano e a coisa só aumenta [...] de uns anos pra cá até as meninas que antes não brigavam desse jeito entraram na arena [...] é puxa cabelo de lá, é puxa cabelo daqui, um outro dia uma empurrou a colega com tanta força que a menina quebrou o braço [...] o pior horário pra gente aqui na escola é na hora do recreio, a gente dá graças a Deus quando acaba e a gente não aconteceu nada de mais grave [...] dá um alívio.

Ou,

Quando a gente participa desses grupos de apoio, essas assistentes social ficam tudo perguntando como é que a gente agüenta apanhar do marido [...] ser violentada [...] ser mal tratada [...] o negócio é que a gente sempre viveu desse jeito, não conhece outro tipo de vida [...] a vó já apanhava do vô, a mãe do pai, a gente sempre apanhou desde pequeno e aprendeu que é normal viver assim [...] que o marido pode bater na gente se ta nervoso, pode forçar a gente a fazer sexo, principalmente se é ele que traz o sustento pra dentro de casa [...]

Assim, a conjunção da violência e da razão é potencialmente tensa e, graças a essa conjunção, a violência pode tornar-se terror. É a partir daí que começa um desencadeamento da violência que nada pode diminuir visto que, por sua racionalização, ela se difunde, e o aumento cada vez maior da criminalidade, da insegurança, faz parte de sua instrumentalização. Particularizando a violência, ou seja, destacando-a de sua essência ritualística, o que é luta de uns contra os outros, tende a se fragmentar em luta de cada um contra todos; pequena guerrilha fundada na atomização, que faz com que a violência se dilua em agressividade mesquinha e cotidiana.

Eu tava tão cansada que logo adormeci [...] só acordei quando vi um brutamontes em cima de mim passando a mão nos meus peitos, nessa época eu tinha onze anos [...] nem consegui gritar [...] o meu irmão começou a chorar enquanto o homem me estuprou uma vez, duas, três [...] quando tava amanhecendo [...] eu tava sentindo muita dor [...] foi quando ele saiu e disse que se eu contasse alguma coisa pra mulher dele ou pra outra pessoa ele matava o meu irmão [...].

Ao contrário desse movimento, a encenação ritual da violência permitia que ela fosse exteriorizada. Já o seu monopólio, sua racionalização, tende a interiorizá-la. Nas entrelinhas desse cenário, lê-se que, na ação da tecnoestrutura, o poder só pode ser exercido se encontrar ressonância entre os dominados.

Se eu segurei minha filha para ele pegar ela a força foi porque ele me forçou, se eu não fizesse ele me matava e matava ela [...] nossa vida sempre foi essa desgraça, só faltava acontecer isso, eu aqui longe dos meus filhos [...] presa [...] tudo por causa daquele animal [...] ele me forçava fazer essas coisas [...] parecia um animal no cio [...] não podia ver um rabo de saia [...] e sentia

prazer que eu participasse das loucuras dele [...] essa última vez (chora) [...] ele me obrigou a segurar os braços dela enquanto ele se jogou como um animal em cima dela [...] foi horrível ninguém [...] eu não posso lembrar [...] eu passei por isso na minha casa quando era mocinha, mas meu pai nunca fez nada comigo, quem fazia era meu irmão mais velho [...] a vida inteira isso [...] eu queria me livrar disso mas não conseguia [...] ninguém entende, mas se eu não fizesse isso ele matava a gente [...] matava [...].

Assim, quando existe uma imposição absoluta, quando a vida social como um todo é compartimentalizada pela norma, é que a ilegalidade, em suas diversas modulações, pode ser considerada como a expressão de um desejo de viver irreprimível. Já o excesso e o frenesi, as práticas que eles estimulam, celebram a violência original, mas, ao mesmo tempo, a expiam, negociam com ela, é essa função catártica que explica seu aspecto positivo, que permite compreender seu aspecto construtivo.

Todo final de semana a gente vai pro pagode, cada vez é na casa de um [...] e não teve até hoje nenhum fim de semana de pagode que não teve briga [...] um dia é porque um tá dando em cima da mulher do outro, o outro dia é porque tem alguém de fora querendo bancar o gostosão [...] outro é porque alguém não gostou do jeito que a outra pessoa tava olhando pra ele [...] outro é porque não se entra em acordo da próxima música [...] nesses encontros sempre se arruma alguma coisa pra brigar [...] mas durante a semana tudo se ajeita e no outro final de semana lá tá todo mundo de novo [...] as vezes tem um ou outro que não aparece num, dois finais de semana por causa de algum desentendimento, mas depois logo volta [...] numa briga mais pesada que teve botaram um metidinho de fora pra correr. Aquele nunca mais voltou [...] acabou levando um tiro na bunda [...] foi se meter a besta com o pessoal, dá nisso [...] é assim, ao mesmo tempo em que tão tudo se espancando, tão cantando, tocando junto, se abraçando [...]. Um outro dia uma assistente social, que veio aí na reunião da associação de moradores, falou que não entende porque a gente vive se pegando [...] se a maioria de nós é honesto, trabalhador, até artista [...] eu ri na cara dela e disse que vai ver que é por isso mesmo, não tá morto [...] como é que falava aquele personagem da televisão: a gente gosta de viver perigosamente [...] e esse é o jeito que a gente acha pra colocar as coisas ruins que a gente vive no dia a dia pra fora, é salário ruim, é humilhação de patrão, é pouca grana [...].

Seguindo essa lógica, Michel Maffesoli (1987) faz uma distinção bastante didática entre o que ele chamaria de “violência construtiva”, que seria antecipadora.

Aqui, o tipo anônimo aparece como vetor de antecipação, seu prazer de destruir é sempre a garantia de um desejo de construção; e “violência destrutiva” que remete a uma atitude afirmativa, a um instinto de recusa, à submissão e a um desejo de viver o social: “E esse é o jeito que a gente acha pra colocar as coisas ruins que a gente vive no dia a dia pra fora, é salário ruim, é humilhação de patrão, é pouca grana [...]”.

Nesse sentido, para o autor, o “desejo do coletivo” apreende a violência como a recusa à atomização, podendo esse fenômeno se esgotar no que se pode chamar de coletivo ou de troca simbólica, e ainda de expressão paroxística do desejo de comunhão, desejo esse sempre presente nas festas, nas revoltas, nas reuniões, que continua a atormentar com sua exigência do conjunto do corpo social. Ou seja, Maffesoli (1987), inspirado em Heidegger, diz que a violência por meio da festa restaura, imitando uma pequena morte, a solidariedade necessária à manutenção da estrutura social. Essa tensão vivida, às vezes, na violência e no combate, é uma outra maneira de expressar a troca simbólica ou o coletivo.

Fincado nessas idéias, Maffesoli (Ibid.) defende que a aceitação da parte sombria deve conduzir ao viver socialmente. Em contrapartida, no lugar de tal reconhecimento, a violência social, essa potência perigosa, torna-se perversa, tomando caminhos desviados e inesperados.

Durante vinte e cinco anos da minha vida eu só fui ter um pouco de paz depois que eu vim parar aqui (presídio) [...] é, parece mentira, mas não é não [...] aqui as vezes a gente se desentende [...] dá uma briguinha ou outra, mas no final todo mundo tem que se aquietar [...] senão o bicho pega [...] lá fora não, lá fora tu fica refém do mundo saca [...] refém do mundo [...] qualquer um pode te fazer mal [...] pra fazer mal ta cheio de gente [...] pra ajudar é que não tem ninguém [...] tá vendo essas cicatrizes que eu tenho aqui, isso tudo eu ganhei pra defender o meu pão ta sabendo [...] nunca ninguém me deu nada de graça não [...] tive que ir a luta [...] e ir a luta com as armas que eu tinha [...] confesso que eu roubei muito [...] mas roubei pra comer [...] e eu acho que quem rouba pra comer não é ladrão não [...] tá só lutando pela vida [...] eu não me acho uma ladrona [...] eu me acho uma lutadora [...] por isso que eu digo que não ligo de ta aqui [...] aqui eu tenho comida e não preciso roubar [...] lá fora todo dia era uma luta [...] as vezes eu vencia [...] as vezes eu perdia [...] não podia confiar em ninguém só em mim [...] sempre fui sozinha no mundo [...] passei por uns abrigos aí [...] mas não dava certo não [...] eu sempre arrumava encrenca, não aceitava o jeito que eles me tratavam não [...] daí ia pra outro [...] até que fiz dezoito [...] daí era só eu, o mundo e o diabo [...].

Ao se remeter a idéia da “destruição útil” (MAFFESOLI, 1987) revela-nos a integração da violência num mecanismo produtivo do qual ela é aparentemente a negação. Temos aí um duplo movimento que une anomia e ordem. Assim, juntamente com as relações de produção, é necessário considerar todos esses aspectos do que se pode chamar a eficácia social da destruição. A marginalidade, por exemplo, é uma forma de reprodução social. O desvio, a anomia se integra ao funcionamento global de um conjunto social⁹¹.

No começo ficava vagando pela rua. Ía até a pracinha que tinha perto de casa, quando cansava deitava num banco e dormia até amanhecer, quando voltava pra casa minha mãe tava com a cara cheia roncando e dormindo no sofá da sala, era horrível aquela visão, mas pelo menos a criatura que passou a noite com ela não tava mais lá [...] teve um dia em que eu tava na praça e uma guria com dois guris sentaram perto de mim e me ofereceram cola [...] no começo eu não queria, mais daí eles começaram a me chamar de frouxa até que eu aceitei [...] depois daquele dia eles viraram a minha turma [...] deixei a escola, às vezes ficava dois, três dias sem aparecer em casa, comecei a bater carteira pra alimentar o meu vício [...] virei uma moleca de rua [...] quando voltava pra casa apanhava da minha mãe porque tinha sumido e porque tirava as coisas de dentro de casa, quando chegava sem nada na turma também apanhava porque não tinha conseguido muita coisa pra trocar por bagulho [...]. Fui crescendo nesse meio, passava na mão de um, de outro [...]. Até que fui presa pela primeira vez quando fiz dezoito [...]. Hoje tenho vinte oito e já passei por aqui algumas vezes [...] agora to presa por coisa mais pesada.

Nesse sentido, as discussões de Maffesoli podem corroborar com a percepção de que, ao longo da tese, as narrativas retiradas de meus diários de campo de mestrado e de doutorado, como também fragmentos de entrevistas realizadas principalmente com as “detentas” do presídio feminino de Rio do Sul, além de exibirem biografias ímpares e particulares, demarcando a singularidade de cada um dos interlocutores, trouxeram consigo características em comum, reveladoras de um “viver” no mundo urbano brasileiro contemporâneo, demarcado por experiências de violências.

Aqui, a categoria “conflito-violento”, inspirada em Simmel (1965) e Velho (2008), toma forma quando se pretende “insistir na necessidade, cada vez mais premente, de perceber uma teia de acontecimentos que se constroem no campo

⁹¹ Sobre essa questão ver: VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

“desconhecido” e “maldito” da violência e qual sua “eficácia” nas redes de sociabilidade dos atores que a praticam” (2001, p. 90).

Segundo Diógenes (2001) “a tendência é a de que, ao se banir determinados temas para o campo da “irracionalidade”, eles, certamente, acabam dando a idéia do inusitado, do que vem “de fora” e toma a ordem “de assalto”. Em conformidade com a autora, as trajetórias sociais e os itinerários urbanos demarcados por vivências de violências relatadas nos capítulos anteriores desta tese bem como as narrativas biográficas de diversas mulheres, e alguns homens que foram meus interlocutores ao longo de minhas pesquisas de mestrado e doutorado, refutam este tema da irracionalidade no interior das situações de violência e reforçam a perspectiva de que elas configuram-se como formas eficazes do social. Para elucidar a perspectiva adotada destaco algumas dessas narrativas em sua integridade, por serem reveladoras de experiências de violências que considero emblemáticas para essa discussão:

Só depois de mais velha eu fui descobri que nasci de sete meses porque minha mãe tava uns dois dias na mira do revolver de um ex-comparsa do meu pai [...] que assaltava as casas e no último assalto que fizeram junto, embolsou sozinho (meu pai) toda a grana, jóia e tudo que tinha roubado com o colega [...]. O homem, pra se vingar, já que meu pai tinha sumido com o roubo (eles faziam assim, depois de fazer um roubo grande davam uma sumida do pedaço e só reapareciam depois) pegou minha mãe grávida de sete meses de refém [...]. Eu fui saber dessa história no leito de morte de minha mãe de criação, que quando eu nasci era casada com aquele ex-comparsa do meu pai, que se desesperou quando viu que a minha mãe tava dando a luz e chamou a mulher para fazer o parto. Ela fez o parto, ficou com pena de mim e me pegou para criar logo depois que minha morreu quando deu a luz [...] deve ter morrido de medo coitada (nesse momento chora) [...] veja bem, quando eu tinha doze anos descobri que fui criada pelo homem responsável pela morte de minha mãe, e de meu pai [...] porque fiquei sabendo ainda, que quando meu pai ficou sabendo que minha mãe tinha morrido voltou para acertar as contas com o “assassino dela” e para me pegar, mas acabou morrendo pelas mãos de seu rival com uma facada no peito [...] então foi quando eu fiz quinze anos que minha mãe de criação morreu que eu entendi porque aquele que deveria ser meu pai me tratava de um modo esquisito [...] primeiro que desde pequena abusava de mim, e dizia que eu não devia estar ali, que eu tinha um sangue ruim e que eu não prestava [...] nem me lembro qual foi a primeira vez que ele me estuprou [...] eu devia ser muito pequena [...] porque acabei acostumando com aquilo [...] só me lembro que toda vez que ele

fazia aquilo eu sentia uma mistura de ódio com não sei o que, mas um momento eu achava que ele fazia aquilo porque gostava de mim [...] mas essa esperança acabava assim que ele gozava e batia na minha cara e cuspiam em mim, me chamando de lixo e dizendo que eu servia pra nada porque era muito magrinha [...]. E assim eu fui vivendo na mesma casa com ele até eu completar dezoito anos [...] só saí de casa direto pra prisão [...] até porque a única forma que eu encontrei pra sobreviver na época foi a prostituição [...] eu não sentia nada [...] abria a perna, fechava, ganhava meu dinheiro e voltava pra casa [...] mas chegou uma hora que o dinheiro da prostituição tava dando pouco. Muita concorrência. Itajaí é uma cidade portuária, então muitas meninas vem pra cá pra viver da função [...] e essa macharada gosta é de carne fresca, nova no pedaço. Eles gostam é de menininha, com dezoito anos tu já é velha pra eles, então a gente vai perdendo espaço [...] daí vieram me oferecer pra trabalhar de laranja (maconha e cocaína). Não pensei duas vezes aceitei e pronto. O dinheiro era mais fácil, eu juntava uma coisa com a outra leva a droga, usava a droga e fazia programa e aí foi, até que um dia me pegaram num pulo [...] e fiquei presa por dois anos, depois saí de novo, voltei de novo, saí, voltei de novo [...] e agora to aqui fora [...] eu não agüento desaforo não [...] ta vendo essas marcas de faca, é tudo briga, é só brigando que eu consigo sobreviver, quando tô na rua, durmo com uma arma quando tenho e com faca debaixo do travesseiro, se eu não me defender, quem é que vai me defender [...] os meus próprios comparsas me “cauguetaram” [...] e a gente vai vivendo assim [...] tem aquela hora boa do barato da droga [...] mas depois fica tudo louco [...] se esfaqueia [...] se esbofeteia [...] e assim vai [...] quando ninguém morre, no outro dia parece que não aconteceu nada [...] e tudo recomeça [...] aqui dentro eu sou conhecida como a esquentadinha [...] mas foi assim que me ensinaram a viver, fui assim que eu aprendi a viver [...] e é só assim que eu consigo me comunicar com as pessoas entende [...] na maioria das vezes na base da porrada. (Ana, moradora da Favela Matadouro, 2000).

Essa narrativa traz fortes e várias referências ao conflito-violento. Aqui podemos perceber a perversidade que esse tipo de conflito adota no que tange as formas dos jogos de memória acomodar essas sequências de rupturas e percalços vividos por essa mulher que afirma ao final: “e a gente vai vivendo assim [...]”.

Aqui, para compreendermos esse “assim” temos que retomar o arranjo do tempo das violências sofrido em torno de uma linha narrativa. A “hora boa”, a do “barato da droga” e a “hora ruim”, de tomar consciência da realidade e do “beco sem saída”, aqui imposto por uma democracia disjuntiva treinada em responsabilizar e criminalizar o

pobre, o miserável, por sua própria desgraça⁹².

Nesse sentido, o conflito-violento está referido aqui a uma forma de arranjar a violência como parte do ethos e da visão de mundo⁹³, desses segmentos sociais constituídos por populações marginais e marginalizadas, as quais minha interlocutora pertence. Aqui, os jogos de memória⁹⁴ e as formas de acomodar os tempos de violências, abusos e agressões vividos seguem uma estética e uma ética de enfrentamento: “se eu não me defender, quem vai me defender?”⁹⁵.

A falta de cidadania é plena. Não estamos, portanto, tratando de uma exceção, já que a agressão e o abuso conformaram perversamente o cotidiano de nossa interlocutora, a ponto deles serem uma forma de ser e estar no mundo, grudados à sua pele, e ao seu corpo, tanto quanto uma experiência temporal acumulada na vida da metrópole.

A minha vida é assim bagunçada desde que eu me conheço por gente [...]. A primeira cena que eu lembro da minha infância foi a surra de fio de ferro que meu pai me deu [...] lembro depois de minha mãe limpando o sangue das minhas perninhas e braços com um pano branco [...] aí eu devia ter uns três anos [...]. Daí pra frente foi só pancadaria [...]. A gente só tinha sossego em casa quando o meu pai sumia pelos bares ou pela sarjeta [...] mas quando ele voltava pra casa tudo começava novamente [...]. A minha mãe vivia com o olho roxo, em contar com as dores nas costas, nos braços, mão quebrada, perna quebrada que amanhecia depois de uma noite daquela aturando o meu pai [...]. E assim os dois iam vivendo no meio da pancadaria e sempre sobrava pra gente [...] nunca esqueço o dia que tive que fugir correndo durante quase uma hora do meu pai, porque senão ele falava que ia matar o meu irmãozinho que não parava de berrar [...] essas

⁹² Sobre essa questão ver especialmente: Wacquant, Loic, *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, col. Pensamento Criminológico, 2001; Wacquant, Loic, *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001; Soares, Luís Eduardo. *Violência e Política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996; Caldeira, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana, *Novos Estudos CEBRAP*, 47, mar 1997, p.155-76; Peralva, Angelina, Brésil: les nouvelles faces de la violence, *Cultures ET Conflits*, 6, verão, 1992, p. 113-27; O'Donnell, G. e Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs), *The (un) Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*, Notre Dame, University of Notre dame Press, 1999; Caldeira, Teresa e Holston, James, Democracy and violence in Brazil, *Comparative Studies in Society and History*, 41-4, out 1999, p. 691-729.

⁹³ Ver: VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981; VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

⁹⁴ Nesse sentido, ver mais uma vez: Eckert, C. e Rocha, A. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. *Revista Margem*, São Paulo, PUC, 1999, p. 243-259.

⁹⁵ Aqui ver especialmente: ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004; CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

horas minha mãe já tava deitada no chão berrando de dor sem conseguir se levantar pra socorrer o filho bebê [...]. (Nessa época a gente morava no meio do mato [...] só comia quando a colheita da minha mãe dava alguma coisa [...] a gente tinha também umas quatro galinhas e um porquinho que a minha mãe herdou do meu avô [...]). Como a gente morava no meio do mato e a vizinhança morava distante demorei até achar uma casa pra pedir abrigo pra mim e pro meu irmão passarmos a noite [...]. Antes eu não tivesse achado [...]. Naquela noite parecia que eu tava no céu [...] um casal bem bonzinho fez mingau quentinho pro meu irmãozinho e me convidou para tomar sopa com eles [...]. Como a casinha era pequena e não tava muito frio, arrumaram uma cama com cobertores para eu e meu irmão dormirmos num rancho fora da casa [...]. Eu tava tão cansada que logo adormeci [...] só acordei quando vi um brutamontes em cima de mim passando a mão nos meus peitos, nessa época eu tinha onze anos [...] nem consegui gritar [...] o meu irmão começou a chorar enquanto o homem me estuprou uma vez, duas, três [...] quando tava amanhecendo [...] eu tava sentindo muita dor [...] foi quando ele saiu e disse que se eu contasse alguma coisa pra mulher dele ou pra outra pessoa ele matava o meu irmão [...]. Desesperada voltei pra casa, porque pelo menos lá eu conhecia o inimigo e sabia que aquela hora o porre do meu pai já tinha passado e que ele já devia ter esquecido que queria matar o meu irmão. Quando cheguei em casa só lembro de levar um soco na cara e desmaiar. [...]. Alguns anos se passaram e a nossa vida continuou do mesmo jeito, até que um dia não sei bem porquê minha mãe resolveu numa daquelas sumidas do meu pai abandonar a casa e fugir para Curitiba comigo e com meus irmãos. Éramos cinco ao todo. [...]. Quando chegamos lá ficamos morando todos num “puxado” atrás da casa de uma prima da minha mãe em um bairro muito pobre que tinha lá. [...] fizeram esse puxado pra minha mãe e pra gente no dia em que chegamos lá. [...] o chão era de barro [...] as paredes eram de plástico, resto de madeira, papelão [...] o telhado a mesma coisa [...] quando chovia ficava todo mundo encolhido embaixo de uma mesa que a minha mãe achou num lixão [...]. Lá comemos o pão que o diabo amassou [...] mas pelo menos o meu pai não tava lá pra machucar a gente [...]. Tinha muita briga sim, principalmente entre a vizinhança [...] a mulherada tinha muito ciúme de mim com os homens que não tiravam o olho de mim, que mesmo mal arrumada não escondia o corpão, o cabelo loiro e os olhos azuis que deixavam eles doidos [...] imagina, eu tava na flor da idade [...]. Foi lá que eu comecei a me prostituir. Eu tinha uns dezesseis anos [...]. E foi com a vizinhança mesmo [...]. Trocava o meu corpo por um quilo de feijão, um arroz, uma roupa, qualquer coisa que ajudasse eu e a minha família a sobreviver [...]. Eles me pegavam nos cantos, nos becos, pela frente, por trás [...] me batiam [...] mas sempre me pagavam, porque outro dia iam querer mais [...]. Um dia uma das nossas vizinhas chegou em casa mais cedo e

encontrou o marido gemendo em cima de mim em cima da cama dela. Naquele dia a vizinhança me expulsou a paulada e com a ajuda da minha mãe [...]. Fui parar num bordel desses de beira de estrada e lá, além de fazer programa, comecei a beber, cada dia mais [...] os fregueses pagavam e eu pra esquecer a vida maldita que vivia fui bebendo [...] bebendo até virei alcoólatra [...]. Daí não apareci mais em bordel nenhum [...] comecei a roubar dos clientes pra beber [...] fui presa algumas vezes [...]. Briguei muito [...]. Até que virei puta do asfalto [...]. Cada caminhão uma aventura, uma marca pelo corpo [...] muita briga [...] uma prisão e outra [...] e assim eu fui vivendo [...]. Agora to aqui a dois anos e to tentando me recuperar [...] conversando com a psicóloga que faz trabalho aqui coma gente [...] quem sabe eu aprenda a viver de outro jeito [...] quem sabe. (Camila, Presídio Feminino de Rio do Sul, 2007).

Essas palavras de minha interlocutora trazem em seu cerne a idéia de que condições de vida precária passam progressivamente a se conformar em estilo de vida e visão de mundo onde o conflito-violento se transforma como código de emoções para a ordenação do si-mesmo para as mulheres em foco.

Nesse sentido, podemos dizer que os atos de violências dessas mulheres como vítimas e/ou agressoras passam por uma ordenação nos jogos de suas memórias onde a ordem coletiva das violências, agressões, abusos, e demais fenômenos dessa ordem, se acomodam junto com o fator tempo tornando-as partes integrantes desse espetáculo triste de sobreviventes da pobreza, da marginalidade, do desemprego, do desamparo das instituições sociais mais básicas, como a escola, a creche, entre outras.

Atiradas a própria sorte, nossa democracia vai culpabilizá-las por seus destinos, como se, em algum momento de suas vidas, realmente tivessem tido a chance de sair desse mundo onde os atos de conflito-violento atrelam-nas a um destino no interior de idas e vindas à prisão.

Aqui, mais uma vez, as questões de gênero e de corpo⁹⁶ são fundantes, já que a violência do estupro, as marcas do corpo, que podemos aqui aproximar às tatuagens⁹⁷ contidas nas imagens narrativas expostas principalmente no capítulo VI, são elementos constituintes da trajetória das mulheres encarceradas, ou seja, marcas visíveis da duração de trajetórias demarcadas e acomodadas por vivências de violências.

⁹⁶ Ver: FEMENÍAS, MARÍA LUISA, ROSSI PAULA SOZA. *DOSSIÊ - Poder y violencia sobre el cuerpo de las mujeres*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 42-65.

⁹⁷ Aqui vale a pena dialogar com Leitão (2004, p.31), já que para a autora “a tatuagem [...] é a forma de expressão e o reflexo dessa forma metropolitana, ocidental e contemporânea de viver. Como superfície de escrita dos símbolos da cultura, o corpo traz, assim, a flor da pele, as pistas para que possamos melhor compreendê-la.”

Quando a gente participa desses grupos de apoio, essas assistentes social ficam tudo perguntando como é que a gente agüenta apanhar do marido [...] ser violentada [...] ser mal tratada [...] o negócio é que a gente sempre viveu desse jeito, não conhece outro tipo de vida [...] a vó já apanhava do vô, a mãe do pai, a gente sempre apanhou desde pequeno e aprendeu que é normal viver assim [...] que o marido pode bater na gente se ta nervoso, pode forçar a gente a fazer sexo, principalmente se é ele que traz o sustento pra dentro de casa [...] agora é que ta mudando [...] mas é difícil ter uma mulher com coragem de ir lá e denunciar o marido [...] se faz ninguém apóia, nem a própria família [...] as vezes tu tá apanhando, ganindo dentro de casa ninguém te acode [...] sabe aquele ditado em briga de marido e mulher ninguém mete a colher [...] é assim [...] então é difícil sair dessa [...] é difícil viver de outro jeito [...] as vezes eu nem acredito que exista outro jeito de viver [...] acho que isso é só coisa de novela, de televisão [...] difícil achar um casal aqui que nunca tenha quebrado o pau e que a mulher não tenha ficado roxa [...] e assim vai [...] daí a gente fica nervosa e desconta nas crianças [...] daí o conselho tutelar vêm fala com a gente [...] mas eles não entende que a vida da gente é assim [...] difícil um churrasco que não acabe em briga, uma transa que não tenha violência, um almoço que não acabe em briga [...] e assim vai [...] a gente se diverte também [...] fica feliz faz festa [...] ri [...] mas sempre tem briga [...] acho que isso já faz parte do nosso dia a dia [...] e eu não tenho vergonha de dizer isso não [...] ficasse sabendo daquele caso do filho rica que matou os pais [...] pois é tem um monte isso [...] rico também briga, também se mata [...] mas no meio do pobre aparece mais [...]. (Renata, moradora da Favela Matadouro, 2000).

Aqui pode ser observada uma referência clara a um estilo de vida e visão de mundo na qual essas mulheres se veem engajadas numa sociedade cuja violência, corrupção e truculência, até mesmo na ordem da política, se apresentam com naturalidade.

Nesse sentido, essa narrativa abre espaço para pensarmos numa sociedade brasileira como uma sociedade altamente consolidada por esses conflitos-violentos, numa alusão ao que Taussig (1993) revela como conformando, no xamanismo, a cultura do terror, em termos da sociedade colombiana onde, hoje, a cocaína, o tráfico e a guerrilha despontam.

Estou me remetendo a uma trajetória quase *etno-histórica* de atos violentos, ao utilizar como argumento as próprias etnografias realizadas nas ditas classes

populares⁹⁸. Essas etnografias corroboram com a idéia de uma memória coletiva feminina em camadas populares associada a esses conflitos-violentos, transformados em estilos de vida e visões de mundo, naturalizado no corpo de códigos ético-morais e de emoções que unem gerações de mulheres, como pode ser observado até o momento na tese, no interior desses segmentos.

Parece que foi o trafico de drogas que me trouxe pra prisão, mas no fundo, no fundo, foi as más companhias [...] tudo começou quando eu tinha onze anos, a minha mãe ganhava a vida na prostituição, e muitas vezes levava os homens pra dentro de casa. Eu não aguentava mais aquilo. Então comecei a pular a janela na hora que ela chegava com o cliente [...] eu odiava aquilo. Tentava tapar os ouvidos pra não ouvir, mas não dava, porque a casa era só dividida por cortinas [...]. No começo ficava vagando pela rua, ia até a pracinha que tinha perto de casa, quando cansava deitava num banco e dormia até amanhecer. Quando voltava pra casa minha mãe tava com a cara cheia roncando e dormindo no sofá da sala, era horrível aquela visão, mas pelo menos a criatura que passou a noite com ela não tava mais lá [...] teve um dia que eu tava na praça e uma guria com dois guris sentaram perto de mim e ofereceram cola [...] no começo eu não queria, mais daí eles começaram a me chamar de frouxa até que eu aceitei [...] depois daquele dia eles viraram a minha turma [...] deixei a escola, às vezes ficava dois, três dias sem aparecer em casa, comecei a bater carteira pra alimentar o meu vício [...] virei uma moleca de rua [...] quando voltava pra casa apanhava da minha mãe porque tinha sumido e porque tirava as coisas de dentro de casa. Quando chegava sem nada na turma também apanhava porque não tinha conseguido muita coisa pra trocar por bagulho [...]. Fui crescendo nesse meio, passava na mão de um, de outro [...]. Até que fui presa pela primeira vez quando fiz dezoito [...]. Hoje tenho vinte oito e já passei por aqui algumas vezes [...] agora to presa por coisa mais pesada e como eu te disse sempre por má companhia [...] da última vez que saí da prisão passei uns três anos limpa até que me engracei por um traficantezinho lá do meu bairro [...] o pessoal da igreja que eu tava frequentando me

⁹⁸ Aqui ver especialmente: FONSECA, C. *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. MIREYA e BANDEIRA (Orgs.) *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Ed. Paralelo 15 e Ed. da UnB. p.297-352. MIREYA e BANDEIRA (Orgs.) *Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?*. In *Série Antropológica*, n. 284. Brasília: UnB, Depto. de Antropologia, 2000; GOUVEIA, Patrícia. Uma 'mulher de verdade': estudo sobre identidade feminina em grupos populares. *Dissertação de Mestrado* apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UERJ, 1997; SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: 'com a venda nos olhos', In FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. e HEILBORN, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49-99; VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda, In *Revista Estudos Feministas*, vol. 5, n. 2. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997, p. 303-319.

avisou pra eu ficar longe dele, mas eu não ouvi [...] eu não ouvi [...] bem feito [...] tô aqui novamente [...]. No começo foi bom, presentes, perfumes, jóias, roupas, e não era porcaria não, era coisa boa, de primeira que ele trazia do Paraguai [...] um monte de festa [...] até que ele começou a me bater. Eu fui perdendo, vivendo daquele jeito [...] até que ele foi pedindo pra mim servir de laranja, é como se eu tivesse que pagar tudo aquilo que ele tivesse me dado até aquele momento [...]. Lá tava eu de novo no meio da galera do mal, não tinha jeito aquela era minha turma [...] eu não conseguia me livrar [...] até que numa vinda do Paraná num ônibus de linha fui presa com três quilos de cocaína [...] tenho quase certeza que foi uma ex-namorada do coisa ruim que, por inveja, de me ver morando na casa dele, que avisou a polícia [...] ela sabia como as coisas funcionavam e, no final de semana anterior, participou duma festa lá na casa dele e escutou todo o combinado [...] eu falei pra ele que ele não devia confiar. O que ele fez? Me mandou tomar no cú e foi transar com ela no 'nosso' quarto, na minha cara [...] aquele dia eu quase matei os dois [...] mas os comparsas dele deram um jeito de me acalmar [...] ela foi embora, todo mundo foi embora e a escrava aqui foi limpar aquela zona [...] naquele dia bebi, cheirei, me piquei [...] queria morrer [...] pois é, mas não morri [...] tô aqui [...]. (Antônia, Presídio Feminino de Rio do Sul, 2007).

Ou,

Quando eu era criança, até mais juvenzinha, a família do meu pai, que me criou, sempre me falava que eu não tinha sido parida, mas cagada, isso porque eu nasci mais escurinha que o resto da família [...] por causa da minha mãe que era negra [...] a minha vó, meu avô e minhas tias e tios nunca me aceitaram por causa da minha cor [...] primeiro foi minha mãe que eles renegaram [...] até que ela sumiu pelo mundo quando meu pai morreu [...] depois fui eu [...] só não me deram, pra não ficar feio pra eles, porque o resto eles fizeram [...] eu era a empregada da casa, minha vó e minhas tias faziam eu fazer tudo em casa [...] eu fazia tudo quase sozinha, e quando eu acabava eles faziam questão de sujar mais só pra me ver trabalhando [...] faziam eu ariar as panelas até elas parecerem um espelho [...] esfregar aquele chão encardido [...] mas o pior não foi isso [...] assim que eu comecei a botar peito, perna, coxa, bunda, comecei a servir de privada pros meus tios, quatro no total [...] todos eles me estupraram [...] a primeira vez deles foi tudo comigo [...] não foram pro prostíbulo não [...] pra que se tinha uma neguinha em casa [...] assim eles falavam [...] a minha raiva é que todo mundo da casa sabia e não falava nada [...] eles me pegavam no banheiro, no quintal, na cozinha quando tava todo mundo dormindo [...] até que um dia eu fiquei grávida, tinha uns quinze anos e eles me expulsaram de casa, dizendo que eu tinha

engravado na rua [...] me chamaram de vagabunda [...] e me expulsaram [...] não sei como se eu não saía de dentro daquela casa [...] eu era uma escrava [...]. Foi aí é que eu fui parar na casa da Dna Maria, aquela foi a primeira mãe que eu tive [...] me deu abrigo, comida pra minha filha que nasceu, e em troca queria só que eu trabalhasse na limpeza [...] depois que minha filha nasceu e ela viu que eu era uma mulata bem ajeitada perguntou se eu não queria “entrar na vida”, no começo eu achei que não devia por causa da minha filhinha, mas depois eu aceitei porque o dinheiro tava curto e eu precisava dar uma vida melhor pra mim e pro meu bebê [...] no começo eu fazia a limpeza da casa e fazia o programa [...] depois comecei a fazer sucessos e não precisei mais faxinar [...] daí era só programa [...] os anos foram se passando e eu fui ficando ali com a minha filha [...] mas chegou uma hora que não deu mais, aquilo que eu tinha mais medo aconteceu [...] quando tinha dez anos minha filha foi estuprada por um cliente do bordel enquanto eu fazia programa no quarto ao lado, e eu não pude fazer nada [...] quando vi o que tava acontecendo não tive dúvida, pulei em cima do cara e dei uma facada [...] mas já era tarde ele já tinha bolido com a minha filhinha [...] a noite, eu sempre deixava ela trancada no quartinho, aquela noite eu esqueci (nesse momento ela chora) [...]. O cara tava bêbado como um porco, então eu consegui fugir [...]. Dna Maria que era que nem uma mãe pra mim me ajudou e me deu todo o dinheiro que eu tinha faturado aquela semana [...]. Não era muito, mas deu pra gente chegar numa cidade ao lado, se hospedar num hotelzinho e eu dar um banho quente na menina que tava cheia de dores [...]. Comecei a fazer faxina na casa das pessoas [...] a minha filha me ajudava [...] mas não tive muita sorte não [...] a menina foi crescendo e foi ficando rebelde, a gente começou a brigar muito [...] o primeiro que ela encontrou com catorze anos engravidou ela, hoje lá tá ela, morando na favela, passando fome, com um marido bêbado que vive dando na cara dela [...] e eu to aqui presa porque peguei, não roubei não, era meu direito, as jóias de minha última patroa que tava a seis meses sem me pagar [...] só me fazia de escrava [...] pra comprar roupa nova, ir em festa, trocar carro eles tinham, me pagar não [...] um dia eu fiquei com tanto ódio que resolvi pegar uns ouros que ela tinha numa caixinha de jóia em cima de uma penteadeira e sair pelo mundo [...] me pegaram logo [...] a cidade era pequena e todo mundo me conhecia [...] eu nunca tive sorte não [...] eu acho que a família do meu pai tinha razão [...] eu não fui parida, fui cagada [...]. (Luana, Presídio Feminino de Rio do Sul, 2007).

Ou,

Na minha casa briga fazia parte da rotina, se não eram meu pai e minha mãe quebrado o pau, eram os meus irmãos mais velhos que sempre arrumavam alguma coisa pra discutir [...] e não

ficava só no bate boca não, rolava soco, pontapé [...] e depois ainda por cima apanhavam do pai de cinta quando ele chegava em casa, mais pra lá do que pra cá [...] não tinha um dia que ele não parava no boteco pra encher a cara [...] como eu era a única filha sempre sobrava pra mim a bagunça da casa [...] a minha mãe vivia doente [...] tinha problema na coluna, nas pernas [...] e eu é que tinha que me virar com tudo [...] ai de mim se não fizesse tudo como eles queriam metiam a mão na minha cara [...] isso eu não perdôo até hoje, acho que ninguém tem o direito de bater na cara do outro, nem que seja pai ou mãe [...]. Se eu pudesse ter um filho (chora) eu nunca trataria assim do jeito que eles me trataram [...] eu comecei a namorar tinha trezes anos, foi com um vizinho meu, quando ele me engravidou o meus irmãos deram uma surra nele que deixou ele surdo até hoje, levou uma pancada muito forte na cabeça [...] quando eu lembro disso [...]. Tive que fugir de casa e fui morar na casa da minha sogra [...]. Lá a minha vida se tornou um inferno maior que era lá em casa, a minha sogra me culpava pela surdez do filho e maltratava muito [...] vivia rogando praga pro bebe não vingar [...] e não vingou mesmo, no sétimo mês eu tive um aborto [...] e nunca mais pude ter filho [...] talvez seja melhor mesmo, porque pra viver essa vida maldita que a gente vive [...]. Eu nunca imaginei que fosse parar numa cadeia, mas às vezes a gente vai aguentando, engolindo as coisas, chega uma hora que a gente explode [...] cansei de ser humilhada pela família do meu marido [...] cansei deles jogando na minha cara que ele não deu certo na vida por minha causa [...]. Quando a gente começou a namorar ele tinha dezessete anos e tava acabando o segundo grau, ele ia pro exército como o pai e os irmãos dele, como ficou surdo não pode mais ir [...]. Eu sei até hoje que ele casou comigo porque eu fiquei grávida e a minha família me expulsou [...] nunca me fez carinho, um agrado, nada [...] na verdade é como se eu não existisse [...]. Na noite que eu fui presa a família tava toda reunida e tinha uma prima do meu marido lá do Paraná que desde que a gente casou as irmãs deles faziam questão de dizer que era o amor da vida dele e que se não fosse eu, ele estaria muito bem com ela [...] a minha sogra não ficava pra trás também ajudava a me irritar, só os meus cunhados é que tentavam acalmar as coisas, mas não dava certo [...]. Então, naquela noite, quando eu vi que a prima do meu marido, que tinha acabado de se separar, começou a dar em cima dele descaradamente eu avancei nela, avancei e tirei uma chaleira de água fervendo que tava em cima do fogão e joguei na cara dela [...] ela ficou toda queimada [...] fiquei sabendo que vai ter que fazer um monte de plástica e quem assim vai ficar boa [...] sabe o que é [...] eu sempre engolindo sapo, engolindo [...] e fiz, agora eu sei que tenho que pagar [...] quando fico pensando no que fiz, vi que fiz quase o mesmo que os meus irmãos fizeram com o meu marido [...] a vida inteira vivendo naquelas brigas [...] todo mundo violento [...] acho que só podia dar nisso [...]. (Letícia,

Coloquei essas narrativas no mesmo bloco por destacarem que o “caráter dramaturgico” e o emprego da “representação” no contato com a antropóloga foi um artifício utilizado por ambas as interlocutoras no exercício de manipulação (BECKER, 1977) de uma “imagem deteriorada” (GOFFMAN, 1989) e de certo controle moral de suas falas, no sentido delas terem aprendido a relatar e narrar suas identidades sociais para psicólogos e assistentes sociais em suas trajetórias dentro de instituições totais onde circulam esses profissionais. Ou seja, aqui parece haver um controle daquilo que é narrado nos termos das interlocutoras dominarem parte dos códigos de interpretação da pesquisadora acerca da interpretação que elas fazem de si.

Outro fator proeminente aqui, e recorrente na fala das mulheres estudadas, está relacionado à lógica do conflito-violento entrelaçado à condição feminina, no sentido dessas narrativas revelarem que o fenômeno das violências é significado pelas mulheres como intrínseco aos processos de vitimização por elas sofridos (OLIVEIRA, 2002).

Eu to presa aqui com a minha filha, prenderam a gente na minha festa de aniversário [...] não deu nem tempo pra gente cantar o parabéns, aquela comidada toda ficou lá na mesa [...] os polícia estouraram lá em casa bem na hora do parabéns [...] aquela vizinhança toda invejosa ficaram tudo olhando eu e minha filha algemada [...] o meu genro que tinha guardado maconha lá em casa [...] eu tinha pedido pra ele não fazer mais isso, mas ele com uma conversinha ali, outra lá [...] dizendo que era só mais uma vez pra acaba de juntar o dinheiro pra construir uma casa pra casar com a minha filha foi enrolando a gente [...]. E depois, depois ele começou a mexer com isso, não dá pra negar, a vida melhorou e muito [...] carro melhor, janta for, a presentes, sofá novo, televisão nova [...] a única coisa ruim é que cada festa, tinha umas três por semana, dava porre, dava droga, dava muita briga, disso eu não gostava, mas a gente acabou se acostumando [...] eu acho que nessas festas eles colocavam toda uma revolta pra fora [...] no outro dia ele fazia um agrado e tudo bem [...] um dia que tinha dado uma briga feia e ele acabou acertando a minha filha com um soco eu disse que não queria ele lá [...] mas no outro dia ele inventou de levar todo mundo pra almoçar em Blumenau no Shopping, comprou um monte de presente pra gente [...] e então a gente “esqueceu” [...]. Se arrependimento matasse, eu já tava morta [...] sabe o que é [...] é que desde cedo a gente sofreu muito [...] passou por muita miséria [...] apanhou

muito dos outros e da vida [...] daí quando tu vê que tem alguma coisa boa acontecendo, tu prefere nem vê o lado ruim [...] é como se o lado bom compensasse tudo o que acontece de ruim [...] tu acaba engolindo sapo mesmo [...] e vai vivendo assim [...] leva um tombo ali [...] levanta [...] outro tombo [...] e assim vai [...]. (Joice, Presídio Feminino de Rio do Sul, 2007).

Aqui as condições de vida desse segmento social, assim como a condição de gênero, são relevantes e conformam questões de poder no interior dos dispositivos do terror nas ordens de suas vidas cotidianas. Ou seja, aqui, mais uma vez, os jogos de memória, traduzidos numa identidade narrativa, revelam os arranjos, as acomodações e a construção de um estilo de vida e de uma visão de mundo segundo determinados padrões de comportamento, códigos de emoções e valores ético-morais, apontando para o tema da acomodação do conflito-violento na ordem do vivido.

Todo final de semana a gente vai pro pagode, cada vez é na casa de um [...] e não teve até hoje nenhum fim de semana de pagode que não teve briga [...] um dia é porque um ta dando em cima da mulher do outro, o outro dia é porque tem alguém de fora querendo bancar o gostosão [...] outro é porque alguém não gostou do jeito que a outra pessoa tava olhando pra ele [...] outro é porque não se entra em acordo da próxima música [...] nesses encontros sempre se arruma alguma coisa pra brigar [...] mas durante a semana tudo se ajeita e no outro final de semana lá ta todo mundo de novo [...] as vezes tem um ou outro que não aparece num, dois finais de semana por causa de algum desentendimento, mas depois logo volta [...] numa briga mais pesada que teve botaram um metidinho de fora pra correr, aquele nunca mais voltou [...] acabou levando um tiro na bunda [...] foi se meter a besta com o pessoal, dá nisso [...] é assim, ao mesmo tempo que tão se espancando, tão cantando, tocando junto, se abraçando [...]. Um outro dia uma assistente social que veio aí na reunião da associação de moradores, falou que não entende porque a gente vive se pegando [...] se a maioria de nós é honesto, trabalhador, até artista [...] eu ri na cara dela e disse que vai ver que é por isso mesmo, não tamo morto [...] como é que falava aquele personagem da televisão: a gente gosta de viver perigosamente [...] e esse é o jeito que a gente acha pra colocar as coisas ruins que a gente vive no dia a dia pra fora, é salário ruim, é humilhação de patrão, é pouca grana [...]. Tá vendo essa marca que eu tenho aqui no peito e essa outra aqui na minha mão e no meu tornozelo (nesse momento da entrevista ele exhibe as marcas de facadas no corpo pra mim como se fosse um troféu), pois isso foi numa briga feia que eu tive com um compadre meu [...] se eu saí machucado, ele saiu pior ainda [...] a gente se pegou ali na frente da venda do seu Zé [...] é que ele começou a pegar

no meu pé primeiro de brincadeira que eu tava fedendo que nem um gambá e que eu devia tomar banho se quisesse sair com ele [...] brincadeira vai, brincadeira vem [...] eu joguei na cara dele que quem não arrumava mulher a mais de seis meses e tinha sido traído pela última namorada não era eu, era ele [...] fui tocar no assunto da ex dele que fez ele virar motivo de chacota na vizinha toda, ele partiu pra cima de mim com um canivete, como o meu ta sempre aqui comigo, tive que me defender [...] mas hoje já tudo bem com a gente [...]. (Marcelo, morador da Favela Matadouro, julho de 2000).

Essa narrativa demonstra como acomodações entre sociabilidade conflitiva e sociabilidade lúdica, intercala, nos termos de uma ritmicidade da vida cotidiana, tempos de fome, tempo de fartura, tempo na prisão, tempo fora da prisão, tempo de brigar, tempo para compartilhar, tempo para rir, tempo para chorar. Aqui, estou falando de uma ritmicidade organizada no dia-a-dia na memória do cotidiano, no sentido de compreender, à luz de De Certeau (1996), como ambas as sociabilidades se organizam no âmbito de uma memória do cotidiano que vai se transformando, pouco a pouco, numa forma de ser e estar no mundo em que o conflito, em suas múltiplas feições, vai sendo arranjado nas formas do social se configurar no interior de suas vidas. A cidade, o bairro, os bares e lugares de sociabilidade mostram que a vida urbana nas metrópoles (CALDEIRA, 2000) se conformam a partir de certos jogos onde o direito a cidadania se esvai⁹⁹.

⁹⁹Sobre essa questão ver principalmente: BILAC, Elizabeth. *Famílias de Trabalhadores: estratégias de sobrevivência*, 1978; MACHADO, Lia Zanotta.e MAGALHÃES, Themis. *Imagens do Espaço, Imagens de Vida*. In PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília, Ideologia e Realidade*. Espaço Urbano em Questão. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985, p. 191-214; FARIAS, Juliana. *Movimento 'Posso me identificar?': De objetos da violência a sujeitos da política*. *Monografia* (Bacharelado em Ciências Sociais); FREIRE, Jussara. *Agir e elevar a voz em um regime de ação violento: indignação, denúncia e ordem social no Rio de Janeiro*. In: *ROMViolência, crime e política: o que os favelados dizem quando...* 587. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. FRIDMAN, Luís Carlos. *Morte e vida favelada*. In: ROMPENDO o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. *Relatório pesquisa*. Faperj, 2007. FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação de debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001; GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. LEITE, Márcia Pereira. *Cidadania, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas*. In: ROMPENDO o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. *Relatório de pesquisa* Faperj. 2007a. Latour, Bruno. *Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal*. *Contemporaneidade e Educação*, v. 2, n.1, 1997._____. *Para além da metáfora da guerra: violência, cidadania, religião e ação coletiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Attar Editorial, CNPq-Pronex, 2007b._____. *Miedo y representación comunitaria en las favelas de Rio de Janeiro: los invisibles exilados de la violencia*. In: REGUILO, Rossana; GODOY, Marcial (Org.). *Ciudades translocales: espacios, flujos, representación: perspectivas desde las Americas*, Guadalajara:ITESO/Social Sciences Research Council, 2005. LEITE, M. P.; Machado da Silva, L. A. *Human rights, poverty and violence in the favelas of Rio de Janeiro*. Document for the International Restitution Meeting, Small Grants Program for Research on Poverty and Human Right/Unesco. Lisboa, 2007. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*. In: ROMPENDO o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. Relatório

Difícil ter uma semana na escola que não tem briga, a criança se agarra, se joga no chão, briga que nem gente grande mesmo [...] pra eles é como se briga fizesse parte do cotidiano [...] é impressionante [...] eles brigam no recreio, prometem que vão se pegar na rua e dito e feito, no outro dia voltam todos machucados [...] a gente chama pai, mãe, mas não tem jeito [...] tem uns que chegam a dizer que homem que é homem briga, isso referindo a um menino de sete anos [...] algumas mães dizem que os filhos vêem o pai brigando em casa e querem fazer igual na escola [...] outros falam que a culpa é da televisão, que tem muita violência [...]. Só sei de uma coisa, entra no e sai ano e a coisa só aumenta [...] de uns anos pra cá até as meninas, que antes não brigavam, entraram na arena [...] é puxa cabelo de lá, é puxa cabelo daqui, um outro dia uma empurrou a colega com tanta força que a menina quebrou o braço [...] o pior horário pra gente aqui na escola é na hora do recreio, a gente dá graças a Deus quando acaba e não aconteceu nada de mais grave [...] dá um alívio [...]. (Fernanda, professora de um grupo escolar frequentado pelas crianças da Favela Matadouro frequentam, 2000).

As questões vinculadas as instituições sociais, da prática cotidiana, da violência da própria escola, do analfabetismo, da evasão escolar e da repetência,¹⁰⁰ tornam-se cruciais na composição do engendramento de uma acomodação dos tais conflitos-violentos no cotidiano metropolitano e da denúncia desses equipamentos urbanos como legitimadoras do precário ou nulo acesso à cidadania a essa parcela da população.

Durante vinte e cinco anos da minha vida fui ter um pouco de paz depois que vim parar aqui (presídio) [...] é, parece mentira, mas não é não [...] aqui às vezes a gente se desentende [...] dá uma briguinha ou outra, mas no final todo mundo tem que se aquietar [...] senão o bicho pega [...] lá fora não, lá fora tu fica refém do mundo saca [...] refém do mundo [...] qualquer um pode te fazer mal [...] pra fazer mal ta cheio de gente [...] pra ajudar é que não tem ninguém [...] ta vendo essas cicatrizes que eu tenho aqui, isso tudo eu ganhei pra defender o meu pão ta sabendo [...] nunca ninguém me deu nada de graça não [...] tive que ir a luta [...] e ir a luta com as armas que eu tinha [...] confesso que eu roubei muito [...] mas roubei pra comer [...] e eu acho que quem rouba pra comer não é ladrão não [...] tá só

de pesquisa Faperj. 2007.

¹⁰⁰ Ver: Ximenes TM. Violência, educação e exclusão social: memória e representações da população em uma micro-região do município de Campinas-SP [tese]. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas; 1999.

lutando pela vida [...] eu não me acho uma ladrona [...] eu me acho uma lutadora [...] por isso que eu digo que não ligo de ta aqui [...] aqui eu tenho comida e não preciso roubar [...] lá fora todo dia era luta [...] as vezes eu vencia [...] as vezes eu perdia [...] não podia confiar em ninguém só em mim [...] sempre fui sozinha no mundo [...] passei por uns abrigos aí [...] mas não dava certo não [...] eu sempre arrumava encrenca, não aceitava o jeito que eles me tratavam não [...] daí ia pra outro [...] até que fiz dezoito [...] daí era só eu, o mundo e o diabo [...]. (Valdete, Presídio Feminino de Rio do Sul, 2007).

Aqui, o tema do corpo e das marcas, da sexualidade e dos itinerários numa metrópole, vista como grande devoradora de almas, aparece em contraposição ao cárcere, num movimento onde a ausência de liberdade é positivada em contraste com a presença dela. Isso porque aqui as ruas aparecem caracterizadas por risco e vulnerabilidade, dando a deixa para problematizarmos a capacidade de nossa sociedade brasileira contemporânea no quesito justiça, direitos humanos e cidadania para essa parcela da população¹⁰¹.

Se eu segurei minha filha para ele pegar ela a força foi porque ele me forçou, se eu não o fizesse me matava e matava ela [...] nossa vida sempre foi essa desgraça, só faltava acontecer isso, eu aqui longe dos meus filhos [...] presa [...] tudo por causa daquele animal [...] ele me forçava a fazer essas coisas [...] parecia um animal no cio [...] não podia ver um rabo de saia [...] e sentia prazer que eu participasse das loucuras dele [...] essa última vez (chora) [...] ele me obrigou a segurar os braços dela enquanto ele se jogou como um animal em cima dela [...] foi horrível ninguém [...] eu não posso lembrar [...] eu passei por isso na minha casa quando era mocinha, mas meu pai nunca fez nada comigo, quem fazia era meu irmão mais velho [...] a vida inteira isso [...] eu queria me livrar disso mas não conseguia [...] ninguém entende, mas se eu não fizesse isso ele matava a gente [...] matava [...]. (Tereza, Presídio Feminino de Rio do Sul, 2007).

Finalizo esse capítulo com essa fala, onde o tema da cultura do terror (TAUSSIG, 1993; ALVITO, 2001) torna-se evidente, no sentido de que os jogos da memória operam todo o tempo com a violência (conflito-violento), sendo acomodado no

¹⁰¹ Ver: PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, Observatório IPPUR/FASE, 2001b. BOULDING, E. Las mujeres y la violencia social. In: UNESCO. *La violencia y sus causas*. Paris, 1981. p. 265-79; VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. *A mulher brasileira no espaço público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

interior da vida cotidiana e submetido à lógica do conquistador no interior do conquistado. Nesse sentido, as questões de sexualidade e do uso do corpo da mulher como marca de uma cultura do terror dão subsídios para pensarmos numa memória coletiva de terror brasileira, circunscrita no uso desses corpos, desde as índias por nossos colonizadores, as negras escravas pelos seus senhores, as domésticas pelos seus patrões, enfim, as mulheres violentadas pelos homens no interior de suas próprias casas¹⁰², questão que será retomada no próximo capítulo.

¹⁰² Sobre essa questão ver: AMORÓS, Celia. *Mujeres e imaginarios de la globalización*. Rosario: Homo Sapiens, 2008. _____. *Tiempo de feminismo*. Madrid: Cátedra, 1997. _____. *Hacia la crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Anthropos, 1986, p. 25-26. CARRARA, S.; VIANNA, A.; ENNE, A. L. “Crimes de bagatela”: a violência contra a mulher na Justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, M. *Gênero & Cidadania*. Coleção Encontros. Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, Campinas, p.71-106, 2002. Meneghel SN, Barbiani R, Steffen H, Wunder AP, Roza MD, Rotermund J, et al. Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Cad Saúde Pública = Rep Public Health*. 2003; 19(4): 955-63.; Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS. Conferência Nacional de Saúde. A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública [texto na Internet]. Belo Horizonte, 25 de novembro de 1998. [citado 2007 Mar 22] Disponível em: http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm; Gomes NP, Freire NM. Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. *Rev BrasEnferm*. 2005; 58(2): 176-9; 7. Gomes NP. Violência conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina [tese]. Salvador: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia; 2002. Gebara I. Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes; 2000. 12. Crepschi JLB. Significações psicológicas dadas à violência sexual por mulheres atendidas em ambulatório especializado universitário: um estudo clínico-qualitativo [tese]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 2005. 13. Arrazola LSD. A mulher sob o signo da violência: marca invisível de um olhar androcêntrico. In: Fórum rambucano Contra a Violência, Ciela/Unicef. Recife: Ciela/Unicef; 1999. FAYNER, Elsa. *Violences, féminin pluriel*. Paris: Document, 2006. FEMENÍAS, Maria Luisa. “Releyendo el camino de exclusión de las mujeres” em *Feminismos de París a La Plata*. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 39-65; Kubissa, (coordinadoras), *Multiculturalismo y Feminismo*. Madrid: Ministerio de Ciencias e Instituto de la Mujer, 2007, p. 31-47. _____. “Violencia contra las mujeres: Urdimbres que marcan la trama” em Elida Aponte y M. L. Femenías, *Articulaciones sobre la violencia contra las mujeres*. Edulp, 2008. _____. “Cuerpo, violencia y poder: algunas intersecciones” em *Fazendo Gênero* 8, Conferencia de Abertura, Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, 25-28 de agosto de 2008.

CAPÍTULO VIII

METRÓPOLE, VIOLÊNCIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO LIMIAR DA MEMÓRIA

Dizem por aí que o Brasil não é um país racista [...] só pra cara deles mesmo [...] olha bem [...] vê quantas nega e quantas branca entra aqui [...] daí tu já vê [...] eu não vejo nada pra mim no futuro; nada [...] e ainda com essa doença [...] preta, aidética e ex-presidiária [...].
(Luci)

8.1. Os dilemas do retorno ao universo das violências

Embora Gilberto Freire tenha sido muito criticado pela idéia de miscigenação na sua forma de descrever a formação da sociedade brasileira, o autor aponta a violência e o terror dos portugueses contra os povos indígenas, em particular, o estupro das índias, o genocídio, as revoltas, e a violência dos gestos de imposição de tal “civilização”¹⁰³. Tal referência explícita nos faz relativizar os usos da expressão “homem cordial” na memória coletiva brasileira como centralizadora da obra do autor.

Partindo desta idéia, me proponho a refletir sobre as origens patriarcais da sociedade brasileira¹⁰⁴ e a idéia forjada de “homem cordial” para se pensar a cultura nacional a partir de uma visão singular dos arranjos da vida social, e com repercussões

¹⁰³Sobre tais descrições ver especialmente capítulos IV e V de Casa-Grande & Senzala “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”. FREIRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002, 46 ed. Do mesmo autor ver também: FREIRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos. Rio: José Olympio, 2ª ed. 1951. Ver ainda: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. Trazendo esse tema para o interior da metrópole, ver: DA MATTÁ, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Ainda, sobre o processo da morte do malandro e do nascimento do criminoso na cultura nacional ver OLIVEN, Ruben. Violência e Cultura no Brasil. São Paulo: Ed. Vozes, 1982.

¹⁰⁴ Ver Rocha, A.L. C. L'ê santuaire du désordre : l'art de savoir-vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade René Descartes, Sorbonne, Paris V, 1994.

para os estudos de violências nas camadas populares.

Essa intenção exige uma acomodação do tema das violências no interior de estudos sobre a noção de pessoa e indivíduo e a construção subjetiva da pessoa moderna, relacionando-a ao tema das questões da cidadania no Brasil. Nesse ensejo, a reincidência prisional será o tema central das narrativas que inaugurarão este capítulo, visto que são reveladoras de trajetórias sociais e itinerários urbanos onde as questões de gênero despontam como uma das questões cruciais dessa tese na forma como venho trabalhando o fenômeno intitulado de conflito-violento (SIMMEL, 1965).

Sem mais delongas, para dar início a essas reflexões trago aqui, algumas “etno-teorias” das “falas do crime”¹⁰⁵ de minhas interlocutoras sobre suas carreiras no crime, apreendidas durante meu trabalho de campo:

Extrato de entrevista com Heloísa, 21 anos, Presídio Feminino de Rio do Sul/SC:

Eu nunca pensei que fosse voltar [...]. Quando as gurias diziam pra mim que eu não ia durar muito lá fora eu não acreditava [...] ria da cara delas e dizia que não queria ficar como elas enforcada na prisão [...]. Eu tenho 21 anos [...] não quero envelhecer aqui, não quero [...] tá vendo essa mulherada acabada aqui [...] pois é [...] tudo aí enforcada [...] dá nisso [...]. Uma coisa eu já vi [...] e eu não acreditava nisso [...]. Depois que a gente é presa a primeira vez é muito mais fácil voltar [...]. Difícil é não voltar [...]. Não adianta, tu fica marcada lá fora [...] a tua própria família te rejeita [...] é mãe, é irmão, é vizinhança [...]. Todo mundo fica te olhando como se tu fosse bicho [...]. Tu própria fica se achando um bicho [...]. Nenhum rapaz direito quer mais namorar contigo [...] só chega perto de ti coisa ruim [...]. É como se a gente não tivesse direito de errar [...] (chora) [...] é difícil [...]. eu não acredito que eu to aqui de novo [...] não me conformo [...] tenho ódio de ta aqui [...] ódio [...] e eu não aceito que tenha feito alguma coisa tão grave assim pra passar por isso [...] só roubei uma calça jeans de uma loja que vende milhares por dia [...] eu ia ter que trabalhar quase o mês inteiro se quisesse comprar uma calça daquelas [...] a gente tem o corpo bonito, o bumbum empinado (ri) merece uma roupa bonita [...]. Como eu não tenho estudo só consigo emprego de faxineira. [...] melhor que isso só uma vez que servia cafezinho numa firma grande [...] mas ganhava menos que as faxineiras [...] era um emprego mais limpinho [...] mas ganhava muito pouco [...] a faxina acaba com a gente [...] com o tempo tudo doente [...]. Não vê a minha mãe [...] ela foi faxineira a vida inteira coitada [...]

¹⁰⁵ Termo cunhado por Teresa Caldeira (2000)

hoje ta encostada por causa da coluna [...] o trabalho pesado acabou com ela [...] eu não queria acabar assim como a minha mãe [...] mas pelo jeito to pior que ela [...] ela não se conforma de ter uma filha presa [...]. Dos guri ela já nem liga muito, tenho dois irmãos preso, só uma escapou, tem família, carteira assinada, é o orgulho da minha mãe [...] já eu, a única filhinha dela nesse lugar [...] ela não se conforma [...] nem gosto que ela venha me visitar [...] ela só chora [...] o que eu posso fazer...eu só queria uma vida melhor [...] só isso [...]. A primeira vez que eu fui presa foi porque peguei uma jóia da casa de uma patroa minha [...] ela tinha um monte e deixava tudo espalhado pela sala, quarto [...] é difícil tu ver aquilo tudo e saber que nunca vai poder ter uma igual [...]. Aí um dia que ela chegou em casa berrando comigo, dizendo que eu era uma porca [...] só porque eu tinha esquecido de limpar um janela [...] a casa tinha um monte de janelas [...] como ela tinha um monte de coisa [...] peguei uma correntinha que nunca tinha visto ela usando [...] no mesmo dia ela apareceu lá em casa com a polícia e eles me levaram presa [...]. Nunca passei tanta vergonha na minha vida [...] a minha mãe custou a acreditar no que tava acontecendo [...]. Já não bastava os meus dois irmãos que vivem incomodando ela [...] agora mais eu [...]. Quando eu sair daqui novamente não sei o que vou fazer [...] vai ser difícil achar emprego na minha cidade [...] é uma cidade pequena, todo mundo conhece todo mundo [...]. Já antes de eu ir presa eles custavam a dar emprego pra mim porque tenho dois irmãos presos [...] só davam ou por causa da minha mãe que sempre foi honesta e trabalhadora ou por causa do meu irmão que seguiu os passos dela [...]. Vou é fazer como o meu pai [...] que foi embora pro Rio de Janeiro e nunca mais voltou [...] pelo menos numa cidade maior ninguém conhece a gente mesmo [...] daí não vão ficar apontando a gente na rua ou virando a cara pra gente [...]. Pelo menos se eu soubesse se meu pai ta vivo ou morto [...] a última notícia que a gente teve dele foi a uns nove anos atrás, que o irmão dele, meu tio disse que um vizinho dele viu meu pai numa cidade perto do Rio de Janeiro, como era mesmo o nome [...] tinha alguma coisa com fogo [...]. Queimados [...]. Esse vizinho do meu tio disse que meu pai tava morando nessa tal de Queimados [...]. Meu pai foi obrigado a sair fugido daqui. Pra defender um irmão dele de uns dono das boca de fumo daqui [...] deu um tiro num deles [...] o cara fugiu [...] mas como era procurado da polícia [...] até a polícia vir meu pai fugiu [...] minha mãe não teve coragem de ir com ele [...]. Se meu pai soubesse que esse mesmo irmão dele botou os filhos dele, seus próprios sobrinhos no um caminho [...] é por causa desse tio que meus irmãos tão preso [...] serviam de laranja pra ele [...] ele ta por aí solto [...] belo e formoso [...] meus irmãos tão preso [...]. É isso mesmo que eu vou fazer [...] quando sair daqui vou embora pro Rio de Janeiro atrás do meu pai [...].

As referências de minha interlocutora em relação à figura da família, ao mesmo tempo a defesa do crime e a orientação para ele, as questões da vizinhança e do anonimato, o desemprego e as visões ingênuas da opulência e da abundância em relação às pessoas, famílias e indivíduos de outros segmentos sociais, e ainda, para lá de Norbert Elias (1994), o apego e desapego, o envolvimento e a alienação, o tema da culpabilidade ao invés da responsabilidade, as questões do desgosto e destino são características marcantes de uma visão de mundo forjada num contexto sócio-histórico cultural avesso aquilo que poderia se denominar de “cordial”.

Extrato do diário de campo, Rio do Sul, dia 13/02/2008

Ontem fiquei sabendo que Sara retornou para a prisão. [...]. Fiquei bastante chateada, pois lembro bem que, quando saiu, fitou-me fixamente dizendo que ia tentar não retornar, principalmente por causa de seus filhos, um menino de doze anos, e duas meninas, uma de três que nasceu dentro do presídio, ficando com a mãe até completar seis meses, idade que deixou de amamentar, e uma de oito [...]. Durante o período em que fiz campo no presídio o que me chamava muita atenção no caso de Sara era a luta para que seus filhos voltassem a ficar juntos, já que, quando foi presa, as crianças foram colocadas em abrigos para menores diferentes [...]. Lembro-me de que no dia em que consegui fazer com que as crianças voltassem a morarem juntas houve uma comemoração por parte das mulheres no presídio [...]. Sara foi presa a mais ou menos quatro anos atrás por tráfico de drogas e furto [...]. Sua história de vida não é muito diferente das outras mulheres com quem conversei, nunca conheceu o pai, filha de uma prostituta. Logo cedo, com mais ou menos dez anos, como disse-me ela: caiu na vida [...]. Segundo suas palavras: assim que fiquei mocinha minha vida mudou da noite para o dia [...] num dia tava brincando de boneca [...] no outro fui leiloadada no puteiro que minha mãe trabalhava [...] lembro que não entendi nada [...] só me dei conta do que tava acontecendo comigo quando o homem fedido pulou em cima de mim [...]. Depois do ocorrido só lembro de minha mãe secando as lágrimas do meu rosto com suas mãos dizendo para eu erguer a cabeça que agora eu era uma mulher [...] e que no outro dia pela manhã com o dinheiro eu ganhei aquela noite a gente ia comprar um vestido bem bonito para mim para eu usar nas outras noites que eu iria trabalhar [...] quando eu respondi que não queria ser como ela, ela respondeu com um tapa na minha cara que sinto a dor até hoje [...] aquela foi a última vez que vi minha mãe [...] naquela madrugada mesmo fugi e peguei carona com um caminhoneiro que ficou com pena de mim, me pagou um prato de comida e mandou eu voltar pra casa [...] mas nunca mais voltei [...] acabei caindo num abrigo para menores [...] lá eu me sentia muito

sozinha [...] e luto pros meus filhos ficarem juntos porque sei que assim um pode cuidar do outro [...]. No abrigo a gente aprende muita coisa ruim [...] mas a pior de todas é que a gente não presta pra anda [...] que ninguém gosta da gente e só ta ali porque não vale anda [...] é um estorvo pro mundo e pra sociedade [...] me sinto aqui dentro como me sentia lá [...] por isso quero sair [...] quero que meus filhos não se sintam a vida inteira como me senti [...] e me sinto [...]. Quando a gente se sente assim a gente acha que não merece nada da vida [...] que tudo que vem é lucro [...] a única coisa boa que a vida me deu foi meus filhos [...] e nem isso eu consegui cuidar (chora) [...] tenho que sair [...]. Depois de um mês que tive essa conversa com Sara ela ganhou liberdade provisória [...]. Com a ajuda de Roberta conseguiu um emprego de faxineira numa fábrica de confecção de jeans muito comum na região do Alto Vale do Itajaí. Alugou uma pequena casa perto do emprego e conseguiu provar para o poder público que estava em condições de voltar a criar seus filhos [...]. Fiquei sabendo por Roberta que Sara estava muito bem e que parecia que ela tinha conseguido retomar uma vida ao lado de seus filhos [...]. A dois dias recebi um telefonema de Roberta que Sara voltou para o presídio e que dois de seus filhos foram colocadas para adoção e sua filha mais nova foi adotada por um parente distante de Sara [...]. Segundo Roberta está muito mal e assim que chegou ao presídio tentou se enforcar, sendo salva por duas detentas que chegaram no local antes do ato se concretizar [...]. Hoje fui até o presídio para ver e tentar falar com Sara [...]. Quando cheguei tomei um susto [...]. Sara estava muito mais magra do que a última vez que a vi [...] enquanto conversamos não fitou meus olhos nenhuma vez como fazia com frequencia nas vezes que conversamos [...]. Só conseguia enxergar um vulto da aparentemente mulher forte e determinada que tive contato a alguns meses atrás [...]. Quando me aproximei, perguntei a Sara se podíamos conversar, foi então que, de cabeça baixa, me respondeu: consegui perder a única coisa que eu tinha [...] meus filhinhos [...] agora tão tudo por aí no mundo [...] que não sirvo pra nada mesmo [...] eu não presto [...] eles queriam as coisas boas e eu não podia dá [...] fiz o que fiz e voltei [...]. Num sábado a noite eu tava de saco cheio do trabalho e quando eles tavam tudo dormindo resolvi sair com Irene (Irene é uma ex-presidiária que como Sara estava em liberdade condicional) [...]. Ela me disse que tinha conhecido uns caras legais [...] e como eu tava a muito tempo sozinha [...] precisando de um homem [...] resolvi aceitar [...] maldita hora [...]. Conversa vai, conversa vem [...] fiquei com o cara e ele acabou dormindo lá em casa [...]. Gostei dele [...] as crianças também gostaram [...] ele disse que gostava de criança [...] levou doce pra elas [...] fazia tempo que eu não via elas tão felizes [...]. Como nunca souberam o que é ter um pai [...] não escolhi bem os pais delas [...] o pai do meu mais velho foi assassinado quando o filho tinha um ano [...] da minha segunda sumiu no mundo quando ela era ainda bebê e nunca

mais apareceu [...]. Já o pai da mais nova ta preso [...] pensei que podia ter uma chance com esse [...] ia ser bom também pras crianças ter um pai, um homem dentro de casa pra por respeito e ajudar no sustento delas [...] ele era pedreiro [...] veio lá do Paraná [...] tava aqui uns seis meses [...]. Mas não deu bem nem uma semana ele começou a vim com uma conversinha que pra mim não era novidade [...]. Começou a dizer que a gente podia melhorar de vida [...]. Que tava sabendo que eu tava na condicional [...] mas que se a gente tomasse cuidado nada ia acontecer comigo [...] nisso fiquei sabendo pela Irene que ele era fugitivo da polícia lá do Paraná, acusado de formação de quadrilha, tráfico de drogas e homicídio [...]. Mas quem era eu pra julgar né [...]. Resolvi dar uma chance pro cara [...] ainda por cima ele era bom de cama [...] eu não resisto a mãos fortes [...] caí feito um patinho [...] hoje ele ta aí belo e formoso escondido em algum lugar [...] eu burra velha to aqui e sem meus filhos [...]. Ele disse que se a gente fizesse bem feito seria a última vez [...]. Foi quando fui pro Paraná com as crianças pra trazer um carregamento da branca e umas pedras [...]. Com as crianças ficava mais fácil [...] porque assim ninguém ia desconfiar [...] hoje eu sei que ele planejou tudo [...] que se aproximou de mim porque sabia que eu era uma presa fácil [...] tinha as crianças [...] quem denunciou o plano pra polícia foi uma das mulheres dele que ele abandonou no Paraná [...]. Pior do que vê a minha pequena berrando que queria ficar comigo quando fui presa, foi o olhar de ódio do meu filho que berrou que me odiava e que nunca mais ia me perdoar [...] eu não paro de ouvir as palavras dele [...]. Ele me chamou de vadia e disse que eu não era mãe [...] que era uma piranha que não prestava pra nada [...]. Eu fiz aquilo porque eu queria melhorar a vida deles [...] eu tava ganhando muito pouco trabalhando de faxineira [...]. Eles tavam precisando de roupa nova, calçado, material pra escola [...]. Agora acabou tudo [...]. É melhor que eles seja tudo adotado mesmo [...] eu torço que seja por gente do bem [...] que eles tenham a sorte melhor que a minha [...] da minha mãe [...] da minha avó [...]. Eu só penso em morrer [...] eu não presto pra anda mesmo [...] nunca prestei [...].

Mais uma vez a ingenuidade dessas mulheres reaparece na narrativa de Sara, bem como a falta de visão complexa do mundo que denuncia um lugar quase infantil sobre a forma como as coisas funcionam no mundo da rua, apesar de terem sido situadas “na rua” muito cedo. Fora da cadeia/dentro da casa aparece constantemente uma extensão da degradação das relações masculino/feminino, adulto/criança, mães/pais/filhos, e isso situado no interior da fala do crime desde a perspectiva de vítima até questões da culpabilização sob o ponto de vista daqueles que “praticam o crime” (WACQUANT, 2001; CALDEIRA, 2000).

Além disso, estamos falando de estruturas sociais cujas formas foram frágeis para inseri-las no mundo complexo das metrópoles, isso em termos de projeto de vida. É interessante pensar na pouca reflexividade (ELIAS, 1994), em termos da avaliação de riscos, e o tema da vulnerabilidade numa sociedade brasileira pautada pela “desordem”, pelo “desencontro” e “medo” (VELHO, 2008).

Extrato do diário de campo, Rio do Sul, 14/03/2007

Fiquei bastante chateada quando percebi que Luci estava de volta [...]. Ficou apenas um mês fora do presídio [...]. Talvez não devesse, mas fiquei chocada com sua narrativa: *Quando saí passei fome três dias [...] só consegui comer no terceiro dia porque dei a buceta e o cú pra um nojento na esquina [...] pelo menos passei aids pra ele (sorri) [...] estúpido [...] depois que me comeu me deu um chute e jogou umas moedas em cima de mim [...] com aquela merreca consegui comprar um copo de café e um pão com manteiga [...]. Depois foram mais dois dias de fome [...]. O que, eu disse, chega [...] não queria, mas fui procurar o pessoal da boca de novo [...] eu tava a um tempão longe da pedra [...] mas não deu pra resistir [...] pelo menos ali a gente esquece [...] não tem frio [...] não tem fome [...] vive [...] como se diz. [...] num mundo paralelo [...] um comparsa antigo ficou com pena de mim e me deu a primeira...depois tive que me virar [...] bati a carteira de uma otária aqui [...] de outro acolá [...]. Até que me pegaram e to aqui de novo [...]. Perguntei para Luci se ela tinha alguém ou família que pudesse ajudá-la quando saísse de novo da cadeia [...]. Ela deu uma risada quase “histérica” e respondeu: *Família [...] o que é isso [...] eu não sei o que é isso não [...]. A última cena que me lembro é de ter sido jogada na casa de uns parentes da minha mãe que só me fizeram de escrava [...] só porque eu era mais pretinha que eles achavam que podiam fazer qualquer coisa comigo [...] depois dali eu fui passando de mão em mão [...] até que fui parar num abrigo para menores infratores [...] lá começou, como disse a assistente social a minha carreira carcerária [...] vii que chique [...] eu tenho uma carreira [...] não carreira como se diz [...]. Se eu não sabia bem como ser bandida [...] lá eu aprendi [...] me colocaram lá porque roubei uma camiseta de uma loja [...] o meu sonho era ter uma daquelas camisetas com estampa da xuxa [...] mas nunca ia poder comprar [...] então roubei [...] eu tinha onze anos [...] e queria ser que nem a xuxa [...] eu não me enxergava mesmo [...] feia desse jeito [...] preta [...] ser que nem a xuxa [...] eu achava tão bonita a capa daquele disco dela [...] com o cabelo meio pra cima [...] parecia que tava numa banheira de espuma cheia de flores [...] aquele era o meu sonho [...] e fui parar num lugar que mesmo no frio me deram um banho de mangueirada [...]. Eu nunca fui burra [...]. Só estudei**

dois anos [...] mas sei fazer conta e devagar eu consigo ler [...] lembro que quando dormia na rua [...] e não tava com a cara cheia [...] sempre lia os jornais velhos [...]. aquele era o meu passatempo [...] eu gosto de ficar vendo essas revistas que o pessoal traz pras outras [...]. O problema é que eu nunca tive sorte na vida [...] as vezes eu fico pensando se eu tivesse nascido branca e numa família de verdade [...] pode ser que tivesse uma outra vida né [...]. Mas é assim mesmo [...] aqui pobre, preto não tem vez não [...] quem manda minha mãe ter dormido com preto [...] nasceu esse estrupício aqui [...] ai como eu sonhava em ser como a xuxa [...]. Quando eu era pequena ouvia o pessoal contar que meu pai era bisneto, neto sei lá [...] de escravo [...] então eu não podia reclamar [...] que aquele era o meu destino [...] todo mundo fala mal do Michael Jackson que ele quis ficar branco [...] mas eu entendo muito bem ele [...] se eu pudesse eu também ficava [...]. Dizem por aí que o Brasil não é um país racista [...] só pra cara deles mesmo [...] olha bem [...] vê quantas negra e quantas branca entra aqui [...] daí tu já vê [...] eu não vejo nada pra mim no futuro; nada [...] e ainda com essa doença [...] preta, aidética e ex-presidiária [...] me diz o que eu vou fazer lá fora [...] quem de bem vai querer me dar trabalho [...] o pessoal ta certo [...] destino é destino [...] isso já é coisa que vem do sangue [...] da cor [...] sei lá [...] só sei que não dá para fugir [...].

Como vimos recorrentemente no capítulo anterior, aqui, na ausência de uma reflexão interior, minha interlocutora assume a fala de especialistas como assistentes sociais e psicólogos para o caso dessas situações de “confidências”. Nesse sentido, recorro mais uma vez a Goffman (1988), as questões do estigma e da manipulação da identidade deteriorada como recurso para interagir com a antropóloga, e outros, no âmbito da esfera pública das visitas ao presídio (falas que incorporam os próprios jornalistas e especialistas).

Neste ponto, não tenho como não fazer referência às questões das falas do crime (CALDEIRA, 2000) a partir de narrativas biográficas que pontuam a totalidade dessas falas como sendo uma “carreira do crime” carregada por um tom de cumprimento de destino. Aqui estou falando da demarcação dessas falas, da impossibilidade de anular o mal, de subvertê-lo, ou mesmo de neutralizá-lo.

Outra questão impressionante é a forma como Luci, e outras interlocutoras, ao longo de meu trabalho de campo, se referem às vicissitudes sofridas por seus corpos e às práticas de extorsões as quais se sujeitam e manipulam para se livrar de situações limites do convívio social, representadas aqui por fome, doença, solidão, entre outros.

Com isso, a “eterna” referência, em termos de culpabilidade, às pressões dos

valores ético-morais do trabalho dito *honesto* para as camadas populares. Ainda, em relação a essa “carreira do crime”, chama atenção a forma como se referem à quebra dos valores e padrões morais e éticos associados a sua condição de gênero no interior da família¹⁰⁶.

Da mesma forma, as narrativas, seja pela perspectiva de Velho (1981), seja nos termos de um viés da noção de *tragédia da cultura* de Simmel (1935), me provocam a pensar a sociedade brasileira como perpassada, no interior do seu tecido social, pelo conflito-violento, abordado mais explicitamente no capítulo anterior, bem como, nos corpos das mulheres entrevistadas, se pode reconhecer as marcas das heranças de uma sociedade patriarcal e escravista, pela lógica do corpo feminino, possuído e violentado¹⁰⁷.

Penso nos comentários de Gilberto Freire sobre as relações entre o colonizador português e os corpos das índias ou os senhores de engenho e os corpos de suas escravas, e sua expansão através dos jogos de uma memória coletiva, indo reverberar nas narrativas de minhas interlocutoras em seus esforços em acomodar os atos violentos a que foram submetidas desde sua tenra idade até acomodar parte de suas vidas cotidianas, naturalizando-as por meio de categorias como sangue e raça¹⁰⁸.

Ou seja, quando observamos as situações de violências por meio das quais nossas interlocutoras se situam no mundo urbano¹⁰⁹, podemos enxergar o conflito-violento como constitutivo da fundação dos laços sociais entre as classes no Brasil, entre os gêneros, entre as etnias, etc.¹¹⁰.

Aqui fica claro que as questões das violências ritimizam suas falas, pautam

¹⁰⁶ Sobre essa questão, ver mais uma vez Elias (1993), agora no caso de sua análise dos pescadores de Maelstrom e sua discussão sobre as questões do envolvimento e da alienação, do apego e do desapego. ELIAS, N. *Les pêcheurs dans le Maelstrom, engagement et distanciation*, Paris: Fayard, 1993.

¹⁰⁷ Aqui, retorno ao que Gilberto Freire fala das índias escravas e suas relações com os senhores de engenho, e isto se expande para a forma como, nos jogos de memória, nossas informantes acomodam estes atos violentos como parte de suas vidas cotidianas, naturalizando-as.

¹⁰⁸ Obviamente que este processo de inclusão das categorias sangue e raça na ordem do vivido pelas camadas populares foi acompanhado de todo um outro referentes a absorção das teorias raciais no Brasil por parte de suas elites dirigentes e elites intelectuais, os quais foram responsáveis pela construção de um “argumento racial” no país em suas preocupações em se tornar uma “nação viável”, conforme aponta Lilia M. Schwarz, em seu livro *O espetáculo das raças*. Sobre essa questão ver ainda: DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio: Jorge Zahar/CNPq, 1986.

¹⁰⁹ Os laços que unem a sociedade rural e patriarcal na formação das cidades brasileiras é um fenômeno abordado por John Manuel Monteiro, em seu livro *Negros da terra, índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, onde o autor comenta as estratégias de reprodução da riqueza na esfera rural e todo o seu cortejo de violências e horrores (aprisionamento de índios, exploração de sua mão de obra, desapropriação de suas terras, etc.) para a formação de alguns importantes bairros da cidade de São Paulo.

¹¹⁰ Ver Renato Ortiz, no livro *Cultura brasileira e identidade nacional*, onde o autor retraça este percurso sobre as teorias raciais no Brasil e a idéia do homem cordial.

seus momentos de crise, orientam desde o passado suas condições de vida presente e, além disso, interferem no seu futuro. Há um tratamento quase “religioso” a essas experiências demarcadoras de suas construções de “pessoa”, nesse caso, a “pessoa criminosa”. Aqui, o valor-família, o “valor-trabalho”, o “valor-maternidade”, pesam em suas trajetórias. Além, obviamente, do que já foi referido a respeito das questões da “carreira do crime” que organiza suas experiências de violências desde a fala de muitos especialistas com quem travaram contato, como dito: assistentes sociais, psicólogos, entre outros.

Refiro-me aqui às lembranças e às recordações das experiências de atos violentos sofridos ou realizados por minhas interlocutoras, e que compõem a memória do cotidiano (DE CERTEAU, 1996) dessas mulheres no presídio, e que são agenciados fora da instituição quando retornam às situações ordinárias das grandes cidades, de onde foram retiradas.

Os fracassos no retorno à vida pública das metrópoles, as respostas inadequadas aos seus padrões e normas comportamentais e seus respectivos valores ético-morais, nos fazem refletir sobre a experiência prisional e o contato com seus agentes, técnicos e especialistas, como significativos na construção de estilo de vida e visão de mundo envolvendo uma “carreira de crimes”, acionando reminiscências de atos violentos dos quais minhas interlocutoras foram vítimas e transformando-as, finalmente, em agressoras. A experiência prisional, nos termos de uma tragédia da cultura, re-situam parte dos jogos de memória dos conflitos-violentos como parte integrante dos arranjos sociais na sociedade brasileira.

Nesse sentido, as práticas culturais objetivas da violência, autorizadas pelo Estado, no contexto prisional estão entremeadas por múltiplas e dispares experiências subjetivas das violências ordenando a vida cotidiana dos laços de parentesco em suas famílias, tecendo os laços de vizinhança nos seus bairros e enlaçando suas relações pessoais, afetivas e sexuais. Violência, pobreza, miséria, fome são algumas das matérias das recordações que minhas interlocutoras acionam no cárcere, o que, no plano dos estudos sobre memória, significa pensar o lugar do presídio nas formas como essas mulheres passam a restituir, a partir de suas lembranças, para si a figura do “indivíduo-violento”, com base nas falas de suas carreiras criminosas.

8.2 Do conflito-violento às questões de poder, cidadania e democracia

No contexto das modernas sociedades complexas, a retomada das articulações que Halbwachs (1968) propõe, em relação às articulações da memória individual, da memória social e da memória coletiva pode ser interessante se pensada a partir dos estudos do fenômeno da duração (ROCHA; ECKERT, 2005) e da pessoa moderna (DIAS DUARTE, 1983 e VELHO,1981). Mesmo pensando a partir da perspectiva dos estudos da cultura brasileira e da identidade nacional (OLIVEN; ORTIZ,1991) os quadros sociais em que se registram as memórias do homem cordial, da miscigenação, do sincretismo como integrando a “personalidade” e o caráter nacional, não elimina a presença, na ordem da memória do cotidiano, do conflito-violento na ordenação do seu corpo social¹¹¹.

No espaço da casa ou no espaço da rua, os indivíduos jogam o social tendo como elemento constitutivo os próprios conflitos-violentos configurando suas memórias individuais no interior de tais dilemas constitutivos do mundo das relações sociais nas metrópoles do país.

Obviamente, o uso do conceito de conflito-violento em Simmel (1964) encontra, neste ponto, um limite, uma vez que o autor pouco problematizou as questões do poder, da dominação e da exclusão nas suas reflexões sobre a tragédia da cultura que acompanha a tessitura dos laços sociais na modernidade. Essa constatação se torna importante, principalmente se atentarmos para as trajetórias das mulheres encarceradas expostas aqui a partir de alguns testemunhos e onde os jogos do poder, e, suas variáveis, trazem constrangimentos aos jogos das memórias das interlocutoras

Podemos perceber esses constrangimentos aos quais me refiro principalmente se fizermos uma comparação entre as trajetórias sociais e os itinerários urbanos das presidiárias apresentadas nesta tese. Refiro-me à minha interlocutora apresentada no capítulo III vivendo numa instituição penal, às trajetórias sociais e aos itinerários urbanos de suas colegas de infortúnio relatadas no capítulo VII, e, principalmente, às *falas no crime* de minhas interlocutoras “reincidentes” em suas trajetórias sociais no crime, e que trago nesse capítulo.

¹¹¹ Interessante lembrar aqui o livro de José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*, o Rio de Janeiro e a república que não foi, onde o autor entrelaça as questões do regime político republicano com as questões da configuração urbana da cidade no Rio de Janeiro, vista como berço da cidadania moderna e o tema das práticas populares. Em especial a referência à formação dos seus bairros pela via das festas religiosas, e profanas, das irmandades e das associações, nos cortiços e nas “maltas de capoeira” e o modelo contratual de cidadania republicano.

Objetivando não cair nas armadilhas de simplismos e determinismos, minhas reflexões, entretanto, não excluem as *falas do crime* das mulheres que tiveram suas vidas marcadas por vivências de violências, mas não experienciaram viver numa instituição penal, como as mulheres moradoras do Matadouro que foram investigadas prioritariamente em meu campo de mestrado. Ou ainda, para ampliar o contexto de minhas observações no contexto das sociedades complexas, mulheres como Roberta, Domitila ou Fênix, apresentadas também no segundo capítulo dessa tese.

Em especial gostaria de ressaltar, nesta parte da tese, as reminiscências de conflitos-violentos com as quais minhas interlocutoras operam desde a perspectiva da trajetória social e dos itinerários urbanos de mulheres de camadas populares que, ao cruzarem as fronteiras culturais, que separam os espaços femininos e masculinos designados para o “mundo do crime”, adentram numa ação, localizada no interior dos espaços designados como essencialmente masculinos, que envolve o controle do tráfico de drogas, o exercício da violência física, a participação no crime organizado e a prostituição, na tentativa de libertarem-se de sua condição de vítima de um crime, deslizando no interior deste processo para uma carreira *no crime*.

Não desempenhando o papel social da boa mãe-de-família nem da boa-moça-bem-comportada, na forma de acomodar os conflitos-violentos em suas falas do crime, elas orientam-se, na sua solidão, segundo determinados códigos ético-morais. Códigos estes presentes às formas de vida social pautadas por miséria, fome, desemprego, analfabetismo, pobreza, característicos de bairros marginais e marginalizados. Ou seja, espaços sociais onde drogas, homicídios, agressões físicas, estupro, exploração sexual e outras tantas violências encontram sentido na forma como restauram as lembranças das experiências de seus corpos e de suas mentes numa grande metrópole. Nos termos de uma memória coletiva, penso aqui na presença de uma espécie de cultura do terror (TAUSSIG, 1992) que acompanha a própria fundação da sociedade brasileira, perpassando os postulados de suas próprias instituições “modernas” e configurando as subjetividades dos indivíduos submetidos às violências e aos abusos.

O tema da sociedade brasileira, da violência, da criminalização das camadas populares e o fator tempo, problematizado como uma espécie de memória coletiva do terror, do medo, da violência, do abuso e da pobreza, pode nos levar a pensar em reunir, num único debate, além das questões das *identidades narrativas* de minhas interlocutoras e de minhas próprias identidades narrativas do mestrado ao doutorado, no campo dos debates acadêmicos e seus conceitos que também são impregnados por essa

memória dos conflitos-violentos.

O que me conduz, e de certa forma me autoriza, a fazer uma espécie de hermenêutica dos estudos sobre violência e gênero, ainda que de forma pontual, ressaltando as perspectivas arqueológicas e genealógicas destes fenômenos como categorias interpretativas para a sociedade brasileira na contemporaneidade.

Filho-me aqui, portanto, a uma antropologia “interpretativista”, ou seja, aquela antropologia que consegue refletir sobre as próprias representações com as quais a sua própria matriz disciplina pensa os fenômenos estudados. Um aspecto fundamental dessa tese na medida em que as polêmicas e os diálogos advindos da reunião dessas perspectivas (arqueológicas e genealógicas) encontraram um rebatimento nas situações de campo compartilhadas com minhas interlocutoras e, conseqüentemente, adquiriram sentido na forma como me preocupo com a representação desse “outro” na produção do texto etnográfico.

Uma reflexão que considero, a meu ver, importante nesses momentos finais da tese, onde passo a me preocupar com o fenômeno denominado aqui de conflito-violento (partindo da noção apresentada por Simmel) como significativo para os estudos da sociedade brasileira e da cultura nacional, desde seus primórdios até os dias atuais, com um debate mais das discussões da democracia, da cidadania e dos direitos humanos.

Isso porque concordo com Luís Fernando Dias Duarte quando, em seu artigo “A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente”, aponta para o fato da importância de termos a consciência de onde estamos falando, principalmente para que nossas falas “não afetem a universalização da cidadania no Brasil”(DIAS DUARTE, 2005, p.257) visto que “a própria psicanálise e a antropologia social (ou cultural), [...] perderam quase completamente a consciência de suas raízes românticas, sendo necessário um trabalho de esclarecimento quase arqueológico para sua demonstração”(DIAS DUARTE, 2004, p.16).

Para dar contornos a meu esforço de interpretação, inicio remontando as perspectivas dos estudos de Antônio Cândido (*Os parceiros do Rio Bonito*) e Florestan Fernandes (*O negro no mundo dos brancos*), cada um, a seu modo, pensando as faces do tempo no interior da sociedade brasileira e esgrimando com as influências dos estudos que lhes antecederam sobre a “democracia racial” e o “homem cordial”. Uma linhagem de pensamento que será, mais tarde, amplamente retomada por Roberto Da Matta (*Carnavais, malandros e heróis*) ou Darcy Ribeiro (*O povo brasileiro*) para o caso da sociedade nacional em suas feições modernas ou tradicionais.

E uma das heranças desse legado é, indubitavelmente, os desafios de pensar o conflito, e, principalmente, o conflito-violento como fenômeno organizador dos laços sociais entre raças, gêneros, etnias e classes sociais no âmbito da sociedade brasileira como integrando o panorama das modernas sociedades contemporâneas, com base nos postulados do individualismo moderno e seus valores de democracia, cidadania e direitos humanos.

Segundo vem refletindo Cornélia Eckert, as décadas de 1970 e 80 vão representar, no interior desta linhagem, e com a consolidação da Antropologia urbana como disciplina, as tradições aqui apresentadas passam ser relativizadas direta ou indiretamente pelos estudos etnográficos no contexto metropolitano. Podemos citar nomes como os de Eunice Durhan, *A caminho da cidade*, Ruth Cardoso, *A aventura antropológica*, Alba Zaluar, *A máquina e a revolta* e Gilberto Velho, *Utopia urbana*, José G. Magnani, *Festa no pedaço* e Tereza Caldeira, *A política dos outros*, entre outros, como desencadeadores de estudos etnográficos sucessivos e sistemáticos sobre as formas de vida social nas metrópoles brasileiras.

E onde o fenômeno das violências transparece sob a forma humanista com que os autores tratam de determinados temas tornados já clássicos para a Escola de Chicago tais como os preconceitos sociais, raciais, étnicos e de gênero oriundos de um quadro de desigualdades econômica e social provenientes de uma “sociedade construída à base de concepções de propriedade privada e estado nacional” (ARAÚJO, 2006, p.5).

Essa relativização dos autores citados acima, deve ser apreendida não pelo prisma de uma dissolução da matriz disciplinar, mas como a capacidade da antropologia de revisar seus saberes, logo, poderes (FOUCAULT, 2002)¹¹². O que pode nos incitar a retomar Dias Duarte (2005, p. 256) quando o autor, tratando das questões de direitos humanos e cidadania no Brasil, alerta-nos para o fato de que: “Se, por um lado, a resistência ao universalismo linear garantida pelo argumento romântico da “diferença”, da “intensidade” e da “totalidade” pode nos garantir uma riqueza reflexiva inestimável [...], foram desastrosas [...] as tentativas de transpor linearmente essa atitude para a ação política coletiva”¹¹³.

Sendo assim, nos termos da etnografia da duração onde me alinho, não só as

¹¹² Ver Foucault, M. *As palavras e as coisas - Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, principalmente Capítulo X “As ciências humanas”.

¹¹³ Em relação a essa questão do mesmo autor, ver também: DIAS DUARTE, L.F. *Légalité et citoyenneté dans le Brésil urbain contemporain: la question du particularisme des quartiers populaires à partir de l'observation anthropologique d'une expérience d'ide légale et d'éducation civique. Cahiers Du Brésil Contemporain*, Paris: MSH, n. 17, 1992.

categorias de entendimento das violências compartilhadas pela comunidade interpretativa dos antropólogos orientam à construção de um pensamento antropológico dos estudos sobre violências na contemporaneidade, mas também participam da consolidação deste fenômeno no seio da vida social, sendo dela, inclusive, que muitos retiram seu alimento e sustento¹¹⁴

Neste sentido, no plano da memória coletiva, o fenômeno da violência é instaurador do próprio campo da matriz disciplinas da Antropologia e de seus dilemas ético-morais, com repercussões cada vez maiores nas delimitações das técnicas e dos procedimentos da pesquisa de campo e nas práticas de escrita etnográfica.

Importante sublinhar que o que está sendo problematizado não é qualquer memória da comunidade interpretativa de antropólogos e antropólogas, já que se pode dissertar sobre essa memória de vários eixos dramáticos que não o das violências. O que gostaria de realçar aqui são os traços ou pistas de uma violência fundadora (MAFFESOLI, 1987) como originando a gênese do próprio campo disciplinar da Antropologia, em suas diferentes tradições (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988)¹¹⁵.

Um tema de reflexão já suficientemente percorrido por uma antropologia pós-moderna e feminista e onde o debate em torno das questões relacionadas ao poder, principalmente na relação assimétrica entre “antropólogo e nativo”¹¹⁶, é paradigmático. Inspirada nestes estudos, já citados anteriormente, é que procuro focalizar, nesta parte de minha tese, a presença do fenômeno das violências na configuração da memória da disciplina. Lembrando ainda que, de forma bastante pontual, suas marcas associadas à

¹¹⁴ Sobre essa discussão ver o já clássico texto de Paul Rabinow: Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In Rabinow, Paul. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

¹¹⁵ Aqui mais uma vez retorno a Luís Fernando Dias Duarte, quando o autor destaca a indubitável presença dos “valores românticos” na formulação das problemáticas da antropologia até mesmo contemporânea (DIAS DUARTE, 2004, p.16). Para o autor “pode-se reconhecer a presença nesse processo de uma perigosa falácia, característica da ação de muitos intelectuais e cientistas competentes na cultura ocidental desde o século XIX: a da transposição linear para a ação coletiva pública do ideal de “diferença romântica, que é um dos motores centrais da dinâmica de nossa cultura e de nossa reflexão acadêmica” (DIAS DUARTE, 2005, p. 256).

¹¹⁶ Marshall Sahlins pode ser elucidativo principalmente no sentido de problematizar relações de poder, contextualizando suas críticas a um “certo tipo” de antropologia especialmente em sua já clássica polêmica com o antropólogo cingalês, quando ele se preocupa em “mostrar que o realismo burguês de senso comum, quando tomado como um conceito historiográfico, é um tipo de violência simbólica feita a outros tempos e a outros costumes”. Sugerindo que não se pode fazer uma etnografia de “qualidade” sem respeito às idéias, ações e ontologias que não são e nunca foram as nossas próprias. Diferentes culturas, diferentes racionalidades”, ou seja, “[...] ao falarmos pelo Outro “nativo”, podemos privá-lo de sua própria voz; como, ao atribuir-lhe a nossa “racionalidade prática”, fazemos uma antropologia *pidgin*; como, ao tecer sua história a partir de nossa moralidade, não ajudamos ninguém. Todas essas questões são vitais para as ciências humanas” (SAHLINS 2001, p. 13-14). (SAHLINS, Marshall David. Como Pensam os “Nativos”: Sobre o Capitão Cook, por exemplo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.13-14).

prática etnográfica no contexto de uma empresa colonial relacionada às linhagens de uma antropologia inglesa e norte-americana africanistas discutindo violências na França e suas colônias. Ou ainda, evocado os pós-modernos em suas críticas a uma pretensa “antropologia violenta” até chegarmos, enfim, no Brasil com a crítica às idéias de uma democracia racial, com base no “mito das três raças” e do “homem cordial”, até a perspectiva de uma “antropologia no plural”¹¹⁷, e as ditas antropologias das violências e suas diversas facetas.

É importante ressaltar que esse humilde passeio pela memória da disciplina só faz sentido devido a problemática, que viemos levantando até o momento, de que a negação do conflito como elemento constitutivo de nações ditas “civilizadas”, como ex-colônias inglesas ou francesas, até chegarmos ao Brasil, torna-se importante a partir do momento em que consideramos datadamente que o próprio discurso acadêmico, como também constituintes de uma memória coletiva dessas nações, ao negar o conflito, pode acabar por contribuir com a perversidade dessa negação¹¹⁸.

Início uma espécie de arqueologia das formas com que a matriz disciplinar da Antropologia incorpora em seus meandros a violência, citando o caso dos primórdios da antropologia britânica em suas estreitas relações com a empresa colonial deste país no mundo não-ocidental, nas primeiras décadas do século XX, e levou essa tradição de estudos antropológicos progressivamente a ter que negociar, em sua prática de campo, junto ao “nativo”, com o projeto colonialista inglês.

Sem ser exaustiva a respeito, e sem questionar em nenhum momento suas inestimáveis contribuições para a antropologia, sem os quais provavelmente não estaríamos aqui, menciono aqui três antropólogos: B. Malinowski, Evans-Pritchard, e Radcliffe-Brown. O primeiro, pai fundador da observação participante, mantinha uma forte ligação com a Fundação Rockefeller, o que nos permitiria especular, segundo Silva (1997, p. 2) “que a própria ênfase malinowskiana na questão do trabalho de campo tenha se dado também em função dos interesses da Fundação enquanto financiadora de projetos”. O segundo, Radcliffe-Brown, torna-se um importante protagonista da empresa colonial da Inglaterra em terras não-ocidentais ao ministrar cursos para administradores coloniais sob o argumento de que, segundo Ruben e Mattos (2001, p. 1) “o conhecimento do povo nativo poderia facilitar sua administração”, sugerindo que, “a arte

¹¹⁷ Aqui ver Peirano. *Uma antropologia no plural*. Três experiências contemporâneas. Brasília: Editora UnB, 1991.

¹¹⁸ Ver mais uma vez: DIAS Duarte, L. F. Pungente Retrato do universalismo Apunhalado. *Horizontes Antropológicos*, Porto alegre, ano 11, n. 23, jan/jun., 2005, p. 255-257.

de governar, no futuro, deveria basear-se cada vez mais na antropologia aplicada”. E, finalmente, Evans-Pritchard produz, na opinião de Ruben e Mattos (2002, p.1), uma etnografia “junto aos Nuer, povo do Sudão Meridional [...] financiada pelo governo do Sudão anglo-egípcio”, e que vai se tornar um clássico do pensamento antropológico do século XX.

Da mesma forma, deslocando-nos de continente, no caso dos Estados Unidos da América, se observa uma intensa participação de antropólogos e antropólogas em agências do governo, na época da segunda guerra mundial, sendo uma das obras referências deste período o livro de Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada*, onde ela, discípula de Franz Boas, realiza um amplo estudo da cultura do maior inimigo dos EUA na época da guerra: os japoneses.

Na mesma modalidade de operar o conflito-violento no corpo da matriz disciplinas, situa-se o caso paradigmático da participação de Gregory Bateson na propaganda anti-japonesa entre as forças armadas dos EUA, ministrando aulas sobre as línguas do pacífico aos soldados americanos, ao mesmo tempo que produzia relatórios e informes secretos para o governo dos EUA (BASTIDE, 1979; PRICE,1998)¹¹⁹.

Sobre essa questão, da violência no interior da própria matriz disciplinar e sua função interpretativa das culturas, o antropólogo português Pereira (2006, p. 5) faz um comentário interessante de que “esses trabalhos enceram discursos que serviram para cristalizar identidades coletivas e gerar adesões a imaginários inventados politicamente (ANDERSON, 1983)” e ainda, que “Roger Bastide (1979) chegou inclusive a falar da antropologia como uma “grande puta” ao serviço do colonialismo e do imperialismo”(Ibid.).

Ainda, segundo o mesmo autor, esta “antropologia guerreira”, ligada à espionagem (PRICE, 2002), foi criticada no interior da própria antropologia (BASTIDE, 1979; COLOMBRES,1997; REED, 2000), o que levaria, em 1949, a “Society for Applied Anthropology” a elaborar o primeiro código ético sobre as implicações da antropologia e as suas recomendações (Ibid.).

Nos idos de 1960-1970, época de descolonização da África, das lutas pela independência e os movimento nas ex-colônias são os antropólogos franceses que vão ocupar a cena, em seus envolvimento com o processo de independência da Argélia e da

¹¹⁹ Sobre essa questão ver mais uma vez as discussões de Paul Rabinow, Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: Rabinow, Paul. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999; GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001; Foucault, M. *Arqueologia do saber*.

Tunísia. Aqui grandes nomes de uma antropologia francesa se destacam no debate internacional, como Clastres e Balandier, que elegem a temática das violências relacionadas ao Estado como ponto de partida para suas produções intelectuais, num engajamento contra uma antropologia exercida nas rédeas de um poder estatal e a favor da liberdade e autonomia das antigas ex-colônias.

O tema dos limites e desafios da escrita como procedimento de situar-se representacionalmente na cultura do outro, e suas implicações para a construção da autoridade e da representação etnográfica, colocando em destaque o estudo das estruturas de poder que marcam o espaço de enunciação da fala do outro no interior da formulação do antropológico. Os dilemas da tradução/traição das palavras do “outro” no interior dos jogos interpretativos das culturas se avolumam, marcando o debate as questões emergentes da importância do antropólogo romper com as orientações de seu colonialista e, de outro, a re-descoberta do caráter fundante da subjetividade na prática de etnografia. A coletânea de ensaios apresentados no novo México em 1986, “Writing Cultures”, em que autores como Vincent Crapanzano, Paul Rabinow, James Clifford, George Marcus, entre outros, se torna paradigmática para a formação de todo o antropólogo, tornando-se um marco relevante para a memória da própria disciplina, num diálogo estreito com a etnografia realista apresentando estudos clássicos das primeiras décadas do séc. XX, já mencionados anteriormente (MARCUS E FISCHER, 2000). Na seqüência, a produção de conhecimento em Antropologia abraça uma crítica cultural de nós mesmos e à nossa própria comunidade interpretativa, sendo o seu lema fundamental para toda e qualquer pesquisa que se diga “antropológica”.

8.3. Dos vícios conceituais¹²⁰ sobre os estudos de violências no Brasil

Diante desse cenário, me cabe pensar quais seriam, afinal, os nossos *vícios conceituais* pesquisando, no Brasil, os temas da violência, gênero e cidade. Quais são os pressupostos epistemológicos, metodológicos e éticos que cerceiam nossas produções? Qual a estética constituinte de nossos discursos¹²¹? Apoio-me aqui no que Foucault

¹²⁰ Ver Dias Duarte, L.F. Pungente retrato do universalismo apunhalado. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, n.23, p.255-257, jan/jun, 2005.

¹²¹ Aqui recorrerei a Foucault (1972, p. 146-147) para elucidar aquilo que entendo por discurso e/ou prática discursiva: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que provêm da mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e de que poderíamos assinalar o aparecimento ou a utilização na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...). O que se

(1972, p. 146-147) denomina como discurso, ou seja, entendido não como uma forma ideal e intemporal “que teria, além do mais, uma história”. Não se trata de pensar a matriz antropológica sob os efeitos de seus discursos, pois o problema não consiste em se perguntar como e por que pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo, tal ou qual prática discursiva sobre os temas de violência, gênero ou mesmo a cidade em Antropologia.

Penso na importância de situar os estudos de violências como conformadoras dos saberes e fazeres antropológicos, isto é, “como fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, colocando o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (DE CERTEAU, 2002).

No sentido de enfrentar uma tal empresa, recorro, mais uma vez, a Alba Zaluar, que em “Violência e Crime”¹²² apresenta uma análise reflexiva da produção intelectual sobre a criminalidade e a violência no Brasil entre 1970 e 1995. O período de análise justifica-se por ser um momento de profundas mudanças políticas, sociais e econômicas no país, em que os cientistas sociais participaram como pesquisadores e cidadãos. Os pesquisadores produziram suas análises dos lugares que ocupavam, tanto do campo intelectual, político ou da militância. As articulações entre o campo intelectual e o campo político vão “afetar”, segundo a autora, as pesquisas e as literaturas produzidas sobre o tema. A pesquisadora, então, faz uma leitura das pesquisas sobre violências no Brasil, focalizando a postura do cientista social (orgânico ou universal) segundo os modelos explicativos acionados, definidos como *modelo marxista dicotômico de sociedade*¹²³, *modelo da construção da nação*¹²⁴, *modelo da organização*

chama “prática discursiva” pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem, nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito-que-fala quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”.

¹²² Texto já referenciado no capítulo anterior ZALUAR, A. *Violência e Crime*. O que ler na Ciência Social brasileira. Antropologia (1970-1995). São Paulo, Brasília, Editora Sumaré, CAPES, 1999.

¹²³ São representativos de pesquisas nesse viés Guimarães (1982); Carvalho (1985, 1994, 1995); Oliven (1980, 1981, 1982); Kowarick & Ant (1981); Machado & Tapparelli (1993); Misse & Motta (1979); Zaluar (1983, 1986).

¹²⁴ Aqui os estudos concentram-se nas formas de controle democrático da criminalidade (ADORNO, BRETAS, 1997; CALDEIRA, 1995, 1997; CALVACANTE, 1985; FISCHER, 1985; OLIVEIRA, 1985; PAIXÃO, 1988, 1995; PINHEIRO; VELHO, 1980; ZALUAR, 1991, 1993, 1994). Também em foco os percalços do processo civilizatório, entendido como a democratização da sociabilidade e a criação de um “espaço civil” ou “público” para a negociação de conflitos num quadro de crise urbana. Alguns fazem diagnósticos sobre o caráter da sociedade brasileira numa perspectiva culturalista (violenta ou despótica), outros sobre processos específicos que estariam ocorrendo em certos setores da população, apesar dos

*da sociedade civil*¹²⁵, *modelo da sociabilidade violenta*¹²⁶.

Para a realização da análise, Zaluar (1999) baseou-se nos registros do seu arquivo pessoal e nos do Urbandata, da IUPERJ, do Rio de Janeiro, contabilizando aproximadamente 118 pesquisas¹²⁷, organizadas segundo as temáticas por elas abordadas: a polícia ou vinculado a organização e a função dessa instituição no Estado e na sociedade (61 trabalhos); o Sistema penal (19); o funcionamento da justiça (24); as formas alternativas, preventivas ou democráticas de lidar com a questão do crime(8); os trabalhos que denunciavam a privatização dos meios de garantir a segurança (6). Em todos eles, a autora menciona que o foco foram as instituições brasileiras encarregadas de combater o crime e manter a ordem pública.

Segundo a autora, na metade destes estudos e pesquisas a polícia foi localizada muito mais como objeto de denúncias do que sobre estudos acerca de sua organização e cotidiano, sendo que desses trabalhos quarenta (40) tomaram a perspectiva estrutural na explicação para os fenômenos da violência, seja pela via da estrutura social ou urbana desigual, ou pela via da luta de classes. Da exclusão ou segregação das favelas somaram; quarenta (40) abordaram o tema por meio de interpretações das representações sociais, do imaginário ou do senso comum, apontando sua importância para entender o medo, os preconceitos sociais contra determinados setores da população e o apoio dado pela população amedrontada e manipulada pela mídia a políticas repressivas totalizaram e, finalmente, onze (11) dos estudos que vincularam a violência às dificuldades de agregação e de organização da sociedade civil ou ainda à atomização crescente, falando do enfraquecimento dos movimentos sociais do anos 70.

Na tentativa de “fundamentar bem o debate teórico”, Zaluar propõe, então, não classificar os estudos por modelos teóricos que, para ela, muitas vezes se sobrepõem, mas identificar campos temáticos recorrentes nas pesquisas analisadas, como intuito de “lhes dar uma feição mais teórica”. Desta forma, os campos temáticos

antídotos (BENEVIDES, 1981, 1982, 1983; CÁRDIA, 1997; CALDEIRA, 1992; CDDHBR, 1994; PAOLI, 1982; SOARES, 1996; VELHO, 1987, 1996; SUSSEKIND, 1987; VARGAS, 1993; ZALUAR, 1985, 1988, 1989, 1994, 1998).

¹²⁵ Este modelo estaria presente entre aqueles pesquisadores que falavam da civilidade ou de um espaço civil (PAOLI, 1982), de espaço público (ZALUAR, 1991, 1994), ou ainda as parcerias entre organizações não-governamentais, empresas, movimentos sociais e governos (FERNANDES & CARNEIRO, 1996; CPDOC FGV- ISER, 1997).

¹²⁶ Exemplos daqueles que seguiram esse modelo: Machado da Silva (1994); Misse (1995); Diógenes (1998); Rifiotis (1997); Muniz *et al* (1997, 1998).

¹²⁷ Aqui vale salientar que cientistas sociais escreveram a maioria desses estudos (81), embora os estudos etnográficos objetivando entender o ethos ou as práticas sociais dos grupos estudados tenham sido escassos nos primeiros 20 anos. (RAMALHO, 1978; ZALUAR, 1985, 1988, 1989).

aparecem assim definidos por ela: (1) “O que é violência e os seus múltiplos planos e significados”; (2) As imagens e representações sociais do crime e da violência e o medo da população: a sociedade brasileira é violenta?; (3) Contar as vítimas e os crimes; (4) A procura para o aumento da violência e da criminalidade; (5) O problema social da criminalidade como tema de política pública”.

No primeiro campo - “*O que é violência e os seus múltiplos planos e significados*”¹²⁸ - Zaluar (1999) aponta tanto as dificuldades em relação à definição do que é violência, devido ao caráter polifônico quando se aborda o assunto, quanto aos múltiplos usos que o termo teve na produção acadêmica. Em relação à sua etimologia, violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis*, que significa “força, vigor, emprego da força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital” (ZALUAR, 1999, p. 28). Esta forma torna-se violenta quando ultrapassa acordos tácitos e regras que ordenam as relações e que podem variar histórica e culturalmente, e pode ser múltipla nas suas manifestações.

Afirma ainda a autora que, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara, e nem há como definir violência como positiva ou boa ou como destrutiva ou má. Em seguida Zaluar (1999, p. 29) aponta para o aumento da criminalidade e o destaque desta na mídia, provocando uma comoção pública, ou seja, como fatos que vão afetar a definição de violência especialmente a partir do final da década de 1970: “os trabalhos que tocam pelo ângulo da violência muito raramente a tomam pelo ângulo da criminalidade, considerada como um problema a ser enfrentado”. Na concepção da autora a definição de violência está diretamente relacionada com o aumento da criminalidade no país e como a algo a ser combatido, especialmente pelas instituições governamentais e federais.

Quanto ao segundo campo - *As imagens e representações sociais do crime e da violência e o medo da população: a sociedade brasileira é violenta*¹²⁹ - a resposta

¹²⁸ Segundo Zaluar (1999) “A partir de 1970, os trabalhos que tocam no problema da violência muito raramente a tomam pelo ângulo da criminalidade. Aqui ainda não havia uma demanda social e a comoção pública e o destaque da mídia que o aumento da criminalidade provocou a partir da década de 80.”

¹²⁹ Segundo Zaluar (1999) instala-se aqui uma circularidade de argumentação: a violência da polícia brasileira é explicada pela estrutura de uma sociedade violenta, os jovens violentos tinham como causa a violência estatal, em particular da violência policial (CALDEIRA, 1992; ZALUAR, 1983, 1985). O Estado é visto como o demiurgo maléfico da violência. A manipulação política do crime é outro mote estudado (KOWARICK & ANT, 1981; SUSSEKIND, 1987; ZALUAR, 1985). De um lado aqueles que defendiam que era real o aumento da criminalidade e de outro um sensacionalismo criado para esconder as verdadeiras deficiências de direitos e cidadania (cultura do medo), ver Kowarick & Ant (1981); Caldeira (1992); Minayo & Souza (1990); Oliven (1980, 1981, 1982); Pinheiro (1984); Sussekind (1987); Vargas (1993).

vinha em oposição ao imaginário construído da pretensa cordialidade atribuída aos brasileiros. A manifestação da violência por parte das classes dominadas ou populares era lida como resposta ou efeito da violência estatal e, em particular, da violência cometida pelos próprios policiais, que, por sua vez, também era lida como uma espécie de tradição de violência na polícia e pela fragilidade na noção de cidadania na população¹³⁰.

Assim, a explicação das ações criminais por jovens pobres era efeito da violência estatal, em particular da violência policial. Novamente, nos termos desta antropóloga, na década de 1980, os estudos passam a falar de uma figura de marginal ou de bandido como criação da mídia, uma forma de exorcizar o medo da classe média¹³¹. Chega-se a pensar que a violência urbana ou a criminalidade “era artificial e montada para distrair as atenções dos reais problemas. A violência não seria tão grave, mas a manipulação política do crime, sim “ (ZALUAR, 1999, p. 48)¹³².

No terceiro campo temático - *Contar as vítimas e os crimes* – no sentido de quantificar o qualitativo e qualificar o quantitativo, Alba Zaluar comenta sobre os problemas em torno dos registros ou das cifras apresentadas. A falta de registros oficiais é uma das questões levantadas para pensar a questão dos indicadores sociais e a formulação de políticas públicas específicas. As falhas nos dados oficiais passíveis de tratamento estatísticos tornam imprescindível qualificar o quantitativo.

Para o campo temático - *A procura para o aumento da violência e da*

¹³⁰ Alguns autores afirmavam que a preocupação com a escalada criminal e com o medo eram igualmente legítimas e se recusavam a abordar apenas uma delas para não falar da outra. Uma alimentaria a outra (ADORNO, 1995; OLIVEIRA, 1995; ZALUAR, 1985, 1991, 1993, 1994). O medo da criminalidade violenta estaria vinculado às posições políticas ou posturas diante dos pobres, dos políticos e dos representantes das instituições encarregadas da ordem pública e do respeito à lei.

¹³¹ De uma fantasmagoria criada pela manipulação da mídia para esconder os verdadeiros problemas e violências perpetradas contra o cidadão na falta de concretização de seus direitos, a violência passou a ser contabilizada como uma das principais causas da sua vitimização. Aqui foram feitas pesquisas sobre vitimização para se averiguar as bases reais do medo. Santos (1993) descreve o cenário de um Estado despótico e uma sociedade inorgânica, porém malévola, negadora de conflito e violenta. Isso aciona a continuidade de estudos culturalistas. Surge aqui o conceito de cultura do medo que opera na criminalização da desordem, resultando disso demandas despóticas fruto de uma cultura política autoritária e violenta na sociedade (SOARES, 1996; MUNIZ, 1998).

¹³² Noutra linha, acontece a incorporação do plano cultural em relação ao institucional. Idéia de autoritarismo social (ADORNO, 1997; ZALUAR, 1994). “O autoritarismo pode ser entendido como um sistema da tirania multifacetada, com problemas opostos aos do totalitarismo. A tirania moderna e multicentrada, além de substituir a autoridade pela força, criaria um vazio de ordem, preenchido pela violência, no qual os mecanismos educacionais deveriam funcionar” (ZALUAR, 1993). Na década de 90, começaram a surgir estudos que tratam dos processos políticos e eleitorais conjunturais que estão levando as associações de moradores para as mãos de grupos de tóxico (ALVITO, 1998; FAUSTO NETTO, 1995; PEPPE, 1992; SOUZA, 1994, 1996; ZALUAR, 1996). São estudos que focalizam o comportamento político das populações pobres, especialmente as faveladas, afetado pelo fracasso do projeto do associativismo participatório e comunitário, perda de ideais e projetos políticos.

criminalidade - a autora assinala as inúmeras divergências entre os modelos teóricos adotados pelos cientistas sociais para obter explicações para o fenômeno. Entre as mais recorrentes estão: (a) aqueles que assumiram a naturalidade da transgressão como pressuposto teórico e justificativa para os crimes; (b) a lógica de acumulação capitalista como explicativa.; (c) teoria do homem racional, havendo mudanças no modo de registrar os delitos e, desta forma, enfrentar a criminalidade. (ZALUAR, 1999, p. 62).

E finalmente, no que se refere ao quinto tema - *O problema social da criminalidade como tema de política pública* - Zaluar aborda a necessidade de discussão de formas de prevenção e de repressão da criminalidade, pois “o diagnóstico prevalecente, na produção científica, quanto na jornalística, e na opinião pública é a avaliação negativa do desempenho das instituições públicas de controle social que explicam o medo, a insegurança e apoio dado a políticas autoritárias” (ZALUAR, 1999, p. 71).

Nos termos do que estou tratando neste capítulo, é no último campo temático que se localiza a complexa discussão sobre a participação ou a intervenção dos cientistas sociais nas formulações de políticas públicas de controle social da violência. Esta discussão aparece em pauta desde a participação dos intelectuais durante a promulgação da constituição de 1988.

De lá para cá, segundo a pesquisadora, os cientistas sociais têm participado como militantes ou então a partir do lugar que ocupam nas universidades como pesquisadores, mas todos posicionando-se a partir das informações obtidas em suas pesquisas. Entretanto, não se sabe o quanto os cientistas sociais influenciaram realmente as políticas públicas no Brasil, o que leva a autora a pensar sobre os problemas do uso político dos avanços das ciências sociais, especialmente por parte das burocracias públicas (ZALUAR, 1999, p. 89).

Nessa perspectiva, o “conhecimento empírico produzido pelas ciências sociais serviria a múltiplas audiências que defenderiam interesses conflitivos, não havendo razão, pois, para privilegiar a burocracia pública como preferencial” (ZALUAR, 1999, p. 91). Para a autora, somente um projeto político de educação de novas formas de viver e prestar contas poderia exigir a segurança como um bem público ou coletivo, pois nem mesmo a idéia de democracia nem mesmo a inclinação para a paz seriam inerentes à natureza humana.

Ao comentar cada um dos temas, Zaluar conduz o leitor à percepção de que a discussão sobre violência é um tema que se insere como um problema social - daí a

relação estabelecida no próprio título do livro “violência e crime”. A violência, nestes termos, é um fenômeno a ser combatido no seio do corpo social e o conhecimento produzido pelos cientistas sociais sobre o tema poderia servir como indicativos para as políticas de intervenção ou de formulações de políticas públicas.

Tomando como ponto de partida a experiência com minhas interlocutoras em suas casas e nos seus cárceres, e refletindo sobre a convocação para que nossas pesquisas sirvam de indicativo para a confecção de políticas públicas (ZALUAR, 1999), penso que se trata de uma contribuição para a área os esforços que ora realizo no sentido de unir os estudos de memória aos estudos de violências.

Através destes laços mais estreitos entre ambos percebo os limites de se pensar o fenômeno da violência, principalmente nas suas relações com gênero e metrópole, como algo alheio ao percurso de formação da própria sociedade brasileira, uma vez que, além de tal fenômeno estar referido ao campo das políticas públicas do Estado brasileiro, no campo da construção das subjetividades modernas, significa pensá-los, segundo uma tripla inscrição: da memória coletiva, da memória social e da memória individual, nas quais operam a manutenção dessas ditas violências como parte das práticas cotidianas dos moradores das grandes metrópoles brasileiras¹³³.

A demanda da extinção do conflito-violento nas formas de arranjos do corpo social do país traz à tona a importância de se repensar o fenômeno do homem cordial na memória coletiva da sociedade brasileira, e principalmente sua manifestação nas relações de gênero tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados, e os riscos de se ignorar o fator violência na instauração da própria sociedade brasileira¹³⁴, bem como sua manutenção no interior das próprias políticas públicas que orientaram a sua formação nos moldes de um moderno Estado-nação em sua fórmula democrática e republicana (no campo das estruturas políticas refiro-me aqui às ditaduras, aos golpes, às

¹³³ Na primeira década do século XX, o Instituto Oswaldo Cruz realizou expedições científicas no interior do Brasil, de Minas Gerais, passando pela Bahia, até atingir o Amazonas. Esta aventura é relatada no livro *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*, editado pela FIOCRUZ, em 1991. No prefácio desta obra, Marcio Souza recupera o depoimento do jovem americano Walter Ernest Hardenburg sobre a frente civilizatória da borracha no Brasil resumindo-a num decálogo impressionante da monstruosidade e dos horrores em plena riqueza e opulência da Manaus, no período do ciclo da borracha: índios submetidos a um regime de escravidão; mantidos nus; mulheres e filhos eram vendidos ou distribuídos aos elementos civilizados; mulheres jovens e meninas eram vendidas como mercadorias; índios eram açoitados até descarnarem; não recebiam tratamento médico e muitos morriam; como castigo, eles tinham seus dedos, orelhas, pernas e testículos amputados, eram torturados e crucificados de cabeça para baixo; crianças de colo tinham a cabeça esmagada contra uma árvore; quando não podiam mais trabalhar, os velhos doentes e os exaustos eram fuzilados. Alguns eram mortos por divertimento, em festas como o sábado de Aleluia.

¹³⁴ Como alerta Araújo (2006, p.6-7), recordando a advertência de Clastres, estaríamos aqui conhecendo mal a violência, portanto, conhecendo “igualmente mal a sociedade”.

revoluções e revoltas, assassinatos e suicídios).

Sem dúvida, é fundamental o exercício proposto por Zaluar no sentido de contextualizar, num tempo cronológico, os estudos de violência realizados pelos antropólogos e seus discursos segundo seus respectivos recortes epistemológicos e metodológicos. Mas, é igualmente interessante deslocar nosso objeto de reflexão para outras temporalidades, trazendo para o debate o “imaginário das ciências sociais” para a construção do próprio fenômeno da violência. Segundo Diógenes (1998, p. 91) um tal imaginário “tem como marca e como efeito mobilizador de suas teorizações o sentimento de desamparo e perplexidade diante dos fantasmas que têm pontuado as produções nesse campo: a desordem e anomia social”. Segundo a autora, as práticas de violência são fundadas na “incerteza e no acaso, elas são essencialmente fragmentárias, tendo, por tais características, gerado teorizações “duais, compartimentalizadas e estigmatizantes”, não deixando de ser uma resistência à idéia dessas práticas como uma ocorrência de “dentro da vida social” e, portanto, tecida no interior de uma intrincada rede de acontecimentos.

Nesse viés, cito Tereza Caldeira que, numa trajetória de estudos de violências levando em conta a problematização de cidade parece complexificar e retirar da esfera moral a abordagem de tais fenômenos violentos, a medida que, num diálogo contundente com Taussing (1992) e Feldman (1991) sofisticou sua leitura desse fenômeno, para o caso das cidades brasileiras, na contemporaneidade. A autora defende a idéia de que “o papel do simbolismo da reprodução da violência”, como as análises sobre os efeitos da fala do crime na reprodução do medo e da violência” na cidade brasileira contemporânea, “indicam que os problemas de significação apresentados pela violência não são simplesmente uma questão de estabilizar distinções e tentar estabelecer a ordem”(Caldeira, 2003, p. 43).

Mais uma vez é importante frisar que perceber o conflito e o conflito-violento como fazendo parte dos arranjos da vida social no Brasil, remontando a própria conformação de sua sociedade e cultura não significa aceitar as desigualdades em forma de violências diversas que a afetam. Nesse caso, principalmente das ditas classes populares representadas aqui por mulheres, presidiárias, pobres, em sua maioria afro-descendentes, isto atuou como desafio para a realização dessa tese na forma como ela transcorreu.

Nesse sentido, conforme apontam Velho e Avito (2000) a complexificação da própria noção do fenômeno da violência remete a problematização do lugar do

antropólogo nos estudos das violências na metrópole contemporânea colocando-o “diante de desafios específicos que envolvem a sua própria cidadania, com implicações culturais, políticas e éticas”¹³⁵.

8.4 - Do “in-audito” ao “escrito”: antropologia das violências e “meso-ética”

Nesta tese, a reflexão acerca do duplo papel de cidadã e antropóloga brasileira (PEIRANO, 1992) não poderia deixar de vir à tona na medida em que, ao longo de todo o meu trabalho de campo, do mestrado ao doutorado, tive como interlocutoras uma população, em sua maioria, composta de mulheres advindas das ditas classes populares, sendo eu, uma antropóloga de classe média, intelectualizada e psicanalizada.

Na relação descrita acima temos o encontro etnográfico das práticas, dos saberes e dos fazeres de mulheres das classes populares constituídas pela violência na ordem do vivido (DE CERTEAU, 1996) e da antropóloga, intelectual, e suas categorias de entendimento sobre o fenômeno da violência, advindas da área acadêmica, onde um conjunto de conceitos e teorias oriundas das tradições da matriz disciplinar da Antropologia e suas linhagens guiam seu conhecimento.

Estou me referindo aqui as condições de produção de uma tese, que engloba situações de campo (viver a violência x estudar a violência; narrativa das lembranças das violências x escrita, narrativa das lembranças das violências narradas); categorias de entendimento das nativas e da antropóloga (saberes cotidianos x saberes científicos-eruditos-letrados), o que, por sua vez, resvala numa preocupação acerca das representações etnográficas sobre o outro (RABINOW, 1999), o “nativo” na delimitação do trabalho de campo da antropóloga e suas preocupações em compreender o universo das violências para o grupo investigado

Como pode ser observado, ao longo desta tese, e também em minha dissertação de mestrado, uma cena recorrente, no meu trabalho de campo, era a lembrança, por parte das próprias interlocutoras, a respeito das violências a que foram

¹³⁵ Cf. Velho e Avito (2000. p. 9), “a este respeito, cabe lembrar uma lei elaborada pelo ateniense Sólon, há 2.500 anos, quando a sua polis era frequentemente abalada por sangrentas guerras civis: durante os períodos de stasis, o ateniense que não pegasse em armas, que não fizesse uma escolha clara da facção que defenderia, perderia seus direitos à cidadania. Esta norma foi mais tarde batizada pelos historiadores de Lei contra Apatia. Se quisermos tirar uma lição, ela é bastante clara: de um lado, a percepção do conflito como parte da vida social, de outro, (não excluindo a primeira percepção), a idéia de que a apatia é mais pernicioso do que a própria violência”.

submetidas associadas aos processos sociais e culturais interruptos de marginalização vivido por elas: criminalização, pobreza, precariedade, desde habitação, educação, saúde, e todas as faltas que as impedem de adentrar na categoria de cidadãs.

Ainda, no caso das mulheres encarceradas, sujeitos desta pesquisa, o peso da desinformação e de sua condição precária face ao sistema jurídico, legal, penal e político do Estado amplifica, ainda mais, a distância dialógica existente entre as interlocutoras e a antropóloga, esta última usufruindo de seu direito civil de ir e vir.

Semelhante perspectiva traz à tona a importância do reconhecimento de que a cultura da escrita (sistema de leis e normas, campo do direito) e a escrita antropológica ocupam, ambas, um lugar central no processo de “democratização” do poder de fala do outro. Obviamente, sem ser ingênua, uma vez que concordamos com os comentários de Luís Eduardo Soares sobre o fato de que esta escrita para aceder a esta posição necessita ser problematizada, pois, conforme aponta M. Peirano (1985) o que está em jogo é a própria representação do antropólogo, pela via do saber antropológico, e não apenas o teor da representação etno-gráfica do outro (GEERTZ, 1989; DE CERTEAU, 2002).

Mais uma vez inspirada nos estudos de memória, nos termos de uma etnografia da duração (ECKERT; ROCHA, 2005) penso que é a reverberação do tema da *ética e da moral na tradição do pensamento antropológico* na delimitação do trabalho do antropólogo no mundo contemporâneo que está em jogo, em particular no que tange a representação etnográfica do outro e na restituição de sua fala/palavra para outros segmentos sociais, nos moldes de uma Antropologia extra-muros. Aqui escolho a narrativa de Rosa como representativa dos dilemas ético-morais que experienciei com as mulheres com as quais convivi durante todos estes anos de trabalho de campo:

A primeira vez que lembro de me sentir injustiçada foi na escola, eu devia ter uns sete, oito ano [...] lembro que fui acusada por meus coleguinhas e o pior pela professora e pela diretora de ter roubado uma caixa de lápis de cor da pasta de uma guria que sentava numa carteira do lado da minha [...]. Até hoje eu não entendi porque fizeram aquilo comigo [...] eu nunca mexi naqueles lápis [...] eu lembro que eu achava a caixa bonita, mas todo mundo achava [...] era uma caixa grande e a guria deixava em pé em cima da carteira, devia ter uns trinta lápis coloridos [...] e todo mundo ficava babando pela caixa [...] acho que como eu, ninguém tinha visto uma caixa como aquela [...] parece que a guria tinha ganho da patroa da mãe dela que tinha viajado não sei pra onde e tinha trazido de presente [...] aquela caixa foi a sensação da volta as aulas...mas não durou muito tempo [...] mas

eu juro que não fui eu quem pegou [...]. Isso foi uma confusão danada [...] fui suspensa [...] chamaram minha mãe na escola [...] o pessoal começou a me chamar de ladrona [...] apanhei um monte em casa por causa disso e nunca provaram que eu era culpada [...]. Depois disso todo mundo cochichava quando eu passava [...] na saída da escola ou na entrada puxavam o meu cabelo e me chamavam de neguinha ladrona [...]. Não continuei até o final do ano [...]. Desisti da escola [...]. Mal sei escrever o meu nome [...] e só sei ler alguma coisa [...] bem devagar [...] logo depois disso minha mãe se separou do meu pai [...] daí teve um monte de filhos com outros homens, somos treze irmãos [...] eu sou a mais velha [...] trabalhei como uma égua para ajudar a criar meus irmãos [...]. Até que com dez anos aconteceu um acidente e mais uma vez me senti injustiçada [...] minha mãe tinha ido trabalhar [...] ela sempre trabalhava em casa de família [...] ganhava uma migalha [...] nunca teve carteira assinada [...] mas ela gostava porque sempre trazia resto de comida pra casa [...] ganhava roupa das patroa e dos filho das patroa pra gente [...] naquele dia tava chovendo muito e eu tinha encerado o chão da casa e pedi pro meus irmãos pararem de trilhar o chão porque eu já não agüentava mais ter que limpar tudo de novo [...] até que um dos meus irmãozinhos (chora) me desobedeceu e eu disse que não queria ele mais ali [...] gritei com ele e mandei ele sumir [...]. Passou meia hora, uma hora, duas, três hora e nada dele voltar [...] começou a escurecer e eu saí pra procurar ele porque senão minha mãe ia chegar em casa e ia bater em mim se não encontrasse meu irmão [...] ele tinha seis ano [...]. Minha mãe queria chegar em casa e queria eles tudo limpo, jantado, a casa brilhando [...]. Procurei, procurei e não achei meu irmão [...] quando cheguei em casa minha mãe me surrou muito e chamou a vizinhança pra tentar achar o meu irmão que parecia que tinha sumido [...] passou uma semana [...] eu nunca vou esquecer daquele dia [...] e um vizinho apareceu com o corpo do meu irmão nos braço todo roxo [...] ensangüentado [...] esfarrapado [...]. Ele foi achado perto de umas pedras no morro morto [...] tinha uma marca na cabeça como se fosse uma pedrada [...] quando minha mãe viu aquilo disse pra todo mundo que eu era culpada [...] que eu era uma assassina, que era como meu pai que não prestava [...] minha mãe se separou do meu pai porque ele foi preso por assassinato [...]. Não sei como com dez anos fui parar numa instituição pra menores delinqüentes [...] botaram a culpa em mim da morte do meu irmãozinho [...] a vizinhança ouviu eu brigando com ele [...] minha mãe acreditou [...] botaram a culpa em mim e não fui eu [...]. Depois de anos numa instituição pra menor [...] lugar que sofri o pão que o diabo amassou resolveram que não tinham provas e que eu era inocente [...]. Quando saí de lá parecia um bichinho [...] não conseguia nem olhar, nem conversar com ninguém [...] tinha o corpo todo marcado por queimadura de cigarro das funcionárias do abrigo [...] tenho até hoje tas vendo (nesse momento da entrevista Rosa

me mostra as marcas feitas por cigarro em seu corpo) [...]. Nunca mais tinha visto minha mãe, meus irmãos [...] tive medo, mas voltei pra casa [...] mas não adiantou [...] minha mãe fechou a porta na minha cara [...] e disse que não me conhecia [...] que nunca teve uma filha [...]. Dali só me ferrei mais um pouco [...]. Tive que roubar pra comer [...]. Fui presa pela primeira vez porque já tinha dezoito [...] e fiquei na cadeia dois anos porque roubei um pedaço de pão [...] não tinha advogado [...] apareceu um uma vez [...] e me esqueceram lá [...] eu não sabia dos meus direitos [...] e lá tava eu presa [...] quando saí já tinha quase vinte um [...] e ia pra onde [...] não sabia pra onde ir [...] o que fazer [...] eu não tinha ninguém pra me ajudar [...]. Depois dali comecei a me drogar na rua [...] fazia programa pra comer [...] e assim foi indo [...]. Até que mais uma vez me condenaram por uma coisa que não fiz [...] teve uma briga na rua por disputa de território de programa [...] uma guria deu uma facada na outra, matou a outra e botaram a culpa em mim [...] a vizinhança confundiu a verdadeira assassina comigo só porque ela era negra como eu [...] naquele dia eu não tinha ido trabalhar [...] tava doente [...] e não fui [...]. Fui presa [...] fiquei mais cinco anos até que foi provado a minha inocência [...] e isso só porque pegaram a assassina verdadeira porque ela já tinha furado umas dez depois daquela em que eu fui acusada injustamente [...]. Quando voltei pra rua mais uma vez eu tinha quase trinta [...]. Adoeci. [...] tenho AIDS [...] fui internada num hospital e elas me trataram muito mal [...] mais uma vez me senti injustiçada [...] eu ouvia as enfermeiras, os médico falando bem mal de mim [...] me trataram feito um bicho [...] não, acho que nem um bicho é tratado assim [...] fiquei internada no inferno [...] saí [...] piorei [...] voltei a ser internada [...]. E voltei pra prisão [...] tô aqui [...] faço quarenta anos semana que vem [...]. Dessa vez eu vim parar aqui porque quebrei o carro de um cara desgraçado que não quis pagar o programa [...]. Já faz um ano que to aqui e nada [...].

A trajetória de Rosa revela que dificilmente pessoas conseguem sair sozinhas de condições de vida pautadas por conflitos-violentos onde os planos de uma memória individual, social e coletiva se entrelaçam¹³⁶. Parece-me que isso não pode transcorrer sem que a própria sociedade se responsabilize por reverter este quadro, no qual antropólogos e antropólogas participam não só em suas pesquisas de campo, mas em suas inserções profissionais junto a sociedade civil.

Poderia submeter a dúvida a narrativa de si-mesma tecida por Rosa, aludindo as questões da identidade deteriorada, as questões do estigma e da carreira

¹³⁶ Aqui podemos observar uma estreita relação entre a noção de trajeto antropológico em (DURAND, 1976), a tragédia da cultura em (SIMMEL, 1935), e o tema da identidade narrativa em (RICOEUR, 1991), o que já foi refletido por (ECKERT; ROCHA, 2005).

desviante, além, obviamente, na manipulação de códigos sociais por parte de minha interlocutora no contato face-a-face comigo dentro de uma instituição total, bem ao gosto do interacionismo simbólico de E. Goffman (1988) e H. Becker (1977), mas ainda assim, fica evidenciada a experiência dessa mulher com os conflitos violentos no interior dos universos sociais por ela percorridos e dentro de instituições totais, e submetidas a seu panoptismo (FOUCAULT, 1997).

Trago novamente aqui outra narrativa a ser agregada a estas lembranças e reminiscências de violências vividas por minhas interlocutoras entre elas Rose, Martina, Helena, Fernanda, Rosane e Josiane muitas das detentas com quem travei contato, ainda que pontualmente, no Presídio de Rio do Sul:

do posso [...] de um lugar feio escuro que eu nunca mais ia sair [...] eu contava os minutos que ficava aqui [...] parecia que ia enlouquecer [...] tinha dia que o ar me faltava [...] não conseguia nem respirar [...] tudo tava perdido pra mim [...] aqui dentro não podia confiar em ninguém e lá fora ninguém mais confiava em mim [...] nem a minha própria família [...] todo mundo tinha o pé atrás comigo [...] um não [...] os dois pés [...]. Eu lembro que tinha dia que eu ficava o tempo todo deitada [...] de olho fechado tentando imaginar que tava em outro lugar [...]. Até que apareceu a chance da gente estudar aqui [...] no começo eu não acreditava que fosse conseguir [...] fazia tempo que eu não estudava [...] mas a professora convenceu a gente que a gente era capaz [...] então foi indo devagarzinho [...] e foi indo [...] até que eu não via a hora de ter aula novamente [...] aprendi um monte de coisa [...] comecei a sentir que tava viva de novo [...] comecei a ver uma luzinha no fim do túnel [...] pena que a maioria das guria não se interessou pelo projeto [...] mas quem participou gostou [...] se sentiu feliz [...] fazia tempo que eu não me sentia gente de novo [...] fazia tempo [...]. Voltar a estudar foi a melhor coisa que podia ter me acontecido [...] a melhor [...]. (Rose).

Quando falaram que a gente podia fazer curso de computação eu nem acreditei, era tudo que eu precisava...acabei o segundo grau aqui no presídio e fazer o curso de computação era um sonho pra mim [...] eu já tava cansada de não fazer nada [...] e sabia que se aproveitasse esse tempo que tenho aqui pra fazer alguma coisa de bom pra minha vida ia ser melhor [...]. Falta um mês pra eu sair [...] e eu vou sair melhor do que entrei [...] pensando assim eu consigo me convencer que ter passado quase cinco anos trancada aqui dentro não foi só uma perda de tempo [...] não foi em vão [...] consegui tirar alguma coisa boa daqui [...]. Nunca vou esquecer quando botei a mão no computador pela primeira

vez [...]. Acho que foi a melhor sensação que tive na vida [...]. Não tive dúvidas [...]. Assim que eu sair do presídio quero trabalhar em algum lugar que eu possa usar o computador [...]. Me sinto dona da minha vida mexendo na máquina [...] me sinto livre [...] fazia tempo que eu não me sentia tão livre [...]. (Martina).

Eu sempre gostei dessas coisas de salão de beleza [...] cortar cabelo [...] fazer unha [...]. O pessoal sempre me disse que eu tenho jeito pra essas coisas [...] que eu tenho a mão firme, mas ao mesmo tempo delicada [...]. Esse cursinho de fazer unha [...] e cortar cabelo me deu esperança de novo [...] esperança de que eu possa ter uma vida diferente depois de sair daqui [...]. Antes de começar a ter essas aulas de manicure e pedicure eu achava que nada ia mais dar certo [...] mas eu tenho fé em Deus que aprendendo esse ofício novo de que eu gosto tanto vou poder me libertar daquela vida ruim que eu levava [...]. Parece besteira, mas só de olhar pra essa caixa cheia de esmalte colorida eu fico animada [...]. Obrigada pelo presente (nesse dia inspirada em Malinowski levei alguns esmaltes coloridos de presente para Martina) *agora tenho novas cores para treinar nas unhas do pessoal [...]. Um dia eu ainda vou ter o meu próprio salão de beleza [...] não ligo de começar como empregada [...] mas daí vou juntando um dinheirinho e um dia eu chego lá [...].* (Helena).

Eu sempre achei essas coisas de artesanato bonitas [...] eu passava pelas feirinhas e pelos camelôs e ficava admirando essas coisas [...]. Eu acho lindo essas coisas de crochê e tricô [...]. Fiz um sapatinho lindo pra mandar pra minha netinha [...] fiz cachecol [...]. Agora to fazendo uma blusa [...] (nesse momento me mostra a blusa que está fazendo e pergunta se eu não poderia comprar para ela alguns novelos de lã) [...]. Mas o que eu acho mais bonito são as toalhas [...] as toalhas de crochê são lindas [...] quando eu tiver uma casa quero encher com essas toalhas [...]. Olha guria, fazer isso trouxe alegria pra minha vida [...]. Antes era difícil um dia que eu me animava com alguma coisa [...]. Agora não [...] agora cada peça que eu pego pra fazer é um desafio novo [...] eu começo e não vejo a hora disso ficar pronto [...]. (Fernanda).

Quando eu to pintando parece que sou outra [...]. Nem parece que sou eu que to fazendo [...]. E o melhor ainda é ganhar algum dinheirinho com isso [...]. Quando eu via esses panos de prato pintados nunca pensei que um dia fosse ser capaz de pintar um [...]. No começo foi difícil [...]. Eu não tinha muito jeito não [...]. Errava [...]. Achava meio feio [...]. Agora já consegui fazer uma semana inteira de pratos [...]. Primeiro comecei a fazer mais simples, difícil era pensar em uma fruta diferente pra cada semana (sorri) [...]. Agora to fazendo um conjunto de prato da

semana com motivos de natal [...] tô bem animada [...] todo mundo acha que ta ficando bonito [...]. Acho que é a primeira vez na vida que alguém elogia alguma coisa que eu faço [...]. (Rosane).

Nunca pensei que jornal velho desse pra fazer tanta coisa bonita [...]. É fruteira [...] é cestaria [...] é bolsinha [...]. Quando eu to fazendo essas peças eu me comparo com elas [...]. Se dá pra transformar alguma coisa que ninguém quer mais em algo tão bonito [...] acho que a gente também pode se transformar [...]. Quando a gente pega o jornal ele ta todo feio, amassado, dobrado, jogado no canto [...]. Depois a gente corta ele em pedaços, enrola e começa a encaixar cada um desses pedacinhos pra formar uma coisa nova, bonita, que tem utilidade [...] por último a gente usa a cola pra esses pedacinhos não se separarem e não desabarem [...]. Hoje depois que eu virei artista (sorri), artesã [...] me vejo e me boto em cada uma das peças que faço [...] isso pra lembrar que eu não posso mais desmoronar [...]. (Josiane).

Quase três anos se passaram desde que entrevistei essas seis mulheres no presídio de Rio do Sul, hoje a maioria delas já goza de liberdade, e o que tem em comum é que a partir do engajamento em alguns poucos projetos de educação profissionalizante durante seu tempo de reclusão no presídio de Rio do Sul assisti o campo de possibilidades de construção de seus projetos de vida se amplificarem (VELHO, 2003)

Suas falas acerca dessas experiências e suas condições no presente, ainda que circunstancialmente, nos apontam para processos de formulação de novos projetos de vida (VELHO, 2003), o que até aquele momento não se apresentava concretamente em suas trajetórias. De Rose tive notícias, logo depois que ela saiu do presídio. Havia conseguido um emprego de copeira numa grande empresa da região e estava se preparando para cursar a faculdade de Pedagogia. Segundo ela: *Depois da minha experiência acredito que só a educação pode dar oportunidade nova pras pessoas [...] quero ser professora pra ajudar as pessoas [...] quero que as pessoas que sofram como eu sofri voltem a ter esperança em si mesmas [...] a educação pode fazer isso [...] eu sou prova que pode.*

Por seu turno, Martina e Helena, participando dos tímidos projetos do Presídio onde cumpriram pena, conseguiram empregos. Martina trabalha a dois anos num escritório de contabilidade na região do Alto Vale do Itajaí, exercendo a função de digitadora. Helena me relatou, num encontro casual que tivemos num supermercado, que está trabalhando de manicure num salão de beleza da região, e segundo ela: *Estou*

guardando cada centavo que recebo pra abrir meu próprio negócio [...] e sei que vou conseguir [...] tô dando duro [...] trabalhando de sábado a sábado aqui no salão [...] e nas segundas feiras e nos domingos quando o salão não abre faço a unha das pessoas aqui na minha casa [...].

Quanto às outras, Rosane está trabalhando de faxineira, e nas horas vagas pinta panos de louça e vende, principalmente para as patroas e para os conhecidos das patroas para aumentar a renda familiar, segundo ela: *Esse ofício que aprendi na época que tava presa ta me rendendo um bom dinheirinho, consegui comprar parte do material da escola das crianças só com a venda dos panos de prato pintados [...] todo mês compro alguma roupinha pra mim ou pras crianças [...] melhor ainda é nas épocas de festa [...] páscoa, natal, dia das mães [...]. Daí dá até pra fazer algum agrado pras crianças [...]. Como comprar doces, pizzas, refrigerantes e mais tintas e panos pra pintar [...].*

Num primeiro momento, esses dados oriundos de encontros quase casuais com minhas interlocutoras num momento de pós-campo ficaram quase de fora de minha análise e interpretação de suas trajetórias sociais e itinerários urbanos não fosse minha própria autocrítica sobre suas consequências para a reificação da categoria violência como chave de entrada para interpretar a condição de gênero nas culturas dos segmentos populares.

Não fosse meu questionamento acerca de minha própria conduta diante do fenômeno das violências no interior do Presídio do Rio do Sul, relatado nos capítulos anteriores, eu teria transformado essas falas de minhas interlocutoras em “in-auditos” (DE CERTEAU, 2002). Segundo o autor “aquele que é roubado ao ladrão, precisamente aquele que é ouvido, mas não compreendido, e, portanto arrebatado do trabalho produtivo: a palavra sem escrita.” (2002, p.227).

Uma “in-audição” que poderia provocar um movimento contrário ao desenvolvimento de uma meso-ética, proposta por Roberto Cardoso de Oliveira, por parte da antropóloga pesquisadora em seus estudos de violências. Aqui, novamente me parece que a transcrição/tradução dessas violências por parte dos antropólogos articuladas aos estudos de memória, novamente, uma memória individual, coletiva e social, é o que vai dar subsídio para que realmente a apatia de todos em face do fenômeno das violências, comentada por Velho e Alvito (2000), não ocupe a cena de nossas análises acadêmicas.

Isso porque, me parece que aqui só uma “hermenêutica do outro” (DE

CERTEAU, 2002) por meio da escrita etnográfica pode ser capaz de equacionar os “excedentes” de uma memória coletiva, da qual somos também tributários, no sentido de reparação dos “ultrajes do tempo” em relação a um fenômeno (conflito-violento) que por vezes pode cair no esquecimento quando tratamos da fundação e porque não, reprodução, manutenção e *duração* de nossa sociedade.

Enfim, espero que a problematização de minha experiência de campo e escrita que perpassa minha experiência de mestrado (em que as mulheres-mães temiam pela confirmação de uma trajetória-destino de “pobre a bandido” de sua prole) ao doutorado (onde mulheres encarceradas cumpriram tal “destino”; outras fugiram dele; e ainda, outras passaram por ele, mas de lá saíram) tenha tido a capacidade de perscrutar uma escrita do *outro* que tenha dado a possibilidade de decifração da atuação dos *interstícios do tempo* na duração ou não de tais conflitos-violentos na metrópole brasileira contemporânea.

Ao mesmo tempo, partindo da idéia do antropólogo como mediador cultural, nos termos empregados por Velho (2000), anseio que essa discussão tenha sinalizado para o papel da Antropologia e da antropóloga no campo intelectual, bem como o seu papel político na difusão dos direitos humanos, nos moldes advogados por Débora Diniz (2001), contribuindo, assim, para o adensamento de nossa capacidade de “propugnar por uma comunidade argumentativa democrática na qual todos tenham o mesmo poder de fala” (LINS RIBEIRO, 2003, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora uma década tenha se passado desde que iniciei meus estudos no campo das violências, ao chegar a esta etapa da jornada posso dizer que a escrita desta tese tenha ratificado minha idéia inicial de que essa empresa tenha sido apenas o ponto de partida da longa trajetória a ser percorrida.

Algumas vezes titubeei em concluir esta tese. Isso porque o quadro apresentado por ela era aterrador no sentido de me fazer confrontar com uma realidade de sociedade brasileira por vezes mais aterrorizante do que eu, ingenuamente, poderia ou quisesse enxergar. Por vezes, nesse percurso, me questioneei, parafraseando Jean Paul Sartre, se o ser humano não seria apenas uma paixão inútil. Porém, meu papel de antropóloga-cidadã ao qual decidi aderir desde que me inseri no campo da antropologia, logo falava mais alto, me incentivando a continuar.

Foi na posição de estar no fio da navalha, e não poderia ser diferente diante desse campo e dessa temática, que tive que trilhar esse caminho o qual me possibilitou apreender algumas questões já tecidas nas tramas desta tese, que sintetizarei a seguir.

Primeiramente, devo dizer que as narrativas de minhas interlocutoras apontaram que a apropriação dos postulados do individualismo moderno, a adesão a uma cultura *psi* e, principalmente, a passagem para uma *cultura letrada*, tanto quanto a garantia dos direitos sociais e políticos, de oportunidades de emprego para todos indistintamente, são alguns dos elementos que devem ser acionados para que a condição de vítima de violências seja revertida e os danos a elas causados possam ser reparados.

Porém, devo advertir que o fato das vítimas de experiências com violências e conflitos-violentos terem acesso a uma educação formal ou a uma cultura *psi* não é determinante para que se observe uma reparação de experiências violentas em suas trajetórias sociais. Contudo, podemos averiguar em três narrativas contidas no capítulo III da tese, que a adesão aos postulados do individualismo moderno concedeu uma maior possibilidade de minhas interlocutoras transitarem por uma rede social mais ampla, propiciando assim o alargamento de seus campos de possibilidades que lhes permitiu acionar elementos circunscritos numa cultura objetiva que as fez acomodar as lembranças em torno de suas vivências de violências para fora do quadro de condições

de vítimas.

Nesse sentido, pode-se observar que processos de negociação subjetivos e objetivos foram acionados por essas mulheres num esforço para remontarem suas vidas desde o momento antes das próprias experiências com violências acontecerem, no sentido de redefinirem sua condição de gênero em face de suas relações com os homens ou mesmo com outras mulheres que lhe provocaram sofrimento.

A partir das narrativas biográficas e de minha experiência em campo, pode ser observado que os rompimentos com os modelos confeccionados para os papéis de gêneros e suas relações hierárquicas com base em valores do patriarcalismo que orientam as relações geracionais e intrageracionais nas famílias de origens de minhas interlocutoras, são indícios de transformações de seus estilos de vida e visão de mundo. E que estão diretamente relacionados, prioritariamente, às suas inserções paulatinas nos benefícios a que a vida urbana de uma metrópole pode proporcionar. Aqui, mais uma vez a adesão de algumas dessas mulheres aos postulados do individualismo moderno é revelador de um fenômeno que acompanha a complexificação de seus itinerários urbanos em que as normas sociais e culturais não acedem mais a criminalização de seus passados, como elas próprias, havendo aí a permissão, a possibilidade de uma reinvenção de si mesmo.

Podemos dizer que a re-invenção do passado no presente pela via da redescoberta do tempo de re-invenção de si-mesmas tem profundas relações com experiências sociais e culturais de conflitos-violentos em que a condição de marginalização, vitimização, preconceito e criminalização, associados à sua condição de vítimas, é transcendida pelo jogo entre esquecimento/lembrança de outros episódios vividos no passado como condição de superação do trauma no presente e na projeção do futuro.

Neste processo, o ato de narrar age como “recurso supremo da consciência” dando possibilidade à vítima lançar-se subjetivamente no tempo passado, o das lembranças das vivências de violências, retirando-as do esquecimento na esperança de uma re-invenção de si, no sentido de uma ipseidade voltada para um devir (RICOEUR, 2000).

Ainda em relação a essa questão, é importante demarcar que o tempo prolongado em campo na coleta de narrativas biográficas me permitiu refletir que a adesão de minhas interlocutoras aos postulados do individualismo, veiculado pela ambiência das sociedades complexas, possibilitou-lhes deixar de lado os valores

holísticos do sangue, da honra e do destino, na lembrança de episódios de violência, podendo estas recordações do passado, num movimento do não esfacelamento do si, serem reparadas no tempo presente.

Ao contrário, ficou claro, que o encarceramento impôs limites no processo de condução dos jogos de memória e seu poder conciliador, forçando minhas interlocutoras que encontravam-se nessa condição, a naturalizarem a violência num estilo de vida, seguida de uma visão de mundo em que o risco ocupa parte central da argumentação. Conforme as palavras de Priscila: *no fundo eu sei que não tenho mais jeito não [...] e que a minha vida é isso [...] é viver correndo perigo [...] dando e recebendo cacetada.*

Aqui é importante assinalar, com base nas narrativas de minhas interlocutoras, que em alguns casos, na condição de detentas, a criminalização da cidade e na cidade é percebida como a única alternativa de sobrevivência. Desse modo, foi nessa mesma metrópole em que as mulheres vivenciaram a rejeição e a marginalização que elas encontram meios para continuar a viver e para a sobrevivência de suas proles, demarcando suas trajetórias por reconhecidos itinerários urbanos pautados pela criminalização.

Nesse viés, pode ser apreendido por meio das narrativas de algumas de minhas interlocutoras, que foi no contexto da própria vida metropolitana para onde migraram em busca de uma re-invenção de si que muitas permaneceram vivenciando situações de violências. Paradoxalmente, na diversidade e na heterogeneidade de universos simbólicos, foi na própria vida cidadina e nos seus postulados modernos, em que a noção de indivíduo assume um valor paradigmático, que essas mulheres foram descobrir ferramentas para a re-invenção de suas condições social e de gênero.

Aqui Ricoeur (2000), e os temas da reparação e da justiça relacionados à sociedade em que vivemos, nesse caso onde o silêncio das violências contra a condição feminina é fenômeno corriqueiro, pode nos auxiliar a pensar a cidade e seus projetos sociais (delegacia da mulher, políticas dos direitos sexuais e reprodutivos etc.), na direção weberiana de que o “ar da cidade emancipa”, e não necessariamente atua como o “grande centro devorador de almas” como Marx assim propagava.

Nesse sentido, a noção de projeto de vida (VELHO, 1981; SCHUTZ, 1979) costurada à noção da memória como espaço fantástico tornou-se primordial para a análise das narrativas biográficas de minhas interlocutoras. Ambas, entrelaçadas, me permitiram compreender como os projetos de abandono de uma condição de vítima de

abuso e violências nasce, no plano dos jogos de memória, de uma reconciliação do indivíduo com as suas lembranças das vivências de violências sofridos no passado, promovendo esta ação a reparação de uma visão de mundo e de um estilo de vida onde a única alternativa de transcender as origens das violências é aceitá-las como destino, como fechamento para o devir.

A investigação das trajetórias sociais de mulheres encarceradas revela que as condições de vida precárias dessas mulheres passaram paulatinamente a se conformarem em estilos de vida e visões de mundo onde o conflito-violento torna-se código de emoções para a ordenação de um si-mesmo. Aqui, refletir sobre as matérias das lembranças (fome, pobreza, miséria, abandono) que minhas interlocutoras acionam no cárcere, no plano dos estudos sobre memória, significa pensar o lugar do presídio nas formas como essas mulheres passam a recompor, a partir de suas recordações, para si a figura do “indivíduo-violento”, com base nas falas de suas carreiras no crime.

Nesse sentido, foi possível observar que os atos de violências dessas mulheres como vítimas e/ou agressoras passaram por uma ordenação nos jogos de suas memórias em que a ordem coletiva das violências, agressões, abusos, e demais fenômenos dessa ordem, se acomodaram junto com o fator tempo tornando-as partes integrantes do espetáculo de sobreviventes da pobreza, da marginalidade, do desemprego, do desamparo das instituições sociais. Aqui, nossa democracia vai imputar a elas próprias a culpa por seus destinos.

Nas falas dessas mulheres pode ser verificado que uma cultura do terror (TAUSSIG, 1993; ALVITO, 2001) faz-se presente no sentido de que seus jogos de memória operam repetidamente com as violências (conflito-violento). Aqui, as questões de sexualidade e do uso de seus corpos despontam como marca dessa cultura, acenando para a presença de uma memória coletiva de terror brasileira, circunscrita no uso desses corpos.

Desse modo, as origens de uma cultura nacional embrenhada em um patriarcalismo violento em oposição à idéia de “homem cordial” é revelada pelos jogos de memória de minhas interlocutoras, conferindo pistas importantes para os estudos de violências na metrópole brasileira contemporânea, instaurando um movimento necessário de reflexão sobre o interior das próprias categorias de entendimento acionadas para compreender o fenômeno das violências.

Enfim, o exercício dessa tese, confeccionada no limiar da memória, demonstrou que as categorias de entendimento e análise conflito (compreendida como

constituente do social) e conflito-violento (como a dissolução desse), em junção a uma etnografia da duração (onde nativos, antropólogos e antropologias dividem o espaço do universo da pesquisa), tornam-se elementos fundamentais para a contribuição de uma antropologia perpassada pela temática de gênero que estuda mulheres e violências na metrópole contemporânea. A meu ver, ponto de partida para a contribuição necessária da antropologia como filha da própria nação brasileira engajada com um projeto de reparo dos ultrajes do tempo indissociável da restauração da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABELES, Marc. La mise en representation du politique, In: ABÉLES, Marc; JEUDY, Henri-Pierre (Orgs.), *Anthropologie Du politique*, Paris: Armand Colin, 1997, p. 247-271.

ABREU FILHO, Ovídeo de. Parentesco e Identidade Social. *Anuário antropológico/80: tempo brasileiro*. Rio de Janeiro, v.1, 1982, p.47-67.

ACHUTTI, L.E.R. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: UFRGS Editora/Tomo Editorial, 2004.

ACOSTA, F.; BARKER, G. *Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2003.

ADEODATO, V. G. *et al.* Quality of life and depression in women abused by their partners. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 1, 2005, p. 108-113.

ADORNO, S. Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 33, 1991, p. 145-156.

ADORNO, S. A Violência Na Sociedade Brasileira: Um Pannel Inconcluso Em Uma Democracia Não Consolidada. *Sociedade e estado*, São Paulo, v. 10, n. 2, 1995, p. 299-342.

ALMEIDA, Angela. Notas sobre a Família no Brasil. In: ALMEIDA, A.M. *et al* (Orgs.). *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p. 53-66.

_____. *O Gosto do Pecado*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ALMEIDA, T. Ciúme romântico e infidelidade amorosa entre paulistanos: incidências e relações. 2007. *Dissertação* - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMORÓS, C. *Hacia la crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Anthropos, 1986, p. 25-26.

_____. *Tiempo de feminismo*. Madrid: Cátedra, 1997.

_____. *Mujeres e imaginarios de la globalización*. Rosario: Homo Sapiens, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. “EM NOME DA MÃE - Posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira”. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.3, Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1983, p.109-145.

ARAÚJO, R. B.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Romeu e Julieta e a origem do Estado, In: VELHO, Gilberto. (Org). *Arte e sociedade*. Ensaios de sociologia da arte, Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARRAZOLA, LSD. A mulher sob o signo da violência: marca invisível de um olhar androcêntrico. In: Fórum pernambucano *Contra a Violência*, Ciela/Unicef. Recife: Ciela/Unicef; 1999.

ASAD, Talal. Where are the margins of the state? In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANCO MUNDIAL. *Desafios e oportunidades para a igualdade entre gêneros na América Latina e Caribe*. Washington, DC, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*, 7. ed., v. 2, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

_____. *O segundo sexo: fatos e mitos*, 8. ed., v. 1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BECK, Ulrich. A invenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Ed. UNESP, 1997, p.11-72.

BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

BILAC, Elizabeth. *Famílias de Trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.

BLOW, A. J.; HARTNETT, K. Infidelity in committed relationships: I - a methodological review. *Journal of Marital and Family Therapy*, Fort Lauderdale, v. 31, n. 2, 2005, p. 183-216g.

BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de teoría de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves Editora, 1976.

BOULDING, E. Las mujeres y la violencia social. In: UNESCO. *La violencia y sus causas*. Paris, 1981, p. 265-79.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, Coleção grandes cientistas sociais, 1983, p.122-155.

_____. A Dominação Masculina Revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). *A Dominação Masculina Revisitada*. Campinas: Papyrus, 1998, p.11-27.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Conferência Nacional de Saúde. A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública. 1998. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm>. Acesso: 22 mar 2007.

BROWN, Michael. Fórum: on resisting resistance. In: *American Anthropologist* 98 (4), 1996, p. 729-735.

BUTLER, Judith. Imitation and Gender Insubordination. In: Fuss, Diana. *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories*, New York and London: Routledge, 1991, p. 13-31.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, R.; SCHAFFER, J.; CUNRADI, C. Alcoholrelated intimate partner violence among white, Black and hispanic couples in the in the United States. *Alcohol Research and Health*, Port Royal Road, v. 25, n. 1, 2001, p. 58-65.

CALDEIRA, Teresa. *A Política dos Outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana, *Novos Estudos CEBRAP*, 47, mar. 1997, p.155-76.

_____ e HOLSTON, James. Democracy and violence in Brazil, *Comparative Studies in Society and History*, 41-4, out 1999, p. 691-729.

_____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: editora 34, Edusp, 2000.

CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. e MARCHANT, A. *Brasil: portrait of half a continent*. Nova Iorque: Drydan Press, 1951.

CAPELLER, W. de L. *L'engrenage de la répression*. Droit et Societé, Paris: L.G.D.J., v.13, 1995.

CARDOSO, R.C.L. A violência dos outros. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v.5, n.28, jan./fev. 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; RUBEN, G. R. *Estilos de Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____.; CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Ensaaios Antropológicos Sobre moral e Ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. *O Trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. *Os Diários e Suas Margens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

CARRARA, S.; VIANNA, A.; ENNE, A. L. Crimes de bagatela: a violência contra a mulher na Justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, M. *Gênero & Cidadania*. Coleção Encontros. Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, Campinas, 2002, p.71-106.

CASTRO, R.; RIQUER, R. F. Research on violence against women in Latin America: from blind empiricism to theory without data. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2003, p. 135-146.

CECCHETTO, Fátima. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
CHAUI, Marilena – Participando do debate sobre Mulher e Violência. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.4, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1985.

_____. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHEVALIER, Louis. *Classes labourieuses et classes dangereuses*. Paris: Hachette (Pluriel), 1984.

CLIFFORD, James; MARCUS, G. (Orgs). *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley, CA: University of California Press, 1986.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX - James Clifford*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, (37): 5-16, maio 1981. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981a.

_____. *Os Crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981b.

_____. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORREA, Mariza (Org.). *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 13-31.

- _____. *Morte em Família*. São Paulo: Graal Ed., 1983.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, M. R. da. A constituição do esquadrão da morte. XXII Encontro Anual da Anpocs. *Anais*. Caxambu, 1998.
- CRAPANZANO, V. *Tuhami: Portpait of Moroccan*. Chicago: Chicago University, 1980.
- CREPSCHI, JLB. Significações psicológicas dadas à violência sexual por mulheres atendidas em ambulatório especializado universitário: um estudo clínico-qualitativo. *Tese de doutorado*. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis - para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. In: ALMEIDA, A.M. *et al* (Orgs.). *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987a, p. 115-136.
- _____. *Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda, 1987b.
- _____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the margins of the state*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.
- DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*:1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *A Cultura no plural*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- _____. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus Editora, 2001.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.

DELEUZE, Gilles, Guattari. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. v.1. Tradução Aurélio G. Neto e Célia P. Costa. São Paulo: Editora 34, 2004.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente-1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEMO, P. *Pesquisa - Princípio científico e educativo*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

DESLANDES, S. F. *Prevenir a violência: um desafio para profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, 1994.

DIAS DUARTE, L.F. Três Ensaios sobre Pessoa e Modernidade. Rio de Janeiro, *Boletim do Museu nacional*, n. 41, ago., 1983.

_____. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. Légalité et citoyenneté dans le Brésil urbain contemporain: la question du particularisme des quartiers populaires à partir de l'observation anthropologique d'une expérience d'ide légale et d'éducation civique. *Cahiers Du Brésil Contemporain*, Paris: MSH, n. 17, 1992, 125-185.

_____. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. *RBCS*, v. 19, n. 55, jun./2004.

_____. Pungente retrato do universalismo apunhalado. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n.23, jan/jun, 2005, p. 255-257.

DIAZ, R. Personaje e identidad narrativa: una aproximación metodológica. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n.12, dez.1999, p. 37-58.

DINIZ, Débora . Antropologia e o Dilema Moral de Tashi. *Antropologia e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001a, p. 17-46.

DINIZ, Débora. Universalismo e relativismo: os antropólogos e os direitos humanos. *Antropologia e Direitos Humanos II*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001b, p. 15-48.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip-Hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DOLLARD, J. *et al. Frustration and aggression*. New Haven: Yale University, 1939.

DOUGLAS. Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966.

_____. *Como pensam as instituições*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

DOWDNEY, Luke *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: le système de castes et ses implications*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *Homo Aequalis*. Paris: Gallimard, 1977.

_____. *O individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro : Rocco, 1985.

_____. *O Individualismo – Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Dunod, 1984.

_____. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 2000

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. *Revista Margem*, São Paulo, PUC, 1999, p.243-259.

_____. A memória como espaço fantástico. *Revista eletrônica Diverso*, revista de antropologia social y Cultural del Uruguay, Montevideo, v. 2, 2000. Disponível em: <[HTTP://www.educar.org/revistas/diverso/](http://www.educar.org/revistas/diverso/)>. Acesso:25 nov. 2006.

_____. Meio Ambiente e Direitos Humanos: conflitos e dilemas da contemporaneidade.

In: Claudia Fonseca, Veriano Torno. Caleb Faria. (Org.). *Curso Itinerante Direitos Humanos ABA*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, 2004, p. 221-232.

_____. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Edit. UFRGS, 2005.

_____. Jogos de Memória. *Iluminuras* ano 1, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.iluminuras.ufrgs.br/documento__.html>. Acesso: 20 dez. 2008.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1995.

_____. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Compromiso y distanciamiento*. Ensayos de sociologia del conocimiento. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

ELLSBERG, M. *et al.* Candies in hell: women's experience of violence. In: *Nicaragua. Social Science and Medicine*, London, v. 51, n. 11, 2000, p. 1595-1610.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FARIAS, Juliana. Movimento 'Posso me identificar?': de objetos da violência a sujeitos da política. *Monografia* (Bacharelado em Ciências Sociais) – DCS/UERJ, 2005.

_____. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas. In: Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. *Relatório pesquisa Faperj*. 2007, p.75-98.

FAYNER, Elsa. *Violences, féminin pluriel*. Paris: Document, 2006.

FEMENÍAS, Maria Luisa. Releyendo el camino de exclusión de las mujeres. In: *Feminismos de París a La Plata*. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 39-65.

FEMENÍAS, MARÍA LUISA, ROSSI PAULA SOZA. *DOSSIÊ - Poder y violencia sobre el cuerpo de las mujeres*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 42-65.

FIGUEIRA, Sérvulo A. (org). *A cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Efeito Psi. A influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1998.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano. Entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.

FONSECA, Cláudia Lee W.. Aliados e Rivais na Família: O Conflito entre consanguíneos e afins em uma Vila Porto alegre, PPGAS, UFRGS, *Cadernos de Estudos*, n. 1, setembro, 1986.

_____. Aliados e Rivais na Família: o conflito entre consanguíneos e afins. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, 2 (4), junho, 1987, p. 88-104.

_____. Feminismo, Masculino e Formas de Poder: O Código de Honra em uma Vila Porto alegre. UFRS, Porto alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, *Cadernos de Estudos*, n.10, junho, 1988.

_____. Bandidos e Mocinhos: Antropologia da Violência no Cotidiano. In: *Humanas, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, julho/dezembro de 1993, p.91-108.

_____. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 1995a.

_____. Mulheres valentes. *Revista Horizontes Antropológicos - Gênero*. ano1, n. 1. Porto Alegre, PPGAS: UFRGS, 1995b.

_____. *Família, honra e fofoca - Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1972a.

_____. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972b.

_____. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda, 1991.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

_____. *Casa-grande & Senzala*. 46 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002
FRIDMAN, Luís Carlos. Morte e vida favelada. In: ROMPENDO o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. *Relatório pesquisa Faperj*, 2007. [não publicado].

FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação de debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *A mulher brasileira no espaço público e privado*. São Paulo: NEOP, 2001.

FUNDACIÓN ESCUELA DE GERENCIA SOCIAL. *Violência contra la mujer por la pareja*. Caracas, 2006.

GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GARBIN, C. A. S. *et al.* Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, 2006.

GARCIA-MORENO, C. *et al.* Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multicountry study on women's health and domestic violence. *Lancet*, London, v. 368, n. 9543, 2006, p. 1260-1269.

GEBARA I. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis:

Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

_____. *EL antropólogo como autor*. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1989.

_____. Na Inconstant Profession: The Anthropological life in Interesting Times, In *Annual review of Anthropology 31*, 2002, p. 1-19.

GIACOMAZZI, Maria Cristina G. O. Cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidades, sob o prisma do medo na cidade. *Tese de Doutorado*. PPGAS- UFRGS, Porto Alegre, 1997.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. *The Transformation of Intimacy*. Cambridge: Polity Press, 1992.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

_____. *Representações do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1989.

GOLDMAN, M. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GOMES, NP. Violência conjugal: análise a partir da construção da identidade masculina [tese]. Salvador: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia; 2002.

_____; FREIRE, N M. Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. *Rev BrasEnferm*, 58(2), 2005, p. 176-9.

GONÇALVES, Margareth. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista. In: ALMEIDA, A.M. *et al* (orgs.). *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p.37-52.

GOUVEIA, Patrícia. Uma 'mulher de verdade': estudo sobre identidade feminina em grupos populares. *Dissertação de Mestrado* apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/Rio de JaneiroUERJ, 1997.

GREGORI, Maria Filomena – Violência contra mulher: a prática do SOS Mulher SP, cenas e queixas. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: USP, 1988.

_____. Cenas e queixas: mulheres e Relações Violentas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, p. 163/175, março de 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e a história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GROSSI, Miriam Pillar. Vítimas ou Cúmplices? Dos Diferentes Caminhos da Produção Acadêmica Sobre Violência Contra a Mulher no Brasil. Caxambú, *XV Encontro Anual da AMPOCS*, 15 e 18 de outubro de 1991.

_____. Velhas e Novas Violências contra a Mulher: 15 Anos de Lutas e Estudos Feministas. *Revista Estudos Feministas, Brasil*, v. esp., 1994, p. 473-484.

_____. Rimando amor com dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: GROSSI, M; PEDRO, I. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 293-313.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo rural e urbano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Culture, power, place: ethnography at the end of area. In *Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology*. Durham: Duke University Press, 1997, p. 1-29.

HALBWACHS, M. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.

HEISE, L.; ELLSBURY, M.; GOTTEMOELLER, M. Ending violence against women. *Population Reports*, Baltimore, v. 27, n. 4, 1999, p. 1-43.

HELLER, Agnes. *Sobre os Instintos*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

_____. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

HERITTIER, Françoise. Mulheres de sabedoria, mulheres de ânimo, mulheres de influência. In: *Cadernos da condição feminina* n. 20. Lisboa: Ed. Da Comissão Feminina, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. Uma história. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

JEUDY, Henri-Pierre Introduction. In: ABÉLÈS, Marc; JEUDY, Henri-Pierre (Orgs). *Anthropologie Du Politique*, Paris: Armand Colin, 1997, p. 5-24.

KEPPE, N. R. *A libertação*. São Paulo: Próton, 1998.

KOSS, M. P. *et al. No safe heaven: male violence against women at home, at work, and in the community*. Washington, DC: American Psychological Association, 1994, p.34-62.

KRUG, E. G. *et al. Relatório mundial sobre a violência e saúde*. Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002.

_____. Violencia contra las mujeres: Urdimbres que marcan la trama. In: Elida Aponte y M. L. *Femenías, Articulaciones sobre la violencia contra las mujeres*. Edulp, 2008a.

_____. Cuerpo, violencia y poder: algunas intersecciones. *Fazendo Gênero* 8, Conferência de Abertura, Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 25-28 de agosto de 2008b.

LACAN, Jacques. Le stade du miroir comme formateur de la fonction du je. *Écrits*, Paris: Ed. Du Seuil, 1966.

LANE, S. *Psicologia Social – O homem em movimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A, 1994.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LASH, S. *A constituição da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *As conseqüências da modernidade*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo UNESP, 1997, p.11-71.

LEIRIS, M. *A África Fantasma*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LEITE, Ilka B. (Org). *Ética e Estética na Antropologia*. Florianópolis, PPGAS/CNPq, 1998.

LEITE, Márcia Pereira. Cidadania, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: ROMPENDO o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. *Relatório de pesquisa* Faperj, 2007.

_____; MACHADO DA SILVA, L. A. Human rights, poverty and violence in the favelas of Rio de Janeiro. *Document for the International Restitution Meeting, Small Grants Program for Research on Poverty and Human Right/Unesco*. Lisboa, 2007.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. *Contemporaneidade e Educação*, v. 2, n.1, 1997.

_____. Miedo y representación comunitaria en las favelas de Rio de Janeiro: los invisibles exilados de la violencia. In: REGUILO, Rossana; GODOY, Marcial (Org.). *Ciudades translocales: espacios, flujos, representación: perspectivas desde las Americas*, Guadalajara: ITESO/Social Sciences Research Council, 2005.

_____. *Para além da metáfora da guerra: violência, cidadania, religião e ação coletiva no Rio de Janeiro*. São Paulo: Attar Editorial, CNPq-Pronex, 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: Lévi-Strauss, Claude *et al.* *A família, origem e evolução*. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.

LIMA, Roberto Kant de (Org). *Antropologia e Direitos Humanos 2*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2003.

LIMA, Ricardo, OLIVEIRA, Djaci e GERALDES, Elen (Orgs.). *A Primavera já Partiu*. Petrópolis: Ed. Vozes e M.N.D.H., 1997.p. 96-121.

_____. Sexo, Estupro e Purificação. In SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (orgs.). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Ed. Paralelo 15 e Ed. da UnB, 1999, p.297-352.

LINS RIBEIRO, G. Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. *Série Antropologia*. Brasília: Universidade de Brasília, v. 340, 2003.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: ROMPENDO o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento. *Relatório de pesquisa Faperj*, 2007.

MACHADO, Lia Zanotta. Honra, Família e Individualismo. *Anuário Antropológico* 85. Rio: Tempo Brasileiro, 1985, p.138-151.

_____; MAGALHÃES, Themis. Imagens do Espaço, Imagens de Vida. In PAVIANI, Aldo (Org.) *Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão*. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985, p.191-214.

_____. Morrer e Matar no Feminino e no Masculino. In: LIMA, R.; OLIVEIRA, D. e GERALDES, H. *A primavera já partiu*. Petrópolis: Editora Vozes e M.N.D.H, 1997, p.96-121.

_____; MAGALHÃES, M. Tereza. Violência Conjugal: os Espelhos e as Marcas, In: SUÁREZ, Mireya e BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Ed. Paralelo 15 e Ed. da UnB, 1999, p.173-237.

_____. *Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado?*. Série Antropologia, Brasília, v. 284, 2000a, p.1-19.

_____. *Sexo, Estupro e Purificação*. Série antropologia, Brasília, v.286, 2000b, p.1-37.

_____. *Masculinidades e Violências*. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Série Antropologia, Brasília, v.290, 2001a, p. 1-33.

_____. *Famílias e Individualismo: Tendências contemporâneas no Brasil*, 2001b.

MAGNANI, José Guilherme. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na Metrópole*. Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAFFESOLI, M; BRUSTON, André. (Org). *Violence et transgression*. Paris : Anthropos, 1979.

_____. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

_____. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MALDONADO, Simone C. Georg Simmel: Uma Apresentação. *Política & Trabalho* (12), 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. V. XLII, Coleção Os Pensadores, jun., 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1989.

MALUF, SONIA. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n.12, dez, 1999, p. 69-82.

_____. *Por uma antropologia do sujeito: esboços*. Florianópolis: PPGAS/UFSC (mimeo), 2009.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. Anthropology as Cultural Critique: Na Experimental Moment. *The Human Sciences*. Chicago, The University of Chicago Press, 1986, p. 17-44.

MARTIN, F. M. La violencia en la pareja. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, DC, v. 5, n. 5, 2001, p. 245-258.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP/EPU, 1 ed., v.2, 1974, p.01-71.

MENEGHEL, S. N. et al. Women caring for women: a study on the 'Viva Maria' Shelter, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2000, p. 747-757.

MENEGHEL SN, Barbiani R, Steffen H, Wunder AP, Roza MD, Rotermund J, et al. Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. *Caderno de Saúde Pública* = Rep Public Health. 2003, p. 955-63.

MILLER, Tom O. *A Ética na pesquisa*. O método científico e seus dados: Epistemologia e Ética. UFRN, Editora Universitária, 1990.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. The complexity of relations between drugs, alcohol, and violence. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 1998, p. 35-42.

MIREYA e BANDEIRA (Orgs.) *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Ed. Paralelo 15 e Ed. da UnB, 2000a, p. 297-352.

MIREYA e BANDEIRA (Orgs.) *Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?*. In *Série Antropológica*, n. 284. Brasília: UnB, Depto. de Antropologia, 2000b, p.1-20.

MISSE, Michel. 2006. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo – Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. *Coleção Conflitos, Direitos e Culturas*. Coordenadores: Roberto Kant de Lima e Michel Misse. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, (14), 2000, p.13-44.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade In: CASTRO, G. (Org) *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999, p. 11-20.

MOTA, J. C.; VASCONCELOS, A. G. G.; ASSIS, S. G. Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2007, p. 799-809.

MUNIZ, J. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. In: SOARES, L.E. et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ ISER, 1996.

NEDELMANN, Birgitta. Georg Simmel e la sua Analisi dei Processi Autonomi. *Rassegna Italiana di Sociologia* (XXX.4), 1989.

NOVAES, R; KANT DE LIMA, R. *Antropologia e direitos humanos*. Niterói/RJ: EdUFF, 2001.

O'DONNELL, G; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs), *The (un) Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*, Notre Dame, University of Notre dame Press, 1999.

OLIVEIRA, L. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, L. *Imagens da democracia: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil*. Recife: Pindorama Editora, 1995.

OLIVEIRA, Micheline Ramos. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come - Estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras do Bairro "Matadouro", Itajaí/SC. *Dissertação de mestrado*, defendida pelo PPGAS/UFSC, 2002.

OLIVEN, Ruben. *Violência e Cultura no Brasil*. São Paulo: Ed. Vozes, 1982.

ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. *Sexual Meanings: The cultural construction of gender e sexuality*. Cambridge: Press, 1981.

ORTNER, Sherry. *Making Gender: the politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon press, 1996.

OVERING, J. *Reason and morality*. London: Tavistock, 1985.

PAIXÃO, A.L. Segurança privada, direitos humanos e democracia. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n.31, 1991.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mario. *A Favela Fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PAOLI, Maria Célia *et al.* *Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982a.

_____. Violência e espaço civil. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* *A Violência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1982b.

_____. Mulheres: lugar, imagem, movimento. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.4, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1985, p.63-100.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano In Velho, Otávio Guilherme (comp.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PEIRANO, Mariza. *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas*. Brasília: Editora da UNB, 1991.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios da antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

PEIXOTO, Clarice. Avós e Netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In PEIXOTO, Clarice *et al.* *Família e Individualização*. Rio: Ed. FGV, 2000, p.95-111.

PÉRALVA, Angelina. Brésil: les nouvelles faces de la violence, *Cultures ET Conflits*, 6, verão, 1992, p. 113-27.

_____. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PIAGET, Jean. A epistemologia genética/Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética. *Coleção os pensadores*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RABINOW, Paul. *Um ethnologue au Maroc: réflexions sur une enquête de terrain*. Paris: Hachette, 1985.

_____. *Antropologia da Razão – Ensaios de Paul Rabinow* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RAFAEL, A. *Um abraço para todos os amigos*. Niterói: Eduff, 1998.

RAMOS, Alcida Rita. O Antropólogo como Ator Político. In: Arantes, Antônio Augusto *et al* (orgs). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: A Responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora Unicamp: 1992.

RIBEIRO, Darcy. *Diários Índios - Os urubus-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. *Magazine littéraire*. Paris, n. 390, septembre, 2000, 32f.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Edidota Unicamp, 2007.

RIFIOTIS, Theóphilos. A mídia, o leitor modelo e a denúncia da violência policial: o caso favela Naval (Diadema). *Revista São Paulo em Perspectiva* 13(4), 1997, p. 28-41.

_____; DIAS, L.; ZENAIDE, M.N.T. Páginas policiais na imprensa paraibana. Entrevista com repórteres e editores sobre violência e ação policial. *Signo- revista de Comunicação*, ano IV, dezembro de 1998.

_____. Violencia en plural y el lenguaje de las diferencias. *Revista Mosaico*. Buenos Aires, 1999a.

_____. *Les Médias et les Violences: points de repères sur lá réception*. École de Criminologie, Université de Montreal, 1999b.

ROCHA, A.L. C. Lê santuaire du désordre: l'art de savoir-vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques. 1994. *Tese (Doutorado)* – Universidade René Descartes, Sorbonne, Paris V, 1994.

ROSALDO, Michelle; & LAAMPHERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

_____. Desde La puerta de La tienda de campana: El investigador de campo y El inquisidor. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. E. (Ed.). *Retóricas de La Antropologia*. Madrid: Jucar Universidad, Série Antropologia, 1991, p.123-150.

_____. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, ano 1, n.1, 1995, 11-36.

ROUANET, S. P. O olhar iluminista. In: NOVAES, A (Org). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.125-148.

ROUCH, Jean. Por La Photographie/Ed.Ciro BRUNI. Sammeron, Germs, 1983,PP 371-375. *Actes Du 1 er Colloque international pour La photographie* – Paris: Université Paris- VIII, 1982.

SALEM, Tania. Mulheres faveladas: 'com a venda nos olhos', In FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. e HEILBORN, M. L. (orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49-99.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw malinowski e a fotografia. *Revista Horizontes Antropológicos*. Antropologia Visual, n.2. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do rio Grande do Sul, 1995, p.19-37.

SAMARA, Eni de Mesquita. Casamento e Papéis Familiares em São Paulo no século XIX . In *Cadernos de Pesquisa*, (37), mai., São Paulo, 1981, p. 17-25.

_____. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Tendências Atuais da História da Família no Brasil. In: ALMEIDA,A.M. *et al* (orgs.). *Pensando a Família no Brasil*. Rio: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p. 25-36.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTI, Cyntia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho, Maria do ZALUAR, Alba. *Gênero, Cidadania e Violência*. Primeira Versão n. 18, IFCH/UNICAMP, 1990, p.12-35.

_____. Cidadania, Vitimização e Políticas Públicas; Internacional Seminar Violence, Social Control and Public Order, Núcleo de estudos da Violência, USP, São Paulo. In: *Internacional Journal of Urban and Reginal Research*, v. 17, n. 1, mar., São Paulo, 1993.

SARTI, Cynthia. *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHRAIBER, L. B. *Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção*

primária à saúde. São Paulo: Departamento de Medicina da USP, 2002.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOTT, J. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista. Cidadania e feminismo*, São Paulo, 1999, p. 203-223.

SEGATO, R. *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*. *Mana*. 2006, v. 2, n.1, p. 207-236.

SILVA, Luiz Antonio M. da; LEITE, Márcia Pereira. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 22, n. 3, set./dez. 2007, p. 545-591.

SIMMEL, G. Concepto de la tragédia e la cultura y otros ensayos. Madridi: *Revista de Occidente*, 1935.

_____. *Conflict*. Nova York, The Free Press, 1964.

_____. On conflict. *Theories of Society*. Nova York, The Free Press, 1965.

_____. A metrópole e a vida mental, In Velho, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

_____. *Sociologia*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

_____. *Philosophie de La Modernité*. La femme, La ville, l'idéologie allemande. Paris: Gallimard, 1991a.

_____. La sociabilité: exemple de sociologie purê ou formale. *Sociologie e épistemologie*. Paris, PUF, 1991b, p.121-36.

_____. *Le Conflit*. Saulxures, Circé, 1992.

SINGLY, François de. O Nascimento do Indivíduo individualizado e seus efeitos na Vida Conjugal e Familiar. In PEIXOTO, Clarice et al. *Família e Individualização*. Rio: Ed. FGV, 2000, p. 13-19.

SOARES, Luiz Eduardo. Homicídios Dolosos Praticados contra menores no estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa desenvolvido como parte do plano de trabalho do projeto *Se Essa Rua Fosse Minha (FASE, IBASE, IDAC, ISER)*. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Os dois Corpos do Presidente*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

_____. A Crise do Contratualismo e o colapso do sujeito universal. *Anuário Antropológico 90*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1994a, p.109-123.

_____. *O Rigor da Indisciplina*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994b.

_____ e cols. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1996.

_____. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, A.; RONDELLI, E.; SCHOLLHAMMER, K; HERSCHMANN, M.(orgs). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

STOLCKE, V. Gloria. La maldición del individualismo moderno según Louis Dumont. *Revista Antropologia*, v. 44, n. 2, 2001.

TAUBE, Maria José de Mattos. Alianças partidas ou a dor da separação conjugal nas camadas populares. Os pobres também sofrem?. In: PORCHAT, Leda (org) – *Amor, casamento, separação*. Brasiliense: São Paulo, 1992.

TAUSSIG, M. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TAVARES DOS SANTOS, J.V.; DIDONET, B. e SIMON, C. A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola. XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. Publicado em *Violência Não Está Com Nada*. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (org.). Porto Alegre: abril 1999.

TENÓRIO, Fernando. Psicanálise, configuração individualista de valores e ética do social. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 7, Rio de Janeiro, Marc/jun, 2000, p. 117-134.

THIOLLENT, M. J. M.. Problemas de Metodologia. In: Afonso Fleury; Nilton Vargas. (Org.). *Organização do Trabalho*. São Paulo: ATLAS, 1983, v.1, p. 54-83.

TITTONI, J.; JACQUES, M. G. . Pesquisa. In: Jacques, M.; Strey, M; Bernardes, M.; Guareschi, P.; Carlos, S.; Fonseca, T. (Orgs.). *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1998.

VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda, In *Revista Estudos Feministas*, vol. 5, n. 2. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997, p. 303-319. In PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, Ideologia e Realidade*. Espaço Urbano em Questão. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985, p. 191-214.

VECINA, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002, p. 160-173.

VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA, A. M. et al (orgs.). *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987, p. 79-87.

_____; ALTIVO, Marcos (Org.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 2000.

_____. Biografia, trajetória e mediação, In. VELHO, Gilberto; KUSHNIR, Karina (Orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001, p.13-28.

_____. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002a.

_____. *Mudança, crise e violência. Política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a, (1994).

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003b.

_____; K. Kuschnir (Orgs). *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003c.

_____; SANTOS, Gilda. *Artifícios & artefatos: entre o literário e o antropológico*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2006a.

_____. *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006b.

_____. *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. *A mulher brasileira no espaço público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 8, n. 1, 2002, p. 113-148.

_____. A propriedade do conceito. Trabalho apresentado na ANPOCS 2001/ST 23: Uma notável reviravolta: antropologia (brasileira) e filosofia (indígena), 2001.

WACQUANT, Loic, Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, *Coleção Pensamento Criminológico*, 2001a.

_____. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.

_____. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, Observatório IPPUR/FASE, 2001c.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C. Violence against women: global scope and magnitude. *Lancet*, London, v. 359, n. 9313, 2002, p. 1232-1237, 2002.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (comp.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

WOLF, E. Encarando o poder: Velhos Insights, novas Questões. *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf, Bela Feldman-Bianco & Gustavo L. Ribeiro (Orgs.)*, Brasília: editora da UnB, 2003.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Religião e Sociedade*, n.14/1, Rio de Janeiro, 1988.

_____. Nem líderes nem heróis. *Revista Presença*, n.13, Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Gênero, Cidadania e Violência*. Primeira Versão n. 18, IFCH/UNICAMP, Rio de Janeiro, 1990.

_____. Cidadania, Vitimização e Políticas Públicas; Internacional Seminar “Violence, Social Control and Public Order”, Núcleo de estudos da Violência, USP, São Paulo. *Internacional Journal of Urban and Regional Research*, vol. 17, n. 1, march, 1993.

_____. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994a.

_____. (Org.). *Drogas e Cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

_____. Violência e Crime. O que ler na Ciência Social brasileira. *Antropologia (1970-1995)*. São Paulo, Brasília, Editora Sumaré, CAPES, 1999.

_____; Alvito, Marcos. *Um século de favela*. 3. ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

_____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZAVERUCHA, J. *Rumor de sabres*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)